

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Amanda Guazzelli

O desvelo da vida cotidiana e o trabalho do assistente social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Dr^a Raquel Raichelis Degenszajn.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Banca Examinadora

AS DÍVIDAS DE QUEM REALIZA OS LEVANTAMENTOS

"Assim acaba a história de uma viagem.

Você viu e entendeu.

Você viu um acontecimento comum,

Um acontecimento como ele é produzido cada dia.

E no entanto lhe rogamos,

Sob o familiar, descubra o insólito,

Sob o cotidiano, destaque o inexplicável.

Que possa toda coisa dita habitual lhe inquietar.

Na regra descubra o abuso,

E em toda parte onde o abuso se mostre,

Encontre o remédio".

BERTOLD BRECHT

Aos assistentes sociais,
na esperança de um mundo onde não sejamos mais necessários.

Aos sujeitos sociais, como Clarice e Isabel,
em nome da liberdade.

AGRADECIMENTOS

"Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias." *

Se as mãos nunca ficam "vazias", elas também não ficam sós. Que felicidade seria se pudéssemos encher cada mão que tocamos com tudo que elas nos ofereceram. Se isso não é possível, que possam as palavras expressar ao menos esse desejo.

Ao CNPq, pelo investimento em nossa formação acadêmica, desde os tempos de nossa graduação e agora na pós-graduação pela concessão de bolsa de estudos que criou as condições objetivas para que essa pesquisa fosse realizada.

À Prof^a Raquel Raichelis, pelo acolhimento no Núcleo de Estudos e Pesquisa "Trabalho e Profissão", pelo incentivo e aposta na possibilidade dessa pesquisa, sobretudo, quando ela parecia inviável; por isso ela foi feita por quatro mãos. Por todos nossos encontros e por ser, ao longo desses dois anos, nossa principal interlocutora sobre o Serviço Social.

À Prof^a Carmelita Yazbek, pelas significativas sugestões feitas em nosso exame de qualificação, especialmente, pela exigência de termos de "responder diante da análise". Essa lição perpassou como lembrete todo o processo da redação final desse texto, como a expressão mais clara do próprio método.

À Prof^a Rosângela Batistoni, amiga e mestre sempre querida. Por ter nos ensinado Serviço Social e por ter nos introduzido no pensamento de Marx. Nossas mãos estão cheias do que nos ensinou, e, não importa se distantes.

À Prof^a Lúcia Barroco, por encher nossas mãos da amizade sensível, da sabedoria rara, do conhecimento e da vivência coerente. Como mestre, por ser a "ponte" que nos liga ao conhecimento.

À Prof^a Cristina Brites, por nos ensinar a perguntar e pensar, pela postura coerente, pelo carinho, por encher nossas mãos quando elas ainda estavam vazias.

* Sophia de Mello Breyner Andresen. In. Poesia. Lisboa: Caminho Editorial, 2005.

À Profª Dilséa Bonetti, pelo carinho, pela generosidade, a quem devemos tudo que sabemos sobre pesquisa, principalmente, “as dívidas” que possui “quem realiza os levantamentos”.

Aos colegas do Núcleo de Estudos “Trabalho e Profissão”. À Silvia e Natalina, afetos queridos descobertos nesses dois anos.

Aos colegas do Núcleo de Estudos “Ética e Direitos Humanos”, especialmente, Laura, Manoel, Marli, Luciano, Eliane, Maria, Fabiana, Pedro.

Às assistentes sociais que participaram dessa pesquisa, por permitirem o aprofundamento do conhecimento sobre a profissão, por todas as descobertas realizadas, pela atenção e disponibilidade com a qual nos receberam.

Às assistentes sociais que nos auxiliaram a “chegar” em Paraisópolis, pela atenção e pelo diálogo sobre o estudo.

Às mulheres que entrevistamos, por tudo! Por nos mostrarem que ainda há muito que conhecer sobre o Serviço Social. Mas, principalmente, por saberem encher nossas mãos de esperanças e de sonhos, apesar de tantas “ruínas”.

À Cleisa Rosa, pela amizade eterna, pelo apoio constante, pela atenção e disponibilidade únicas. Pela cuidadosa revisão desse texto.

Aos amigos de sempre: Ana Cléia, Ednéia, Juliana, Fátima, Marco, Sabrina, Dani. À Ana Livia, pela cumplicidade, por sabermos fazer do silêncio, palavra e da ausência, presença.

Ao meu pai, Marcos, exemplo de força e esperança; pela ligação afetiva. À minha mãe, Terezinha, pelos estudos como a herança que sempre desejou nos deixar; eles estão aqui.

À Tatiana e Rodrigo, pelo apoio fundamental nos momentos que mais precisamos para a realização dessa pesquisa. Ao meu irmão, Fábio, pelas semelhanças. Aos meus sobrinhos amados, Pedro e Sofia.

À Elisa e José Luiz, pela atenção e prontidão nos cuidados com Francisco quando mais precisamos.

Ao Edu, pela parceria afetiva, por preencher nossa vida de delicadeza, atenção e amor, pelo apoio para que investíssemos no projeto desse estudo. Ao nosso filho, Francisco, maior amor da vida, por ter nos feito melhores, por encher nossas mãos de alegria e felicidade.

RESUMO

"O DESVELO DA VIDA COTIDIANA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL"

AMANDA GUAZZELLI

Essa pesquisa procura discutir o *trabalho do assistente social* e a *vida cotidiana* dos sujeitos sociais com os quais trabalha. A profissão de Serviço Social é tratada na sua inserção no processo de produção e reprodução da totalidade da vida social, participando assim, o assistente social, do próprio processo de (re) produção das relações sociais, donde o significado social dessa profissão. Como o *trabalho concreto* do assistente social é mediado e conformado pelas condições do *trabalho abstrato*, buscamos apreender e examinar o trabalho profissional com vistas a essa fundamental mediação, nos inspirando, para tanto, nas produções de Marilda Villela Yamamoto. A vida cotidiana é compreendida pelo conjunto das atividades fundamentais que caracterizam a (re) produção dos homens, portanto, como uma categoria ontológica, tratada aqui pela *ontologia social de Marx*. Nesse sentido, nossas reflexões sobre a vida cotidiana se fundamentam nas produções dos filósofos húngaros, György Lukács e Agnes Heller, essa, em sua fase marxista. As atividades fundamentais que marcam a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais dessa investigação são o trabalho e a maternidade. De outra forma, os conteúdos do trabalho concreto do assistente social incidem sobre essas mesmas atividades, uma vez que, respostas profissionais buscam enfrentar às necessidades de sobrevivência, tendo tal profissional acesso privilegiado à esfera doméstica da vida dos sujeitos sociais com os quais trabalha. Nesse sentido, a premissa da investigação é a relação visceral entre o trabalho do assistente social e a vida cotidiana de tais sujeitos. Entrevistamos três assistentes sociais e duas mulheres que foram e/ou são atendidas por assistentes sociais; realizamos três entrevistas com cada uma das depoentes. O processo investigativo evidenciou que o assistente social participa do processo de (re) produção das relações sociais por meio da participação no processo de (re) produção da vida cotidiana desses sujeitos.

Palavras-chave: vida cotidiana; Serviço Social; trabalho do assistente social.

ABSTRACT

"THE UNVEILING OF THE EVERY DAY LIFE AND THE WORK OF SOCIAL WORKER"

AMANDA GUAZZELLI

This research discusses the activity of social worker and the every day life and social subjects with which it works. The profession of social work is treated in participating in the process of production and reproduction of the entire social life, thus participating social workers, the very process of (re) production of social relations, hence the social significance of this profession. As the real work of worker social is mediated and is conformed to the terms of abstract work, we seek to seize and examine the working professional with a view to the fundamental mediation, inspiring us to do that, the productions of Marilda Villela Iamamoto. Everyday life is understood by all the key activities that characterize the (re) production of men, therefore, as an ontological category, treated here by the social ontology of Marx. In this sense, our reflections on everyday life are based on the production of Hungarian philosophers, György Lukács and Agnes Heller, that, in his Marxist phase. The key activities that mark the (re) production of everyday life of the social subjects of this research are work and motherhood. Otherwise, the contents of the actual work of social workers focus on these same activities as, seek professional answers the needs of survival, with privileged access to such training to the domestic sphere of social life of the individuals with whom they work. In this sense, the premise of the research is the vital relationship between the work of social worker and everyday life in these subjects. We interviewed three social workers and two women who were and / or are served by social workers; we conducted three interviews with each of the interviewees. The research process revealed that the social worker participates in the process of (re) production of social relations through participation in the process of (re) production of everyday life of these subjects.

Keywords: everyday life, Social Service, work of Social Worker.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO: VIDA COTIDIANA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	10
I. O EIXO DA QUESTÃO: VIDA COTIDIANA	
1. A PERSPETIVA ONTOLÓGICA: TRABALHO E VIDA COTIDIANA	19
1.1. AS DIMENSÕES ONTOLÓGICAS DO HOMEM: GENERICIDADE, PARTICULARIDADE E INDIVIDUALIDADE	30
2. O TRABALHO NA SOCIEDADE BURGUESA: ALIENAÇÃO E FETICHE	48
2.1. VIDA COTIDIANA E ALIENAÇÃO	58
3. O HOMEM DA VIDA COTIDIANA: A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DA PARTICULARIDADE	65
ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO	66
3.1. VIDA COTIDIANA: O CAMPO DAS OBJETIVAÇÕES GENÉRICAS EM SI	95
ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO	100
3.2. AS (IM) POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM AS EXIGÊNCIAS DA VIDA COTIDIANA	122
ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO	123
II. A QUESTÃO: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	
1. SERVIÇO SOCIAL: O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NO PROCESO DE (RE) PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	132
2. OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E O COTIDIANO: UM TRÂNSITO NECESSÁRIO	151
2.1. OS CONTEÚDOS DO TRABALHO CONCRETO DO ASSISTENTE SOCIAL	163
ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO	
2.2. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A (RE) PRODUÇÃO DA VIDA COTIDIANA	208
ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO	
CONCLUSÕES: AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	240
ANEXO	243

APRESENTAÇÃO: VIDA COTIDIANA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

As indagações constantes dessa investigação se fazem pela articulação do trabalho do assistente social e a vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha. Se, sua questão central é o próprio trabalho profissional, o eixo por meio do qual ela se formula e é examinada é a vida cotidiana de tais sujeitos. Desse modo, os conteúdos do exercício profissional do assistente social são analisados em face das condições sociais de trabalho nas quais ele se efetiva e das atividades fundamentais que caracterizam a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais que ele atende¹.

No entanto, a questão desse estudo buscava, centralmente, apreender o trabalho profissional pelas implicações que produz no cotidiano dos sujeitos, o que se mostrou, no processo investigativo, como uma (im) possibilidade, considerando o modo como estão arranjados e articulados o eixo e a questão da pesquisa. Tal (im) possibilidade pode ser explicada, ao menos, por duas razões.

A primeira refere-se à ausência de um recorte para a análise a partir de uma área específica de atuação do assistente social, bem como, sua inserção em espaços sócio-ocupacionais, igualmente específicos. Isso talvez permitisse tomar como pressuposto da mesma análise, as relações estabelecidas entre determinados assistentes sociais e os sujeitos sociais que atendem; ambos encontrados num mesmo espaço institucional. Em outros termos, as implicações profissionais na vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha o assistente social talvez ganhem maiores chances de serem apreendidas se refletidas pela circunscrição determinada do trabalho profissional numa área de sua inscrição, bem como num espaço sócio-ocupacional e nas relações – institucionalmente mediadas – que os profissionais, travam, dessa forma e nesses espaços, como sujeitos sociais determinados; o que não é feito nessa pesquisa.

A segunda refere-se, igualmente, a um recorte numa dada dimensão do trabalho profissional para as reflexões acerca de suas implicações, ou seja, elas poderiam ser apreendidas, por exemplo, pela dimensão política, ética, ideológica; o que também não é

¹ As noções que começam a despontar serão devidamente tratadas (ou referidas) ao longo da exposição, tais como, a (re) produção da vida cotidiana, o significado das implicações do trabalho profissional, as características fundamentais da estrutura da vida cotidiana, o significado social do Serviço Social, entre outros. Aproveitamos desde já para assinalar que esse texto inicial não se caracteriza como uma introdução, antes, ele busca apresentar as questões que perfazem a pesquisa e o modo como ela se deu. Mas, fundamentalmente, buscamos expor o processo investigativo tal como ele ocorreu, destacando e refletindo sobre o amadurecimento das próprias indagações constitutivas da pesquisa.

feito aqui, embora não desconsideremos essas dimensões presentes, inclusive, nos próprios achados da investigação.

Todavia, não desistimos da busca pela apreensão do significado das implicações desse trabalho e no mesmo processo investigativo, descobrimos que elas poderiam ser tratadas em termos das tendências contemporâneas do trabalho profissional, cujas reflexões também poderiam ser feitas a partir daquelas dimensões do Serviço Social. Por isso, além de constar das várias digressões que realizamos no desenvolvimento da análise e comparecer nos pressupostos para sua compreensão ao longo da segunda parte desse texto, elas são abordadas de modo mais condensado nas conclusões dessa dissertação. Assim, a busca pela apreensão do significado das implicações do trabalho profissional na vida cotidiana dos sujeitos orientaram nossas reflexões sobre a profissão durante o percurso investigativo, ainda, que para conferir concretude ao tratamento de seus inúmeros desdobramentos sejam necessários novas pesquisas e estudos dirigidos especificamente para tal finalidade.

Tal elaboração, por seu turno, remonta a duas pesquisas anteriores², às quais recorreremos, brevemente, no intuito de apanhar os elementos que possibilitaram a constituição da questão e seu eixo, isto é, a pesquisa mesma ora apresentada. Nesse sentido, duas questões emergiram ao final dessas pesquisas. Para citá-las em termos de algumas indagações, elas poderiam assim ser destacadas: Qual o conhecimento que o assistente social dispõe sobre a vida cotidiana daqueles para os quais se volta sua ação? Como incorpora esse conhecimento na elaboração de suas respostas profissionais? E a mais fundamental: se é certo que o assistente social possui acesso à vida cotidiana³ dos sujeitos, se a natureza interventiva da profissão supõe a interferência nos processos de (re) produção das relações sociais – ou seja, nas relações sociais de produção, e, portanto entre classes sociais – quais as implicações de seu trabalho na vida dos sujeitos sociais que atende?⁴

² São elas: *O trabalho do assistente social na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades* (Autoras: Prof^a Dr^a Dilséa Adeodata Bonetti, Prof^a Dr^a Maria Rosângela Batistoni e Prof^a Dr^a Maria Aparecida Tardin Cassab – Projeto Integrado entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Federal de Juiz de Fora) e *Limites e possibilidades: o trabalho profissional cotidiano* (Autora: Amanda Guazzelli, Orientadora: Prof^a Maria Rosângela Batistoni – Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, 2004).

³ No âmbito do Serviço Social essa discussão é feita particularmente por Barroco (2003 – ver, também, seu didático texto, 2008, dentre outros). Há, ainda, um excelente ensaio de Netto sobre a crítica da vida cotidiana (2000).

⁴ A análise teórico-metodológica da profissão inaugurada em 1982 (Iamamoto) compreende e explica o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, no âmbito das relações sociais de produção – análise essa disseminada no conjunto da categoria profissional. Essa nota apenas sinaliza – o que posteriormente será desenvolvido – que a inscrição da profissão no processo de (re) produção social lhe atribui um caráter contraditório, cujo significado reside no atendimento de interesses distintos e antagônicos entre as classes sociais, podendo reforçar os interesses de um lado ou outro da relação social entre capital e trabalho. Dessa forma, a afirmação das implicações na vida dos trabalhadores significa – pelo menos como nota introdutória, na qual

A reflexão sobre tais indagações nos encaminhou para a própria revisão do objeto sobre o qual tínhamos nos ocupado em nosso Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, ou seja, percebemos que era preciso ultrapassar a apreensão do trabalho profissional pela pesquisa circunscrita somente nos sujeitos assistentes sociais, alcançando os sujeitos sociais com os quais eles trabalham. De outro modo, a emergência das indagações sobre o trabalho do assistente social, refletidas em termos das implicações que produz na vida cotidiana desses sujeitos, somente seriam amadurecidas e desenvolvidas se alcançássemos a própria cotidianidade deles – donde a articulação entre o eixo e a questão que começava a surgir. Assim, não é demais anotar que, em face disso, não poderíamos desistir de tratar das implicações profissionais, ou melhor, de buscar o seu significado, o que se tornou para nós uma responsabilidade no seio da pesquisa, até porque, o real evidenciou que o tratamento era possível.

A dita articulação foi amadurecida pela relação visceral entre o trabalho do assistente social e a vida cotidiana dos sujeitos sociais. Dessa forma, se parece consensual que o Serviço Social não se aparta do cotidiano (Netto, 2005), depreende-se daí a possibilidade de pelo menos duas proposições para o que desejamos introduzir.

A primeira se refere às *respostas profissionais*. As demandas e apelos institucionais exigem respostas condizentes aos seus interesses, expressas pela apresentação de resultados quantitativos – o que geralmente se mescla ou mesmo se confunde com uma dimensão das políticas sociais que busca impactos quantitativos e confere as bases nas quais se efetiva o exercício profissional. Por outro lado, trata-se de compreender as diferentes respostas profissionais configuradas institucionalmente e no seio das características fundamentais da estrutura vida cotidiana que impregnam o trabalho do assistente social, assim como de outras profissões. Dessa maneira, as ações pragmáticas, imediatas, espontâneas, reiterativas⁵, empiristas (tal como se caracteriza o chamado Serviço Social Tradicional que parece não se superar) marcam as respostas profissionais porque impelidas pelos traços da vida cotidiana, mas também porque expressão daquelas exigências institucionais. Sobre alguns traços da vida cotidiana e suas consequências, Netto afirma:

“(...) a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imediaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o *somatório*

apenas situamos o nascedouro da questão maior desse estudo – afirmar que esses constituem parte da classe social para a qual se dirige sua ação.

⁵ Essas são algumas das características da estrutura da vida cotidiana que serão indicadas, posteriormente.

dos fenômenos que aparecem em cada situação precisa, sem considerar as *relações* que os vinculam” (2000: 67 – grifos do autor).

Ademais, torna-se importante considerar ainda que as diferentes configurações das respostas profissionais manifestam, também, as condições objetivas – que impõem limites, mas também possibilidades – de seu trabalho, que o determinam e conformam a base de seu movimento. Tais condições objetivas contêm algo fundamental, e aqui adentramos na segunda proposição, qual seja, a *vida cotidiana dos sujeitos* usuários dos serviços sociais nos quais se insere o assistente social.

Faz-se oportuno assinalar que ambas as pesquisas mencionadas, já haviam atestado a necessidade de maior atenção ao conhecimento da vida cotidiana desses sujeitos, para além daquelas informações formais e correntemente colhidas pelo assistente social, tais como, renda, ocupação, tipo de moradia, compreendidas, geralmente, pelo “perfil” da população. No entanto, tais informações podem encaminhá-lo a conhecer quem são os sujeitos que atende, ou seja, um conhecimento de outra dimensão, que permita de fato uma aproximação a um universo objetivo e subjetivo, tal como, a cultura; os valores; os modos de ser; de trabalhar; de resistir; de conformar; entre tantos outros. Tal universo é determinado pela classe social a qual pertencem os sujeitos sociais e pelas relações sociais que estabelecem.

Note-se que há um conjunto de determinações sociais, como as de gênero, raça, etnia, por exemplo, porém, segundo nossa concepção, a classe social é a mais fundamental, enquanto mediação precípua à apreensão de um modo de ser do homem, social e historicamente determinado, portanto, tomado a partir de um tempo e espaço específicos, colocando-se a tarefa de historicizá-lo pelo desvelo dos processos sociais contemporâneos em curso.

O intuito da investigação do significado de uma dimensão das condições objetivas do trabalho profissional não significa o desconhecimento de outras, tais como a organização do trabalho; rotinas; limites e possibilidades profissionais; exigências institucionais; correlação de forças; pois, se expressam nas respostas profissionais e, portanto, no modo como implicam na vida dos sujeitos. Ao contrário, se a vida cotidiana dos sujeitos como parte das nossas indagações é entendida como uma dimensão objetiva e subjetiva do trabalho profissional – posto seu desvelo como uma das condições imprescindíveis para a apreensão das implicações do trabalho do assistente social –, o esforço é uma análise totalizante, que não afasta as dimensões referidas, nem outras. Ainda que não conformem o objeto da discussão, o conjunto das condições objetivas do trabalho profissional permite uma

compreensão maior e mais clara da questão. Além disso, o esforço é o de captar expressões das possíveis tentativas profissionais de recomposição da totalidade sobre a qual atua, uma vez que as repercussões de suas ações podem ser portadoras de tais tentativas.

Cabe ainda uma consideração sobre o privilégio dos sujeitos nessa investigação, agora não somente como parte da objetividade já referida, mas ainda e destacadamente como uma das condições imprescindíveis para a reflexão sobre as implicações do trabalho profissional, compreendidas como componente essencial do significado social da profissão. Certamente essa foi uma descoberta que fizemos ao longo de nossos estudos, a qual ainda que pareça óbvia, não se apresentava assim para nós. Nesses termos, o significado social do Serviço Social reatualiza-se, reclamando ser compreendido nos quadros contemporâneos que lhe conferem exatamente esse significado. Para fazer apenas uma ilustração pensemos nas transformações que sofrem as relações sociais, o processo produtivo; as frações das classes trabalhadora e burguesa; a magnitude do capital, e que rebatem e são conformadas de modos diferenciados nos distintos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem os assistentes sociais. Então, uma das tarefas fundamentais que se põe ao Serviço Social é “elucidar as transformações operadas no significado social da profissão no cenário da sociedade contemporânea”. (Iamamoto, 2007: 245)

Nesse sentido, durante o processo da pesquisa ancorada na articulação entre seu eixo e sua questão, portanto, na relação visceral existente entre o trabalho do assistente social e a vida cotidiana dos sujeitos sociais que atende, amadurecemos não apenas que o significado das implicações profissionais reside no significado social do Serviço Social. Num tempo já bastante adiantado da investigação, descobrimos, pelos conteúdos principais que marcam a (re) produção da vida cotidiana de tais sujeitos, bem como, pelos conteúdos do trabalho concreto do assistente social, que, *a profissão participa do processo de (re) produção das relações sociais por meio da participação na (re) produção da vida cotidiana desses sujeitos*. Essa constatação foi tratada como a hipótese de nosso estudo, percorrendo o conjunto das reflexões aqui realizadas.

Dessa forma, a questão formulada originalmente: quais as expressões da vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalha o assistente social, bem como as expressões das implicações profissionais na mesma vida cotidiana, apontou outra, ou seja, a própria hipótese lançada e descoberta no processo da pesquisa. Entendemos que as bases para a reflexão sobre as implicações do trabalho profissional estavam nessa hipótese, tratada pelos conteúdos do trabalho do assistente social e das atividades que marcam a (re) produção dos sujeitos sociais.

Com isso, a citação que se segue sintetiza magistralmente, o que foi exposto até aqui:

“A compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros; se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um *modo de vida*, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora. (...) A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais. O Assistente Social, através da prática direta junto aos setores populares, dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana, por meio de um contato estreito e permanente com a população. Sendo esta proximidade aliada a uma bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais”. (Iamamoto, 2001: 115 – grifo da autora)

—

As descobertas feitas ao longo da pesquisa, e, sobretudo, como já referimos, no seu processo adiantado, se deram, privilegiadamente, no contato direto com os sujeitos que prontamente dela participaram. Prontamente porque, ao contrário do que supúnhamos, o estabelecimento de tal contato se efetivou de maneira rápida, justamente pela disposição das participantes⁶. Isso é importante grifar na medida em que, num primeiro momento, a indicação era a de que entrevistássemos duas assistentes sociais. Contudo, ao nos aproximarmos de um dado espaço-ocupacional, com o intuito de convidar uma delas para participar da pesquisa, quatro profissionais apresentaram o interesse para a mesma participação. Certamente, esse é um dado interessante, precisamente porque todas elas destacaram a relevância de um estudo sobre a profissão e o desejo de dialogar sobre ela, sinalizando possíveis reflexões a serem feitas a partir daí no âmbito da pesquisa em Serviço Social. Contudo, dadas as condições de trabalho e nossa proposta de somente realizar as entrevistas em momentos conjuntos com as assistentes sociais inseridas na mesma

⁶ São todas mulheres.

instituição, apenas duas delas participaram da pesquisa. Com a terceira assistente social entrevistada, também, não foi diferente, pois, sua prontidão talvez possa ser explicada pela histórica relação que possui com o espaço onde realizamos a pesquisa, sendo esse um elemento importante a contribuir para a pesquisa.

Assim, a pesquisa foi realizada em Paraisópolis, localizada na região Sul da cidade de São Paulo. Tal escolha se justifica pelo contato que pudemos estabelecer com essa região, quando ainda trabalhávamos numa organização instalada em seu interior, despontando daí um maior conhecimento acerca de suas características mais gerais e também mais específicas no modo de sua inserção no conjunto da cidade. A proximidade já naquele momento travada com algumas assistentes sociais nos possibilitou, nessa ocasião, a proposta efetiva da realização da pesquisa em Paraisópolis, facilitando o acesso aos sujeitos que lá vivem e se utilizam dos muitos e diversos serviços públicos e privados existentes dentro, mas também fora dela.

Inicialmente, mapeamos as instituições existentes em Paraisópolis as quais empregam assistentes sociais, com vistas a escolher, aleatoriamente, aquelas que seriam entrevistadas. Assim, duas delas trabalham numa empresa privada na área da habitação e outra numa organização não governamental. A escolha pelos sujeitos atendidos por assistentes sociais ocorreu, igualmente, de forma aleatória, e aqui é importante sublinhar a aleatoriedade, uma vez que as duas depoentes guardam muitas semelhanças, não por acaso, como veremos. Entrevistamos, então, três assistentes sociais e duas mulheres que são ou foram atendidas por assistentes sociais em diferentes instituições, não estabelecendo qualquer relação, nesse sentido, entre os sujeitos da pesquisa.

Para contatar as depoentes contamos com a contribuição de duas assistentes sociais que trabalham numa instituição em Paraisópolis, não aquelas onde se inserem as assistentes sociais entrevistadas. Assim, elas nos ofereceram o quadro geral dos serviços sociais existentes nesse espaço, por meio do qual chegamos às três profissionais participantes desse estudo. As duas "informantes" facilitaram ainda o contato com as duas mulheres entrevistadas⁷, pois, solicitamos que antes de oferecerem o endereço de suas casas e seus telefones, pedissem a autorização de tais mulheres para que fôssemos ao seu encontro. E aqui a prontidão não foi diferente.

Compete destacar as peculiaridades da realização das entrevistas com as mulheres. Uma delas refere-se ao fato de que as entrevistas foram agendadas, quase sempre, na véspera de sua realização, pois, diferentemente das assistentes sociais, elas não possuem

⁷ As "informantes" têm o conhecimento de quem são as mulheres atendidas pelos assistentes sociais que participaram desse estudo, contudo, não sabem quem são as assistentes sociais.

agenda e a inconstância de seus trabalhos ou os meios que arranjam para sobreviver provocam imprevistos em suas vidas. Assim, se tínhamos a previsão de nos encontrar com elas semanalmente, nem sempre isso ocorreu. Muitas vezes nos falamos por telefone, marcando e remarcando os dias para os encontros. Por isso a prontidão e a atenção conosco foram imensas, pois, não possuindo agenda, elas sempre encontravam uma maneira de nos receber em suas casas, possibilitando nosso contato com a vizinhança e seus filhos, por exemplo. Entrevistá-las e chegar a elas dessa forma permitiu ainda contatos e percepções sobre o espaço onde vivem, especialmente, pelo reconhecimento de que os sujeitos que nele se encontram o impregnam de significados presentes em sua sociabilidade, encarnando no próprio espaço aquilo que são. Como Paraisópolis é imensa, no primeiro encontro com elas, costumamos a encontrar suas casas, subindo e descendo ladeiras, cruzando esquinas, comércios, e, assim, travando contato com as pessoas no intuito de encontrá-las.

As entrevistas com as duas assistentes sociais que trabalham na mesma instituição foram realizadas, sem exceção, em suas casas e aos fins de semana, dadas às condições de trabalho que não favorecem momentos para a realização de pesquisa, possivelmente, dentre outros elementos, porque os espaços sócio-ocupacionais não a concebem como integrante do próprio trabalho. Novamente, grifamos a prontidão, não para repeti-la, senão para expressar a vontade das depoentes em dialogar e refletir sobre o Serviço Social.

Dessa forma, realizamos três entrevistas com cada uma das entrevistadas, sendo que, com as duas assistentes sociais já referidas, elas foram feitas conjuntamente; assim, esse estudo conta com doze entrevistas em seu total. Elas ocorreram em maio, junho e meados do mês de julho do presente ano, como já dissemos, em Paraisópolis, na cidade de São Paulo. Optamos por manter o discurso original grafando fielmente o modo como as entrevistadas se expressaram, inclusive, com fonte diferente do texto, atribuindo nomes fictícios, retirando todo e qualquer indício de nomes e instituições. Cabe ainda salientar que transcrevemos os trechos das entrevistas no corpo do trabalho com poucos entrecortes, por isso, muitas vezes, eles aparecem de maneira extensa.

No término das entrevistas, em meados de julho de 2009, optamos por fazer uma "sessão de cinema"⁸ com as mulheres participantes da pesquisa, organizada na instituição onde trabalha uma das assistentes sociais entrevistadas. Para tanto, convidamos outras mulheres que participam de atividades dessa mesma instituição e, ao final, fizemos uma reflexão sobre ele. No entanto, não pudemos analisar aqui o conjunto das reflexões das doze mulheres, inclusive, pelas condições objetivas que dispúnhamos para a conclusão de nosso

⁸ Escolhemos o filme *Linha de Passe* (2008), direção de Walter Salles e Daniela Thomas. Retomaremos esse ponto na primeira parte do estudo.

estudo. Sinalizamos apenas, nesse momento, que houve uma enorme disparidade nas percepções sobre o filme, entre as mulheres entrevistadas e o conjunto daquelas que participaram da "sessão de cinema".

Tendo em vista a articulação do eixo e da questão que compõe essa investigação, com as mulheres atendidas por assistentes sociais buscamos compreender aspectos de sua vida cotidiana acerca do trabalho desse profissional; com as assistentes sociais dialogamos sobre o exercício profissional e os sujeitos que atendem.

Considerando as reflexões apresentadas, buscamos, num primeiro momento, tratar da vida cotidiana como uma categoria ontológica a partir da ontologia social de Marx. Inspirados nas produções de Agnes Heller, a vida cotidiana é aqui compreendida como o conjunto das atividades fundamentais que marcam a (re) produção dos sujeitos. É nessa perspectiva que analisamos o cotidiano das mulheres entrevistadas nessa pesquisa.

Em seguida, refletimos sobre os conteúdos do trabalho concreto do assistente social configurado em determinadas condições sociais de trabalho. Considerando a relação visceral estabelecida entre o exercício profissional e a vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalha o assistente social, buscamos compor os depoimentos das cinco entrevistadas, com o intuito de apreender os elos existentes entre o eixo e a questão desse estudo. As descobertas realizadas por meio do que foi achado na investigação perpassa tal reflexão, sobretudo, a partir da hipótese de que a profissão participa do processo de (re) produção das relações sociais pela participação no processo da (re) produção da vida cotidiana de tais sujeitos.

Por fim, nas conclusões, tendo lançado as bases dessa hipótese, pensamos o significado das implicações do trabalho do assistente social em termos da (s) tendência (s), predominantemente, descobertas nos mesmos achados.

I. O EIXO DA QUESTÃO: VIDA COTIDIANA

1. A PERSPETIVA ONTOLÓGICA: TRABALHO E VIDA COTIDIANA

A vida cotidiana forma o eixo fundamental das questões que constituem esse estudo. Se essas remetem, de uma forma geral, à dimensão interventiva do Serviço Social, elas não se fazem exclusivamente envolvendo somente a profissão, mas abarcam a vida cotidiana como outra dimensão compósita delas. Com isso, não queremos mais do que marcar que seu tratamento aqui não se faz como um elemento ou se se quiser uma categoria a ser compreendida porque envolve as questões do estudo – tal como convencionalmente fazemos. Ao contrário, e mais do que isso, ela é parte integrante das nossas preocupações e perguntas, as quais se voltam também para a busca de sua compreensão teórico-filosófica.

Nesse sentido, coloca-se tanto uma exigência de um tratamento seu mais amplo, oferecendo algumas diretrizes básicas nas quais possam se remeter qualquer outro elemento a ser examinado nele referido⁹, quanto aquele cujos conteúdos conformam os próprios aspectos da vida cotidiana nos quais se apóia nossa discussão acerca do Serviço Social, ou seja, a eleição de algumas dimensões do cotidiano para tal. Assim, as reflexões seguintes procuram responder a essa tarefa, isto é, o conseqüente tratamento teórico que cerca os dois pontos referidos na tentativa de uma incursão ainda inicial na perspectiva teórica ontológica marxista orientadora da análise.

Desse modo, há duas considerações a fazer intimamente vinculadas: o lugar e o significado de uma ontologia social em Marx e a reflexão sobre a vida cotidiana nela referenciada, cuja correspondência conforma o ponto central do que é desenvolvido.

A primeira ao esclarecer a escolha pela referência teórica que assumimos, indica uma não casualidade ou aleatoriedade, contrariamente, explicita uma dada concepção de homem e de mundo erguida no interior da perspectiva mesma. Ao desenvolver uma ampla, profunda e densa análise sobre a vida cotidiana, Heller a faz sustentada nos fundamentos ontológicos do ser social, originalmente extraídos (e desenvolvidos) do pensamento de Marx por György Lukács. Assim, a segunda consideração desponta para a exigência de uma reflexão acerca de tal concepção ontológica, especialmente a particularidade e o significado que adquire em Marx. Cabe grifar logo de início que se trata de uma primeira aproximação, acompanhada de

⁹ O cotidiano como estrutura fundamental da vida social, pode ser examinado em múltiplos aspectos. Heller (1991) o faz no campo da religião, do direito, da arte, da moral (embora essa não constitua uma esfera específica, perpassando a totalidade da vida social), etc. Cabe a nós demarcar o ponto preciso da análise (que sequencialmente será destacado) segundo sua relevância ao objeto do nosso estudo: a profissão de Serviço Social.

uma gama de indagações, que fazemos na medida em que é condição para uma reflexão da vida cotidiana em Heller¹⁰. Por que então tomar a vida cotidiana como uma categoria ontológica?

Podemos fazer uma simples indicação de que a referida referência tem como núcleo fundamental o homem¹¹. Se a indicação é simples, sua significação converte-se no seu contrário, isto é, localiza-se num campo bastante complexo, contudo, uma complexidade que não está referida aos fundamentos ontológicos do homem entendidos como uma dada perspectiva teórica no âmbito da tradição marxista – e, portanto, de uma interpretação do pensamento de Marx –, mas uma complexidade referida ao seu próprio método, cuja tarefa é apreender o complexo dinâmico dos múltiplos fenômenos da própria realidade¹².

Tomamos como assento inicial a objetividade (o materialismo) e a historicidade do pensamento de Marx para situar nele uma ontologia, sendo ela posta aqui sob um dos ângulos possíveis de ser apreendida: a do processo de apreensão objetiva do real, de busca por seus fundamentos e pelo fundamento do próprio homem, de suas *formas de objetivação*. Tanto o elemento material quanto o histórico particularizam a ontologia marxiana, atribuindo a ela um significado diverso e específico de tantos outros presentes na história do pensamento filosófico¹³.

A obra de Marx, ao se voltar centralmente para o entendimento do modo de produção capitalista, ancora-se principalmente na busca pela descoberta de seus fundamentos objetivos que expressam, em última instância, o próprio processo de produção e reprodução do homem, estando obviamente suas análises particularizadas na sociedade burguesa. Os exames iniciais que realiza em sua trajetória investigativa – e que de fato traçam um tema de investigação que constitui o objeto de sua vida, já acima indicado –

¹⁰ Interessante observar que tal condição apenas ganhou evidência curso adiantado do estudo da vida cotidiana em Heller, o que atesta as descobertas infindáveis ocorridas no processo de investigação e aprofundamento de um determinado tema. Embora o cotidiano não constitua um tema de estudo novo para nós, de fato, temos feito descobertas as mais incríveis, sobre o que é, não raras vezes, tomado como óbvio, ínfimo e reduzido meramente ao empírico.

¹¹ As categorias homem e ser social não se referem apenas ao gênero masculino.

¹² Discutindo a concepção geral de Marx como um sistema, Mészáros assim o coloca, destacando, ainda, sua distinção em relação ao sistema filosófico de Hegel: "(...) o sistema marxiano não é *menos*, mas sim muito *mais* complexo do que o hegeliano; pois uma coisa é inventar, engenhosamente, as "mediações" logicamente adequadas entre "entidades do pensamento" e, outra, muito diferente é identificar na realidade os complexos elos intermediários dos múltiplos fenômenos sociais, encontrar as leis que governam suas institucionalizações e transformações recíprocas, as leis que determinam sua relativa "fixidez", bem como suas "modificações dinâmicas", demonstrar tudo isso na realidade, em *todos* os níveis e esferas da atividade humana." (2006: 94 – grifos do autor).

¹³ Vale anotar que, enquanto busca dos fundamentos do homem, a ontologia é encontrada em diferentes pensamentos filosóficos, nos quais pode adquirir um sentido idealista, metafísico, etc.

partem da economia política¹⁴, principalmente pelos apontamentos críticos que faz das análises da economia política clássica, para a qual as leis que regem a economia são tomadas como naturais, imutáveis, não transitórias, sendo que as *relações sociais*¹⁵ que se estabelecem entre as classes, a produção do salário, do lucro, etc., se dão de forma abstrata. Assim, ela não busca a compreensão de algo fundamental: o modo pelo qual é produzido e objetivamente determinado o próprio processo de produção¹⁶.

Na radical contramão de tal perspectiva, ao demarcar seu ponto de partida na perseguição do entendimento dos fundamentos históricos e objetivos da economia política – procurando descortinar os nexos existentes entre capital, propriedade privada, valor, divisão do trabalho –, Marx destaca a produção da vida social feita pelos próprios homens, num processo que desencadeia, simultaneamente, o desenvolvimento deles e as particularidades que a própria produção da vida social adquire, historicamente, no processo de produção das relações sociais de uma dada sociedade. No movimento de sua investigação, há então uma dinâmica entre elementos indissociáveis. Ao olhar para uma sociedade determinada, datada inclusive – aquela da segunda metade do século XIX –, desvelando como é produzida a base econômica da sociedade, e, portanto, as relações sociais estabelecidas entre os homens – e determinados homens de acordo com o lugar que ocupam nesse processo de produção –, Marx desvela ao mesmo tempo, que os homens produzem a sua própria existência.

Nesse sentido, o pressuposto basilar de seu pensamento é o de que o homem produz-se a si mesmo pela apropriação e transformação da natureza (e ainda sua conseqüente transformação), estabelecendo ao mesmo tempo relações com outros homens,

¹⁴ Contextualizando um momento histórico preciso – o da passagem da sociedade feudal para aquela tornada burguesa –, Netto e Braz assim destacam a Economia Política, a qual: "(...) interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do *Antigo Regime*" (2007: 17 – grifo dos autores). Demarcando o surgimento dos estudos que conformam a economia política, em meados do século XVII, até o período em que adquire maior reconhecimento como teoria, em meados do século XIX, ou seja, o seu denominado período clássico, os referidos autores a definem resumidamente: "(...) a Economia Política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o *Antigo Regime* (...)" (2007: 18 – grifo dos autores). Ou seja, na transição da sociedade feudal para aquela que se constituiria em burguesa, a economia política clássica serviu como instrumento de expressão das ideias dessa classe em ascensão.

¹⁵ Essa significação será tratada nas reflexões seguintes.

¹⁶ Apenas a título de maior esclarecimento, vale sublinhar algumas críticas de Marx ao modo como os estudos sobre economia política são feitos no período em que analisa (constantes em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844): "A economia política tem início do fator da propriedade privada. Não o esclarece. Concebe o processo *material* da propriedade privada, como ele ocorre na realidade, em fórmulas gerais abstratas, que em seguida lhe servem de leis. *Não compreende* tais leis, ou seja, não explana como elas decorrem da essência da propriedade privada. A economia política não fornece qualquer explicação sobre o fundamento da divisão do trabalho, do capital e da terra. Por exemplo, ao definir a relação do salário com o lucro do capital, aparece-lhe como último fundamento o interesse dos capitalistas; em outras palavras, conjetura o que deveria explicar-se. (...)" (2006: 110 – grifos do autor).

o que é desencadeado por meio do *trabalho* – donde ser esse seu elemento fundante. Vejamos.

Talvez pudéssemos arriscar na afirmação de que em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, as suas interrogações que convergem para a busca do entendimento daqueles nexos apontam para dois elementos fundamentais: as bases para o significado ontológico do trabalho – e, por conseguinte, para os fundamentos ontológicos do homem – e o caráter particular que ele assume na sociedade burguesa: a alienação¹⁷.

Para responder às suas necessidades primárias o homem se apropria da natureza, dos meios e recursos naturais nela existentes, transformando-a por meio de sua atividade *vital*, isto é, do trabalho, produzindo assim sua própria existência. A satisfação dessas suas necessidades se dá não apenas através das respostas que formula para satisfazê-las, mas se faz também na transformação das respostas elaboradas em novas perguntas, num processo infinito de criação de si mesmo. A transformação operada pelo homem na natureza, e, portanto, dos objetos dos quais se utiliza e trabalha para satisfazer suas necessidades, converte-se também numa transformação de si mesmo, o que impulsiona o desenvolvimento de capacidades tornadas condições e *mediações* para o desenvolvimento desse processo. Como destaca Lukács:

“(...) é inegável que *toda atividade laborativa surge como resposta que busca solucionar o carecimento que a provoca*. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento do social e em proporção crescente, ele *generaliza*, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, bem como na medida em que, na sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com estas mediações, freqüentemente bastante articuladas”. (2007: 229 – grifos nossos)

Tal processo é feito na relação que trava o homem não apenas com a natureza, mas também com outros homens, donde a *sociabilidade* como uma das mediações que abre o caminho para o desenvolvimento de hábitos, culturas, costumes, da moral, de normas e regras de convivência, etc. Ele implica o conhecimento do homem acerca de suas próprias

¹⁷ Discutiremos esse ponto mais à frente, cabendo indicar que a alienação é uma mediação fundamental para as reflexões do trabalho na sociedade burguesa, exigindo ainda ser tratada no âmbito da discussão da vida cotidiana, a qual, considerada nos marcos dessa sociedade, não pode ser feita descolada da alienação como uma de suas principais determinações.

necessidades e as formas que pode satisfazê-las – aos meios materiais sobre os quais suas ações recaem –, despontando a possibilidade de projetá-las idealmente antes mesmo de realizá-las, o que não significa que o resultado coincida necessariamente com sua projeção, ainda que possa e, de fato, ocorra muitas vezes. A prévia ideação, ou a *teleologia*, se faz precisamente pela *consciência*, – desenvolvida porque apoiada numa necessidade objetiva, por ela impulsionada – uma das capacidades mais fundamentais sem a qual o homem jamais poderia desenvolver o conhecimento sobre as coisas. Ela permite também a ampliação dos campos de suas ações, diversificando-as, uma vez que ao perguntar sobre uma resposta dada a uma necessidade já pautada num conhecimento desenvolvido, ele busca outros modos de conhecer. A ampliação daqueles campos equivale à ampliação de seus conhecimentos. No entanto, isso não significa que possa conhecer a totalidade das coisas; a possibilidade do conhecimento tornado dado efetivo é sempre parcial, aproximativo do real, e nunca inteiro, pois esse se faz cada vez mais por muitas e variadas determinações.

A ampliação desses campos de ações surge ainda pela possibilidade da escolha entre várias alternativas postas no processo de autoprodução do homem, advindo daí sua capacidade de se construir como um ser livre. Essa *liberdade* é tanto no sentido em que se liberta da natureza, invertendo sua relação com ela, ou seja, não é mais a natureza que domina o homem, mas ele que a domina, submetendo-a a ele – o que implica que se distancie dela, mas tendo-a sempre como condição indispensável à sua sobrevivência, por conter elementos naturais sem os quais não vive –, quanto e principalmente porque se torna livre para escolher entre as alternativas que ele mesmo criou por meio de suas ações.

Essas capacidades se universalizam, passam a pertencer a todos os homens, convertendo-se numa conquista da humanidade, ou seja, do *gênero humano*. Simultaneamente ao desenvolvimento dessas capacidades, o homem se faz como ser *universal*, porque se distancia da natureza, a domina, estabelece mediações com ela, desenvolve suas capacidades, humaniza-se.

Nesse plano, ontológico, o trabalho é atividade livre, criadora – porque permite o pleno desenvolvimento do homem. Concordante com as considerações feitas, o trabalho confere ao homem uma dimensão universal, social, genérica, histórica, objetiva – provindo precisa e fundamentalmente daí seus fundamentos ontológicos, porquanto categoria fundante da existência humana. Distinguindo o animal – que estabelece uma relação imediata e instintiva com a natureza – do homem – que, pelo trabalho, crescentemente mediatiza sua relação com ela, projetando idealmente sua ação antes mesmo de realizá-la –, Marx esclarece:

“O animal identifica-se prontamente com a sua atividade vital. Não se diferencia dela. É a *sua própria atividade*. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital lúcida. Ela não é uma deliberação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital lúcida diferencia o homem da atividade vital dos animais. Só por esse motivo é que ele é um ser genérico. Ou então, só é um ser lúcido, ou melhor, a sua vida é para ele um objeto, porque é um ser genérico. Exclusivamente por este motivo é que a sua atividade surge como atividade livre”. (2006: 116 – grifos do autor)

O trabalho é o meio primeiro de *objetivação* do homem (a atividade vital mesma) – que se refere à externalização daquelas suas capacidades em face das exigências postas no processo de busca pelas respostas de satisfação de suas necessidades sem as quais não pode fazer-se a si mesmo –, conformando o modelo geral de práxis¹⁸ e atribuindo a ele seu caráter genérico, donde exatamente a possibilidade de instaurar-se como um *ser social*. Há aqui nessa indicação ao menos dois elementos profundamente vinculados e imprescindíveis à apreensão do núcleo dessa reflexão já postos anteriormente (se a tentativa de explicitá-los não alcançar sua consecução deve-se ficar no mínimo claro a grande relevância desse grifo).

Um deles diz respeito à genericidade como fator constitutivo do homem. A objetivação do homem pelo trabalho, ao corresponder a uma *intencionalidade* primeira de suas necessidades mais fundamentais, é simultaneamente a objetivação de sua própria genericidade – ou ainda, pelo trabalho, o homem se constrói como um ser genérico. Num dado momento histórico no qual rompe com as barreiras naturais, isto é, deixa de ser dominado pela natureza, mas passa a dominá-la, ela se forma como o meio de criação de sua própria vida – da vida universal, genérica dos homens –, através da qual por inúmeras mediações e destacadamente por aquelas que vimos, a transforma e transforma a si mesmo, colocando-se como um ser de novo tipo. Aí se localiza o “salto ontológico” magistralmente definido por Lukács, através do qual o ser se torna homem – um ser social – o segundo elemento a ser destacado. É então exatamente por se construir como um ser genérico que ele se torna efetivamente um ser social. Numa bela passagem dos Manuscritos, Marx escreve:

¹⁸ Como escrevemos em linhas acima, o trabalho permite que aquelas capacidades e mediações se espalhem para outras esferas, propiciando a objetivação do ser social nelas. Dessa forma: “Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de *práxis*. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas”. (Netto e Braz, 2007: 43 – grifo dos autores).

“É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela, a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em conseqüência, o elemento do trabalho é a *objetivação da vida genérica do homem*: ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado”. (2006: 117 – grifos do autor).

Como dado ontológico – porquanto fundamento do homem na sua constituição como tal –, o trabalho abre a possibilidade do espalhamento daquelas capacidades do homem para todas as outras esferas da vida social precisamente por sua instauração como um ser social que generaliza, o qual, tendo sempre uma intencionalidade (a teleologia) mais precisa na sua ação, a amplia, enriquecendo a própria ação. Nesse sentido, como assinalamos, se o trabalho é o modelo geral da práxis humana, o homem se objetiva ainda por meio de outras formas de práxis que surgem justamente pela sua capacidade de generalização e por aquele espalhamento. De fato, é o “homem inteiro”¹⁹ que se modifica, emergindo ao mesmo tempo o que antes não existia: suas relações, seus gostos, sentidos, hábitos, cultura, costumes, sentimentos, entre tantos outros. Por isso, o trabalho – e especialmente pelo desenvolvimento da dimensão da consciência – não é apenas o elemento que diferencia o homem dos outros seres, atribuindo a ele uma especificidade, tal como já mencionado. Para

¹⁹ Referindo-se ao homem que age na cotidianidade, Lukács utiliza essa expressão [“ganze Mensch”], bem como, para num sentido oposto – aquele da suspensão da cotidianidade – emprega a expressão de “homem inteiramente” [“Menschen ganz”] (Heller, 2000). Utilizamos a expressão “homem inteiro” para indicar a amplitude do conjunto das transformações que nele se opera, que, do ponto de vista da vida cotidiana – posta agora como um campo *heterogêneo* que exige igualmente ações e reações heterogêneas –, demarca o movimento de todas as suas capacidades e habilidades com vistas a responder às múltiplas exigências do cotidiano mesmo. Sugerimos que o “homem inteiro” se põe na medida em que, desencadeado um processo de desenvolvimento – objetivo, subjetivo (ou o elemento da consciência), histórico – do próprio ser social, desencadeia-se paulatina e simultaneamente – de acordo com suas necessidades igualmente objetivas, subjetivas e históricas – o desenvolvimento de esferas e dimensões distintas que passam a constituir a própria vida social. De fato, num movimento em que o homem forma o heterogêneo e se forma a si mesmo nessa mesma medida, ou seja, como “homem inteiro”. Mas, embora utilizando essa expressão, acreditamos ainda, que é também e exatamente esse mesmo movimento e desenvolvimento do ser que põe a possibilidade de outra dimensão sua: o “homem inteiramente”. Nessa nota cumpre ainda indicar que, para Lukács o momento da suspensão é de fato o momento da ruptura – sempre momentânea, pois que não há uma eliminação do cotidiano, “o homem inteiramente” sempre retorna, agora modificado, para ele, – com as exigências heterogêneas postas pela vida cotidiana, equivalendo então a uma *homogeneização* das capacidades e faculdades dos homens direcionadas ao desenvolvimento de uma única tarefa, instaurando-se como uma particularidade – momento entre a singularidade e o humano-genérico (Cf. Netto, 2000). Para a homogeneização é necessária a conjugação de três elementos: a concentração numa única atividade ou tarefa; a conseqüente “suspensão” de qualquer tarefa ou atividade e a dedicação do inteiro do homem na realização dessa tarefa (Heller, 2000).

Lukács: "(...) o trabalho se torna não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário, precisamente no plano ontológico, também se converte no *modelo de toda a nova forma do ser*". (2007: 230 – grifos nossos).

Essas indicações correspondem a uma concepção de homem em Marx, que indubitavelmente situa o próprio homem no centro de seu pensamento. Ainda que essas reflexões equivalham apenas e tão apenas a uma incursão na discussão de uma ontologia social constante nesse pensamento, ousamos sugerir que talvez seja precisamente ela um dos elementos que permite a afirmação de um humanismo em Marx. Podemos localizar nela uma via que busca a compreensão do ser mesmo, de sua completude, mas também de sua fragmentação; da afirmação de sua humanidade, mas também de sua negação; das conquistas que o enriquecem como gênero humano, mas que também o empobrecem como tal, num movimento dinâmico – e não contraditório no sentido de algo inerente, imutável e eterno da constituição ontológica do ser – efetivado em face de condições históricas precisas. Voltaremos a esse ponto em breve.

Dessa forma, o homem é o sujeito vivo no pensamento de Marx e a extração de uma concepção sua daí permite a interpretação da experiência humana viva e ativa na história, na contramão de interpretações no seio da tradição marxista e de outros sobre ela que expurgam o sujeito das análises de Marx²⁰. Isso não é mera anotação que fazemos, uma vez que vimos nos aproximando da localização da vida cotidiana – que é o espaço, por excelência, da experiência e objetivação humana –, na intenção de afirmar o homem seu próprio eixo.

Se, como pontuamos nos parágrafos primeiros desse texto, a particularidade que adquire uma ontologia social em Marx está tanto no dado histórico quanto no dado material – que formam uma unidade expressa no concreto –, uma das formas possíveis de atestá-la é

²⁰ Não possuímos a intenção da explicitação de autores que o fazem (até porque nosso conhecimento e apropriação dessa literatura nem de longe permitiria isso), mas somente problematizamos certas interpretações da produção de Marx que se expressam nos apontamentos sobre a ausência de uma discussão sua sobre, por exemplo, as questões de gênero, as experiências cotidianas, etc. Não se trata de atribuir a tal fato a impossibilidade de uma abordagem sobre vários aspectos e temas de estudo, até porque o objeto de sua investigação estava claramente definido. O que parece relevante destacar é a fundamental apreensão do núcleo de seu pensamento, do modo como ele opera suas descobertas teórico-práticas, que ilumina o exame de qualquer questão. Numa palavra, se trata da apreensão de seu método, que para Lukács, no âmbito do marxismo, constitui sua própria ortodoxia: "(...) se se supusesse, mesmo sem o admitir, que a pesquisa contemporânea provou a inexatidão "de fato" de todas as afirmações particulares de Marx, um marxista ortodoxo sério poderia reconhecer incondicionalmente todos estes novos resultados e rejeitar totalmente algumas teses singulares de Marx se, entretanto, e por um só momento, obrigar-se a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, pois, adesão acrítica aos resultados da pesquisa de Marx, nem "fé" numa ou noutra tese marxiana ou exegese de um texto "sagrado". A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrário e exclusivamente, ao *método*. (...)" (1981: 60 – grifo do autor).

também o seu próprio modo de investigação, ou seja, seu método. A concepção histórica e materialista do homem é exatamente aquela que ilumina a apreensão dos fenômenos do real da qual ele é parte constitutiva e constituinte porque como sujeito que o faz, mas não somente movido por vontades, mas também sob circunstâncias que lhes são externamente condicionadas e determinadas.

Aqueles dados como determinações do real, e, assim, como possibilidades de conhecer expressam o materialismo histórico e dialético²¹, reciprocamente considerados. É histórico precisamente porque ao tomar a existência objetiva de algo, ela se faz num dado tempo e espaço, portanto portadora de uma história real, e é dialético porque seu conhecimento exige a apreensão de complexos – que determinam algo, mas que por sua vez, também são determinados reciprocamente. Segundo Lukács:

“Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz, portanto, a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria (...)”. (2007: 226).

Nesse sentido, as categorias são modos de ser do ser social, tomadas objetiva e historicamente – daí não se colocarem, ao nível da investigação, *a priori* –, e não como meras definições a serem pegadas também numa mera empiria. Portanto, elas exigem a captura dos fundamentos e das formas concretas e históricas do homem e do real, que reclamam ser particularizados e contextualizados, num corpo vivo, portadores de materialidade e subjetividade.

Esperando não cair numa repetição, mas apenas evidenciar nos limites desse texto o porquê da escolha por essa perspectiva teórica, a “tarefa de uma ontologia materialista tornada histórica é, (...) descobrir a gênese, o crescimento, as contradições no interior do desenvolvimento unitário (...)” (Lukács, 2007: 239). A essa altura já deve se mostrar mais claramente porque iniciamos nossa reflexão pela busca do lugar e do significado de uma ontologia social em Marx a partir de um ponto específico: o modo de conhecer – que é também a visão de mundo e de homem de quem o adota –, e de explicar o real considerado

²¹ Não podemos desenvolver seus significados aqui, pois ultrapassam os limites do texto. Fazemos apenas algumas simplificadas pontuações. O materialismo histórico e dialético é tratado por Lukács como elementos que distinguem a ontologia social marxiana de outras. (Cf. 2007 e 1981).

nessa perspectiva se faz coerente com seu próprio método de investigação, que permite a Marx desnudar o objeto de estudo de sua vida.

Agora nos aproximamos mais precisamente da pergunta orientadora dessas reflexões. Tomamos a vida cotidiana como categoria ontológica – tal como em linhas acima já grifado – exatamente porque possibilita apreender na experiência da vida e, portanto, na sua análise, o homem que se desenvolve e move nela no sentido da sua própria humanização, desde o atendimento de suas necessidades mais elementares até a criação de amplos espaços e formas por meio dos quais se desenvolve. Ou seja, trata-se de captar a *heterogeneidade* que constitui o ser mesmo: aquela que está presente nas atividades que realiza; aquela da formação das esferas (política, econômica, etc.) da vida social, que, se diferentes porque se (re) produzem de modos particulares, não são independentes, isoladas enquanto constituem a totalidade da vida social mesma; e essencialmente, pelo especial significado atribuído, nesse estudo, às diferentes dimensões (ou esferas) ontológicas constitutivas do homem como ainda veremos. A direção impressa no entendimento da vida cotidiana iguala-se a uma preferência que o homem, o sujeito mesmo adquire em nossas análises, advindo daí a escolha pelas obras de Heller. Lukács retira o elemento ontológico da configuração da vida cotidiana examinada por ela da seguinte maneira:

“Se hace comprensible (...) la extrema y paradójica *heterogeneidad* de la vida cotidiana: su base ontológica está constituída por la espontaneidad inherente a la naturaleza particularista de las actividades humanas que necesariamente acompañan a las *reacciones primarias de los hombres a su humanización y que se expresan en ella*. Pero el desarrollo muestra cómo, incluso en los complejos suscitados por las reacciones particulares más primitivas, está cada vez más presente como tendencia objetiva, y opera necesariamente, algo más elevado de lo que se podría deducir de esta pura inmediatez. Y precisamente esta escala – *que llega de la pura particularidad inmediata hasta las posiciones más generales y elevadas (...), en la expresión de la genericidad humana, todo mutismo y realizarse precisamente como ser para-sí – define la esfera ontológica de la vida cotidiana*”. (1991: 13-14 – grifos nossos).

Aquela mencionada tarefa de uma ontologia histórico-materialista, ao buscar os fundamentos do homem, sua própria gênese, o apreende nas diferentes dimensões através das quais é formado, e desse modo, a apreensão é feita pela consideração das múltiplas determinações que o constroem e as circunstâncias em que vive. No entanto, o conjunto

dessas determinações – que se manifestam no real como resultado delas – forma uma unidade, um grande complexo, daí aquele “desenvolvimento unitário” carregado de contradições que impregnam o real. Essa demarcação é feita na medida de algo que insistentemente vimos sublinhando aqui: captar a vida cotidiana é captar a vida comum (onde todos podem se reconhecer), mas, se captá-la é descobrir sua pobreza – os limites postos ao desenvolvimento do homem –, é também descobrir as possibilidades da realização do desenvolvimento pleno do homem. Mas, sobretudo (e isso é o que mais vale aqui), é a perspectiva teórico-metodológica que ilumina a apreensão da vida cotidiana como composta por múltiplos fatores (heterogêneos) e como parte do real contraditório, igualmente contraditória, exigindo tal postura teórico-metodológica na sua interpretação. Isso indica ainda a concepção (no sentido mais amplo do termo) que orienta esse estudo, se esse se refere à vida cotidiana e à profissão de Serviço Social, a amplitude dessa concepção ultrapassa a ambos infinitamente, guiando um modo de entender o homem e sua inserção e desenvolvimento no mundo.

Se, como já anotado, o sujeito adquire nesse lugar um privilégio, então a base para a compreensão de sua formação não poderia ser outra se não essa que escolhemos (considerando o determinado campo da tradição marxista no qual nos movemos). A centralidade que atribuímos ao homem coincide então com o tratamento realizado por Heller, como continua a destacar Lukács:

“(...) Dado que Ágnes Heller explicita este principio más coherentemente que cualquier predecesor suyo, ella es la primera en ofrecernos la vida cotidiana, que ha llegado a ser tan importante como *factor de mediación, en su verdadera figura, universal*. Es decisivo a los fines de este resultado el hecho de que la Heller mantiene firmemente con gran coherencia la *prioridad del ser* (...). En efecto, cualquier otro modo de ver (fundamentalmente el gnoseológico) se encuentra obligado a considerar cada esfera específica del ser sobre la base de una homogeneidad interna”. (1991: 13-14 – grifos nossos).

Então, mostra-se já que a escolha pela abordagem da vida cotidiana como uma categoria ontológica se faz tanto pela coerência com o método de investigação quanto pela concepção de homem, histórica e materialista, que adotamos. Podendo ser simples a resposta, a reflexão que nela resulta é bastante complexa, pois se trata mesmo de “descascar” o que salta imediatamente aos olhos, para mediadamente se aproximar da constituição interna da própria vida cotidiana.

Como já dissemos na abertura desse texto quando da problematização do objeto desse estudo, a compreensão da vida cotidiana se faz exatamente no seu oposto, num esforço contínuo de garantir a análise numa perspectiva totalizante, especialmente do ponto de vista da consideração do homem e do real como totalidades, sínteses de amplos processos e múltiplas determinações que os formam, tornando assim sua apreensão complexa, que se impossível na sua totalidade – pelos limites do conhecimento em face da complexidade do real – plenamente possível por algumas de suas expressões. Nesse ponto e ao nível das análises que localizamos a fragilidade e os limites da abordagem da vida cotidiana conforme a sua apresentação mesma – o que, na verdade, coincide com a positividade da realidade que se expressa, por exemplo, na abordagem positivista, especificamente funcionalista – sendo assim possível, porque a vida cotidiana se presta ao funcionalismo, ou seja, ela é imediata, superficial, fracionada em funções, papéis, pela exigência do exercício de muitas e diversas capacidades em situações igualmente diversas. É nessa medida que o esforço aqui é contínuo em garantir uma reflexão referenciada na totalidade que constitui de fato o real – e, por conseguinte, a vida cotidiana –, em contraposição com essa sua apresentação, pois, embora ela se preste e muito ao funcionalismo, ela é expressão de múltiplas determinações. Numa palavra: sua aparência que tendencialmente é aceita analiticamente, aqui é analiticamente negada e sua essência é constantemente perseguida. Consequentemente, o esforço é operar uma reflexão que busque seus fundamentos – rompendo os nós que impedem sua crítica, ainda que essa não seja objeto das reflexões postas nesse espaço.

Esperando ter marcado o campo teórico em que o exame da vida cotidiana se inscreve, passemos agora para algumas considerações que nos conduzem ao seu tratamento mais particularizado sintonizado com o estudo ora em questão.

1.1. AS DIMENSÕES ONTOLÓGICAS DO HOMEM: GENERICIDADE, PARTICULARIDADE E INDIVIDUALIDADE

A incursão numa reflexão acerca das dimensões que conformam o homem é posta como uma necessidade ou mesmo uma exigência na medida em que conferimos centralidade ao sujeito²² nesse estudo. Sujeito esse que, se considerado pelos múltiplos fatores que o determinam e o constroem, é captado nesse momento sob um ponto de vista

²² A concepção de sujeito nesse estudo é aquela equivalente a de sujeito histórico. Quando falamos em homem e em ser social, falamos igualmente de um ser histórico. Faremos algumas observações acerca disso mais à frente.

preciso: *aquele dos fundamentos de suas dimensões como ser social, portanto, de suas dimensões ontológicas, tomados a partir da esfera da vida cotidiana, que funciona como a mediação mesma entre elas.* Assim, o que se segue é não mais do que uma tentativa de explicitar o significado dessa assertiva.

De tudo que assinalamos até agora, podemos apreender que o homem se torna um ser social quando produz sua própria existência, produção essa que possui um caráter eminentemente universal. É então característico e denominador comum de sua espécie essa forma de objetivação que marca a produção de sua vida social na relação com outros homens, derivando daí a sociabilidade como dado fundamental sem o qual não fundaria a si mesmo com um ser desse tipo. Essa sociabilidade e universalidade significam um elo existente entre os homens naquela forma de objetivação fundamental de si mesmos, passando a compor um dado da humanidade e colocando em movimento relações e intercâmbios cada vez mais sociais (e complexos), o que implica na natureza coletiva do trabalho e das conseqüentes capacidades desenvolvidas pelo homem através dele. Em resumo, essa forma de objetivação e outras que são criadas pelos homens emprestam à sua vida uma dimensão social, coletiva que os unem como construtores da história da humanidade ao longo de seu desenvolvimento.

A natureza do *gênero humano* é dada pelo ato primeiro que o cria – o trabalho, como modelo central da práxis –, já que esse é o fundamento do próprio gênero. O trabalho, ontologicamente considerando, permitindo o desenvolvimento da consciência do homem a partir do conhecimento que passa a dispor da natureza e assim dos objetos sob os quais dirige suas ações – diferenciando-se assim de todos os outros seres –, o coloca como ser genérico, estando genericidade e consciência intrinsecamente ligadas. Em outras palavras: a consciência desenvolvida no processo do trabalho atribui ao homem um caráter genérico porque ele passa a ter consciência de si mesmo como um ser diferente dos outros; ele somente pode ser genérico justamente porque ele se torna um ser consciente de si relacionando-se conscientemente com outros e com os próprios meios através dos quais satisfaz seus carecimentos mediatamente. Em face da intensificação da alienação essa relação é radicalmente alterada, o que será marcado posteriormente.

A genericidade humana manifesta-se, portanto, no processo de (re) produção dos homens, o qual, se inclui centralmente o trabalho, também o ultrapassa, dado o desenvolvimento cada vez mais crescente de suas capacidades, habilidades, sentimentos, e as conseqüentes formas de objetivação na vida social – o que não significa algo linear, ao contrário, como coisas que vão sendo postas em movimento sempre ao mesmo tempo e juntas. Como dissemos antes, o espalhamento das capacidades desenvolvidas pelos homens

para outras esferas da vida social – dada a capacidade da generalização –, expressam os produtos de suas ações em diferentes campos: nas artes, na cultura, na linguagem, no conhecimento, que vão compondo o humano-genérico. O *humano-genérico* é assim síntese do produto universal das ações objetivas e também subjetivas (conscientes) dos homens, incorporando o que eles foram capazes de realizar ao longo da história da humanidade, tanto no sentido de afirmação de um desenvolvimento seu positivo quanto negativo, ou, posto de outra forma, na afirmação da “riqueza humana”²³ e/ ou de sua negação. De fato, os dois movimentos participam do gênero-humano, pois a história feita pelos homens mostra simultaneamente a beleza e a barbárie do que foram capazes de construir.

Na seção “Os problemas do reflexo na vida cotidiana” de sua Estética, Lukács localiza o mote marxiano que orienta sua análise precisamente no fato de que as ações que os homens são capazes de objetivar vão mais além do que aquilo que eles mesmos projetaram pela sua consciência, ou de outro modo, são muito mais amplas ou ricas, o que não significa que caminhem necessariamente para o progresso da humanidade. Sublinhar isso é fundamental para a compreensão de que o humano-genérico expressa tudo o que os homens produziram, negativa e positivamente, rumo ao progresso e ao retrocesso; do contrário podemos cair numa visão unilateral que considera apenas um ou o outro lado da questão, para não dizer de uma mera consideração abstrata da humanidade (do gênero mesmo) ignorando que tudo aquilo que ela produziu é exatamente aquilo com o que nos deparamos, vivemos, (re) produzimos, confrontamos, de modo a significá-lo. Citemos o próprio Lukács, remetendo ainda à sua fantástica leitura acerca do fecundo tema da vida cotidiana:

“ (...). Los hombres, actuando por reacción y con finalidades inmediatas en la vida cotidiana general, y sobre todo en sus estadios primitivos, *producen una instrumentación material e intelectual que lleva en sí más de lo que los hombres han puesto inmediata y conscientemente en ella*; las acciones inmediatas de los hombres sacuden entonces ese complejo instrumental de tal modo que *lo que en él estaba antes implícito se hace explícito, y las acciones van más allá de lo directamente deseado*. Esto se debe a la interacción entre la dialéctica objetiva y la subjetiva. *La dialéctica objetiva, cuyo reflejo es la subjetiva, es siempre más rica y amplia que ésta.*”

²³ “O desenvolvimento das conquistas materiais e espirituais do gênero humano, determinado fundamentalmente pelas forças produtivas e pelo domínio dos homens sobre a natureza, permite a liberação das capacidades humanas, concebidas por Marx como a *riqueza humana*, produto material e espiritual das conquistas produzidas pela humanidade (...)” (Barroco, 2008: 29 – grifo da autora). Como vimos, as capacidades humanas as quais se refere Barroco, são: a liberdade, a consciência, a universalidade e a sociabilidade.

Sus propios momentos, aún no captados subjetivamente, obran a menudo de un modo que lleva más arriba, que rebasa las finalidades subjetivas inmediatas (...). Pero con eso no queda descrita totalmente, ni mucho menos, la relación entre la dialéctica objetiva y su reflejo subjetivo. *Sería conceber de un modo místico la realidad objetiva el considerar que su efecto esté siempre y exclusivamente orientado por los momentos promotores del progreso*'. (1963: 63-64 – grifos nossos).

Portanto, o humano-genérico expressa a objetivação das ações guiadas pela sua subjetividade, ou seja, pela sua consciência (a teleologia das suas ações), a relação, ou melhor, a interação é entre o objetivo e o subjetivo – não há aqui uma abstração, ao menos que caíamos naqueles equívocos do conhecimento referido.

A genericidade humana é constitutiva dos homens e todos a contém, o que não significa que todos tenham uma *relação consciente* com ela, ou seja, que a consciência dela implique na motivação e orientação de seus atos e comportamentos, tal como ainda veremos. Em face da alienação aprofundada na sociedade burguesa o desenvolvimento desse tipo de relação se torna mesmo questão de privilégio para alguns. Aqui falamos pelo menos de duas dimensões (não de duas coisas distintas e apartadas): aquela expressa no elemento comum da (re) produção dos homens – particularmente no plano ontológico, todos trabalham, (re) produzem coletivamente a existência social – na qual se manifesta fundamentalmente a genericidade humana; e aquela cujo significado é atribuído à apropriação da “riqueza humana”, denotando uma consciência sua ou não (dando-se assim a “suspensão” da cotidianidade) – a consciência daí derivada pode e geralmente implica naquela relação consciente que ganha objetividade da maneira referida, uma vez que, como vimos, o homem “retorna” modificado ao cotidiano.

Com efeito, a genericidade contém e está contida sob diferentes formas, podendo ser igualmente manifestada sob diferentes formas. Todo homem tem consciência de que faz parte do gênero humano (no sentido de espécie); genericamente considerado, o homem expressa as relações sociais das quais é parte e produtor, portanto um ser humano-genérico; todo homem possui sentimentos comuns, assim, com conteúdos humano-genéricos, etc. Para Heller:

“Também o genérico está “contido” em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem freqüentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata do trabalho efetivo (isto é, socialmente

necessário) – é sempre atividade do gênero humano. Também é possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois *sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana*. Assim, na maioria dos casos, o particular não é nem o sentimento nem a paixão, mas sim seu modo de manifestar-se, referido ao eu e colocação a serviço da satisfação das necessidades e da teleologia do indivíduo”. (2000: 21 – grifos da autora).

Nessa menção há alguns grifos a fazer: o primeiro é o caráter histórico da genericidade e também da vida cotidiana (a relação história e sociabilidade), e o segundo emenda-se a ele sendo precisamente o problema da representação do humano-genérico. Vejamos.

Heller atribui à história o significado exato da *substância humana*; história essa que guarda uma “(...) *continuidade de toda a heterogênea estrutura social (...)*” (2000: 02-03). Como já pontuamos, ainda que implicitamente, a sociedade constitui-se por esferas distintas (a economia, a política, a cultura) e heterogêneas que ao longo do desenvolvimento histórico sofrem, inegavelmente, mudanças tanto em suas estruturas quanto em seus significados – já que a história não é eterna e imutável, ao contrário, é mesmo dinâmica –, não significando, entretanto, que elas rompam abruptamente com uma história anterior; de outro modo, elas expressam justamente o desenvolvimento histórico precedente a elas. Mas aqui não se trata de um etapismo, muito menos de uma evolução; trata-se de que o desenvolvimento histórico de um tempo e de uma sociedade é delineado e realizado sob circunstâncias dadas por uma história anterior. Ademais, a história de todas as construções passadas dos homens preserva-se como participante do gênero-humano, e aqui está incluída uma multiplicidade de coisas: os valores; a organização da moral; a estruturação da economia; as descobertas científicas; os modos de conhecer, explicar e buscar transformar o real; as manifestações artísticas, culturais e religiosas; o modo de viver, de trabalhar; os sentimentos humanos – que significam o desenvolvimento das capacidades dos homens. Sendo então construídos sob circunstâncias históricas, eles são portadores de uma história anterior como também e ao mesmo tempo produtos das escolhas coletivas (ainda sob as dadas circunstâncias) dos homens, exprimindo sua dimensão genérica.

Nesse sentido, ainda que expressos e vividos de maneiras particulares na vida cotidiana, eles são genéricos, porquanto contém a substância humana. Ora, disso depreendemos que todos os homens possuem uma dimensão genérica (note-se, o que é diferente de ter uma relação consciente com ela). No âmbito desse estudo vale esse

destaque na medida em que nos ocupamos dos problemas que envolvem aquela mencionada particularidade, não tratando da suspensão da vida cotidiana – essa de fato não constitui a “curva” a ser aqui apreendida, o que não significa uma ignorância sua, nem tampouco uma invalidez do reconhecimento da genericidade como dimensão fundamental dos homens. Remetendo-nos ao exemplo de Heller na citação acima, temos que não são os sentimentos que são particulares – a capacidade de amar é alguma coisa desenvolvida no processo de sociabilidade dos homens, sendo aprendida de forma muito concreta desde o nascimento dos homens, por meio da inserção numa dada família, comunidade, sociedade. Entretanto a forma diferenciada como os diferentes homens manifestam e sentem o amor são particulares. Ou ainda posto de outro modo: os homens só podem manifestar na vida cotidiana o tom particular (ou único mesmo) de seus sentimentos, dores, paixões precisamente porque esses são produtos da história e de uma sociabilidade de outros que os rodeiam.

Historicidade e sociabilidade são assim as formas pelas quais se manifestam a genericidade, que ganham maior concretude na vida cotidiana dos homens através do lugar concreto (época, sociedade) em que se encontram desde o momento de seu nascimento – donde ser o homem, um ser social e histórico.

Cabe observar, também, que ao se referir às necessidades e à teleologia como formas de explicitação dos sentimentos particulares – ou seja, como próprias de cada homem, no sentido de sua unicidade –, Heller (2000 e 1991) aponta que as necessidades da humanidade, históricas e aprendidas por meio da sociabilidade, são sempre percebidas e assimiladas conscientemente pelos homens de acordo com seu “eu”. Em outras palavras, as necessidades humanas, isto é, do “nós”, são sempre necessidades do gênero, mas assimiladas de forma consciente para o “eu”, que constrói sua teleologia a partir de seu “eu” e dirigida para seu “eu” – donde a teleologia da particularidade.

No entanto, desses rápidos grifos pode derivar uma interpretação consequente equivocada. Se o homem é portador da genericidade porque ao se reproduzir reproduz o próprio gênero, sendo produto e expressão das relações sociais (e assim a história e a sociabilidade) nas quais está inserido, ele não é jamais, como um homem sozinho, *representante* do humano-genérico. Esse é sempre aquele que manifesta o mais alto grau de desenvolvimento do gênero já alcançado num determinado tempo histórico. Lembremos que as ações dos homens vão compondo o humano-genérico – positiva ou negativamente – ao longo da história da humanidade, demonstrando um desenvolvimento extensivo do próprio gênero, e que embora as escolhas, as ações dos homens, seus rumos e orientações sejam datadas e passadas, elas continuam participando do referido desenvolvimento, podendo

inclusive servir de orientação e motivação para ações futuras de outros homens. Por isso ser o representante do humano-genérico aquele que manifesta esse desenvolvimento. Assim, de fato, é o humano-genérico que guia até e fundamentalmente as atividades basilares de sua vida²⁴. Inegavelmente, para o conjunto dos homens isso é uma excepcionalidade, mas ao contrário, a homogeneização implicada nas tarefas desempenhadas pelos representantes do humano-genérico não é algo excepcional. Nas palavras de Heller:

“A homogeneização em direção ao humano-genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos cuja *paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando têm a capacidade de realizar tal paixão*. Esse é o caso dos grandes e exemplares estadistas moralistas, dos estadistas (revolucionários), dos artistas e dos cientistas. De resto, a respeito do grande estadista, do revolucionário profissional, do grande artista, do grande cientista, deve-se afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu *trabalho principal*, sua *atividade básica*, promovem a elevação ao humano-genérico e a implicam em si mesmos. Por isso, para tais pessoas, a homogeneização em “homem inteiramente” é elemento necessário de sua essência, da atividade básica de suas vidas”. (2000: 28-29 – grifos da autora).

Entendemos que os grifos da autora não são aleatórios, especialmente aqueles que dizem respeito ao “trabalho principal”, à “atividade básica” que possibilitam a realização da “paixão dominante” orientada para o humano-genérico, cujo alcance pelo processo da homogeneização não significa um estado de permanência constante, ou ainda, não implica numa separação ininterrupta da vida cotidiana, o que não é possível para qualquer homem, nem mesmo para os representantes do humano-genérico. Além disso, aquele processo consiste na concentração em uma única tarefa ou atividade, a qual ainda que ocupe centralidade na vida de um homem motivando seus atos, sua vida não está referida somente a ela, especialmente se considerarmos as exigências postas pela vida cotidiana, dentre elas as mais básicas, como a (re) produção de sua existência física. Mas esse é um plano fundamental, ou melhor, insuprimível mesmo, do qual nos ocuparemos agora.

²⁴ Destacando a práxis política como uma das atividades em que a alienação é eliminada ou reduzida na vida cotidiana, Barroco (2008) enfatiza os momentos revolucionários que favoreceram a ampliação e o desenvolvimento da consciência política. Para tanto, destaca três sujeitos ativos da Revolução Russa (explicitando um *ethos* socialista): Lênin, Rosa de Luxemburgo e Makarenko. Certamente, esses foram representantes do desenvolvimento humano-genérico naquele contexto histórico.

Para tanto, partimos de uma noção fundamental, que, embora pareça simples, forma os nexos complexos da ampla reflexão desenvolvida por Heller acerca da vida cotidiana. Segundo ela:

“Para reproducir la sociedad es necesario que los hombres particulares se reproduzcan a sí mismos como hombres particulares. *La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares*, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproducción social.” (1991: 19 – grifos nossos).

A indicação possibilita tanto sintetizar o que assinalamos antes, quanto introduzir a nova questão. Não há sociedade que se reproduza sem que o homem produza e reproduza sua própria existência. O ato de provê-la ou o meio fundamental de objetivar-se através do trabalho, tal como já vimos anteriormente, e outros meios de objetivar-se que indicam a ampliação e o desenvolvimento de sua sociabilidade, universalidade, liberdade e consciência, formam um campo objetivo e subjetivo através do qual o homem se produz e reproduz, colocando a possibilidade da (re) produção social, ou seja, daquela sociedade da qual participa. Mas, não há homem que se (re) produza sem vida cotidiana, exatamente porque se trata aqui não apenas de uma (re) produção física, mas ainda de uma (re) produção que se dirige à própria genericidade do ser social, alcançando-a cada vez mais – daí a vida cotidiana ser posta também como uma mediação fundamental entre as dimensões do homem que vimos tratando nesse espaço, de fato como uma categoria ontológica.

Ao nascer, o homem já encontra um mundo constituído independentemente dele, do qual deve apropriar-se, inclusive como condição para *conservar-se* como *homem particular*²⁵.

²⁵ Essa é outra dimensão ontológica do homem, além daquela da qual acabamos de nos ocupar, isto é, o humano-genérico. Heller, em sua *Sociología de La Vida Cotidiana* (1991), ao discutir as dimensões ontológicas do ser social utiliza três categorias: o *humano-genérico*, o *homem particular* (*partikularitat*) e o homem como *individualidade* humana. Para ela, o *particular* é a dimensão mais individual da cotidianidade e, a *individualidade*, a possibilidade de superação dessa dimensão restrita através de uma conexão com o humano genérico. Lukács utiliza as categorias: *singularidade*, para se referir a essa dimensão restrita, *particularidade* (*besonderheit*) para tratar da sua superação. Em outras palavras, Heller e Lukács estariam tratando da dimensão mais “singular” da vida do homem com termos diferentes: ela com *particularidade*, ele com *singularidade*. Ocorre que em alemão são utilizados dois termos para se referir à particularidade: *partikularitat* e *besonderheit*. Segundo Tertulian, embora os termos sejam traduzidos por uma mesma e única palavra, não têm o mesmo significado: “Em Lukács, a *Partikularitat* possui uma conotação ligeiramente pejorativa, designando o indivíduo curvado sobre a sua singularidade, enquanto *Besonderheit* representa justamente a superação da pura singularidade rumo a uma zona de mediação entre o singular e o universal” (Tertulian, 1999, 137). Como a referência central de nossos estudos acerca da vida cotidiana está em Heller (1991 e 2000), utilizando inclusive diversas citações nas quais aparecem os termos *particularidade* e *homem particular*, opinamos por seguir essa nomenclatura. *Assim, sempre onde*

Deve aprender a manipular as coisas, a assimilar os usos; as habilidades; as capacidades; os costumes; as relações; apropriar-se do conjunto onde se situa e participa, ou seja, de seu “ambiente imediato” ou “pequeno mundo” (Heller, 1991) – em contraposição a esse último termo, a autora utiliza outro, o “grande mundo”, para designar o conjunto mais amplo da sociedade. Assim, se torna capaz de se reproduzir como homem particular e conservar-se como tal. Nesse sentido se trata de um homem histórico que se apropria de um conjunto igualmente histórico: “(...) la reproducción del hombre particular es siempre reproducción de un hombre histórico, de un particular en un mundo concreto” (Heller, 1991: 22). A apropriação das coisas é tarefa inconclusa – especialmente em face do desenvolvimento mais complexo das sociedades – pois que depende ainda das circunstâncias em que vivem e do movimento que realizam os homens: o modo de inserção na divisão social do trabalho²⁶, a passagem de uma idade para outra, a mudança de um ambiente, etc.

No entanto, pelo mesmo movimento e ao mesmo tempo em que se apropriam de um mundo já dado – o “pequeno mundo” –, constituindo-se como homens particulares, eles formam o próprio mundo: seu “ambiente imediato”. Esse movimento de formar e ser formado, de se apropriar e se objetivar simultaneamente, constroem tanto a particularidade dos homens, quanto o “ambiente imediato” em que se encontram inseridos. De outro modo e mais preciso, o que vale ser grifado é: a apropriação do “ambiente imediato” pelos homens particulares – que é ao mesmo tempo, um dos meios pelos quais formam esse mesmo ambiente – equivale a uma de suas formas de objetivação na vida cotidiana, uma das mais fundamentais, sem a qual, não seria possível o desenvolvimento de qualquer outra capacidade, nem mesmo daquelas que apontam para o não cotidiano²⁷.

A inserção e a conservação do homem em seu mundo, ou seja, em seu “ambiente imediato”, garantidas pela apropriação do já existente se dá pela *socialização primária*, da qual se ocupam tanto a família quanto a escola – espaços de transmissão de um modo de viver, expresso em dimensões e modos distintos: no falar; no comer; no vestir; no lazer; na

aparecem tais termos lê-se singular/ singularidade. Aproveitamos para indicar que nesse momento fazemos algumas rápidas considerações sobre a dimensão ontológica particular do homem, pois ela será recuperada posteriormente, precisamente nos “Achados da Investigação”.

²⁶ Ela pode ser assim posta: “(...) à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (...), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros – instaurando a *divisão social do trabalho*, que avança tanto mais rapidamente quanto mais os bens produzidos (...)” (Netto e Braz, 2007: 59 – grifo dos autores).

²⁷ As atividades que transcendem o cotidiano não fazem parte de nossas investigações, considerando os seus limites. Heller (1991) discute extensivamente esse ponto como as *objetivações genéricas para si*. No âmbito desse estudo o que é examinado são as *objetivações genéricas em si* – que formam a base das atividades da vida cotidiana conformadas em sua estrutura –, as quais serão explicitadas na sequência, mas implicitamente já postas no que escrevemos aqui, uma vez que temos incursionado na discussão sobre a vida cotidiana.

formação de normas e regras (forma elementar da moral), etc. Se essas são formas de objetivação dos homens particulares na vida cotidiana²⁸, o são ainda aquelas que implicam na transmissão de conhecimentos e experiências, interferindo na relação dos homens particulares com determinada vida cotidiana. Conforme o destaque:

“En mi educar (en lo modo en que yo presento el mundo acabado) repercutirán también mis experiencias personales, cuando *comunico* mi mundo, *expreso* también estas experiencias, cuando transmito mi mundo, contemporáneamente me objetivo también a mí mismo en cuanto me he apropiado ya de este mundo.” (Heller, 1991: 24-5 – grifos da autora)

Desse modo, se a (re) produção dos homens como homens particulares é uma das condições necessárias à reprodução da sociedade, o conjunto das atividades que conformam a constituição e a conservação da particularidade forma a vida cotidiana, que, por sua vez, reflete o homem particular que é (re) produzido. Ou em outros termos, *a vida cotidiana é tomada como a (re) produção dos homens particulares*. Tal concepção se contrapõe àquela que não raras vezes adotamos acerca da vida cotidiana como sinônimo de dia a dia. Considerando o que assinalamos acima sobre a formação dos homens particulares, podemos depreender que a cotidianidade se estrutura pelos *conteúdos* das atividades, capacidades, etc. que constroem a particularidade, conferindo-lhe significados e também conteúdos distintos nos diferentes tempos históricos, nas diferentes sociedades, sendo particularizados pelas classes sociais, e no interior dessas pelas experiências determinadas por meio da inserção na divisão social do trabalho, pelos hábitos, costumes e regras aprendidos e introjetados através do “ambiente imediato”.

Pode haver atividades que não são desempenhadas diariamente, mas dada a importância e o significado que adquirem na constituição dos homens particulares – aproximando-nos de um exemplo utilizado por Heller (1991), pensemos nos ritos de uma religião praticados semanalmente, mas que formam uma determinada concepção de mundo que orienta o conjunto das ações dos homens particulares; ou noutro sentido, num nascimento ou numa morte que não ocorrem todos os dias, mas determinam um modo de sentir, de viver diferente, que permanece ainda quando passam – participa ativamente de sua cotidianidade. Para se compreender a vida cotidiana de uma dada sociedade numa dada

²⁸ Podemos já anotar que Heller (1991) aborda as características específicas das objetivações genéricas em si como compostas pela linguagem, pelos usos e pelos objetos, dos quais, os elementos mencionados como partícipes da sociabilidade fazem parte.

época, com todas as particularidades e determinações sociais necessárias, é preciso destacar o conteúdo e aquilo que mobiliza as atividades dela constitutivas. No entanto, isso não significa que aquelas outras exercidas todos os dias, inclusive de natureza vital (comer, beber, dormir) não sejam atividades cotidianas, pois que são naturais para a reprodução dos homens particulares. Também assim é preciso considerar aquelas atividades que são desenvolvidas com uma continuidade absoluta – ao menos numa determinada fase da vida – ou seja, todos os dias, indicando o fundamento de um modo de vida dos homens particulares.

Posto isso, façamos agora uma ligeira, mas importante consideração, que forma, de fato, um fio esclarecedor da dimensão histórica não eliminável e não apartável da vida cotidiana aprofundada por Heller (1991). Se, para a (re) produção da sociedade é necessária a (re) produção dos homens particulares, aquela (re) produção não deriva automática e espontaneamente dessa, pois (e essa não é a única razão para isso), embora a particularidade seja dimensão constitutiva do homem, a sociedade é algo maior, a totalidade maior, da qual, fazendo parte a sociabilidade como algo intrínseco às relações sociais travadas entre o homem com outros homens – enquanto, como conquista do próprio processo de sua existência e produção material –, participa e constitui ela também outras dimensões do homem: a individualidade (como ainda veremos) e a genericidade, pois elas implicam na própria sociabilidade, ou, são possíveis, na medida, em que essa se desenvolve²⁹.

Além dos homens se reproduzirem como homens particulares – que implica em história, que porta história já que a vida cotidiana nos conteúdos das atividades que a formam e também da estrutura sob a qual é organizada é questão de história –, é preciso, para que a sociedade se reproduza que eles tenham uma função nela, que se refere também ao lugar ocupado na divisão social do trabalho. Há que se fazer uma observação: a reprodução dos homens particulares é a reprodução dos homens que possuem essa função e da função mesma, homens concretos que têm sua particularidade e, portanto, sua vida cotidiana, organizada também sob tal função. Assim, possam ser talvez, momentos distintos da (re) produção do homem e da sociedade, mas parte do processo de (re) produção da totalidade da vida social. Dessa forma, afirma Heller:

²⁹ Essa é uma interpretação que depreendemos do pensamento da autora. Heller (1991) não a explicita assim. Dada à dificuldade em que essa noção se converteu para nós, pudemos começar a entendê-la dessa maneira.

“El hombre solo puede reproducirse en la medida en que *desarrolla una función en la sociedad: la autoreproducción es, por conseguinte, un momento de la reproducción de la sociedad*. Por lo tanto, la vida cotidiana de los hombres nos proporciona, al nivel de los *individuos particulares* y en términos muy generales, una imagen de la reproducción de la sociedad respectiva, de los estratos de esta sociedad. Nos proporciona, por una parte, una imagen de la *socialización* de la naturaleza y, por otra, el grado y el modo de su *humanización*”. (1991: 20 – grifos da autora)

A produção e a (re) produção do homem alcançam esferas, dimensões e níveis distintos. No início dessas reflexões, falamos que o meio fundamental de objetivação (o modelo geral de práxis) do próprio homem é o trabalho e que por meio dele e a partir dele são desencadeadas capacidades que abrem vias para outras formas de práxis. Referíamos ao processo de produção de sua existência, conseqüentemente a algo maior e determinante – e que possui tanto essa dimensão ontológica quanto às particularidades que adquire na base econômica das distintas sociedades – de outras esferas: a vida privada; a criação dos hábitos; da religião; da cultura; da política; e tantas outras. Simultaneamente a isso os homens desenvolvem dimensões decorrentes da sociabilidade, por eles mesmos produzidas, pondo-se como homens particulares – condição insuprimível de sua vida cotidiana. Assinalamos com isso que a (re) produção social é mesmo um processo, uma totalidade, constituída por momentos que, embora possam ser distintos vão sempre juntos, determinando-se reciprocamente.

A (re) produção dos homens particulares e, dessa forma, de seu “ambiente imediato” é, portanto, um momento da (re) produção da sociedade, os quais passam a oferecer uma imagem da sociedade da qual participam, que determinam e organizam também – assim como o lugar que ocupam na divisão social do trabalho – sua particularidade. Para Heller: “(...) en la vida cotidiana el particular se reproduce a sí mismo y a su mundo (el pequeño mundo) directamente y el conjunto de la sociedad (el gran mundo) de modo indirecto”. (1991: 27).

Contudo, façamos uma observação. A (re) produção do homem particular e de seu “ambiente imediato” feita “diretamente” não significa, pois, uma (re) produção objetivada mecanicamente numa realidade igualmente mecânica como se não formasse um processo carregado de mediações. Os determinados modos de vida e organização da vida social das diferentes sociedades – por exemplo, as diversas exigências sociais as quais devem responder os homens – são (re) produzidos indiretamente pelos homens particulares em seu “ambiente imediato”, cuja (re) produção direta está remetida a um espaço preciso que é

apropriado e sintetiza aquelas exigências. Os homens particulares expressam assim tanto mais claramente seu “ambiente imediato” quanto a sociedade. Precisamente daí, deriva o caráter histórico da vida cotidiana, dadas as particularidades históricas das sociedades – marcadas pelo tempo e homens históricos – e ainda os distintos “ambientes imediatos” existentes em seu interior.

No entanto, ainda que todos os homens se objetivem nessa dimensão que vimos marcando, há outras formas de objetivação que não se restringem à particularidade e ao “ambiente imediato”, apontando para uma transcendência sua. As capacidades e motivações fundamentais que ultrapassam o “pequeno mundo” e que despontam para o desenvolvimento e a experimentação de outras dimensões de sua humanidade participam, contudo, da própria vida cotidiana. Daqui evidencia-se também a dimensão ontológica do cotidiano, pois não há um afastamento entre o homem particular, o indivíduo e o humano-genérico – de fato a existência é na relação mútua.

A apropriação do “ambiente imediato” pelos homens particulares é sempre feita pelo “eu”:

“As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do Eu. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. (Heller, 2000: 20).

Quando as necessidades, as relações, as experiências, os afetos, a existência mesma é percebida conscientemente para além do “eu” – como circunscritas exclusivamente ao “eu” – o homem particular objetiva-se como *indivíduo*. As motivações de suas ações são orientadas pela consciência que identifica o “eu” como portador da universalidade, tendo, por conseguinte, consciência de sua genericidade humana. Contudo, a individualidade desenvolvida não se desliga totalmente da vida cotidiana, porquanto a permanência da particularidade ao menos como fator elementar e vital da (re) produção dos homens; também o desenvolvimento daquela é possibilidade sempre presente, porquanto é igualmente possível a elevação acima da particularidade e em que no processo de (re) produção da vida social se expressa a genericidade.

Mas façamos aqui um parêntese, colocando algumas coisas no lugar, ainda que óbvias. A individualidade implica na consciência do humano-genérico, já que as ações, necessidades, aspirações dos indivíduos são por ela guiadas. Contudo, isso não significa que somente os indivíduos sejam entes humano-genéricos. Como vimos, as necessidades se

fazem conscientes para os homens sob a forma do "eu", mas estão sempre referidas à universalidade, ou seja, as necessidades são necessidades da humanidade e só podem ser particularizadas, tornando-se necessidades do "eu" na medida em que são universais, e não o contrário.

A individualidade não possui somente esse determinado plano que vimos anotando, antes, ela pode ser alcançada em diferentes planos. Um deles pela possibilidade de experimentar e manifestar suas faculdades genéricas (que nada mais é senão a essência humana), ou seja, um desenvolvimento mais pleno da humanidade do próprio homem, implicando certamente numa consciência de si mesmo e do outro. O outro que se aproxima mais de sua particularidade, o que não significa, jamais, que o primeiro se distancie dela, bem como – considerando as formas e os graus diferentes de individualidade – que este implique necessariamente em momentos de suspensão da vida cotidiana. Aqui conta não só os diferentes planos como também, e ao mesmo, os meios e modos pelos quais é alcançada a individualidade e isso é alguma coisa que não depende da vontade e do movimento de cada homem, mas das possibilidades dadas socialmente: dos meios de sua inserção coletiva nos mais distintos espaços, inclusive, o modo de inclusão na divisão social do trabalho.

Assim, as chances de experimentar seus sentimentos, de exercer suas capacidades, de dar a marca às suas relações e serem marcados por elas, de aprenderem a pensar e agir são determinadas pela respectiva sociedade na qual se inserem; podendo despontar tanto possibilidades de apropriação da essência humana e da riqueza produzida pelo gênero humano, quanto uma restrição e um limite à apropriação dessa riqueza social e historicamente acumulada por ele, significando mesmo que os homens devam tão somente conservar sua existência física.

De fato, as chances do desenvolvimento mais pleno da individualidade ocorrer encontra lugar numa outra forma social, que não a burguesa, a qual, contrariamente à afirmação da "riqueza humana", a nega, afirmando o seu oposto, uma pobreza humana, que significa precisamente a conservação da mera particularidade dos homens. No entanto, isso não significa que ela não possa ser alcançada, significa que nem todos, ou melhor, que a maioria dos homens, não pode experimentá-la (pelo menos nesse nível), mas apenas uma minoria, por meio dos canais (expressões da "riqueza humana" construída e acumulada pelos homens) que possam ampliar sua consciência: a arte, a cultura, o conhecimento, etc.; evidenciando assim aquela sua dita totalidade, na explicitação de todas as suas dimensões. Ou ainda e em síntese, nas palavras de Heller: "El hombre se apropia de su esencia universal de forma universal, es decir, como hombre total" (1991: 53).

Nesse sentido, o homem que opera aqui é aquele que se realiza num conjunto mais amplo de suas capacidades, potencialidades e dimensões – expressões de sua totalidade – de fato, como nomeia Heller, o indivíduo, e não aquele partido e alienado de suas faculdades, como determinação social, o qual busca somente e tão somente a conservação de sua “pura existência”. Para os primeiros, ainda que a vida cotidiana seja social e historicamente demarcada pelos limites à sua objetivação como tais, ainda que vivam sob o determinante mais fundamental dela (a (re) produção como homens particulares), suas motivações, aspirações e conseqüentes ações no cotidiano são guiadas pela consciência mais ampla que envolve o humano-genérico. O homem particular tornado indivíduo é:

“(...) un hombre que se halla en relación consciente con la genericidad y que ordena su vida cotidiana en base también a esta relación consciente – evidentemente en el seno de las condiciones y posibilidades dadas. El individuo es un singular que sintetiza en sí la unicidad accidental de la particularidad y la universalidad de la genericidad”. (Heller, 1991: 55 – grifos da autora).

É então elemento complementar do parêntese acima, novamente o fator histórico da vida cotidiana. Há que se olhar mais largo para a história da humanidade, inclusive para as comunidades e sociedades pré-existentes à burguesa, identificando momentos históricos mais ricos em que os homens particulares travavam uma relação mais consciente com a integração social onde se encontravam inseridos – havendo mais chances ou mesmo exigências ao desenvolvimento de sua individualidade. Sendo a história a própria história do gênero humano, ainda que os tempos mais ricos, inclusive os mais contemporâneos (consideremos algumas décadas do século XX de luta pela liberdade, pela democracia e resistência às formas de opressão) tenham sido “abafados” e afastados, eles não se perderam na história, permaneceram, compondo, ainda, a história dos homens e servindo de orientação e motivação para as ações de alguns. Não é verdade, portanto, que, em face da brutalização e radicalização da alienação na sociedade burguesa, não haja possibilidade do desenvolvimento da individualidade – da consciência, da liberdade, etc., como formas de objetivação dos homens na vida cotidiana –, ainda que para alguns.

É nessa medida inclusive que o homem contemporâneo pode negar o conteúdo do desenvolvimento presente que se expressa em diferentes dimensões e campos da vida social: no individualismo exacerbado; nos valores e na ideologia dominante difundidos que os reforçam; nos apelos ao consumo desenfreado; no atendimento aos padrões de beleza impostos; nas características que assumem, por exemplo, o mercado literário, cujas

produções confluem à colaboração para o atendimento de tais exigências ou ainda para a justificação de sua não satisfação, num verdadeiro consolo à impossibilidade e incapacidade da realização circunscrita às condições meramente individuais. As ações e comportamentos podem ser guiados por outros valores que afirmem, por exemplo, o desenvolvimento humano-genérico positivo alcançado até agora – o que pode ou não apontar para o desenvolvimento da individualidade, que é de fato uma tendência³⁰.

Vimos demarcando até agora, implícita ou explicitamente, a relevância da consciência como elemento na constituição do homem em distintas direções. Em seus exames sobre a vida cotidiana, Heller (1991, 2000) demarca inúmeras vezes que não há uma “muralha chinesa” entre particularidade e genericidade, bem como entre outros pontos que analisa – por exemplo, a relação pensamento cotidiano e pensamento não cotidiano, isto é, aqueles aspectos que se referem à esfera da cotidianidade e aqueles que se dirigem a uma transcendência sua –, uma vez que não há limites rígidos estabelecidos entre o cotidiano e o não cotidiano, ou, entre a particularidade e o alcance do humano-genérico, no sentido da conversão do homem em “homem inteiramente”. De fato, na vida cotidiana prevalece uma “muda coexistência” (Heller, 2000) entre particularidade e genericidade, ou seja, “os dois elementos funcionam em si e não são elevados à consciência” (Heller: 2000: 23). A particularidade eternamente preservada pelos homens não se comunica, para a maioria dos homens, com sua dimensão genérica, a qual não se torna consciente para a maioria deles. Mas isso ocorre especialmente, como já escrevemos em alguns momentos, pela intensificação da alienação – que separa o homem de si mesmo, de sua própria humanidade, reduzindo sobremaneira a consciência de si e a dos outros homens.

Por essa via desponta tanto uma corroboração do parágrafo anterior, a relação consciente com o humano-genérico não é uma possibilidade posta universalmente, sendo experimentada somente por alguns, quanto à indicação da reunião da genericidade, da particularidade e da individualidade como constitutivas do homem, havendo ou não a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência que permita uma síntese entre elas. E aqui é síntese mesmo. Se lá falamos em “muda coexistência” é porque, embora todo

³⁰ Importa ressaltar que a individualidade não é portadora e movida apenas por valores positivos, podendo ser também desenvolvida e orientada por valores negativos, na medida em que fazem parte do humano-genérico as construções humanas de afirmação, mas também, e ao mesmo tempo, de negação do gênero humano (considerado nessa nossa perspectiva da defesa de seu desenvolvimento positivo e afirmador da própria humanidade do homem). Para esclarecer mais essa nota, Heller destaca como ser valor “tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediatamente, para a explicitação desse ser genérico.” (2000: 04). Os valores se objetivam pelas ações dos homens perpassadas pelas alternativas existentes e escolhidas: “As escolhas entre alternativas, (...), promovem valorações (escolhe-se o melhor, realizam-se comparações entre o que é bom ou mau, bonito ou feio, correto ou incorreto etc.), ou seja, realizam-se *escolhas de valor*, não necessariamente de valor moral”. (Barroco, 2008: 25 – grifos da autora).

particular seja genérico, supondo uma coexistência entre particularidade e genericidade, eles não fazem a síntese entre si – o particular não incorpora conscientemente o humano-genérico, e esse em não sendo alcançado não retorna à particularidade enriquecendo-a. Como aponta Heller:

“Todo homem é singular, individual-particular, e, *ao mesmo tempo*, ente humano-genérico. Sua atividade é, sempre e simultaneamente, individual-particular e humano-genérica. Em outras palavras: o ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formados, mas referidos ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico. (...). O homem torna-se indivíduo na medida em que produz uma síntese em seu Eu, em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações particulares de si mesmo e em que, desse modo, “socializa” sua particularidade.” (2000: 80 – grifo da autora).

Finalmente, com essas considerações podemos afirmar a dimensão ontológica da vida cotidiana. Como esfera ineliminável da vida social porque definidora e organizadora da (re) produção dos homens particulares, abrindo a possibilidade (ou não) – pelas condições histórico-sociais dadas pelas diferentes sociedades – ao desenvolvimento dos canais que encaminham ao humano-genérico no sentido de uma experiência e conexão sua, a vida cotidiana se instaura de fato como uma mediação ao próprio desenvolvimento do homem. De outro modo, a genericidade manifestada na particularidade revela uma relação entre ambas e a conseqüente totalidade contida na vida cotidiana – donde o método referido para captá-la. Na síntese magistral de Lukács:

“La sociedad sólo puede ser comprendida en su totalidad, en su dinámica evolutiva, cuando se está en condiciones de entender la vida cotidiana en su heterogeneidad universal. La vida cotidiana constituye la mediación objetivo-ontológica entre la simple reproducción espontánea de la existencia física y las formas más altas de la genericidad ahora ya consciente, precisamente porque en ella de forma ininterrumpida las constelaciones más heterogéneas hacen que los dos polos humanos de las tendencias apropiadas de la realidad social, la particularidad y la genericidad, actúen en su interrelación inmediatamente dinámica.” (1991: 11-12).

A heterogeneidade compõe um elemento central para a compreensão da vida cotidiana, podendo ser tomada especialmente como uma das características fundamentais de sua estrutura – em suma, o apelo constante à execução de várias e diferentes tarefas, ao mesmo tempo, por meio do emprego de múltiplas capacidades. Aqui não se põe somente esse ponto, mas também aquele que diz respeito à tomada das diferentes esferas da vida social como espaços heterogêneos, bem como à própria constituição heterogênea do homem (genericidade, particularidade e individualidade). Na vida cotidiana há uma prevalência da heterogeneidade e sua conseqüente compreensão deve considerá-la; do contrário, as interpretações que tendem a uma aceitação de uma homogeneização impedem uma comunicação entre as esferas e as diferentes dimensões que formam o homem – e aqui consideramos não somente aquelas indicadas, mas também e mais especificamente a objetividade, a subjetividade, os afetos, os sentimentos, as necessidades físicas, sociais etc. No entanto isso não significa uma separação e uma distinção radical entre elas, – nem tampouco uma fragmentação que as distancia como campos opostos – pois, é precisamente sua heterogeneidade que as aproxima e as determina reciprocamente, tal como vimos na constituição do homem (heterogêneo) como humano-genérico, particular e indivíduo. Pensemos aqui no caso das necessidades convertidas conscientemente no “eu” (particular), mas assim orientadas enquanto partícipes e criadas universalmente pela humanidade ou pelas sociedades, camadas, comunidades mais imediatas, nas quais está um homem particular inserido.

De outra forma e contrariamente, como temos visto, a homogeneização se refere a uma suspensão momentânea da vida cotidiana (lembramos da concentração numa única tarefa e do cancelamento de qualquer outra), mas apenas sendo possível enquanto da (re) produção dos homens particulares em sua cotidianidade e das possibilidades e alternativas aí existentes para aquele alcance. É nesse sentido que a vida cotidiana é uma “mediação objetivo-ontológica”, uma esfera fundamentalmente heterogênea; tal reconhecimento revela que não podemos apreendê-la nela mesma não apenas porque se trata de uma escolha teórico-metodológica, mas também porque ela só pode ser compreendida se referenciada em quadros mais amplos que na objetividade da vida social se particularizam, exigindo uma historicização sem a qual estaríamos diante de uma negação de todas as reflexões elaboradas até aqui. De fato a vida cotidiana é uma totalidade que guarda especificidades. No âmbito desse estudo, salta-se a exigência de captá-las segundo a proposta já apresentada em recortes cada vez mais específicos e ínfimos sem jamais abandonar sua macro-visão.

2. O TRABALHO NA SOCIEDADE BURGUESA: ALIENAÇÃO E FETICHE

Como já mencionamos (ainda que tenha sido mesmo uma mera menção), a base para a apreensão do significado ontológico do trabalho e uma consequente concepção ontológica materialista e histórica do homem está posta por Marx principalmente nos seus Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, constando também e simultaneamente as bases para a compreensão da alienação. Isso porque busca descobrir como se realiza o trabalho na sociedade burguesa considerando aqueles nexos aos quais já nos referimos – salário, propriedade privada, valor, troca, etc. – e, para tanto, localizando criticamente a forma como concebe a economia política esse processo. No entanto, refere-se a esse quadro como um “sistema de alienação” (2006: 111), tratando o trabalho como trabalho alienado, isto é, na tentativa de entender aqueles nexos, ele busca o entendimento mesmo do que se passa no processo de produção, ou, o que ocorre no trabalho, nas relações estabelecidas entre as classes sociais fundamentais. Posto em rápidas palavras: Marx demarca as dimensões ontológicas do homem precisamente ao tratar da alienação como fator que restringe as possibilidades de ampliação e realização das capacidades humanas, do gênero humano; analisa, portanto, uma duplicidade. Parece-nos que aqui está a grande riqueza dos Manuscritos, ainda que seu autor não tenha, naquele momento, descoberto o assento da alienação: a mercadoria³¹, o que, somente sinalizado aqui, será exposto em breve.

É por essa razão que um exame adequado da vida cotidiana – e mais ainda, na inflexão que fazemos nesse estudo de apreendê-la tomando-a como uma categoria ontológica na qual se destaca aquela “prioridade do ser” permanente em Heller – experimentada na sociedade burguesa não pode escapar ao tratamento mesmo da alienação e dos complexos problemas que a envolvem, pois, a base objetiva (fundamentalmente econômica) na qual se organiza e se (re) produz a vida social nessa forma de sociedade põe, concomitantemente, as possibilidades do desenvolvimento das dimensões ontológicas do homem, mas também de sua negação no processo de responder às suas necessidades. Assim, a exigência das reflexões acerca da alienação somente se torna uma exigência porque ela configura as condições reais da vida cotidiana alienada na sociedade burguesa, na qual se move e desenvolve o homem – positiva e negativamente. Todavia, sendo o trabalho a base fundante do homem, por meio do qual ele, de fato, se torna homem, e objetivado numa história concreta, é nele que se produz e processa originalmente a alienação. Daí a questão se situar aqui num primeiro momento nos complexos que envolvem

³¹ Cabe assinalar que Marx não trata da mercadoria nos Manuscritos de 1844, o que faz mais tarde em *O Capital*.

a objetivação do trabalho na sociedade burguesa – considerando aquela referida duplicidade – para, posteriormente, retomá-la no âmbito da vida cotidiana, verificando o que aí se passa.

Cumprе ressaltar logo de início que a questão da alienação não é de simples trato e fazemos mesmo rápidas e parcas indicações nos limites do possível e do necessário ao recorte desse estudo³². Considerada em face de uma perspectiva ontológica (mas, não só é claro), muitas “passagens” carecem ser feitas para captar a alienação historicamente, e, a expressão que assume – por exemplo, o *fetichе* – nos diferentes campos onde está impregnada.

Na seção sobre o “Trabalho Alienado” dos Manuscritos, Marx demarca o ponto inicial no qual estão inscritas suas argumentações sobre o trabalho:

“Nós partiremos de um fato econômico *contemporâneo*. O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens”. (2006: 111 – grifos do autor)

Algumas perguntas podem saltar daí. Por que ocorre a valorização das coisas e a desvalorização dos homens? O que significa que o trabalho não produz apenas mercadorias, mas produz a si mesmo e ao próprio homem, ou melhor, o trabalhador, como uma mercadoria? O que é mercadoria? Por que ocorre um empobrecimento do trabalhador na medida em que ele produz riqueza?

Como vimos, o trabalho é a atividade vital do homem pela qual ele produz a si mesmo, originando daí sua consciência, sociabilidade, liberdade e universalidade. A realização prática dessas capacidades através do trabalho, que é a práxis fundamental dos homens, e de outras que justamente pela possibilidade do desenvolvimento de tais capacidades ele pode criar, significa a realização mesma de práticas positivas que afirmam essa própria humanidade dos homens – o que ele mesmo colocou em movimento e criou. A

³² Atentamos para o fato de que, para essa tarefa, especificamente quando de sua análise particularizada na sociedade burguesa, é necessário o tratamento de um conjunto de nexos que compõe o modo como o trabalho nela se processa. Algumas noções básicas serão aqui expostas, outras, poderão aparecer na discussão que fazemos acerca das relações sociais no processo de (re) produção capitalista.

inviabilidade da realização de suas capacidades através do trabalho, delimitada pelos limites e condições dadas por relações sociais precisas significa a sua negação ou a sua realização parcial por uma parcela minoritária da humanidade. É exatamente aqui que se localiza o que vimos escrevendo em alguns momentos acerca do desenvolvimento positivo e negativo dos homens. Os conteúdos desse desenvolvimento dizem respeito à afirmação de tudo que a humanidade conquistou de positivo em relação a ele, mas também e ao mesmo tempo do que foi capaz de construir negando esse próprio desenvolvimento – o que compõe o que historicamente o gênero humano construiu e como se constituiu.

Quando Marx, ao discutir sobre o “trabalho alienado” explicita a universalidade, a consciência, a liberdade dos homens, ele as coloca pela sua negativa, ou, de outro modo, ele as coloca como capacidades negadas ao trabalhador no processo de produção de sua vida; na produção das mercadorias; na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho na sociedade burguesa. Isso ilustra objetiva e historicamente o que acabamos de destacar no parágrafo acima. No que se segue buscamos explicar por que tal negação ocorre, uma vez que ela rebaterá profundamente na experiência da vida cotidiana.

A sociedade burguesa é estruturada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na exploração da força de trabalho³³ que configuram as bases objetivas da origem da alienação nessa sociedade, ainda que essa guarde outros componentes e se espalhe para outras esferas, o que dissemos quando nos referimos aos diferentes campos nos quais está impregnada. Como a *propriedade privada* dos meios de produção subentende a existência de proprietários e não proprietários, donde a determinação das classes sociais entre capitalistas, que possuem os meios de trabalho, e trabalhadores, que possuem apenas sua força de trabalho a ser vendida, ela, juntamente com a *divisão social do trabalho* que “divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros (da sociedade)” (Netto e Braz, 2006: 56) compõem a estrutura básica da alienação porque determinam o modo de inserção do trabalhador no processo da produção. Isso significa que o trabalhador, ao vender a sua força de trabalho (que é a única coisa que possui) ao proprietário dos meios de produção, o seu trabalho se produz e se

³³ Netto e Braz, ao discutirem a noção de *processo de trabalho*, definem: “Os *meios de trabalho* – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho”; “Os *objetos de trabalho* – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano”; “A *força de trabalho* – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades.” (2007: 58 – grifos dos autores). Os meios de trabalho, os objetos e a força de trabalho formam as chamadas *forças produtivas*, as quais “(...) inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as *relações de produção*”. (2007: 59 – grifos dos autores).

torna uma mercadoria, assim como produz e se torna o próprio trabalhador uma mercadoria, e isso exatamente pelo seu modo de inserção no processo da produção e na divisão social do trabalho.

Mas, o que é a *mercadoria*? Tem sido elemento constante das reflexões realizadas nesse espaço a tomada do trabalho como a atividade vital, ou, a práxis fundamental (modelo) pela qual os homens satisfazem suas necessidades. Assim, o objeto da satisfação dessas necessidades, ou ainda, o produto do trabalho que responde a elas podem se constituir em mercadoria. Os objetos ou os produtos do trabalho que atendem as necessidades dos homens – e aqui falamos num plano geral, o da produção da existência humana, e não específico de uma determinada sociedade – possuem *valor de uso*³⁴ porque portam uma utilidade que responde à satisfação das necessidades dos homens. No entanto, apenas constituem mercadorias aqueles produtos que, ao possuírem valor de uso, possuam também *valor de troca*, ou seja, que possam ser trocados, vendidos. Dessa forma:

“(...) a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para uso em sua própria casa) não são mercadorias – somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu *valor de troca*). Assim, portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca”. (Netto e Braz: 2007, 79-80 – grifos dos autores).

Para serem, necessariamente, trocadas, vendidas, as mercadorias precisam encontrar algumas condições sem as quais não podem ser produzidas e entrar no movimento mesmo da venda e da troca. Assim, as condições que configuram sua produção precisam responder a essa necessidade; a divisão social do trabalho ao organizar e dividir, como citamos acima, as ocupações entre aqueles que produzem é uma dessas condições, juntamente com a propriedade privada onde estão dispostos os meios para serem produzidas.

³⁴ “O trabalho humano, como criador de valores de uso, é uma condição de existência em geral, uma necessidade que está presente em todas as formas de organização da sociedade (...). Para poderem viver, para se desenvolverem, todas as sociedades produzem bens materiais: alimentos, tecidos, combustível, instrumentos, etc. Assim como não pode parar de *consumir*, nenhuma sociedade pode parar de *produzir*.” (Konder, 1999: 111 – grifos nossos e do autor, respectivamente).

Em suma, na sociedade burguesa a produção de mercadorias é feita pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, tornando-se essa também uma mercadoria na medida em que possui um valor de uso e um valor de troca – ela atende a uma necessidade e é, ao mesmo tempo, vendida. Sendo as mercadorias produtos e objetos externos de quem as produziu, ao serem vendidas, elas ganham uma forma totalmente independente e autônoma que, condensando todo o processo e as condições nas quais se produziram – e isso é fundamental para a sua compreensão –, *encobrem o significado do trabalho para o próprio trabalhador*. É assim, pois, que o trabalho na sociedade burguesa produz mercadorias, produz o trabalhador como mercadoria e produz a ele mesmo como mercadoria, como lucidamente apontou Marx na sua juventude. No entanto, o que a mercadoria encobre?

O valor de troca, embutido na mercadoria, escamoteia para os próprios trabalhadores todo o real significado do processo de trabalho do modo de produção capitalista. O que determina o valor de troca das mercadorias é o *tempo de trabalho socialmente necessário* à sua produção – que independe do valor de uso que portam –, ou seja, as mercadorias o corporificam e passam a tê-lo como a medida de seu valor (que não é dinheiro) produzido no processo de trabalho. Ao entrarem no processo de trabalho, os trabalhadores despendem e desgastam a sua força de trabalho que é o elemento geral presente em qualquer tipo de trabalho com uma qualidade determinada, específica, que produz valor de uso – *o trabalho concreto*. Esse elemento geral, isto é, o desgaste da força de trabalho, da energia dos trabalhadores implicado em qualquer trabalho constitui *trabalho abstrato*; abstraídas aquelas qualidades específicas dos diferentes trabalhos o elemento que lhes é comum é justamente o desgaste da força de trabalho dos trabalhadores.

Nesse sentido, o valor das mercadorias é produzido no trabalho coletivo empreendido pelos trabalhadores durante o processo capitalista de trabalho, em condições socialmente determinadas, sob um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas já alcançado por uma dada sociedade. Por isso, o processo capitalista de produção de mercadorias é *processo de trabalho e processo de valorização*, exatamente porque congrega trabalho concreto – o qual, ao produzir valor de uso está presente em qualquer processo de trabalho de qualquer formação social – e trabalho abstrato, que, dando a forma geral do trabalho implicada no desgaste da força de trabalho gera o valor da mercadoria. Assim, o produto possui ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, como valores produzidos num processo de trabalho e de valorização que formam uma unidade.

No entanto, sendo o fundamento da mercadoria o trabalho humano – abstrato e concreto –, ela se apresenta pelo valor que adquire e que se transforma num meio em que

possa ser trocada – viabilizando a troca pelo *dinheiro* –, como algo autônomo, estranho e independente da base de sua produção coletiva através do referido trabalho humano; aparecem como coisas despregadas das relações sociais que lhes emprestam real significado, ou seja, como síntese das relações travadas entre pessoas elas aparecem agora como coisas que encarnam vida própria, independentemente de quem as produziu.

Desse modo, pela máscara embutida nas mercadorias – que encontra sua fonte mesma na produção do valor de troca e sua conseqüente forma geral e concreta assumida no processo de circulação das mercadorias –, não é revelado (imediatamente) aos trabalhadores o próprio significado de seu trabalho, da inserção de suas atividades no quadro mais geral do trabalho humano, socialmente determinado – porque realizado tanto coletivamente quanto sob determinadas circunstâncias sociais, históricas e econômicas. Evidencia-se a base da instauração do trabalho alienado na sociedade burguesa – aqui simplificada posta –, porque o significado do trabalho é velado; porque os trabalhadores entram no processo numa relação desigual, portando apenas sua força de trabalho, vendem-na sob circunstâncias não por eles determinadas, não tendo delas o controle e o conhecimento de seus significados; porque assim, vendendo-a para consumirem, consumindo para sobreviverem e sobrevivendo tão apenas para trabalharem, não se apropriam da riqueza socialmente produzida por eles mesmos.

A mercadoria é então a mediação fundamental para o desvelo do lugar concreto onde se constrói a alienação na sociedade burguesa. Se, em 1844, Marx indagava a quem ou a que se deveria atribuir o estranhamento do trabalho e do seu produto para o próprio trabalhador³⁵, ele posicionava o trabalho como a atividade que o aliena, que o empobrece, que nega a vida genérica, universal, livre, consciente dos homens; portanto, ao ocorrer essa negação no real, elas (as capacidades e dimensões ontológicas do homem) aparecem nos Manuscritos de forma invertida, postas pela sua inviabilidade de realização nas condições do trabalho alienado.

Como podemos perceber – e isso ultrapassa as observações que fizemos acerca dos Manuscritos de 1844 – a análise da alienação aqui feita é aquela que se inspira no núcleo ontológico da análise do trabalho em Marx e a história na qual se efetiva, o que exige apreender as formas específicas que ela assume na sociedade burguesa e que passam a ter

³⁵ Para ilustrar: “Se o produto do trabalho me é bizarro e se contrapõe a mim, como poder estranho, a quem pertencerá? Se a minha própria atividade não me diz respeito, se é uma atividade alheia, coagida, a quem pertencerá, então? A *outro* ser diferente de mim. Quem será este ser? Os *deuses*? (...)” (Marx, 2006: 118 – grifos do autor).

maior alcance na medida em que penetram o conjunto da vida social. Sobre isso, Netto destaca o significado do exame da mercadoria (a “célula” econômica):

“Realmente, é a análise marxiana da “célula” econômica capitalista que propicia duas realizações teóricas de grande alcance: a *captação ontológica-histórica do trabalho* como constitutivo do ser social e a tomada da *dimensão econômico-social particular da sociedade burguesa.*” (1981: 39 – grifos nossos)

Em nossas reflexões anotamos que a *mercadoria escamoteia o processo no qual se objetiva o trabalho*, encobrendo – e isso é o que temos depreendido dos estudos sobre a questão – o significado mesmo daqueles três aspectos destacados por Marx: que o trabalho, além de produzir mercadorias, produz a si mesmo como uma mercadoria e produz o trabalhador como uma mercadoria. Se considerarmos que isso implica no cancelamento do trabalho como atividade livre que permite o desenvolvimento humano positivo, implicando no não conhecimento do trabalhador de sua própria atividade e dos canais com os quais ela está vinculada e imbricada no seu processo de produção que gera justamente a aparência fenomênica das mercadorias como coisas estranhas, alheias, independentes, autônomas dele mesmo, então, já nos aproximamos de uma forma determinada que a alienação adquire na sociedade burguesa: o *fetichismo*, ou, o fetichismo. Embora a citação seja longa, as palavras de Netto esclarecem:

“O fetichismo próprio à sociedade burguesa constituída se manifesta, é indiscutível, em e por formas de vivência e representação alienadas. O fetichismo põe, necessariamente, a alienação – *mas fetichismo e alienação não são idênticos (...)*. A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. (...). *Se compreendemos por alienação (e esta me parece ser a leitura legitimada pelos Manuscritos de 1844) o processo pelo qual os sujeitos (os indivíduos, os agentes sociais particulares) se desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo, pode-se garantir que a alienação tem todas as possibilidades de se afirmar e desenvolver sem colar-se ou cristalizar-se em coisas (que é o traço constitutivo e pertinente da alienação*

engendrada a partir do fetichismo). (...). O fetichismo *implica* a alienação (...), realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma *nova e inédita* que a alienação adquire na sociedade *burguesa constituída*, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido.” (1981: 73-74-75 – grifos do autor e nossos).

O fetichismo como uma expressão da alienação no capitalismo porta uma intensidade e força imensuráveis, pois, as mercadorias se autonomizam, como se fossem entidades com vida própria. O que foi produzido como produto do trabalho humano não apenas não revela o processo da produção, como, pela vida própria que ganha, apaga até mesmo as relações travadas entre pessoas no ato de produzi-lo, aparecendo como *coisa* que se relaciona com outras coisas. O trabalhador muito mais além do que não se reconhecer nelas, se aparta e desliga de si mesmo – da atividade que cria a sua vida, mas que não lhe pertence mais – porque o abismo existente entre a sua existência individual e o conjunto da vida social que determina a sua própria existência é gigantesco. E é assim, com lucidez, que Netto situa a alienação formada no fetichismo como o processo por meio do qual os sujeitos se destituem de si mesmos exatamente porque, ao não apreenderem as mediações que os conectam à vida social, desconhecem a si mesmos.

Assim, ao operar um modo típico de constituição dos sujeitos – e aqui são sujeitos mesmo, de forma geral, para além do trabalhador –, a sociedade burguesa alienada e estruturada nos quadros do fetichismo forma o seu próprio homem, que se move sob o seu jogo, devendo responder às suas exigências, estímulos, apelos. Com isso, não queremos mais do que assinalar que a expressão fetichizada da alienação na sociedade burguesa – especialmente na sua contemporaneidade – assentada e gerada no processo de trabalho, ultrapassa esse espaço e ocupa todos os outros. Numa palavra, ela penetra na totalidade da (re) produção da vida social e das relações sociais. Novamente, Netto esclarece a questão:

“Exclusivamente os recursos heurísticos contidos nas formulações sobre o fetichismo podem abrir a via à sua compreensão, porque o que aqui se *universalizou*, na imediatividade da vida social, são os processos alienantes e alienados peculiares ao modo de produção capitalista, os que se encontram na base do mistério da forma mercadoria – que, então, dominam *toda* a vida social. Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de

produção social e *das relações que viabilizam a sua reprodução*. Sob o salariedade não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero à cova. (...) a visibilidade do poder opressivo (outrora, por exemplo, o capitalista) se esvaneceu – ele é tanto mais eficiente em suas manifestações econômicas, sociais, políticas e culturais quanto menos é localizável; mais *funciona*, menos é identificável. A ubiquidade deste poder, desta weberiana autoridade “racional” e sem rosto, se instala nos trilhos por onde escorre o cotidiano (...) – aparece nas ações da bolsa, nos regulamentos (...), instala-se na parafernália que valida a cidadania. Está em todas as partes e não reside em lugar algum. Escamoteia os fluxos, as continuidades e as rupturas (...).” (1981: 82-83 – grifos do autor).

Essa é mesmo a expressão e a forma fundamental da alienação na e da sociedade burguesa desenvolvida e que na contemporaneidade se alastra e aprofunda sobremaneira. O que vale grifar é o seu poder de extensão para a totalidade da vida social e a sua invisibilidade, essa última não somente pela vida própria que as coisas passam a assumir, mas, mais ainda e precisamente por isso aquilo que Netto destacou que “está em todas as partes” e “em lugar algum” – sua presença avassaladora no cotidiano reiterativo e a “impossibilidade” de flagrá-la na virtualidade contemporânea (como se fosse despregada da base de produção material da vida, do trabalho mesmo). É essa sociedade, pois, que configurada num alto grau de desenvolvimento das forças produtivas conforma as bases objetivas para a instalação da alienação na sua forma fetichizada, pelo fetiche mesmo da mercadoria, a qual, pela sua autonomização e vida própria traça as relações sociais – que na verdade são relações entre sujeitos sociais – como relações entre coisas, *coisificando* as relações entre os homens³⁶.

Da base material onde se processa o trabalho até a força avassaladora e a que as mercadorias – o que o próprio trabalhador produziu, corporificando nelas a sua vida, na

³⁶ A *reificação* constitui outra face da alienação de fundamental importância na sociedade burguesa, diferenciando nela inclusive o processamento da alienação. Em seu ensaio “Capitalismo e Reificação”, Netto sublinha que ele mesmo oferece mais elementos para o enfrentamento da questão no que se refere ao seu espaço teórico-crítico no âmbito do pensamento de Marx, do que para a problematização de seu significado, remetendo o leitor à “História e Consciência de Classe” e Lukács. Mas, destacamos, parafraseando o autor, que o caráter diferencial da sociedade burguesa madura – tendo aquele alto grau de desenvolvimento das forças produtivas –, em face de outras formações sociais está no caráter “coisal” que ela assume, portanto, nas relações sociais reificadas (1981: 80).

medida em que condensam sua força de trabalho física e intelectual – adquirem, há muitas mediações que determinam esse processo, perfazendo-o simultaneamente na sua produção material e nas formas e nos *significados* objetivos e subjetivos que ele passa a ter na vida dos sujeitos. Para além do lócus específico onde se funda o processo, a força avassaladora do fetichismo como uma expressão da alienação da e na sociedade burguesa desenvolvida invade todas as outras dimensões da vida social dos sujeitos, os quais têm sua vida organizada em função dela e por ela através do consumo, sonhos, relações, projetos, necessidades, etc. que compõem sua cotidianidade e, portanto, moldando uma dada forma de acontecimento e experiência da vida (tal como destacou Netto). Por isso, mas não só, a coisificação das relações sociais não pode ser apenas pega no sentido de que as relações entre os sujeitos se transformaram em relações entre coisas que supostamente aconteceriam num só nível de suas vidas. Apreender esse significado, sobretudo no presente, é apreender a vida significada a partir da coisificação das relações acontecidas em vários níveis e dimensões da vida: no espaço doméstico (a vida privada); no trabalho; nas formas mais precárias que o trabalhador contemporâneo forja e arranja para sobreviver; nos modos virtuais que as relações mediadas pelas coisas passam a ter; na fugacidade dos contatos e das relações estabelecidas diariamente quase sempre mediadas pelas *coisas*, em termos da sua concretude palpável, e/ou para a solução de *coisas* (o que é o telemarketing pelos telefones, a “invisibilidade” do dinheiro nos cartões que nos põe em contato com as coisas, etc.); na configuração dos interesses coletivos e individuais; nas (im) possibilidades de vivências de práticas e relações que buscam transgredir esse movimento, etc.

Assim, se a alienação funda-se no processo mesmo do trabalho, sua (re) produção atinge outras esferas da vida social, conformando um processo que se efetiva na comunicação, interação e determinação mútuas. Por isso – e, clareando o motivo pelo qual não podemos falar em vida cotidiana alienada sem remetermos ao trabalho alienado –, destacando uma dimensão do trabalho como atividade genérica e outra como atividade cotidiana, Heller (1991) o discute, respectivamente como *work* e como *labour*, situando o último como aquele que permite a (re) produção do homem como homem particular, que realiza o trabalho como uma atividade cotidiana com vistas à “conservação da particularidade” (1991: 124). Certamente, o trabalho é tanto e *simultaneamente work* e *labour*, ou seja, um não cancela o outro; o trabalho como atividade genérica diz respeito às objetivações do homem – donde a (re) produção de sua “pura existência” possibilitar o desenvolvimento de múltiplas capacidades que a ultrapassam. Conforme Heller:

“(...) el trabajo presenta dos aspectos: como ejecución de un trabajo es parte orgánica de la vida cotidiana, como actividad de trabajo es una objetivación directamente genérica. Marx, para distinguirlos, se sirve de dos términos distintos: el primero lo denomina *labour*, al segundo *work* (...)” (1991: 119).

Todavia, o que há de se apreender é como o trabalho participa da (re) produção da dimensão particular dos sujeitos, conferindo-lhe conteúdos e significados, e mais, esse é apenas um aspecto (fundamental) que ilustra o que colocamos nas linhas acima, uma vez que há outros campos nos quais os sujeitos se desenvolvem e onde se expressam a alienação, constituindo sua vida cotidiana, como por exemplo, os costumes, a moral, as expressões culturais, as formas de sociabilidade, etc. - componentes que participam da totalidade do processo de (re) produção da vida social, que, se organizada em face da alienação, a (re) produzirá também. Mas, notemos, isso não é processo unilateral, isto é, que só (re) produz a alienação; a história põe sempre as possibilidades de negação e afirmação do movimento dinâmico e social das sociedades.

A tarefa para o exame da vida cotidiana enfeixada na alienação da sociedade burguesa estruturada no fetiche e na reificação das relações deve mesmo ser iluminada por uma postura teórico-metodológica que opere o seu oposto, ou seja, que ao aprender as mediações, apreenda os seus fundamentos – o destaque está acima e também já foi feito muitas vezes ao longo desse texto. Tal postura se opõe a: “(...) um traço fundamental do fetichismo, que, enunciado em outras formulações alcança nesta uma notável clareza: a *supressão das mediações* que ele opera, subsumindo-as numa *coisa* substantiva e autônoma”. (Netto, 1981: 51 – grifos do autor)

Se o tratamento do tema em questão – e aqui voltamos ao início dos destaques feitos nessa seção – tanto se torna mais complexo quanto mais se complexifica a sociedade onde se realiza, como a que vivemos contemporaneamente, e o exercício de nossas reflexões tenha sido mesmo breve, simplificado e parcial, esperamos ter destacado duas faces inseparáveis, que guia e deve continuar guiando nossos exames: a apreensão ontológica dos sujeitos, isto é, a apreensão da sua constituição mesma pelas suas dimensões ontológicas e a história que a conforma e desenha.

2.1. VIDA COTIDIANA E ALIENAÇÃO

Uma das observações mais recorrentes feitas por Heller (2000 e 1991) acerca da vida cotidiana é a de que essa não é *necessariamente* alienada. Isso demarca tanto o

consequente caráter histórico constitutivo de uma concepção ontológica que põe tanto as possibilidades de suas transformações do ponto de vista do seu desenvolvimento nas distintas bases e estruturas econômico-políticas das sociedades e também das mutações que sofre no interior dessas, como, por exemplo, o seu aprofundamento, quanto das possibilidades de sua superação que exige mesmo uma radical transformação naquelas bases e estruturas.

Como já foi exposto nesse texto, a vida cotidiana é a esfera da vida que não se elimina porque é nela que os homens se (re) produzem, sobretudo na sua dimensão de homens particulares, buscando inclusive sua reprodução física. Nesse sentido, se compreendermos que é necessária a busca pela supressão da alienação na vida social, na medida em que ela coloca barreiras ao desenvolvimento positivo da genericidade humana e à sua apropriação³⁷, a busca verdadeira é pela supressão da alienação e da vida cotidiana alienada, não da cotidianidade. Assim, "(...) a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, *não é de nenhum modo necessariamente alienada*". (Heller, 2000: 38 – grifos da autora).

No entanto, o referido desenvolvimento e a apropriação de suas conquistas, tal como já colocado em nota de rodapé, não tem como condição necessária a desalienação de uma dada sociedade; de fato, ele pode ocorrer numa sociedade traçada pela alienação, ainda que para parcela minoritária da humanidade, e isso precisamente por aquele desenvolvimento, conexão e síntese das dimensões ontológicas do homem marcadas nesse estudo. A observação é somente para retomar aquelas noções, agora contextualizadas nos quadros da alienação. Na sequência do que copiamos anteriormente, Heller continua:

³⁷ A defesa desse tal desenvolvimento pode ser posta em relevo por aquilo que a própria Heller situa em seu estudo da "Sociologia da Vida Cotidiana": sua condução pelos valores postos pelo socialismo. De fato, sua análise da vida cotidiana é brilhante não só pelo seu rigor teórico-filosófico, mas porque manifesta a defesa de um determinado *ethos*, por isso há uma coerência incrível entre os temas dos quais se ocupa (naquele momento), sendo a ética uma de suas expressões. Não podemos deixar de reproduzir o que ela mesma diz sobre isso em seu prólogo, atentando para o fato de que há aqui uma dada concepção que nos parece bastante particular na sua referência a Marx: "Yo sentía como insuficiente la formulación de la idea del socialismo con ayuda de términos puramente estructurales, bien fueran políticos o económicos, y aún hoy a entiendo así. Por detrás de semejantes interpretaciones creo descubrir siempre el fantasma de la filosofía hegeliana de la historia; con ello se pierde la promesa de una forma de vida digna del hombre. La visión de Karl Marx – ciertamente utópica – entraña la supresión de la enajenación, la apropiación de la riqueza social – de la totalidad de la cultura – por parte de cada individuo particular. En el espíritu de tal utopía el socialismo constituye una cualidad vital; su idea conductora es el sentido de la vida de los individuos; y la transformación revolucionaria de la estructura social es únicamente su instrumento. Una interpretación del socialismo de esta índole era el valor predominante en mi libro sobre la vida cotidiana: la concreción de este valor dominante constituye el hilo conductor de todo el discurso". (1991: 6 – grifos da autora).

“Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação “prismática”, por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividades próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se. Nesse caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da individualidade – e, por conseguinte, de desenvolvimento do humano-genérico – característico de tal época. Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas”. (2000: 38)

Heller situa a “margem de movimento e possibilidades” de explicitação e experimentação da unidade do ser e essência em termos do que já observamos quando falamos da individualidade como uma das dimensões ontológicas do homem, implicando, nesse sentido, na relação *consciente* do indivíduo com o humano-genérico e assim formando uma “cotidianidade não-alienada” (2000: 39), o que acontece por meio de algumas atividades, tal como aponta Barroco a partir de Heller:

“Algumas atividades permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade: o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia, a política e a ética. Isso só é possível porque a alienação não é absoluta, mas coexiste com formas de vida não alienadas”. (2003: 41)

Todavia, e mais uma vez insistimos em que “o genérico está “contido” em todo homem” (Heller, 2000: 21) e a apropriação do que ele produziu positiva ou negativamente não se faz necessariamente de forma consciente, ao contrário, muitas vezes se dá de forma inconsciente. Quando assistimos a um filme ou a uma peça de teatro, apreciamos uma obra de arte, lemos um livro, etc., tendo a possibilidade de cortar com as necessidades do “eu”, significa a apropriação do que o gênero produziu, ainda que não tenhamos consciência disso; quando vivemos os infortúnios do que os sujeitos produziram nos apropriamos e experimentamos os infortúnios das escolhas predominantes do gênero, por exemplo, as diferentes expressões da violência, tendo ou não consciência disso.

A alienação ocorre quando se acirram as possibilidades da apropriação do que o gênero humano produziu ou, quando a maioria dos homens não pode participar dele de forma consciente. Vê-se, estamos nos aproximando da vida cotidiana organizada na e pela alienação uma vez que as consequências disso guardam várias implicações para a (re) produção dos homens, sobretudo, na dimensão de sua particularidade, para não falarmos das impossibilidades que estreitam para o desenvolvimento de sua rica individualidade e genericidade. A filósofa húngara coloca a alienação (destaque-se, dialeticamente) nos seguintes termos:

“Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais; assim, por exemplo, fechou-se quase completamente nas épocas de florescimento da polis ática e do Renascimento italiano; mas, no capitalismo moderno, aprofundou-se desmesuradamente. Ademais, tal abismo jamais foi inteiramente insuperável para o indivíduo isolado: em todas as épocas, sempre houve um número maior ou menor de pessoas que, com ajuda de seu talento, de sua situação, das grandes constelações históricas, conseguiu superá-lo. Mas, para a massa, para o grande número dos demais, subsistiu o abismo, quer quando era muito profundo, quer quando mais superficial”. (Heller, 2000: 38-39 – grifos nossos)

Na contemporaneidade marcada pela alienação expressa fortemente no fetiche e nas relações sociais reificadas (e os movimentos políticos, econômicos e sociais que os expressam), o fenômeno se alastra na vida cotidiana de duas formas³⁸: pela alienação da cotidianidade posta naqueles dois sentidos destacados por Heller, isto é, pela não apropriação por parte da maioria dos sujeitos do desenvolvimento realizado pela humanidade e pela restrição da participação consciente deles nesse desenvolvimento; pela sua estrutura³⁹ que se aliena invadindo outras esferas da vida em que ela não seria

³⁸ Colocamos aqui o que depreendemos dos estudos, especialmente, de Heller (Cf. 2000), sinalizando que não há uma explicitação feita por ela exatamente nesses termos.

³⁹ As características da vida cotidiana trabalhadas por Heller (Cf. especialmente 2000) de forma mais ampla são: a heterogeneidade; a hierarquia; a espontaneidade; a probabilidade; o economicismo; o pragmatismo; o imediatismo (quando trata da unidade imediata entre pensamento e ação cotidiana); a ultrageneralização (como traço típico do pensamento cotidiano); a imitação; a entonação. Esse estudo não tem como eixos de análise tais características, o que não significa que elas sejam ignoradas, uma vez que, ao tratarmos das objetivações genéricas em si, nos remetemos a ela, tal como ainda veremos.

necessária⁴⁰. O que nos interessa é exatamente o primeiro termo porque uma das tarefas desse estudo é apreender as repercussões e os significados disso na própria esfera da vida cotidiana a partir da experiência de determinados sujeitos sociais. O que cabe é refletirmos porque, em face do alto grau de produção da alienação na sociedade burguesa a vida cotidiana se aliena para posteriormente captarmos aquelas implicações e significados.

Já vimos que as necessidades humanas, as necessidades do “nós” se tornam conscientes para os homens a partir do seu “eu”, transformando-se em necessidades do “eu”, da sua particularidade. Também assim, se ergue a teleologia da particularidade que significa a construção de sonhos, projetos, vontades, desejos voltados e referidos ao “eu”, às necessidades do “eu”. As anotações de Heller acerca da vinculação entre alienação e teleologia da particularidade são perpassadas pela história – elemento tão importante quanto a própria vinculação, pois é ela que põe as possibilidades e os limites para um desenvolvimento maior ou menor de tal teleologia considerada em face da conformação na e pela alienação:

“La teleología referida al yo y la edificación de la personalidad humana sobre la teleología del yo son hechos históricos, esto es, hechos donde el elemento histórico es por lo menos tan importante como el hecho en sí. Esta teleología no constituye la esencia del hombre, sino una característica del hombre alienada”. (1991: 39)

A particularidade é mesmo o combustível da vida cotidiana alienada e, do ponto de vista do abismo existente entre o desenvolvimento do humano-genérico e das possibilidades do desenvolvimento de grande parte dos homens, isso pode significar tanto os limites postos ao desenvolvimento das suas outras dimensões ontológicas, quanto os agudos limites à apropriação do que o gênero humano produziu e descobriu nos quadros das relações sociais reificadas. Assim, por exemplo: o acesso ao tratamento e à cura de determinadas doenças muitas vezes é privilégio de alguns, bem como o acesso a uma educação que possibilite um intercâmbio e uma relação com o que de melhor a humanidade produziu, permitindo a ampliação do universo cultural e de todas as dimensões implicadas na educação amplamente considerada, etc. E é aqui que está um dos elementos fundamentais que orienta a análise da

⁴⁰ Lembrando das características fundamentais da vida cotidiana, já assinaladas, apenas a título de ilustração, destacamos: “(...) a ciência moderna, ao colocar-se sobre fundamentos pragmáticos, “absorve”, assimila a estrutura da vida cotidiana; e, quando a arte moderna decide escolher como temas as efêmeras motivações e resolve fazer abstração da essência da vida humana, da constante oscilação e da interação entre a cotidianidade e a não-cotidianidade, a cotidianidade absorve inclusive a arte. (...). E é evidente, com efeito, que a estrutura da vida cotidiana só começa a expandir-se “para cima” quando ela própria já é alienada”. (Heller, 2000: 39)

vida cotidiana alienada configurada na sociedade burguesa alienada: o dado histórico que deve perpassar esses exames, agora realizando os elos com as reflexões feitas anteriormente.

A busca pela satisfação das necessidades é dirigida ao “eu” e concentrada exclusivamente ao “eu”, à dimensão particular do homem, sobretudo quando a vida cotidiana se restringe, tal como já escrevemos, àquela luta pela sobrevivência, à busca pela manutenção da “pura existência”, como atividades moventes dos homens particulares da vida cotidiana rumo à simples manutenção de seu “ambiente imediato”. O trabalho como *labour*, implicando na execução de uma determinada atividade, se torna um trabalho alienado na sociedade burguesa porque o trabalhador inserido através de uma dada ocupação na divisão social do trabalho, não possui nem os objetos nem os meios de produção. Ora, é essa a determinação histórico-objetiva – desenhando ainda a classe social – onde se imprime a alienação do trabalhador e o conseqüente aprofundamento da sua particularidade alienada, precisamente porque lhe são restringidas a possibilidade aos acessos daquele tipo e, ao contrário, a possibilidade e a permissão mesma é a da exaustiva vivência da luta pela sobrevivência, da manutenção da “pura existência”, numa contínua tautologia da reposição das bases que alimentam a particularidade alienada. Marx já havia tratado a questão em seus Manuscritos de 1844 quando destacou a vida genérica do homem expressa somente como um “meio de vida”, pelo trabalho alienado, voltado à manutenção da existência física.

“Certamente, o trabalho, a *atividade vital*, a vida *produtiva*, aparece agora para o homem como o único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como *meio de vida*”. (2006: 116 – grifos do autor)

Em face de tal determinação a vida cotidiana se configura pela (re) produção das atividades que respondam à simples conservação da vida, sendo organizada pela particularidade que não permite aos sujeitos cortarem com as necessidades do “eu”. Clareando a citação de Marx e incorporando nela a vida cotidiana, podemos nos remeter a Heller:

“Si el trabajo, el desarrollo de las facultades genéricas, se convierte en medio de la existencia humana, si en lugar de todos los sentidos humanos se introduce el sentido del tener: qué significa esto sino que la vida del hombre en su totalidad, la vida del hombre medio, la vida cotidiana se concentra alrededor del mantenimiento de la mera existencia y el poseer? Qué otra cosa significa sino que la vida cotidiana es organizada en torno a la particularidad, a la mera conservación de la existencia, a la conservación de la existencia orientada hacia el poseer? En este sentido – y no de una forma secundaria – *la teoría marxista da alienación es una crítica de la vida cotidiana de las sociedades de clase, de la propiedad privada y de la división do trabajo.* (...) os hombres desarrollan su esencia genérica de tal modo que ésta se encarna para ellos en potencias extrañas – evidentemente en diversa medida y en diverso modo para los miembros singulares de las diversas clases o estratos – que ellos, a causa de la estructura económica y social en la que nacen, son *incapaces* – por lo menos la media es como media incapaz – de cultivar sus propias cualidades de tal modo que se apropien conscientemente del desarrollo de la genericidad”. (1991: 54 – grifos da autora).

Agora, o que resta registrar, realizando uma breve síntese do exposto é que o abismo, a separação, é sempre traço intrínseco à alienação. Na sociedade burguesa isso se expressa na propriedade privada dos meios e objetos de trabalho, na divisão social do trabalho e na sua exploração, sendo uma das implicações disso a separação do trabalhador daquilo que ele mesmo produziu; o desconhecimento e a destituição de si mesmo, já que não se reconhece a si mesmo no processo do trabalho, no produto daí derivado e nas potências e capacidades que porta e que se expressam condensadas nos produtos de suas ações. Com isso, aquele abismo referido por Heller assenta-se e fundamenta-se, no caso dessa sociedade, nessa determinação posta pela sua base econômica; a sociedade burguesa amplamente desenvolvida e amadurecida nas suas forças produtivas e assim no desenvolvimento dos homens, formando-se pelo fetiche e pelas relações sociais reificadas intensifica o aprofundamento de tal abismo.

No entanto, cabe apontar que não existe uma contradição ontológica entre as dimensões ontológicas do homem: particularidade, individualidade e genericidade humana são dimensões que se efetivam e desenvolvem na e pelas circunstâncias históricas. Aqui é que consta a contradição. Se a dimensão da particularidade é desenvolvida sobremaneira no capitalismo em detrimento do desenvolvimento da rica individualidade, isso não pode ser

atribuído a uma contradição ontológica, mas sim a uma contradição histórica – as contradições configuradas no capitalismo. Para Mészáros:

“Na realidade, a contradição entre as “potencialidades” da humanidade e as “probabilidades” estreitamente determinadas do ciclo de vida do indivíduo não constitui de nenhum modo uma contradição ontológica eterna, inerente à natureza mesma de duas esferas ontológicas diferentes: uma “universal” e outra “particular”. (...). o *indivíduo social* plenamente realizado é um “*universal concreto*”; se, no entanto, sua dimensão de universalidade (...) é negada pelas relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo, sua “esfera ontológica” é, evidentemente, a da mera particularidade. Porém isso não ocorre porque sua esfera ontológica, *como tal*, seja limitada; mas esta é limitada porque, sob o capitalismo, sua universalidade é necessariamente divorciada do homem e o enfrenta de maneira hostil, na forma de relações sociais alienadas”. (2006: 257 – grifos do autor)

Se, o exercício reflexivo feito até aqui não nos custou pouco, a tarefa agora não é diferente, pois, ao menos duas exigências se colocam: o olhar encravado no que escrevemos até então e o olhar encravado na realização da vida cotidiana mesma sob tal prisma.

3. O HOMEM DA VIDA COTIDIANA: A DIMENSÃO ONTOLÓGICA DA PARTICULARIDADE

Se é verdade que o homem particular é produto de relações sociais constituídas, encontrando desde seu nascimento um mundo já existente independentemente de sua vontade e devendo se apropriar do “ambiente imediato” no qual se insere, é verdade também que a apropriação e a manipulação das coisas o coloca destacadamente numa especial *relação* com seu próprio “ambiente imediato”. O homem se apropria de habilidades; capacidades; conhecimentos; e, ainda, dos hábitos, que exigem uma repetição contínua de ações e comportamentos, como expressões de normas e deveres, incorporando assim uma determinada moral⁴¹. Portanto, penetrar num determinado “ambiente imediato” – tendo-o

⁴¹ Temos em alguns momentos nos referido à moral. Já indicamos muito ligeiramente que a preocupação central de Heller é de fato a ética – sendo aquela uma de suas expressões, a mais básica e antiga –, cuja dimensão prático-reflexiva exige a consideração da moral, que por sua vez põe a vida cotidiana como um espaço de sua produção. Nesse estudo não problematizamos as questões que daí derivam, embora estejam de alguma forma postas, ainda que implicitamente. A moral se manifesta como um tipo de resposta às necessidades postas pela sociabilidade. Destacando sua objetividade, Barroco escreve: “O *sistema normativo*, forma mais elementar de objetivação da moral, se realiza

como um dos pressupostos para a própria penetração na vida cotidiana de determinados sujeitos⁴², para, apreender algumas de suas expressões e conteúdos – é o exercício primeiro dessa seção que se propõe a refletir sobre a fecundidade da cotidianidade, e assim, do próprio tema que vimos abordando. Dessa maneira, buscamos nesse momento localizar o determinado “ambiente imediato” onde realizamos a pesquisa, uma vez que, posteriormente os próprios sujeitos que dele participam contarão sobre ele.

No entanto, cabe ainda enfatizar e reafirmar que a análise não está organizada numa sequência ou numa ordem dos eixos que a orientam porque de fato não poderia ser assim. Os eixos que guiam a análise são tanto determinações como determinados por um processo que os conectam de tal forma, que não é possível apartá-los. Assim, por exemplo, quando falamos da apropriação do “ambiente imediato” pelos sujeitos, temos que, necessariamente e ao mesmo tempo, tratar da constituição da sua dimensão particular nesse ambiente como expressão das determinações mais amplas postas pelas relações sociais nas quais se dá. Também, falar de sua particularidade é falar de formas de objetivação que constituem o fundamento mesmo da vida cotidiana, já que ela é o conjunto das atividades por meio das quais os homens se (re) produzem. Todavia, isso não quer dizer que a análise não esteja organizada em alguns eixos, ela está, e, são precisamente esses que acabamos de mencionar de forma articulada. Ademais, é preciso ter em conta que introduzimos outros elementos nessa seção, não transportando para cá o que antes já fora colocado, mas retomando e adensando outros conteúdos. Como já dissemos é uma tentativa de conciliar teoria e história; esperamos, ao menos, que a leitura do que foi extraído do vivido possa colaborar para a percepção de que ambas são determinadas reciprocamente.

ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

através da reprodução de normas e regras de comportamento socialmente determinadas.” E continua: “As normas e valores também servem de *orientação de valor*, de parâmetros para os *juízos de valor*, que visam nortear a consciência moral dos indivíduos, compondo um *código moral* não escrito, cuja reprodução é realizada na vida cotidiana, pela repetição formadora do hábito e dos costumes”. (2008: 59-60 – grifos da autora).

⁴² Considerando que nossa discussão é referenciada em Heller e que ela, ao tratar da dimensão da particularidade dos homens, se utiliza muitas vezes da expressão “homem particular”, que nos parece um termo bastante apropriado, exatamente porque diz respeito ao homem da vida cotidiana, usamos em alguns momentos, a partir de agora, a expressão *sujeitos*, pois estamos refletindo sobre a vida cotidiana de duas mulheres. Isso não quer dizer, jamais, que o “homem particular” ou o homem da vida cotidiana, como temos chamado, seja composto apenas pelo gênero masculino, assim como o ser social. Mas, como não há outra expressão, optamos por usar sujeitos, ou mesmo sujeitos particulares que corresponde exatamente a “homens particulares”. Vale lembrar ainda que a noção de sujeito aqui posta é a de sujeito histórico – homem vivo e ativo na história, construtor de si e dela mesma, como temos demarcado desde as primeiras linhas desse estudo.

Os sujeitos dos quais nos aproximamos vivem em Paraisópolis, a segunda maior favela da cidade de São Paulo. É formada por, aproximadamente, 60 mil habitantes; a sua maioria é oriunda da região Nordeste do Brasil: baianos, pernambucanos, cearenses, entre mineiros e, até mesmo, num passado mais longínquo (por volta da década de 1940 do século XX), por imigrantes japoneses⁴³, assim, existe por volta de setenta anos. A população nordestina de lá se mistura a outros migrantes do interior de São Paulo e da própria cidade, os que já nasceram aqui e Paraisópolis se arranja numa mescla dos traços que comportam esse aparente dado. Uma de suas características que lhe confere certa peculiaridade no cenário urbano, considerada em face de outras favelas situadas na periferia em relação à região central da cidade, é a sua localização no seio da zona Sul de São Paulo; ela está no “miolo” do bairro do Morumbi, entre as avenidas Giovanni Gronchi e Morumbi, e muito próxima ao chamado centro empresarial. Paraisópolis é imensa e parece heterogênea do ponto de vista da sua ocupação, ou seja, ela possui um centro em seu interior bastante desenvolvido, não apenas em relação aos diversos serviços e comércios, mas ainda em relação à qualidade das moradias, que expressam as diferenças das condições sociais de vida dos sujeitos que a habitam; seu interior é bastante cerrado e o acesso é difícil, não há sinalização de trânsito (que por sinal às vezes é comparável ao que existe fora dela ou maior ainda), não há mais espaço físico por onde se expandir, ela está totalmente habitada e preenchida. É interessante observar que há moradores que possuem com ela uma tal relação (como veremos em um depoimento) que, escolhem muitas vezes, melhorar sua moradia a sair dela.

Assim, ela está preenchida pela vida que os seus habitantes deram a ela; os traços culturais trazidos do Nordeste, que se expressam pela música, pelos hábitos, pelos costumes, pelas comidas típicas, como ainda veremos. São muitas, por exemplo, as casas de comércio e pequenos restaurantes que guardam essa característica, mesclando os encontros, com a comida e a música regional nordestina, da qual o forró é uma de suas expressões. Embora a maioria da população seja nordestina ou tenha ascendência nela, os traços vão se misturando e compondo, dados aqueles arranjos que mencionamos e que se manifestam, por exemplo – e para continuar no aspecto que falamos –, na música, como o funk e o rap que são marcas fortes, cujo som se alastra naquele ambiente, por meio, das barraquinhas de CD e DVD que o proliferam.

⁴³ Informações extraídas do relatório “Conhecendo Paraisópolis”. In: *História do Voluntariado do Einstein*. Cytrynowicz, Roney & Cytrynowicz, Monica Musatti. São Paulo: Narrativa Um, 2004.

Atualmente, Paraisópolis possui uma Associação de Moradores, mais conhecida como União dos Moradores⁴⁴, que existe, como já sinalizamos, desde os anos 1940, com momentos diferenciados na sua organização e composição.

De fato, esses e outros elementos vão aparecer nos próprios depoimentos, recheados de impressões e significados atribuídos pelos sujeitos e por nós a partir da nossa interpretação sobre eles. No entanto, compete a referência a duas coisas, a uma característica marcante de Paraisópolis e a um acontecimento que a marcou recentemente; ambos necessitam de um destaque prévio na medida em que aparecem nos vários depoimentos dos diferentes sujeitos com os quais conversamos. Um dos traços que chama a atenção nesse espaço é a presença de muitas organizações sociais de natureza privada filantrópica, de cunho religioso ou não, que comandam diferentes serviços, inclusive serviços sociais públicos, o que é conhecido por “dentro” e por “fora” de Paraisópolis, não apenas por se tratarem de muitas – e talvez nem sejam tantas assim, na interpretação de alguns –, mas por fazerem parte da filantropia de grandes empresas, institutos, colégios religiosos do Morumbi, etc. Esse traço é uma das marcas que faz o elo, pelas impressões dos sujeitos de seu próprio “ambiente imediato”, entre o significado de viver ou trabalhar lá e a qualificação que ele recebe. A outra referência diz respeito ao acontecimento ocorrido em fevereiro do presente ano, cuja invasão policial massiva na favela e que ainda parece persistir em proporções menores – por motivos ainda não esclarecidos –, alterou a vida de seus moradores e dos que trabalham lá.

Assim, Paraisópolis ocupou espaço na mídia, na conciliação entre a característica e o acontecimento que destacamos, por meio das ligações obscuras que comumente se fazem entre a violência – medida, não raras vezes, por índices que não revelam o seu conteúdo e a ambiência onde se dá – e o trabalho social, qualquer que seja ele e feito pelas mãos de quem seja. Mas isso será falado ou silenciado nos depoimentos, por razões distintas.

Antes, porém, dos sujeitos que moram lá falarem de seu próprio “ambiente imediato”, se faz necessária sua apresentação, e elas⁴⁵ mesmas o fazem:

⁴⁴ Não fizemos contato com o seu presidente, como é chamado o líder dela, eleito pelos próprios moradores.

⁴⁵ Na organização da pesquisa, as entrevistas com os sujeitos que moram em Paraisópolis (com os quais trabalham os assistentes sociais) se deram com duas mulheres. Não problematizamos no âmbito desse estudo as questões específicas que envolvem o gênero feminino, que seriam mediações fundamentais para tal, assim como a violência doméstica que explícita ou implicitamente nos contaram, senão, sempre quando remetem ao cerne da análise: a vida cotidiana. Sinalizamos, já, que os nomes são fictícios. Segue em anexo o roteiro das entrevistas.

Bom, meu nome é Clarice, tenho 32 anos, sou mãe de sete filhos, moro com pai de (...) vai fazê quatro anos, e só tenho o (...) dele. Eu nasci em Barueri e vim aqui prá Paraisópolis eu não me lembro quando e eu era pequena. Quando eu tinha sete anos eu fui pá Bahia, aí passei um tempo lá e aos 19 anos voltei prá cá. Não sei se eu... 19 ou um pouco mais ou até menos. E quando eu cheguei aqui eu só tinha, eu era mãe de duas filhas, que era a (...) e a (...), que é as duas mais velhas. E aí, aqui, cheguei aqui e fiz um barraco e fui morá, primeiro eu comecei a morá com o meu pai, não deu certo, que a gente brigava demais, ele me botava prá fora de casa. Aí uma pessoa me deu um lugarzinho, aí eu fiz um barraco, aí eu fui morá, aí eu tive o (...). Aí eu comecei a trabalhá, não trabalhava fixo, mas fazia um... alguma aqui, alguma coisa lá, arrumava a casa de alguém, pegava um dinheiro. Aí me separei do (...), fui morá com o pai das minhas três últimas filhas, que não deu certo. (Clarice)

Meu nome é Isabel, né, eu tenho 31 anos, tenho sete filhos, cinco tá comigo e dois tá com a minha mãe. Eu tô aqui em São Paulo, eu tô aqui tem uns..., quase oito anos que eu tô aqui em São Paulo, aí em Paraisópolis eu tô com seis anos, que eu tô aqui, não, cinco, porque eu vim aqui prá cá, o menino tava com um ano já, que eu fiquei na casa da minha mãe, em Ubatuba. Quando ele nasceu eu fui prá lá, com um ano, depois eu voltei prá cá. Aí eu tô aqui em Paraisópolis. Nessa rua aqui eu tô há dois anos. Minha filha nasceu praticamente nessa rua, morava um pouquinho mais prá baixo. Ela nasceu, no dia seguinte já vim prá cá. Eu saí do hospital, quando foi de noite eu já tava aqui já. Eu nasci em Campinas. Morei lá até, até nove anos atrás eu tava prá lá. Aí eu vim prá cá, e daqui não saí mais. (Isabel)

As duas depoentes guardam muitas características comuns, além de terem praticamente a mesma idade, possuem sete filhos, não são da cidade de São Paulo e ambas são negras. Ademais, não possuem emprego formal, Clarice é faxineira diarista e Isabel cuida de algumas crianças que moram perto de sua casa, levando-as e buscando-as na escola e outras atividades que realizam, contando ainda com o auxílio esporádico de sua mãe. Nesse momento, registramos as impressões que têm do próprio “ambiente imediato”

onde vivem, conciliando-o agora e no decorrer das nossas reflexões com os conteúdos e significados da (re) produção da sua vida cotidiana⁴⁶. Clarice nos conta como é viver em Paraisópolis:

É bom. Assim, eu nunca saí daqui, eu nunca saí daqui Amanda. Já morei acho que nuns três lugar aqui em Paraisópolis, mas daqui mesmo eu nunca saí e não pretendo saí a não ser que eu dia eu possa melhorar bem de vida, o que é difícil, né? Mas não é impossível. *Mas eu não tenho vontade de saí daqui, porque apesar de todos falá ah, é violento, é difícil. É!* Mas acho que cê vai... é igual uma planta, uma planta cê vai regando, a terra pode sê ruim, mas uma hora ela vai dá frutos, né. Então, eu gosto daqui Amanda, não penso em, em ir embora daqui, eu não tenho reclamação da onde eu moro. É que tem algumas pessoas às vezes que acha que tem um cargo melhor, uma ascendente, uma... se acha no direito de querê humilhá o outro, cê vai fazê uma pergunta ou você marcô uma coisa prá aquele dia você não pôde ir, aí aquela pessoa se acha no direito de te chamá atenção, sabe. Outro dia eu fiz a matrícula da escola da (...) e trabalhava segunda-feira, saía cedo e chegava tarde, aí estranhei, todo mundo começô as aula e ela... sem sabê porque, né, aí a vaga dela tinha saído. Ela (a diretora de uma escola) foi muito estúpida, aí a menina já era prá tê estudado. Vocês fica... não corre atrás... *Eu falei assim, olha eu tô trabalhando, eu deixei de entrá mais cedo no serviço prá vim aqui prá vê, sabe! Eu sei que eu saí de lá, assim, sem importância, isso é mãe sem importância, falei não é sem importância.* (...). Então de Paraisópolis eu não reclamo de nada. Tem bagunça, tem as pessoas que faz bagunça, mas eu fico no meu canto. Ah, pessoas, que nem aqui mesmo, aqui antes era bem sossegado, aí veio morá um pessoal lá pro fundo, é uma passagem de gente, é gente diferente. Outro dia eu tava aqui no quarto, aí chegô um homem batendo na porta que pergunta se você qué comprá, sabe? De noite, tarde da noite, pergunta se você qué comprá coisas que eu não sei nem daonde eles traz, sabe? Mas, eu fico no meu

⁴⁶ Os próximos relatos destacados apareceram ainda na apresentação delas, que pareceu mesmo, uma síntese de suas vidas, não porque pedimos, mas elas mesmas, espontaneamente fizeram assim.

canto, não tenho nada a vê lá com a vida deles, não vem mexê comigo, não mexo com ninguém. E, a gente vai vivendo Amanda. Eu acho assim. (Clarice)

A base do conjunto das atividades desenvolvidas por Clarice e também por Isabel que formam a sua vida cotidiana, e, portanto, a sua (re) produção do ponto de vista da sua dimensão particular é a *maternidade*⁴⁷; ela percorre os depoimentos do começo ao fim, seja na apresentação que fazem de si mesmas, seja quando exprimem suas impressões sobre o espaço onde vivem, etc. O elemento marcante que perpassa a vida de Clarice, e assim, se tornando o elemento que aparece explicitamente em todas as suas falas – o que se tornou, inclusive, uma mediação fundamental nos nossos diálogos com ela, no processo de realizar perguntas e obter suas respostas – é o *trabalho*; ele é marca presente ativa, remetendo ao hoje, e remetendo ao ontem, isto é, quando ela rememora acontecimentos de sua infância ou adolescência. O destaque é feito na medida em que já aqui eles aparecem, pois, ao falar sobre como é viver em Paraisópolis saltam-se não apenas o trabalho e a maternidade, mas ainda as suas relações; sua vida se organiza na conciliação entre o cuidado com os filhos e o trabalho, assim como a de Isabel. Numa palavra: sua vida parece estar voltada exclusivamente ao trabalho e à maternidade, e todas as atividades que desempenha, formando-a e reproduzindo a esfera da sua particularidade ao longo de sua vida expressam isso (veremos como ela desde pequena cuidou dos irmãos e da casa).

As coisas boas daqui são as oportunidades que tem aqui, tem o (cita vários programas sociais de natureza privada/ filantrópica), o (...) que ajuda bastante, tem o (...). Aí tem o (...), também tem as atividades, se ficava o dia inteirinho no (...), colocava um pouquinho no (...), no (...), que são coisas boas, né. A única coisa ruim daqui é essa violência que tem de vez em quando. Que nem aquele dia do (se refere aos acontecimentos de fevereiro), o meu menino, aquele que tá com a minha mãe, a minha sorte é que ele foi embora na sexta-feira, que na segunda-feira foi aquela confusão de policiais aqui, o pessoal (...). Então, que se ele tivesse

⁴⁷ É preciso considerar que a maternidade é uma construção histórico-social e, que nesse sentido, ela não é alguma coisa natural. No entanto, suas funções e a capacidade de desenvolvê-las são ensinadas às mulheres no seu processo de socialização, assim como o casamento e a conjugação necessária entre ambos, como uma exigência social, como uma condição que (a) parece natural. O modo como as mulheres se fazem mulheres é, portanto, uma construção, não uma consequência natural do gênero, igualmente entendido como uma construção histórico-social. Perceberemos como isso se faz ao longo dessas reflexões.

aqui... Ainda bem que ele foi embora na sexta-feira, que ele voltou prá casa. Então, ele foi embora na sexta-feira, quando na foi segunda-feira, foi que teve essa bagunça. Eu fui na festa da menina, quando eu voltei prá buscá, tava tudo fechado lá prá baixo perto da creche, fechou bar, fechou mercado, fechou tudo. Aí já vim de lá correndo, (...), saiu até mais cedo, de lá prá cá foi fechando tudo. Aí cheguei aqui foi que me falaram o que é que era. Aí mais tarde começô a bagunça, foi na televisão que eu vi. *Então, a única coisa ruim daqui é essa violência, essa... tem menina da idade dessa aqui (aponta para filha que está assistindo televisão e tem dez anos de idade) bebendo e fumando lá prá baixo, cê para na rua ali tem gente fumando. Gente que andava com a minha menina, com a outra de 14, assim você vê na rua, cê não reconhece mais, que não é mais aquelas menininha que cê via antigamente, olha que eu tô aqui faz pouco tempo, tem o quê, dois anos que eu saí de lá debaixo. A menina vai fazê três, eu saí de lá eu tava grávida ainda, ela tem dois anos e sete meses, mudô pouca coisa, tem gente aí, que parece que tem 20 anos, pelo que você vê que ela fazendo.* Tirando isso... (Isabel)

Quando falamos que o trabalho e a maternidade percorrem as falas de Clarice e Isabel, dando a conhecer, portanto, as atividades que desempenham ou como elementos que as auxiliam a (re) lembrar momentos e acontecimentos de suas vidas, não significa apenas que suas vidas restrinjam-se ao duro e exaustivo cansaço que tais tarefas implicam, ou, o que poderia nos levar a pensar, que a vida é sempre contada a partir do que fazemos numa suposta superficialidade e obviedade. Considerando o “ambiente imediato” em que vivem e a sua particularidade construída nele que é composta por interações e conexões, que, se dizem respeito ao trabalho ou as atividades que realizam para garantirem sua sobrevivência, o ultrapassam, somando e expressando os próprios traços daquele ambiente no qual aquela construção se efetiva.

No momento em que falam como é viver em Paraisópolis, o fazem, na relação que elas e/ ou seus filhos estabelecem com aquele lugar e o que ele contém, revelando ainda e, ao mesmo tempo, o que pensam sobre ele, numa avaliação positiva ou negativa. Isabel nos conta que ele é recheado por serviços que são “coisas boas”, onde pode deixar seus filhos.

Ela só nos fala o que pensa sobre os acontecimentos de fevereiro de forma explícita, para além do que registrou através da preocupação com o filho, quando perguntamos a ela.

Já diminuiu bastante, né, (a intervenção da polícia após o episódio de fevereiro/2009), agora tá normal, eles sempre ficaram aqui zanzando né, mas acho que agora é normal, que não tem mais nem aquele pessoal lá embaixo, aquele monte de policiais, com aquelas cabana tudo ali, né. (...). Por um lado eu achei bom, mas também, sei lá, nem sei te dizê como é que foi. Pegaram muita gente inocente prá levá não sei aonde, prá confirmá quem que é, quem que não é, depois soltava. Sei lá. Às vezes é (segurança), mas acho que nem sempre não, tem que sabê, tem que sabê como procurá ela, dependendo da ocasião, né, até pode fazê alguma coisa. Agora, sei lá, (...) passa muito na televisão negócio de polícia que ajuda e não ajuda. Como eu não sou, assim, muito de saí, (...) de me envolvê com muita gente não (...). Prá mim tá normal, a polícia foi embora, não tem mais aqueles policial (...). Normal. Meu caminho daqui prá lá é só assim, saiu daqui vou prá creche, da creche eu volto, se eu tivé que ir em alguém lugar, eu vou direto onde tem que ir e volto. (Isabel)

Expressar suas opiniões, sentimentos e pensamentos sobre aquele acontecimento, o que surgiu espontaneamente na sua fala ao apontar a violência como alguma coisa negativa em Paraisópolis e que afeta a educação dos seus filhos, é difícil para ela, assim como em outros momentos em que propomos fazer esse exercício de “extrapolar” a esfera imediata da sua vida – o que é possível, tal como Clarice consegue fazer e ainda veremos. Continuando o seu relato, Isabel manifesta explicitamente que sua relação com o “ambiente imediato” em que vive se dá, sobretudo, nas implicações que ele tem nas quatro paredes de sua casa e ainda como ela vive nele, ou seja, no sair para atender a alguma necessidade sua e no voltar à sua vida doméstica e privada. Considerando ainda que ela não possui um emprego formal, percebemos que quase não sai daquele entorno, especialmente por não possuir condições para isso, nem mesmo para viver momentos de lazer que a cidade poderia lhe proporcionar.

De fato, há dois movimentos conjuntos aqui: as determinações do “ambiente imediato” em questão e as expressões de sua (re) produção em situações concretas, privadas, domésticas, a partir da vivência dos sujeitos por meio das atividades que

configuram a (re) produção mesma de sua vida cotidiana, no caso: o trabalho e a maternidade.

A apropriação e a relação estabelecida com um determinado “ambiente imediato” de maneira umbilical, não significa a sua geografia, mas os conteúdos e significados atribuídos a ele no processo simultâneo em que os sujeitos o constroem e são por ele construídos. E aqui se justificam aquelas rápidas observações que fizemos sobre Paraisópolis sobre a permanência de alguns moradores lá ainda quando possibilitados de saírem daquele espaço, que preencheram com sua cultura, costumes, hábitos, etc. Como Clarice mesmo confirma, agora e em vários momentos, ela “ama” o lugar em que vive, também porque ele está impregnado do “suor” do trabalho, em suas diferentes expressões, de uma vida inteira, da infância à vida adulta.

Aí trabalhando, trabalhando, (...) um lugarzinho ali... A gente lutô, lutô, até fez o barraco, aí depois do barraco pronto o meu pai pôs a gente prá fora. A gente ficô sem lugar prá morá, aí uma vez chegô uma vizinha, nós olhô prá ela: você podia me dá um pedaço de terra prá gente fazê um barraco? Assim, sem acreditá muito. Ela falô: ó pega aquele lá e faz. Nossa! Aí tinha uma árvore grande, a gente cortô essa árvore de facão, isso aqui (aponta o baixo ventre) em mim sangrava, aí eu já tava grávida de um menino sem sabê, menino ou menina, não sei. Eu lembro que eu dava as machada assim na árvore prá quebrá, né, prá gente, prá limpá o terreno, isso aqui ni mim duía, duía, duía, duía muito, às vezes eu ia, quando eu abaixava eu já não agüentava mais levantá, isso depois que acabasse tudo, que a gente tava cortando de facão, a mulher me falô, cêis nunca vai terminá isso aí, e deu um machado prá gente. Aí a gente foi, conseguiu, limpô, deixô tudo limpo, cortô essa árvore toda, deixô tudo limpinho assim, aí o pessoal da igreja deu os materiais, a gente fez um barraco prá gente, deixô tudo prontinho e aí começô a morá, o (...) logo arrumô trabalho, e eu comecei a fazê uma faxina aqui... Aí tempos depois eu perdi o menino, perdi de cinco mês, eu não sei se era menino ou se era menina. (Clarice)

E em outro momento ela volta a falar de Paraisópolis:

Eu não tenho vontade de saí daqui, pode sê que um dia, quem sabe eu não acerto nem que for na quina da parede (risos), aí eu compro uma casa melhor. Mas aqui! Daqui eu não saio, a não ser prá ir embora de verdade ou então quando eu morrê mesmo. Mas, não tenho a mínima vontade de saí do meu lugar. Amo aqui! Eu gosto daqui! Pode falá que é ruim, pode falá que é favela, mas eu amo meu lugar, amo, demais. Eu amo. Eu amo o lugar que eu moro Amanda. Amo. Eu amo, sabe. Eu não sei onde eu nasci, aonde eu nunca fui visitá aonde eu nasci, como é que é, se é cidade, se é roça, se é interior.(...). Mas desde que eu voltei. Assim, eu lembro que quando cheguei na Bahia, eu era pequena, tinha uns sete anos, não lembro bem, ou talvez até um pouco mais velha, quando a gente desceu do ônibus que o ônibus fez uma curva assim não sei prá onde ele foi, nossa, aquilo me deu uma saudade dentro do peito, sabe?! Aquele aperto, aquele aperto, falei nossa! Quando eu cheguei lá, quando eu cheguei lá, falei, sabe, tudo estranho, tudo diferente. Nossa! E agora quando eu voltei, sabe, depois, eu tava acho que eu tava com uns dezenove, vinte anos que eu voltei, nossa, eu nem acreditava que eu tava aqui. Que eu vim prá aqui por acaso Amanda, se não eu acho que taria lá na Bahia pastando do mesmo jeito. Aí daqui eu não saio mais, daqui. Só se eu morrê ou acontecê alguma coisa, né. Mas, eu gosto muito daqui, não tenho vontade de ir prá outro lugar. Não tenho vontade... que nem tem gente, ah, eu quero saí daqui prá outro lugar, é violento... Não, eu não tenho vontade não. Só penso em criá os meus filhos, fazê deles educados, gente do bem! (Clarice)

Parece que, e isso vale grifar, tanto Clarice quanto Isabel falam especificamente do seu “ambiente imediato”, ou seja, de Paraisópolis mesmo, e não da cidade, e isso sempre a partir do olhar que constituem os eixos de sua vida cotidiana, como já colocamos, o trabalho e a maternidade. Os aspectos positivos levantados por Isabel acerca dos vários serviços sociais que, atendem especialmente, para além de suas próprias necessidades, mas as dos seus filhos, movendo praticamente todas as suas atividades – levar ao médico, à escola, às atividades esportivas, aos cursos, etc., lembremos que ela possui sete filhos –, também foram destacados por Clarice, assim como a violência, cujas expressões afetam a educação dos filhos. Notemos que as expressões de tal violência coincidem exatamente nos dois depoimentos. Embora Clarice introduza um aspecto diferenciado na avaliação positiva que

faz de Paraisópolis – sendo mesmo necessário recuperá-lo no segundo momento desse estudo – ele está, de alguma maneira, contido naquele que Isabel apontou. Vejamos:

Ah, eu acho que existe muito coisa boa aqui (em Paraisópolis) sim Amanda. Ah existe! Existe... aqui de bom aqui prá mim, que eu ponho em primeiro e segundo lugar é o Serviço Social prá mim Amanda. Eu não sei... são... eu costumo dizê que não são Serviço Social prá mim, são anjos da guarda porque sempre a gente vai, eu mesmo vou, eu nunca voltei mais triste. Às vezes eu saio daqui muito triste e, e é como se achasse uma luz no fim do túnel. Às vezes quando eu acho que eu tô num poço, não tem mais saída, aí, eu vou, converso, acho a minha luz. Até agora onde eu fui não tenho do que reclamá não. (Clarice)

Depois veremos como isso se justifica e se compõe no quadro geral da sua vida cotidiana. É preciso levar em conta, também, que quando elas mencionam a violência, elas o fazem relacionando-a às drogas, ou mais precisamente, ao uso precoce de drogas, interferindo, segundo elas, na educação dos filhos. Quando perguntamos a Clarice o que ela pensa sobre a violência, a “bagunça”, que ela havia mencionado anteriormente, ela conta:

Eu acho... Eu penso... *As amigas, as amizade, as mães, porque a gente não deve colocá culpa nas mães Amanda.* (...). Tem menina que chega aqui onze, Manda, chega meia noite querendo levá minha filha de treze anos prá pizzaria, eu não deixo. Eu olho prá ela e falo, sua mãe deixa você ir? Ah, minha mãe deixa. (...). É menina que sai por aí Amanda, é menina que namora, é menina que aparece grávida. (...). Ontem eu falei prá ela, a partir de hoje você não vai prá canto nenhum, na hora que aquele pivete aparecê na minha porta eu vou lhe dá um murro tão grande que você vai caí lá no colo dele. E outra hora que eu chegá aqui e você tivé na rua mais ele, você vai vê. Que é um cara da igreja, que ele não vai lá, *cadê que ele chega num monte de carinha. Que tem Amanda, que tem menino (...), eu falo porque eu saio por aí eu vejo, tem menino desse tamanho fumando maconha porque cê passa cê sente o cheiro, desse tamanho Amanda.* Outro dia eu fiquei assim, eu fiquei horrorizada, um menino, um menino com cigarro de maconha, fumando! (Clarice)

A assertiva de que os sujeitos particulares se relacionam e se apropriam de seu “ambiente imediato”, como colocamos acima, bem como aquela posta no início dessa seção, de que tal relação e apropriação se dão na contramão de uma relação e apropriação da respectiva sociedade, não é sem consequências – o que não quer dizer, jamais, que aquele ambiente não manifeste e (re) produza o movimento das relações sociais no conjunto heterogêneo de conteúdos e elementos que forma tal (re) produção. Conforme já pontuamos, está aqui a cultura, os hábitos, os costumes, a moral, e ainda, a ideologia, as expressões políticas, etc., interagindo ao mesmo tempo nas particularidades que ganham naquele espaço. No entanto, o que queremos grifar e reafirmar, nesse momento, – voltaremos posteriormente a esse ponto – é que, como já vimos, as necessidades humanas se tornam de fato conscientes para os sujeitos particulares através do seu próprio “eu”⁴⁸ e exatamente a partir do seu “ambiente imediato”. Dessa forma, ele se ergue coletivamente como membro de um grupo, de uma comunidade, de uma classe, (re) produzindo o conjunto dos conteúdos do ambiente, os quais passam a penetrar nele mesmo; e é assim, inclusive, que ele pode representá-lo. Mas, quais são as necessidades do “eu” alimentadas na dimensão particular de Clarice e Isabel? O trabalho e a maternidade ao formarem predominantemente a base do conjunto das atividades desenvolvidas por elas, constituindo, portanto, o conteúdo da (re) produção da sua vida cotidiana, são, atividades realizadas para responder à satisfação daquelas necessidades do “eu”, estando sempre conciliados⁴⁹. Como dissemos, o trabalho perpassa todos os relatos de Clarice – como termo predominantemente presente ou ausente – está em todas as suas memórias e aspectos da sua vida, e não poderia ser diferente, porque ela sempre trabalhou. Quando conversamos sobre sua infância ele é o primeiro que aparece, e ela conta a trajetória da sua vida, que é toda mediada pelo trabalho – a violência que sofreu, os filhos que teve, a vinda para a cidade de São Paulo.

⁴⁸ Cabe anotar que: “A interação entre o indivíduo e a sociedade se faz de modo tal que a consciência do “eu” e a do “nós” não se constituem em antíteses; isto porque as motivações do “eu” são sociais; sempre se referem a um grupo, a um quadro de valores socialmente legitimados, a um conjunto de ideais, a costumes, ou seja, à cultura existente ou à sua negação”. (Barroco, 2003: 38 – grifos nossos). Assim como o desenvolvimento humano-genérico é (re) produzido pelos homens particulares e assim como as necessidades do “nós” se tornam conscientes a partir do “eu”, ou seja, da sua particularidade, isso não quer dizer, de modo algum, um antítese entre ambos, ao contrário, há uma interação entre eles.

⁴⁹ Já podemos assinalar que isso é fundamental porque forma, em parte, o âmbito no qual se circunscreve o trabalho do assistente social, isto é, ele tenta responder às necessidades de sobrevivência e, ao mesmo tempo, à organização da vida doméstica e privada. Também é preciso registrar que há muitas mediações que perpassam o processo de objetivação de tais atividades, algumas delas fundamentais. Veremos isso ainda ao longo desse texto, quando falarmos da *autoconservação* e retomarmos o significado da *socialização primária*.

E, na Bahia, eu era novinha, fui trabalhá numa casa. Eu fui prá lá eu tinha sete anos e eu voltei com 19, não lembro. *E lá a gente começa a trabalhá logo, né. Lá eu comecei trabalhá logo, parei de estudá.* E, quando eu comecei trabalhá, a mulher que me pegô ela não queria me pegá que eu era pequena. Eu devia tê uns doze (anos), não lembro bem. Eu lembro que ela chegô prá mim e falô assim, só prá você não perdê a viagem você lava essa louça, que eu vô te dá um trocadinho, só prá você não perdê sua viagem, cê é muito pequena. Aí eu fui, lavei toda a louça, tinha festa na casa dela, tinha tido, tava uma bagunça, eu lavei toda a louça, ariei tudo, deixei tudo bonitinho lá, tudo separadinho, copo com copo, panela com panela, prato com prato. Aí, ela subiu lá prá cima prá se arrumá, quando ela desceu, eu tava em pé esperando, né, ela me dá o trocado prá eu ir embora. Aí ela foi oiá as louça que eu tinha lavado. Nossa! Ela oiô assim, e falô assim nossa eu não acredito! Chamô a empregada dela e falô olha, olha as louça, olha as panela que ela lavô! Você não lava louça que nem ela. Eu vou ficá com você. Eu vou ficá com você. Mas você é muito pequena, mas eu vejo que você dá conta. *Na época eu tinha que olhá os filhos dela, arrumá o quarto deles, eu fervia água, levava eles prá passeá, brincava com eles, cuidava muito bem deles.* E fiquei nove meses lá, só não fiquei mais porque o marido dela ele chegava de noite, ele vinha me alisá, ele ficava nu na minha frente. Tava tomando banho, ele empurrava a porta do quarto, ele queria me pegá praticamente à força(...). Eu morava na casa deles, dormia lá, dormia no quarto dos menino, era eu que oiava, eu era babá. Aí quando eu cheguei na Bahia eu falei prá minha mãe que eu não queria mais voltá (...). Minha mãe perguntô porque, porque aí, todo o dinheiro que eu ganhava era prá minha mãe, eu não comprava uma calcinha, uma roupa que eu precisava, era prá minha mãe cuidá dos meus irmãos. Aí eu saí, eles não queria dexá, ela não entendeu, mas eu saí e não voltei mais, *arrumei outro trabalho. Fui prá Salvador, trabalhei lá,* outro tempo também, voltei e não quis ir mais. Aí, arrumei o pai da minha, da minha segunda filha e fui morá mais ele. Quando eu trabalhei nessa casa eu era solteira (...). E aí, minha mãe, eu fui trabalhá ni Salvador, minha mãe deixô minha filha ca outra vó, que ninguém quis a minha filha, ninguém quis. Aí eu fui prá Salvador,

comecei a trabalhá lá, mas eu ficava perturbada porque eu queria a minha filha, eu queria a minha filha, porque eu sempre fui assim, se eu tive o meu filho, eu não vou dá porque é um pedaço de mim, então, ninguém aceitava. Quando eu voltei de Salvador, aí foi que eu peguei a minha filha, que é a minha filha mais velha. *Então não voltei mais, fui trabalhá lá na Vitória da Conquista mesmo, trabalhava, sustentava ela, (...). (Trabalhei) Sempre de doméstica, sempre de doméstica, desde pequena, só não trabalhei, a não ser esses dois menino que eu olhei, o resto foi sempre de doméstica. Não, não, nunca fui não (registrada). Prá não dizê que eu não fui, eu fui agora, depois de já mãe desses filho tudo, trabalhei três anos numa casa. Trabalhei dois anos como diarista, trabalhava dois dias, aí comecei trabalhá fixo nesse mesmo lugar, ela mandô as empregada embora, e ficô só eu sozinha. Aí ela me registrô, trabalhei dez meses, foi quando eu engravidei dele (aponta o filho caçula que está em eu colo) e saí. Aí não trabalhei mais fichada não. (Sobre vitória da Conquista) Aí arrumei o pai da (...). (...). E aí eu fui vivo com ele, vivo, vivo. Aí um dia eu tomei a decisão de vim aqui prá São Paulo, já tinha as duas menina. Aí vim, vim com o dinheiro da passagem, morá mais meu pai. Meu pai tava aqui. Deixei tudo lá. Truxei uma menina e a outra ficô lá cá minha mãe. Aí chegô aqui eu não trabalhava, eu tomava conta da minha filha, e o pai da (...) trabalhava. (Clarice)*

Quando pedimos para que Isabel se apresente ela destaca que sua vida é somente ela e os filhos e o que ela fez e faz centra-se no trabalho, formal ou informal, e ainda nas atividades que movem a vida de seus filhos, buscando atender as suas necessidades. Mais do que aparecer em seus relatos, pudemos identificar isso no tempo em que passamos em sua casa e na forma como organiza a sua vida – os dias, as horas – na relação com as escolas, as creches, os postos de saúde, as organizações sociais nas quais seus filhos participam por meio de alguma atividade esportiva ou recreativa – tal como assinalamos na introdução desse estudo. É interessante ainda observar que ambas as entrevistadas rememoram suas vidas – ainda que a tarefa da pesquisa não tenha sido essa – a partir dos filhos que tiveram e dos trabalhos que desenvolveram, como marcos significativos de sua existência, ou seja, de sua (re) produção como tais. Ao reler a primeira entrevista, Isabel observa que sua vida não havia acontecido naquela ordem cronológica que nos contou e

quando conversamos com ela porque isso acontece, ela mesma se dá conta de que apontou as coisas de maior significado e, nas suas palavras, uma coisa foi "puxando a outra".

É só eu e eles. Eu vivo como eu posso. Faço uma coisa ali, outra ali, não páro em casa, cê você não marcá prá tá vindo, tem hora que cê vai chegá aqui eu vou tá com a porta fechada. Se tivé que fazê alguma coisa eu pego, levo tudo e vô. Se tivé que passá roupa, eu saio, vou, passo, o que tem prá fazê eu vou na hora. Se eu tivé outro compromisso prá fazê na..., assim, por causa do horário, eu vou. Eu trabalhei um tempo lá (em Campinas), quando tava, até a gravidez da minha de 15 anos, trabalhei lá um tempinho, depois ela nasceu, fiquei mais uns 8 meses, depois não trabalhei mais. Comecei a trabalhá com 14 anos, que além desses meus filho que eu tenho, eu tive uma outra com 13 (anos), engravidei com 13, aí quando eu fiz 14 ano, uma semana depois ela nasceu. Aí três meses depois comecei a trabalhá prá podê cuidá dela. Trabalhava em casa de família, fazia de tudo um pouco. Aí antes de fazê quatro meses ela morreu. Eu fiquei acho que uns dois meses trabalhando só. Aí ela morreu e eu fiquei um tempo na, na, morando na casa lá da minha mãe, trabalhando mesmo. Só que como eu não desfazia nada das coisa dela, minha mãe queria que eu saísse de casa prá podê fazê isso. Como eu nunca saía de casa, fiquei um ano em Minas, quando eu voltei não tinha mais nada. (...). E quando eu voltei já não tinha mais nada. Fiquei um ano em Minas. Ela é de Minas (a mãe), os parente dela tá tudo prá lá.(...). Aí eu voltei, fiquei um tempo com a minha mãe, aí comecei a trabalhá, trabalhá assim, trabalhei registrada, fiquei um ano e pouco trabalhando, até a minha filha fazê 8 meses, a outra, depois eu engravidei tudo. Fiquei acho que um ano e um mês registrada, aí eu fiz um acordo, (...) não arrumava creche, ninguém queria, ninguém tinha, não tinha ninguém prá ficá com ela. Aí fiquei trabalhando por ela durante uns oito meses, e levando ela, aí depois ela começô a crescê, não parava mais quieta, não deu mais certo. Eu ia só prá, uma vez ou outra na semana, pá lavá, passá, dá uma ajeitada nas coisa. Que ela tava andando, se mexendo, enquanto é pequenininho assim (aponta o filho de cinco meses que está em seu colo)põe no carrinho e deixa, começô a engatinhá... (...). A

casa era imensa, apartamento, aí não deu certo eu tive que sair. Foi o único lugar que eu trabalhei. (Isabel)

Considerando agora, especialmente o trabalho como uma das formas de objetivação fundamentais da vida social e que aparece claramente nos relatos de Clarice e Isabel, tal como ainda destacaremos, vejamos melhor o que isso significa do ponto de vista da vida cotidiana.

Na introdução dessas reflexões que temos feito, anotamos que os sujeitos travam uma relação especial com o “ambiente imediato” onde nascem, pois é partir dele e nele que ele se forma e participa de sua formação num processo simultâneo. Embora tal ambiente manifeste e seja produto de determinações sociais, que dizem respeito ao “grande mundo”, às relações sociais da sociedade em questão, eles se apropriam e relacionam com aquele ambiente mesmo.

Com a divisão social do trabalho, que ao fracionar cada vez mais as ocupações no processo de produção, – que podem se manifestar ainda por meio dos postos de trabalho – restringindo o desenvolvimento de habilidades e capacidades de acordo com a respectiva inserção nela, acentua-se muito mais a relação e a apropriação pelos homens particulares de seu “ambiente imediato”, justamente, porque estão mergulhados no ambiente mesmo onde constituíram e constituem sua particularidade voltada à *autoconservação*, ou, não raras vezes, à pura autoconservação, à luta pela sobrevivência mesma, tal como fazem Clarice e Isabel.

Isso é claramente identificado na contemporaneidade. Se considerarmos a classe trabalhadora pelos mais diferentes arranjos que passam a assumir: o trabalhador assalariado, o operariado, o trabalhador informal, o desempregado que se utiliza de diferentes estratégias para sua sobrevivência, o trabalhador formal que soma ao seu trabalho outras formas e fontes para tê-la garantida, etc., o que significa construir e ter construída sua particularidade demarcada por todos os limites postos e impostos pelo lugar que ocupam no processo de produção da riqueza social, ou pelos arranjos que fazem para trabalhar, uma vez que não há lugar para venderem sua força de trabalho⁵⁰? A vida

⁵⁰ Não podemos fazer uma discussão sobre o trabalho e suas configurações contemporâneas. O que acabamos de mencionar relaciona-se à noção de *exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, nos termos de Marx*. Com o crescimento do capital, se expande igualmente a força produtiva dos trabalhadores, o que não significa que todos encontrarão lugar para colocarem em funcionamento sua força de trabalho, ao contrário, parcela dos trabalhadores não encontrará lugar para vendê-la. Netto e Braz assim colocam a questão: “A acumulação de capital também impacta fortemente a classe operária. No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels (...)”

cotidiana é antes de tudo o espaço da (re) produção da particularidade, pois que não se elimina essa dimensão dos homens; quando ela está voltada exclusivamente – pelas determinações de classe – à busca da sobrevivência, da manutenção da existência física, da autoconservação, as possibilidades são reduzidas, quando não canceladas, para o desenvolvimento de outras capacidades e habilidades que ultrapassem às exigidas ao desenvolvimento do trabalho que desempenham. A vida cotidiana (re) produz assim, fundamentalmente, essa dimensão – a da particularidade humana; por isso, as determinações de classe influem decisivamente na organização da cotidianidade, na definição das atividades nela desenvolvidas e até mesmo na hierarquia existente entre tais atividades.

Mas disso o que mais importa destacar para nossas análises é a centralidade que o trabalho como *atividade cotidiana*, isto é, como *labour*, adquire na organização do próprio cotidiano e na conseqüente definição de outras atividades que a compõe – o trabalho é elemento chave na constituição da particularidade. A cotidianidade programada num dado conjunto de atividades é significada e sustentada a partir do trabalho – guia efetiva de tal conjunto⁵¹.

Nesse sentido, o trabalho como atividade cotidiana é o eixo do cotidiano de Clarice e Isabel, seja pela informalidade que as empurram ao desenvolvimento de trabalhos que oscilam entre tempos de maior presença ou de maior ausência, buscando, ainda assim, formas por meio das quais possam organizar suas vidas, até mesmo e inclusive a maternidade. A vida cotidiana de ambas – que expressam a de muitas – gira em torno da luta pela sobrevivência na busca pela satisfação das necessidades mais elementares do “eu”. Assim, quando pedimos, em nossa primeira conversa para Isabel se apresentar, seu relato se faz basicamente através de três pontos: os filhos que teve, os trabalhos que precisou desenvolver, das mais diversas maneiras, para sustentá-los, aliando-as à sua responsabilidade materna em face da ausência dos pais de seus filhos.

Eu morei no... era outra cidade, Piraporinha. Não. Piraporinha não era. Eu não lembro o nome da cidade. Era bem perto daqui. Era uma cidade pequena, próximo daqui, bem pertinho. Não lembro qual que é o nome, a gente ficô lá um tempo,

designou como *exército industrial de reserva* – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho”. (2007: 132 – grifos dos autores).

⁵¹ “(...) el trabajo sigue siendo parte *orgânica de la vida cotidiana*; si él no es posible mantenerse con vida, mientras que las *otras actividades cotidianas se ordenan fundamentalmente sobre su base*”. (Heller, 1991: 123 – grifos nossos).

depois a gente veio embora pro Jardim Ângela e ficamo lá um tempo também. Depois de lá, a minha mãe..., eu fui pro Valo Velho, minha mãe continuô lá (no Jardim Ângela). Fiquei lá acho que um ano e pouco. *Fiquei lá (no Jardim Ângela) com ela, lá também eu comecei a trabalhá um tempo com a minha mãe, fiquei uns três meses. Mas por causa do pai das menina de todos que tão aqui comigo, tentei ligá po serviço (...), lá pó serviço, com medo dele, dele fazê alguma coisa, ir lá, enchê o saco. Peguei e saí do serviço. Fiquei o quê, uns três meses com a minha mãe só. Peguei experiência né. Aí nunca mais fui trabalhá de novo. Tava grávida, depois eu fiquei grávida do meu menino de seis anos. (...).* Essa época, chegô um tempo que a gente (Isabel e seu parceiro) tinha nossos problema, era fácil resolvê. Daí passô a faltá coisa dentro de casa, descobri que ele tirava de dentro de casa prá levá prá outra na rua. E aí o dinheiro que ele recebia, ele ganhava bem, né, que ele era mecânico né, qualqué coisa que ele fizé eu ia aceitá o que ele ganha né, só que a maioria ia prá rua e a minoria prá dentro de casa. (...). Aí cansei, larguei tudo e vim embora prá cá (Jardim Ângela). A gente vendeu a casa, tinha espaço pras criança brincá, só por causa disso larguei tudo lá e (...) prá cá. (...). *Aí eu comecei a trabalhá com a minha mãe, um dos serviços que eu comecei a trabalhá com a minha mãe foi por causa disso. Comecei a trabalhá, que eu tava sozinha, meu irmão ficava com as criança, eram quatro só, ou eram seis... Aí (...) o primeiro pagamento que eu recebi eu larguei aquela casa que eu tava e aluguei uma outra longe, no Valo Velho. (...).* *Eu trabalhei uns seis meses com ela (a mãe). Ela trabalhava de cozinheira, e eu na época não tinha muita coisa prá fazê, ficava limpando a parte debaixo da casa, só ficava ali embaixo. Aí a patroa, não sei o que acontecia que ela mandô todo mundo embora do serviço, foi botando um atrás do outro, foi mandando embora. Aí ficô só eu e a minha mãe. Aí era assim, de manhã... não. Num dia, eu limpava a parte de cima caprichada, e só passava um paninho embaixo. No outro dia eu limpava embaixo e só passava um paninho em cima. Difícil, olha... durante um tempo. Acho que um mês eu fiquei sozinha. Até que depois eu acabei saindo por causa do pai dos menino (silêncio). Problemático... Até o mês passado ele ligô aqui, queria sabê dos menino, às vezes os menino tão*

aqui do meu lado, eu falo que eles não tão. Eu não sei se tá certo ou se tá errado, mas sei lá. Ele fala, eu quero vê os menino, não, mas prá vê, os vizinho vê, qualqué um vê. Eles não tão precisando de, de pai prá vê eles, tão precisando de pai prá ajudá eles, prá tê companhia. Prá vê qualqué um vê, eu vejo todo dia. Agora na hora do vamo vê memo, do, do principal memo, é só eu. Minha mãe agora tem ajudado bastante, ela tá com dois com ela, né. Tinha, tinha três com ela. Aí ficô um ano os três lá, aí vieram no Natal prá cá, aí a menina menor não quis ficá, ela voltô, ela ficô comigo, não quis voltá prá lá. Então ficô só os dois lá, o menino e a menina. Ela (a mãe) mora em Ubatuba, mas trabalha aqui em cima no Morumbi, próximo aqui. Meia hora eu vou e volto. Tão lá (os filhos) assim... Porque o menino ele tava muito jogado. Mesmo quando eu tava trabalhando com ela. (...). Da rodoviária até lá (Ubatuba) são mais quatro (horas). Ela vem (a mãe), que nem, ela foi sexta-feira prá lá e chegô ontem, ela fica até... Ela fica..., dois dias de folga ela tira, ela sai na sexta de lá (Ubatuba) e chega hoje (segunda-feira). Chegô ontem e vai a cada 15 dias. Ela fica (...) 15 dias (em São Paulo), ela vai e fica dois dias (em Ubatuba), sai daqui na sexta de tarde, depois que acaba o serviço, chega lá de noite, quase de madrugada às vezes, depende da hora que ela sai, fica sábado e domingo, quando é segunda de manhã ela vem embora. Como ela é cozinheira, não tem hora prá fazê almoço, é sempre depois da uma hora, então ela chega onze e meia, meio-dia, é o horário que ela pega o ônibus de lá. Pega o ônibus cinco horas, então ela chega aqui meio-dia, em casa. Eles (os filhos) ficam lá com a minha vó. Quando tem alguma problema ela tira folga, adianta a folga dela ou pega, fica uns dia sem aparecê prá depois ficá mais tempo lá. Que nem, o mês passado ela ficô, ela não foi, ela ficô um mês sem ir, aí quando ela tirô a folga, ela ficô quatro dias, prá podê resolvê tudo, foi o dia que ela foi falá com a professora da escola, explicá porque que ele (um dos filhos dela) tava... tinha o problema (de autismo). Disse que agora tá melhor um pouco. (Isabel)

O trabalho e a maternidade na vida cotidiana de Clarice e Isabel delimitam o espaço no qual elas podem se mover; os conteúdos daquilo que realizam circunscrevem-se nesse espaço e o significado de seu cotidiano nada mais é senão os conteúdos mesmos que se

referem ao desenvolvimento das atividades demarcadas tanto pelo trabalho quanto pela maternidade. De fato, a luta pela sobrevivência é a luta para se autoconservarem naquele “ambiente imediato”⁵², que permite apenas o desenvolvimento de capacidades e habilidades que possam favorecer o desempenho daquelas atividades, ou seja, capacidades e habilidades que lhes permitem um melhor trânsito na vida cotidiana tal como ela é arranjada – na sua *particularidade alienada*, na medida em que a luta pela “pura existência” é a vida como um “meio de vida”, ou seja, a vida genérica se torna somente um meio para a garantia da existência física, tendo isso várias implicações sobre as quais ainda refletiremos. E assim, Clarice nos aponta com precisão a luta implicada na busca por essa garantia.

Aí apareceu o pai das minhas três menina, que era o (...). Nossa! Eu achava que ele era o homem da minha vida, que eu ia morrê com ele. Mas não foi assim não. (...). Fiquei com ele e aí a violência só foi aumentando, só foi aumentando, era surra todo o final de semana. Aí eu tava grávida da (...), o médico não descobria que eu tava grávida e, eu tô doutor e não descobria, aí eu parei de ir. A barriga começô crescê, eu fui, comecei a fazê o pré-natal, aí ele chegava prá mim e falava assim, eu vô comprá uma faca prá matá você e esse fio que tu tá na barriga (...). Era assim direto, direto. Até a menina nasceu, ele não quis, eu não tinha lugar prá ficá, minha mãe me aceitava, mas minha filha ela não aceitava. Aí a menina foi pro orfanato, dias difícil porque eu fiquei um mês sem vê ela. (...). Aí ela saiu de lá, a gente ainda viveu um bom tempo junto ainda, apanhando muito, mas eu ainda... (...). A gente morava de aluguel, ele ficô desempregado, ele não deixava eu trabalhá e aí a gente tornô a vim prá casa do meu pai de novo. Aí foi quando meu pai disse que não dava prá gente ficá lá de novo, eu já tava grávida da (...). Aí começô de novo. Aí a gente conseguiu comprá aqui. Aí, comprô o pedaço de chão, aí meu pai foi numa firma que ele trabalhava, meu pai trabalhava, aí o pessoal conhecia ele, deu todas as madeira e a gente fez, aí não dava prá dá o piso, mas a gente ficô aqui mesmo, sabe. Era na lama, sabe! A gente botô umas tábuas assim. Eu sei que

⁵² “(...) en la historia de las sociedades de clase la vida cotidiana es – en mayor o menor medida – también una *lucha*: lucha por la simple supervivencia, por un puesto mejor en el interior de la integración dada, por un puesto en el seno del conjunto de la sociedad, cada uno según sus necesidades y sus posibilidades”. (Heller, 1991: 30 – grifo da autora).

essas tauba eu até encerava (risos), comprava cera às vezes e encerava as tauba, eu não tinha nada, só tinha a cama e o fogão, só, só. Guardava as roupa numa caixa. Aí tinha uma vizinha que ela falava assim, nossa eu não sei por que você encera até as tauba, eu falava, ué, você tem sua casa de piso, cê não gosta de limpá? Eu não. Ela achava sabe... E as tauba brilhava, era velhinha as tauba, mas brilhava, às vezes fazia algum um bico, comprava alguma coisa, mas eu nunca deixava de comprá uma cera, um produto cheiroso, e prá lavá roupa eu carregava água da casa da minha mãe prá cá e jogava água o dia inteiro de lá prá lá embaixo porque não tinha esgoto, não tinha torneira, não tinha água encanada, não tinha nada. (...). Aí ele começô a trabalhá, a gente foi ajeitando o barraco, foi ajeitando. Aí depois começô tudo de novo (a violência). Aí, logo em seguida, descobri que a Gabi tinha poblema de coração. (...). Depois que ela fez a segunda cirurgia, passô mais um tempo, eu me separei do (...). *Aí como eu não trabalhava, eles..., começô a faltá as coisa dentro de casa.* Aí eu voltei pro (...) de novo só por causa da comida, ele me batia, mas ele dava a comida pos menino, leite não faltava, né. Daí quando eu voltei prá ele, arrumei dois dias de serviço, ganhando R\$30,00 (por dia). Nossa, eu ia feliz! Aí deixava ela, era pequenininha, deixava ela, ia trabalhá. Até um dia, o (...) (interrompemos, perguntado se ela não quer parar um pouco, ela acena com a cabeça que não e continua) chegô prá mim e disse se eu não tinha medo de morrê, eu disse que eu não tinha não, que eu nasci prá morrê, não nasci prá semente. (...). Aí resolvi me separá dele de vez.(...). Aí eu me separei dele, fiquei um bom tempo. Aí eu conheci outro rapaz. Nesse, nesse intervalo, eu fiquei com um rapaz, engravidei, foi quando eu tive que fazê um.... Aí engravidei, tava com quatro mês, eu resolvi tirá o menino, não sei se era menino ou menina. (...). Eu fiz (o aborto) na casa de uma mulher, longe daqui, longe. Eu não conhecia ninguém (em Paraisópolis). Uma pessoa conhecia ela, aí, me deu. *Eu trabalhava prá uma pessoa também, ela me deu o dinheiro, eu fui lá. Eu sei que eu fiquei muito... Aí eu tive que pára de trabalhá e aí veio a falta de comida, a minha casa só não pegava bicho porque Deus era grande, porque eu sentia febre assim direto, direto. Às vezes eu tava assim, sentada assim, se eu tivesse aqui, aquele frio, eu já corria*

prá cama e ali a febre tomava conta de mim. *Aí quando eu consegui me reerguê, aí sim, eu comecei a trabalhá, ganhava R\$200,00 na época. Eu recebia de 10, de 20, eu vinha de pé, eu trabalhava ali na, na João Saad, eu vinha de pé pro dinheiro, eu ia e vinha de pé pro dinheiro da condução sobrá prá eu comprá ou um leite ou uma fralda pá (...) e ela era pequena, ela sempre queria alguma coisa. Aí teve um tempo, nesse intervalo, que a (...) chorava com fome, não tinha um pão prá dá prá ela, não tinha nada, nada mesmo, dentro de casa. Às vezes, o pagamento era os R\$200,00, mas demorava de pagá, às vezes eu ia recebê aqueles R\$200,00, o outro já tava prá vencê, mas eles não pagava tudo, sempre dava um pedaço hoje, um pedaço amanhã, sabe. Aí, nossa, eu fui sofrendo, sofrendo, aí eu comecei trabalhá, aí eu comecei trabalhá fixo, aí comecei trabalhá. Comecei a trabalhá registrada aí não faltô mais nada dentro da minha casa, aí eu vinha do mercado, pegava cartão da minha vizinha, fazia compra, compras e mais compra. (...). Prá eu tá aqui, minha filha, eu tive que lutá muito. Hoje eu trabalho como diarista quando me chamam. Eu tinha sábado, todo sábado, tinha... na loja eu ia a cada 15 dias. Quando tem lançamento na loja, na loja que eu trabalho no Itaim, de roupas, lá eu faço faxina, limpo a loja, sirvo o pessoal, eles serve champagne, biscoitinho, essas coisa. Então a gente tem que limpá, tá sempre limpando, dexá organizado, lavá as louça, lava taça, lava xícara, lava prato, essas coisa. Quando tem lançamento eu trabalho. Às vezes eu trabalho o mês inteiro e quando não tem lançamento eu trabalho lá a cada 15 dias. (...). E o pai do (...) tava desempregado, então... Ele começô a trabalhá hoje, depois de quase um ano. Ele começô hoje, depois de quase um ano, sabia? Então é tudo prá mim, tudo prá mim. (...). Então é assim, meu dinheirinho da semana, até ele começá a recebê o dele, vai sê assim, eu recebo meu dinheirinho de manhã e de tarde eu já compro o que tá faltando. É, que nem essa semana, eu só trabalho amanhã, aí o que não tivé hoje, amanhã eu já passo no mercado e trago e deixo o dinheiro prá, a semana que vem se eu trabalhá ni algum lugar.... Olha, nesse home eu ganho R\$72,00 e na minha outra patroa, que é a cada 15 dias, eu ganho R\$65,00, né, que ela me dá 60 e o da passage. (...). Mas aí se*

alguém conhece, indica a gente, a gente vai lá, faz uma faxina, ganha outro por fora. E é assim.(...) (Clarice)

Tomar a vida cotidiana de mulheres como Clarice e Isabel é ter frente aos olhos, vidas recheadas por momentos que se partem, por inícios e reinícios, cujos conteúdos são marcados por várias determinações sociais, especialmente, pela condição de mulheres trabalhadoras, portanto pertencentes a uma classe social, que – e isso é interessante notar – se reconhecem como tais quando se inserem no mercado formal, por meio do “registro em carteira”, ambas expressam isso de maneiras diferentes. Isabel fala que “nunca mais trabalhou” e Clarice fala “aí eu comecei a trabalhar”. Combinando o que conseguem enxergar na relação existente entre essas duas determinações, a partir daquilo que se expressa concretamente em seu cotidiano, ou seja, a luta pela sobrevivência através de diferentes trabalhos visando a sobrevivência mesma dos filhos, é que elas falam sobre si mesmas. Por mais que seus relatos sejam entrecortados – num eterno vem e volta – pelas circunstâncias que viveram, num aparente fragmento que não porta conexões, é precisamente as atividades objetivadas por elas, como componentes do conteúdo (re) produzidos na sua cotidianidade, que conformam os eixos e as conexões em suas vidas, preenchendo-as de significado – exatamente aquele da vivência da dimensão da particularidade humana encaminhada ao extremo.

Vê-se, o que está em jogo aqui são tanto o conjunto das determinações sociais, econômicas, que marcam o lugar ocupado por elas na sociedade, quanto e, simultaneamente, o significado que isso atribui à conformação da sua vida cotidiana. Não podemos tratar do processo complexo que envolve essas determinações – que exigiria um estudo aprofundado, ao menos, daquelas duas condições acima mencionadas –, senão sinalizá-las para a própria compreensão da vida cotidiana de Clarice e Isabel, como manifestações da cotidianidade de muitas mulheres que possuem igualmente o trabalho e a maternidade como condições que se convertem objetivamente nas atividades fundamentais que (re) produzem tal cotidianidade.

Desse modo, o trabalho e a maternidade aparecem sempre entrelaçados nos relatos de Clarice e Isabel, sobretudo quando postos em face da satisfação de alguma necessidade – o que ocorre quase sempre. Clarice explicita muito bem como tais elementos da sua vida cotidiana se conjugam.

Porque assim, Amanda, por eu tê eles seis (filhos)... Porque eu falo prá (...) que eu tenho os meus seis filhos, eu não senti... Ele me ajuda quando ele tá trabalhando. *Mas prá ir pá médico é eu, às vezes tem que ficá internado é eu, prá ir prá reunião é eu.* Que nem a (...) estuda de tarde, a (...) de tarde e a (...) à tarde. Às vezes cai as três reunião tudo num dia só. Aí tem os três da manhã. Às vezes cai tudo na manhã. *Então tenho que me dividi um pouquinho pá cada lado, um pouquinho pá cada lado. Quinta-feira tinha uma reunião prá mim ir, eu tinha médico e tinha que ir mais não sei aonde, eu sei que tinha que trabalhá. Fui no médico, fui na reunião, depois fui trabalhá.* Então é assim, tem dia que eu fico... hoje eu fiz isso, hoje eu fiz isso e isso. Amanhã eu tenho que fazê isso e isso. Hoje eu ia levá a minha (...) ali no posto. Aí eu não vou, amanhã eu trabalho, levo ela na sexta. Então eu fico me dividindo né. (Clarice)

Já nos relatos de Isabel, embora apareça também de forma mesclada esses dois elementos, o cuidado com os filhos fica muito evidente como o conteúdo central das atividades que ela desempenha, atribuindo uma significação à sua vida cotidiana porque ela (re) produz a maternidade como um dos elementos fundamentais que constituem a sua dimensão particular, aquela da busca incessante pela autoconservação por meio da qual busca responder às suas necessidades imediatas de sobrevivência e manutenção da vida – aqui estão aquelas determinações acima enfatizadas, por exemplo, a de classe. Mas, ainda que, o aqui se mostre seja desempenhado todos os dias, não confundamos dia a dia com cotidiano; esse, por seu turno está relacionado fundamentalmente com aquele conteúdo. Ela pode deixar de desempenhar tais atividades quando do crescimento de seus filhos e a entrada deles na vida adulta, todavia, o que faz hoje, impregna aquela sua dimensão como sujeito particular posta precisamente naqueles termos, e ainda, encontrando poucas possibilidades de desenvolvimento de outras capacidades e habilidades para além desse universo, dada a dimensão ocupada por esse elemento na sua vida cotidiana.

Por enquanto eu tô..., agora eu vou vê o quê, prá olhá (criança) dentro de casa, pequenininho assim, prá não tê que saí. Já tem esse probleminha dele, de bronquite, saí muito na friagem... Deixava de saí com os meus filhos, prá levá prá escola, prá levá os filhos dos outro, aí chegava na hora de me pagá ela me

enrolava. Eu fazia pelos filhos dos outro o que eu não fazia pros meus, essa daqui ia prá escola, que eu levava ela, eu levei dois, três meses, depois não levei mais, 1ª, 2ª e 3ª (séries) eu sempre levei, até dois, três meses, no máximo. O outro eu tô levando ainda só pra..., que eu ainda levo, se bem que eu acho que ele é muito pequenininho ainda prá saí sozinho, prá voltá é meio escuro, vou eu ou uma delas. Levava pro esporte, entrava às sete e quarenta e cinco e saía oito e quarenta e cinco, eu saía, às vezes eu nem voltava prá casa, é lá perto do (...), né, eu levava e ficava até dá a hora, porque se eu descesse prá casa, voltá, eu sempre..., abri a porta de casa e fechá de novo. (...). Que nem, às vezes eu passo o dia inteiro sozinha com esse menino aqui (aponta o filho que está em seu colo). De repente... eu quase não consigo fazê nada, quando eu consigo fazê alguma coisa, ela chega (a outra filha que está em casa), aí tá tudo quase pronto, quando eu vou prá lá fazê alguma coisa lá, quando eu volto prá cá tem que fazê tudo de novo. Aí é ele chorando, é a menina em cima dele, é não sei o quê, é eu sozinha fazendo tudo, é..., Ó, eu falo assim, vocês me ajuda, ou vocês saem daqui que eu vou... ou eu pego o menino prá vocês ficarem sozinha, que às vezes incomoda. Eu não sei falá, não sei dizê (o que sente sobre isso), tem hora que incomoda. É obrigação minha, eu tenho obrigação de fazê, então não consigo pegá no pé, fazê eles fazê. Que nem, olhá eles não é obrigação, eles fazem assim... Que nem, prá mim, meu modo de achá é que não é obrigação deles olhá um o outro, eles olha porque são irmãos, mas não tem aquela obrigação que a mãe tem. Realmente não tem! (Isabel)

Temos falado em alguns momentos, explícita ou implicitamente, de dois aspectos: o primeiro deles, que acabamos de mencionar, refere-se mesmo ao desenvolvimento de capacidades e habilidades exigidas para um trânsito mais sucedido na vida cotidiana, o outro, diz respeito, ao processo de autoconservação que compreende a própria socialização primária e também esse primeiro aspecto. Faremos aqui, o que temos feito até agora, isto é, as reflexões sobre a vida cotidiana de Clarice e Isabel focadas nesse prisma, que exigem ser tratados simultaneamente, já que o processo da autoconservação sintetiza os dois ditos aspectos – se, eventualmente, alguma separação entre eles ocorrer é somente para facilitar a compreensão.

A noção de autoconservação está referida ao trabalho, no sentido de *work*, como meio fundamental da (re) produção do sujeito particular como ente humano-genérico; no sentido de *labour*, como o desempenho do trabalho como atividade cotidiana que nos marcos da sociedade burguesa se torna trabalho alienado, expressando a particularidade alienada – e é isso o que mais interessa aqui, uma vez que vimos demarcando exatamente esse aspecto. Mas, o processo da autoconservação é também o processo da apropriação de hábitos, costumes, e da manipulação das coisas mais elementares sem as quais os sujeitos jamais poderiam desenvolver-se e manter-se como membro de um “ambiente imediato”, o que é feito por meio da socialização primária, da qual se ocupam principalmente a família e a escola⁵³.

Assim, a busca incessante pela autoconservação significa a busca por capacidades, habilidades, qualidades compósitas do “ambiente imediato” que permitem um melhor movimento nesse espaço; conseqüentemente, significa tanto a busca pela defesa desse ambiente quanto a defesa da própria particularidade na garantia da conservação daqueles dois sentidos mencionados. Por isso, a afirmação do “ambiente imediato” e suas expressões, que se faz por meio dessa busca, é a afirmação da própria particularidade; tais expressões tendem ainda a serem tomadas como “circunstâncias definitivas” (Heller, 1991: 55). O “definitivo” significa a restrição da vida à própria vida cotidiana, a qual, em face da alienação da sociedade burguesa, os sujeitos são radicalmente reduzidos. Como os sujeitos se constroem e são construídos pelo “ambiente imediato” onde se encontram inseridos, as atividades que eles realizam e que compõem tal ambiente, são desenvolvidas por meio de habilidades e capacidades apreendidas nesse mesmo “ambiente imediato” de acordo com as necessidades e exigências do próprio ambiente e do próprio “eu”.

Seguindo esses dois movimentos, temos que, o trabalho como atividade cotidiana realizado nos quadros da sociedade burguesa estruturada sob a alienação e expressa pelo fetiche e pela reificação das relações sociais na contemporaneidade, alimenta a

⁵³ “O modo mais elementar de objetivação da vida cotidiana é o da autoconservação, o que se realiza fundamentalmente pelo trabalho: é através dessa dimensão da vida que ocorre o processo de socialização, pois, ao adquirir determinados hábitos e costumes, o indivíduo torna-se socialmente capaz de responder por seus atos. Em termos ético-morais, isso significa ter incorporado um certo quadro de valores que lhe possibilita discernir entre valores: saber distinguir entre bom/ mau/, certo/ errado etc. Ao incorporar tais mediações, o indivíduo vincula-se à sociedade e reproduz o desenvolvimento humano-genérico, mas as formas dessa incorporação caracterizam-se por uma dinâmica voltada à singularidade, não à genericidade. O trabalho é parte significativa da vida cotidiana (...), expressando, em termos do desenvolvimento humano-genérico, a *universalidade do ser social* e, em termos da cotidianidade, sua *singularidade alienada*”. (Barroco, 2008: 66-67 – grifos da autora). Por enquanto falaremos da apropriação e do desenvolvimento de capacidades e habilidade, somente na seqüência discutiremos como ocorre a apropriação de costumes e valores a partir do que Isabel e, especialmente, Clarice nos conta.

particularidade dos sujeitos, os quais, pelas distintas formas de inserção na divisão social do trabalho (pela função que ocupam no processo de realização do trabalho), tendo assim determinada inclusive a classe social da qual participam, podem ter acirradas até mesmo as possibilidades da luta pela sobrevivência, desenvolvendo atividades diversas, que se entrecortam, que são interrompidas, que ora significam a garantia da inserção formal no mercado de trabalho, ora a sua expulsão, etc. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidade situa-se no espaço em que se efetivam tais atividades, tanto o espaço quanto as atividades determinam esse desenvolvimento. Vê-se, a alienação do trabalho que possui implicações na vida cotidiana dos sujeitos está também aqui, tanto porque a alienação delimita, não raras vezes um desenvolvimento parco de sua própria humanidade, quanto porque eles não se apropriam do que a própria humanidade produziu.

Certamente, Clarice e Isabel são mulheres que sempre trabalharam dessa forma como acabamos de referir, além do trabalho doméstico embutido na realização da maternidade de ambas. As determinações sociais que conformam suas vidas, certamente, também delimitam a contradição existente naquilo que puderam desenvolver e naquilo que a humanidade desenvolveu e que elas fazem parte, mas que não se apropriam, senão raras vezes e em aspectos distintos. Desse modo, o processo de autoconservação do qual participam está organizado tanto pelo trabalho como atividade cotidiana que se restringe à manutenção de sua "pura existência", alimentando sua particularidade alienada, quanto pelo desenvolvimento de capacidades e habilidades que ocorrem nesse processo mesmo.

Já vimos que o trabalho é peça chave que perpassa a vida delas, assim como a maternidade e a vinculação existente entre ambos – o que não poderia ser diferente, já que o trabalho organiza as demais esferas da vida cotidiana, como já apontamos a partir de Heller. É preciso perceber agora como se dá aquele desenvolvimento conectado intimamente a essas atividades, sendo mesmo delimitado por elas. Ao falar dos estudos, Isabel destaca várias vezes que não "tem cabeça" para isso, o que é explicitado de maneira corrente por muitas mulheres e homens que vivem sob as mesmas condições que ela vive. Por que isso acontece? Indubitavelmente, há muitas determinações aqui – como a escolarização, o modo como se dá a educação, etc. – e uma delas é essa que temos marcado, ou seja, as habilidades e as capacidades são desenvolvidas em função das atividades que são desempenhadas – conformadas numa base econômica que atribui a condição de classe aos sujeitos –, podendo ser mais ou menos desenvolvidas de acordo com elas. No entanto – e é importante registrar isso –, não há um determinismo nisso, pois, ao mesmo tempo em que tais capacidades e habilidades se desenvolvem no interior de certos limites marcados pelo âmbito no qual certas atividades ocorrem, pode haver chances de ultrapassá-los.

As atividades domésticas realizadas por Clarice e Isabel, que, persistem inclusive quando saem de casa para trabalhar – lembremos que Clarice foi babá na sua adolescência e ainda hoje cuida esporadicamente de duas crianças – não exigiram o desenvolvimento melhorado de seus estudos e eles também, e, sobretudo, não ocorreram e não ocorrem exatamente porque as exigências de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência a empurraram e empurram para o trabalho que toma conta de suas vidas.

Eu fiquei até a..., fiz a 5ª série completa. Entrei na 6ª, fiquei um tempo, saí. Depois entrei de novo e não terminei de novo. Eu tenho vontade de voltá, mas, não tenho..., não consigo, assim prá voltá, prá fazê esse..., como é que fala que faz... (supletivo) acho que eu não tenho cabeça prá isso não. Eu não guardo muito na cabeça, não sei nem como eu passava nas prova, acho que eu colava. Porque assim, a professora fala agora, eu lembro, mas eu chego em casa, que eu vô fazê alguma coisa, cadê que...o jeito que ela falô eu não consigo lembrá, eu tenho que fazê do meu jeito, que do jeito que me falô ali, que me explicô é difícil lembrá. Não sei como eu consegui passá prá 5ª série. Eu não tenho cabeça prá guardá as coisa, não, eu não consigo, o pessoal fala prá mim assim, na hora eu entendo muito bem, eu sei que me falô, eu sei que eu tenho aqui na minha cabeça, mas prá eu repeti aquilo que eu ouvi já é mais difícil. Eu sei que eu ouvi, eu sei como é que... eu sei, não, eu sei explicá do meu jeito, às vezes também. Assim, então tinha que fazê o ano todinho, eu tenho que fazê o ano todinho, assim, 6ª série ano todo, nada de seis mês só, que eu não consigo não, acho que é capaz de eu fazê ... que no supletivo faz 6 meses uma série e nos outros 6 meses faz a outra série, né, é capaz de eu fazê os seis meses a 6ª e depois seis meses a 6ª de novo. Não, o dia que eu pudé fazê o ano todinho, (...) eu queria terminá, que eles me faz pergunta às vezes, minha menina tá na 8ª, passô prá 8ª série, prá 7ª ou prá 8ª, não lembro... (...) o que eu sei eu te ensino agora, agora o que eu não sei... (Isabel)

Clarice destaca que não pôde continuar a estudar porque começou a trabalhar muito cedo, atestando que o desenvolvimento das capacidades e habilidades que estamos marcando ocorre em face de um conjunto de determinações econômicas, sociais, políticas nas quais a sociedade está conformada e as quais o "ambiente imediato" expressa.

Eu estudei aqui ni São Paulo, eu estudei. Lá (Bahia) eu ainda tentei estudá, mas, eu não aprendi não. Eu estudei pouco também, logo eu comecei trabalhá. Trabalhá era prá durmi, só vinha final de semana prá casa, a cada 15 dias em casa. Então, eu estudei, eu posso dizê que eu estudei 1ª série, porque nunca fui prá 2ª série, porque quando eu fui prá 2ª série eu parei de estudá. Então eu assinei meu nome um pouco, sei lê alguma coisa, sei escrevê alguma coisa. Não sô assim eu não sei lê nada! Eu ainda sei lê alguma coisa, às vezes tem umas palavra muito difícil que a gente fica lá prá lê, mas ainda eu consigo lê alguma coisa, e assiná meu nome. Mas, mais do que isso eu não sei. (Clarice)

Também assim, as atividades realizadas por elas que (re) produzem a sua particularidade estão enfeixadas nos moldes da alienação, isto é, extraindo o significado dos relatos acima, podemos depreender que, do ponto de vista do desenvolvimento de seus estudos, elas não se apropriaram do que a humanidade acumulou em termos, por exemplo, da literatura, senão, elas sabem assinar o nome ou fazer "continhas", como Isabel continua a dizer mais à frente em seu relato. Daí ser tão fundamental ter em vista que a vida cotidiana alienada, submersa na particularidade alienada é conformada pela base da produção material da vida, pela base econômica, portanto, por muitas determinações, como aquela que se refere ao trabalho, ou, de outra forma, à classe, que se expressa claramente nos relatos de Isabel e no de que Clarice quando ela precisa deixar os estudos para trabalhar. O que significa Clarice não poder ler Machado de Assis, Clarice Lispector, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, cujos escritos sintetizam e condensam a própria riqueza humana já desenvolvida por outros, porque ela sempre precisou lutar pela sua sobrevivência? O que significa isso senão o abismo existente entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades, por parte de determinados sujeitos sociais, como Clarice e Isabel, participarem conscientemente desse desenvolvimento ou não se apropriarem dele?

Pelo exposto a partir dos relatos de Clarice e Isabel percebemos como se forma a sua dimensão particular na vida cotidiana alienada, cuja (re) produção é a (re) produção mesma das atividades que marcam a sua existência, ou, que as (re) produzem como tais – o trabalho e a maternidade. Daí, essas atividades oferecerem a imagem de sua respectiva vida cotidiana, que ultrapassa e muito o âmbito de suas vidas, mas referem-se a um ambiente conformado por determinações que impregnam a vida de boa parte das mulheres, trabalhadoras e mães, que na verdade, estão presentes em muitos outros "ambientes

imediatos”, da Bahia a Campinas, a Barueri, a São Paulo – que expressam o “grande mundo”, a sociedade brasileira num dado tempo, mas também e, ao mesmo tempo, a universalidade da humanidade.

Na tentativa de ter incursionado na vida cotidiana de Clarice e Isabel, de modo a destacar, pelo menos, *os conteúdos das atividades que (re) produzem sua própria cotidianidade*, a tarefa agora é apreender a sua objetivação no seio da estrutura do próprio cotidiano, esmiuçando e nos aproximando melhor do modo como tais atividades são vividas e (re) produzidas. Ou, em outros termos, a apropriação do “ambiente imediato” se dá numa base objetiva que se refere à estrutura da vida cotidiana revelando os seus fundamentos.

3.1. VIDA COTIDIANA: O CAMPO DAS OBJETIVAÇÕES GENÉRICAS EM SI

Para realizar a tarefa proposta e sinalizada em linhas acima, faz-se necessária a compreensão das características fundamentais das formas como os sujeitos se objetivam, ou seja, ao desenvolverem suas atividades, ao se apropriarem do “ambiente imediato” onde estão inseridos, ao se socializarem, eles constroem a si mesmos, objetivando-se e fazendo-se tais como são – o que temos visto desde o início desse texto. Embora todas as reflexões que vimos fazendo, também e destacadamente, acerca da vida cotidiana de Clarice e Isabel estejam sintonizadas e orientadas nesse eixo, é preciso, pois, estreitar o seu significado, até agora exposto e trabalhado sob um ponto de vista amplo do próprio significado do processo de objetivação, que se realiza mesmo na vida cotidiana. É por isso que o prosseguimento nas nossas reflexões sobre o cotidiano no qual vimos nos debruçando exige, rapidamente, o acúmulo de algumas considerações sobre tal processo de modo geral, retornando em seguida para a vida daquelas mulheres e conciliando esse pequeno acúmulo com a história concreta de cada uma delas, já que são elas que expressam nesse estudo, os sujeitos vivos e ativos que realizam, em circunstâncias sócio-históricas precisas, o dito processo.

A vida cotidiana é prioritariamente o campo das objetivações *genéricas em si*. Se bem que já tenhamos posto diversas vezes o termo objetivação, o recuperamos aqui, no intuito de melhor captar o significado da primazia do referido campo. Não temos dúvida, que objetivação está sempre referida à concretização de ações, que requer a externalização de capacidades e qualidades desenvolvidas pelos homens no seu processo de amadurecimento, desde quando se coloca como um ser social, donde o caráter sempre genérico das objetivações. Entretanto ela não guarda somente esse significado, antes e ainda:

“(...) las objetivaciones son siempre *genéricas* y encarnan distintos tipos de genericidad. Además éstas no son simplemente las consecuencias de acciones exteriorizadas, objetivadas, sino *sistemas de referencia* que, respecto a las actividades del hombre que se orientan hacia ellos y que los plasman, son *externos*. El hombre particular debe, por tanto, *apropiárselas* para que las objetivaciones se remitan a él y él la pueda plasmar”. (Heller, 1991: 228 – grifos da autora).

Essa é uma concepção de objetivação tomada por Heller e que entendemos – sob o risco de que ao interpretá-la cometamos equívocos – possuir uma profunda coerência com todo o exame que realiza acerca da vida cotidiana. Parece simples. A essa altura deve estar muito evidente que o esforço aqui tem sido o de demonstrar que a vida cotidiana e conseqüentemente sua análise, é sustentada em quadros genéricos e particulares; em quadros homogêneos e heterogêneos; nos quadros do “ambiente imediato” ou “pequeno mundo” e sua referência maior que está na sociedade (perpassando os grupos, a comunidade, a classe social, etc.), o “grande mundo”. Isso, quer em relação à constituição do homem, quer em relação à vida social e aos seus modos de organização por meio de suas distintas esferas. Esse conjunto é expressão e produto das objetivações dos homens, sendo conseqüências de suas ações e realizações – acompanhadas por escolhas entre alternativas, marcadas, por sua vez, por limites e possibilidades historicamente definidas. Mas esse é um conjunto em que eles movimentam e são por ele movimentados, ou, que eles constroem e são por ele construídos. Quando falamos, por exemplo, que os homens particulares são formados pelo “ambiente imediato” em que estão, mas que também o formam, não é nada mais, nada menos que isso. Por isso é que são tanto “sistemas de referência” que os homens precisam se apropriar e neles se orientar para se objetivarem, realizando suas ações, quanto e concomitantemente construir esses mesmos “sistemas de referência”, já que não são entidades abstratas ou coisas prontas, são produtos de suas próprias ações – produtos de ações de homens precedentes àqueles que no presente se apropriam delas, passando a construí-las.

Heller (1991) trata as objetivações em dois graus: o das *objetivações genéricas em si* e o das *objetivações genéricas para si*. Como nos referimos a elas até o momento apenas sob a forma de simples citações, vale colocar: as características que conferem uma especificidade às primeiras são os *produtos*, os *usos* e a *linguagem*, cuja função é orientar respectivamente, a *atividade material concreta*, o *comportamento* e o *pensamento*; as segundas referem-se mesmo às atividades humano-genéricas naquele sentido que vimos da homogeneização, das quais não nos ocuparemos nessa investigação.

As atividades desenvolvidas na vida cotidiana se movem na base das características comuns das objetivações genéricas em si, as quais formam parte da estrutura fundamental da vida cotidiana, daí constituírem tais características o fundamento da vida cotidiana – o que será explicitado nas análises que se seguem –, e, como acrescenta Heller, também do pensamento cotidiano.

Sendo a proposta dessa tarefa reflexiva oferecer um panorama geral do significado da apropriação das objetivações genéricas em si, procuraremos fazê-lo articulado também ao significado da apropriação da vida cotidiana mesma, uma vez que a intenção maior aqui não é o tratamento dos traços *específicos* de tais objetivações como mencionamos (os produtos, os usos e a linguagem), mas a apreensão de conteúdos concretos de objetivações genéricas em si que atribuem significado à vida cotidiana num tempo e espaço determinados, ou seja, no tempo e no espaço em que vivem Clarice e Isabel. Ainda que óbvio, vale a seguinte anotação: há então os traços *comuns* dessas objetivações que se referem à estrutura básica da vida cotidiana⁵⁴ e, ao mesmo tempo, aos conteúdos das objetivações efetivadas nos marcos de sua própria estrutura. É exatamente esse segundo ponto que vamos, com todos os limites, perseguir aqui.

A esfera das objetivações genéricas em si é aquela em que o homem se constrói como homem por meio de sua atividade vital: o trabalho. Como já apontado, inicialmente, nesse processo de objetivação ele desenvolve capacidades, que não são consequências de suas ações objetivas, antes, são desenvolvidas no processo, ao mesmo tempo, em que se tornam condição para tal. Mas Heller se refere ao *em si* como um quadro de “referência primário” (1991: 229), sendo que seus elementos fundamentais e específicos – os produtos, os usos e a linguagem – constituem um “componente orgânico” (*idem*) do trabalho, uma vez que eles despontam por meio dele, tornando-se aquela condição. Embora sejam elementos distintos, com significados e funções igualmente distintas, eles formam um corpo “unitário” e “articulado”, num sistema em que mutuamente se determinam no processo de produção e reprodução da existência do homem – tal como a unidade e a articulação formada pela

⁵⁴ Já sinalizamos alguma coisa sobre isso. Destacamos agora, que geralmente a discussão da vida cotidiana é realizada, especialmente, nos marcos de sua estrutura, ou seja, do conjunto de suas características por meio das quais se efetivam as atividades nela operadas. Como a inflexão feita nesse estudo é aquela das dimensões ontológicas do homem, considerando os limites ao seu desenvolvimento na sociedade burguesa, na apreensão das formas basilares das objetivações genéricas em si de sujeitos determinados (os sujeitos dessa pesquisa), não trataremos daquela discussão. Todavia, as características comuns de tais objetivações, ao oferecerem um reflexo da estrutura básica da vida cotidiana formando, como já citamos, o seu fundamento, possibilitam uma visão geral dessa estrutura. Acreditamos com isso, que essa lacuna não traz prejuízo para o conjunto das reflexões realizadas sobre o tema que, afinal, compõe também o próprio tema dessa pesquisa.

sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade, as quais são, por sinal, constituídas no movimento mesmo de constituição do sistema de “referência primário”. Assim:

“Cuando de la naturaleza se autoproduce la sociedad, es decir, cuando el hombre produce su ambiente, su mundo, lo hace organizando una estructura de objetivaciones en-sí unitaria y articulada al mismo tiempo. Esta esfera de objetivaciones genéricas en-sí es la resultante de actividades humanas, pero también la condición preliminar de toda ocupación del hombre.” (Heller, 1991: 228).

Nesse sentido, as objetivações genéricas em si são uma necessidade insuprimível para a (re) produção da vida social, da humanidade; elas conferiram e conferem ao homem a sua própria humanização e as infinitas possibilidades abertas ao seu mais pleno desenvolvimento, mas também e, ao mesmo tempo, o seu contrário. Num exame intimamente ligado às concepções de Marx, Heller situa as objetivações genéricas em si como o “reino da necessidade”, ou seja, o trabalho desenvolvido pelos homens cujos produtos criados são indispensáveis à satisfação de necessidades elementares para a sua (re) produção, sobretudo física, de sua própria existência. Pela via do desenvolvimento e da apropriação de tais objetivações é que se torna possível o desenvolvimento das objetivações genéricas para si, que compõem o “reino da liberdade”, por meio do qual os homens podem se relacionar e se mover conscientemente para o humano-genérico. É dessa forma e nesse *sentido* que o *em si* é ontologicamente primário e o *para si*, ontologicamente secundário, que se, havendo uma hierarquia ontológica entre eles, não há, contudo, uma hierarquia de valor. Posto de outro modo, o *em si* é parte da produção da existência humana, porquanto a cria; o *para si* é uma possibilidade que se coloca em face das determinações econômicas que estruturam uma determinada sociedade, podendo ou não se efetivar.

No entanto, sobre isso é imprescindível algumas considerações, sem as quais não fazemos a “passagem” para a vida cotidiana. Grifamos a palavra *sentido*, na medida precisa em que aquele *em si* está referido às objetivações genéricas, carecendo, pois, ser particularizado em face das determinações econômicas, ou do modo particular das *relações de produção* de uma sociedade. Os produtos, os usos e a linguagem objetivados pelos homens no seu próprio processo de objetivação genérica em si – conferindo-lhe o estatuto ontológico primário de tal objetivação – ganham ao longo do desenvolvimento do homem e conseqüentemente da história, significados distintos nos diferentes tempos históricos, nas diferentes formas em que se estruturam a base econômica das sociedades, a qual, no seio das relações sociais de produção (re) produz um determinado modo de vida social, (re)

produzindo relações de classe social, particularizando a divisão social do trabalho. Aqueles elementos, ou melhor, instrumentos, são configurados pelas características das relações de produção das sociedades em que são produzidos e constantemente recriados, uma vez que são conteúdos do trabalho, mas também e, ao mesmo tempo, da sociabilidade e da convivência – eles estão sempre presentes na história da humanidade, sendo permanentemente transformados (lembramos de suas funções já assinaladas). Reclamam, portanto, análise histórica – tempo e espaço determinados.

Conforme já anotamos, a sociedade burguesa é estruturada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na exploração da força de trabalho. Com isso se transformam os componentes das objetivações genéricas em si, isto é: a atividade material concreta (os produtos), seus conteúdos, suas finalidades, sua apropriação; os modos de comportamento (os usos) que orientam a sociabilidade; a estrutura e as formas de objetivação do pensamento (a linguagem) – tudo organizado sob os parâmetros dessa formação social particularizada nos diferentes tempos históricos e ainda nas suas diferentes fases de desenvolvimento. Todo o conjunto da vida social passa a ser permeado pela busca dessa autoconservação – para os trabalhadores, naquele sentido da “pura existência”, ou da vida “como meio de vida” –, que implica na busca e na luta pela conservação do conjunto da própria particularidade num “ambiente imediato”.

É nesse sentido que o em si se torna alienado, pois ele não é necessariamente alienado, bem como a vida cotidiana – ambos o são apenas quando existentes e estruturados sob relações de produções que assim se caracterizam, conforme já escrevemos. Dessa maneira: “La vida cotidiana alienada es el reino del en-sí. En ella el particular es conducido por objetivaciones genéricas en-sí a las que él simplemente se subordina intentando conservar al máximo sus motivaciones particulares (...).” (Heller, 1991: 236).

Consideradas a partir daqueles três fatores, as objetivações genéricas em si na vida cotidiana que norteiam as próprias atividades nela desenvolvidas, são tratadas por Heller a partir do significado de suas funções já mencionadas aqui. O que nos importa é indicar dois aspectos que conformam as *características comuns dessas objetivações*⁵⁵, e que orientam o *modo* como aqueles outros três são apropriados e expressos cotidianamente, assim como o conjunto da vida cotidiana. As duas características fundamentais são: a *repetição*, a *regra* e a *normatividade*. Devemos destacar logo de início, que “(...) el significado (la esencia) de la objetivación genérica en-sí está en su función” (Heller, 1991: 252). Observando o que

⁵⁵ De fato, são cinco características trabalhadas por Heller (1991), as outras duas e que não incluímos aqui são os *sistemas de signos*, o *vínculo com a situação* e o *economismo*, pois exigem, não apenas a discussão de elementos mais específicos que não podemos desenvolver aqui, quanto uma maneira de analisar a vida cotidiana que se aproxima mais da análise mesma da sua estrutura.

ligeiramente assinalamos acima, podemos depreender que tais objetivações se transformam a partir da própria função que vão assumindo, o que, por conseguinte, afeta igualmente seus significados. Devido ao seu caráter dinâmico e histórico, elas reclamam sempre ser compreendidas a partir desse ângulo.

Então, cabe agora o prosseguimento na análise e nas reflexões daquele cotidiano conformado naquele “ambiente imediato” preciso do qual tratamos – a vida cotidiana de Clarice e Isabel em Paraisópolis – a partir dessas duas características fundamentais explicitando o significado de cada uma delas.

ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

A vida cotidiana de Clarice e Isabel como manifestação do cotidiano de tantas outras que vivem sob as mesmas condições sociais de vida, como parte da análise que temos desenvolvido, evidenciou até o momento, que os conteúdos principais das atividades que a compõem são o trabalho e a maternidade. Pudemos perceber e refletir que, por meio de ambos, elas respondem às necessidades do seu “eu”, da sua particularidade. O trabalho como atividade cotidiana que se objetiva pela garantia da sobrevivência se faz, inclusive, para a garantia da sobrevivência dos seus filhos, tantas vezes provida somente por elas, ou seja, o cuidado dos filhos e as outras atividades que lhe são possíveis de serem desenvolvidas e experimentadas se organizam em torno das possibilidades e dos limites postos pela vivência exaustiva do trabalho como *labour*, como o elemento que ordena as outras esferas de sua vida cotidiana (Heller, 1991).

Vimos, também, que a vida cotidiana delas se conforma num “ambiente imediato” determinado, a imensa Paraisópolis, por meio do qual elas alimentam sua particularidade, construindo-se como tais, Clarice e Isabel, ao mesmo tempo em que constroem o mesmo ambiente, emprestando e preenchendo-o de suas vidas, da humanidade que puderam desenvolver e se apropriar, ao lado de tantos outros sujeitos. Ademais, identificamos que o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades ocorre no desenvolvimento do trabalho como atividade cotidiana, que impõe limites e possibilidades àquele desenvolvimento, sobretudo, em face da alienação que delinea o abismo existente entre o que foi produzido pelo humano-genérico e as possibilidades de se apropriarem e desenvolverem essa rica produção. Vimos ainda, que esse processo é o próprio processo da autoconservação que se dá pelo trabalho e se refere ainda à socialização primária. Faltou-nos, entretanto, precisar essa última, o que faremos nesse momento.

Nesse sentido, compete apreender mais de frente e a partir dos eixos destacados acima, o significado da objetivação das atividades realizadas por Isabel e Clarice, isto é, se as objetivações genéricas em si constituem o "reino da necessidade" e as principais atividades que elas fazem buscam responder às suas necessidades coladas na sua dimensão particular e, particular alienada, como elas se fazem a partir das características das objetivações genéricas em si? Como o economismo, a regra e a normatividade⁵⁶, e a repetibilidade marcam as atividades (o trabalho e a maternidade) objetivadas na dimensão de sua particularidade, do "em si"? Qual o significado disso na vida cotidiana de Clarice e Isabel? Existem possibilidades delas se colocarem num outra dimensão que corte com as necessidades do "eu", ou seja, da particularidade alienada construída pelas objetivações genéricas em si em face da alienação da sociedade? No entanto, vale ter conta, que os relatos de ambas, já expostos, oferecem muitos elementos para refletirmos sobre essas questões, e não podemos operar uma cisão entre o que foi posto antes e o que é aqui destacado, muito pelo contrário, tentemos uma composição, que na verdade, é a compreensão da totalidade da vida cotidiana de Clarice e Isabel.

Procuramos enfatizar nesse estudo que cotidiano não se confunde com dia a dia, pois, a exigência para se compreender o primeiro é a captação do conjunto das atividades realizadas pelos sujeitos, descobrindo o seu conteúdo e significado; elas podem ocorrer todos os dias ou não. Para Clarice e Isabel o trabalho e a maternidade ocupam e se estendem como presença ativa ao longo de suas vidas e as atividades embutidas neles de fato se fazem com frequência constante. Assim, muito mais do que perceber a objetivação desses fenômenos numa superficialidade do dia a dia, captar a frequência constante daquelas atividades é perceber como elas adquirem significado no desenvolvimento de suas capacidades, habilidades, nos seus costumes, nos hábitos, na interpretação que conseguem ou não fazer disso, entre outros. Quando perguntamos para Isabel e Clarice como havia sido o dia delas, anterior ao dia do nosso encontro, elas reafirmaram o que já no primeiro encontro tinham predominantemente destacado. Como elas mesmas explicitam:

Eu levei ela na creche de manhã, voltei. Fiquei aqui até a hora de levá ele pro médico e ... levei prá creche, voltei, é voltei. Levei ele pro posto, fiquei lá até quase umas 11 horas, que eu tive que passá ele no médico né, e... que marca hora prá entrá, né, mas não marca hora de saí, a gente fica lá horas esperando (...). (...).

⁵⁶ É aqui que trataremos da socialização primária pelos costumes, hábitos, valores, por essa razão, não desenvolvemos isso na seção anterior.

*Aí quando foi uma hora teve o grupo, que eu fiquei lá até umas três e meia, quinze prá quatro, do... com a enfermeira, com o pessoal explicando umas coisa, conversando, umas coisa que a gente já sabia, umas coisa que a gente não sabia, tirando dúvida, conversando, né. Tinha uma enfermeira que ela não era da equipe toda. É assim, porque tinha gente de todas as equipe, assim, do bebê, todas as áreas, não de era uma área só, só da turma dela, que tinha o pessoal da equipe dela, né, que eu sou, que quando eu vou passá eu passo com ela, mas nem todo mundo passa com ela. Ela atendeu todo mundo ao mesmo tempo. Da área, que é dividido por etapa, tem a turma, o pessoal do cartão verde, que é eu aqui, acho que é dividido pela região, né. É mais prá cá, que lá no fundo é o pessoal lá do outro posto. Foi todo mundo, não foi só os verde, só os vermelho, tava todo mundo junto, tinha gente prá caramba, tinha bastante gente. (A enfermeira) *Explicou, perguntou que quê a gente fazia, se a gente tinha alguma dúvida, algum falou que tinha, que não tinha, é..., explicou, do negócio de chupeta, mamadeira, se bem que ele não pega nada disso. Tudo em relação ao bebê até aos seis meses que não devia tá na mamadeira, né, e aqueles que não deviam, mas estão. Que nem esse aqui, não pega mamadeira, (...) de casa, chupeta eu dou, parece mordedor, só morde, quando ele tá chorando mesmo ele não pára com chupeta. Só tinha mulheres com criança, bebezinho até seis meses, tinha um de sete só, um de 14 dias, que era o menorzinho e o maiorzinho que era de sete meses. Ah, eu gosto (de participar desses grupos), mas assim, eu gosto mais quando eu tô com tempo, quando não tem nada prá fazê. Assim, que nem, desmarcá uma coisa prá marca outra... Eu gosto que marca no dia que eu não tenho nada prá fazê, porque prá saí de um lugar prá corrê pro outro, eu não gosto de perdê essas... Assim, que nem, agora, tem grupo amanhã, eu não vou podê ir que eu tenho médico dele (...). Aí eu já avisei lá, falô que ia marcá um outro dia prá mim ir. Tenho que ir, prá pegá o resultado dele. Vai falá o que deu exame, o que não deu, se precisa de algum remédio ou não, aí já falo da outra que tá com o olho ardendo, muita dor de cabeça, muita! Quando ela tá na escola faz força, parece que arde o olho, não sei. Aí ela ficô prá marcá prá mim ir depois. Que nem, se tivesse marcado outro dia eu**

ia tranqüila, não vou amanhã porque não tem como eu ir, que tem que tá lá acho que uma e meia, uma e quinze, e eu tenho que tá no (...) onze e meia com eles, o médico é as duas. Não (é obrigatória a participação no grupo), ia quem quisesse, é, eu quis ir. A voluntária passô na porta e falô, deu um papelzinho, falô prá mim tá lá que ia começá uma hora, só que começô já era uma e meia, *eu não ligo, eu não tenho o que fazê, não tenho outro lugar prá ir, eu não me importo de ir. Eu gosto... Que nem amanhã de manhã eu tenho um com a assistente social, o grupo de sócio-educativo, não sei se você já ouviu falá do (...), que também é das nove e meia até às..., é prá terminá dez e meia, mas termina quase onze horas, que ninguém qué sabê de ir embora. Vai pouca gente, no começo foi bastante, agora vai cinco, seis pessoas. Vai muito pouca. É, eu tenho ido também lá⁵⁷(...). Depois quando você chegô (tivemos um dia antes, muito rapidamente em sua casa) eu tinha acabado de chegá que eu cheguei aqui umas três e pouco, aí, (...) que ficô o dia inteiro no colo, aí eu mal podia fazê as coisa, quando eu consegui fazê alguma coisa foi a hora que ele dormiu. Dei banho, tinha acabado de colocá ele prá dormir, tava tentando terminá de limpá, que é difícil de limpá com ele e a outra junto, que parece que os dois sabe..., que os dois tão próximo, um qué chamá a atenção mais que o outro (...). Ele chora daqui, ela chora dali, quando ela chega eu tento... aí eu, ou eu vou buscá ela, assim, quando eu vou buscá eu deixo ele no carrinho lá fora com as menina e eu vou sozinha lá mesmo. (A noite) Que nem, geralmente eu tô, começo a fazê a comida assim cinco e pouco, eu sei que dá seis horas o menino chega ou tá quase pronta ou já tá quase até no prato já. Aí eles jantam, se tivé calor, que nem agora tá muito frio eu não deixo não, eles ficam lá fora um pouquinho, depois assistindo televisão até dá sono (...).Que eu aprendi assim que muita coisa boa acontece no jornal, também não é assim só em novela, desenho, filme. Às vezes eu fico perdendo certas notícias porque dei atenção prá eles e deixei vê desenho o dia inteiro, aí agora assim... Nem todos os jornal também, é mais os da noite ou de manhazinha. É por causa de alguns assunto que passa, às vezes passa assunto bom, às vezes não, aí quando vejo que vai passá*

⁵⁷ O que ela desenvolve a partir daqui será exposto na segunda parte desse estudo.

assunto bom, já falo ó fica quieto que eu tô assistindo, aí já (...) às vezes nem pisco, que já passa falando que quê vai passá né, aí quando eu sei que não tem nada muito interessante eu nem ligo tanto. É (ficar informada), porque prá saí prá fora é mais difícil. Alguns eu ainda assisto (filme), agora eu tenho achado até alguns desenho meio, meio fora de mão. (Isabel)

O relato de Isabel extrapola uma simples descrição do que ela fez num determinado dia, até porque a incentivamos a explicitar o que ela pensa sobre as atividades que parecem ocorrer frequentemente em sua vida, ou seja, os diferentes grupos dos quais ela participa, o movimento que faz de levar e buscar os filhos na escola e no médico, destacando o conteúdo de cada atividade que possui uma convergência: a maternidade, atestando as observações que fizemos antes. Tais atividades buscam satisfazer as necessidades dos filhos, que de uma forma bastante concreta, pode ser colocada em termos do significado que os conteúdos trabalhados no grupo comandado pela enfermeira, bem como pela assistente social (tal como ainda veremos) adquire em sua vida cotidiana. Esses espaços expressam uma tentativa de lhe ensinar a cuidar e a educar os filhos, (re) afirmando o tempo todo, as funções que desempenha como mãe; o tempo todo porque quase todas as atividades objetivadas por ela estão voltadas para o desenvolvimento e o “aprimoramento” de tais funções visando o atendimento de suas necessidades e as dos filhos. É interessante observar que nos encontros que tivemos, especialmente com Isabel, pudemos perceber a dimensão desse tipo de atividade em sua vida; nas tardes e manhãs que passamos em sua casa percebendo e nos inserindo em movimentos e dinâmicas diferenciadas – ora com a presença apenas de um filho, ora com a presença de todos – é muito saliente esse fenômeno em sua vida cotidiana, que se objetiva através de suas atividades e inserções que ela mesma nos conta, guardando ambas uma repetibilidade que marca o desenvolvimento da maternidade. De fato ela se (re) produz como mãe e trabalhadora o tempo todo em precárias condições de vida que manifestam a sua luta constante para ter garantida a manutenção da existência física.

Assim, as atividades que se repetem constantemente formam uma das características das objetivações genéricas em si: a *repetição* ou repetibilidade. Mas, façamos um brevíssimo parêntese esclarecedor desse ponto que pode mesmo esclarecer as posteriores pontuações sobre as duas outras características a serem destacadas. O caráter genérico de tais objetivações reside precisamente no modo como os sujeitos objetivam uma dada atividade, atribuindo-lhe determinados significados no curso da história, ou seja, aprendemos a ser

mãe e desempenhar as funções correlatas à maternidade a partir de determinadas referências construídas por nós mesmos. Quando Isabel destaca em seu relato e em outros momentos através de conversas informais que é importante que ela assegure o aleitamento materno – conforme aprende no grupo com a enfermeira – ou que não pode cometer violência contra seus filhos – como aprende no grupo com a assistente social – ela nos diz sobre algumas orientações que presidem nesse tempo histórico e de modo bastante geral, a maternidade, não só, é claro. Isso pode revelar muitas coisas. Do ponto de vista do segundo exemplo, sabemos que qualquer tipo de violência expressa a violação dos Direitos Humanos, que foi uma construção histórica feita e defendida por parte da humanidade. Por isso as objetivações guardam uma genericidade e as atividades objetivadas com vistas a responder às necessidades do “eu”, alimentado a dimensão particular dos sujeitos circunscrevem-se no “em si”.

Mas, fechemos o parêntese e percebamos como isso ocorre e conforma a vida cotidiana de Clarice, para depois apreendermos o significado dessa característica.

Ah, o meu dia ontem. Meu dia ontem... Eu levantei, acho que eu fiz café. Aí eu ia lavá roupa não lavei, eu ia no posto (de saúde) não fui. Aí veio um agente comunitário aqui, a gente conversô um pouco, aí ela foi embora. Agente de saúde, do posto da prefeitura. É que elas vem todo mês, aí vê se tá tudo bem... Elas pergunta se tá tudo bem, se as vacina tá em ordi. Às vezes tem algum exame dela entregá, elas entrega. (...). Fiz uma faxina no meu quarto, tava feia a coisa! Aí de noite, mais tarde eu fui, fiz na cozinha, fui lá um pouco na minha mãe, fiquei lá conversando um pouco. Aí voltei assisti a novela da tarde. Aí mais tarde eu arrumei toda a cozinha, fiz janta, dei janta pros menino, fui durmi. Assisti um filme de noite. (Risos) É que raramente eu assito filme e aí... Eu gosto, eu adoro filme Amanda! Eu gosto muito de assisti filme! Só que ultimamente eu não tenho assistido assim que nem eu assistia antes não. Mas eu gosto! Antes eu assistia mais. Nossa eu gostava de assisti... Eu assisti tanto Ghost e aquele Titanic. Então Amanda, e aí, aquele Titanic, Ghost, nossa eu assisti tanto! Meu Deus do céu! Olha Amanda eu gostei muito, faz um bom tempo que ele não repete, foi Garota de Rosa Choque, eu assisti (...). E um filme também Amanda que não me sai da cabeça é um filme que chama Conta Comigo (...). Assim, de fazê comida. De arrumá é

assim, eu tenho a semana que eu não fico em casa, aí eu tiro algum dia, eu lavo toda a roupa, (...) eu lavo toda a roupa de casa, só lavei um pouco, tava muito frio. Mas é assim, tiro um dia prá limpá a casa, prá lavá a roupa, porque prá limpá os menino limpa, mas limpa assim por cima, né. Aí cê vai lá arrasta a cama, tira a cama do lugar, varre, passa pano, lava, tira as coisa do lugar, limpa. Eu sinto minha obrigação, eu sinto minha obrigação. *Eu tenho aquela obrigação, eu tenho obrigação de todo dia cozinhá, eu tenho obrigação de todo dia fazê...* Hoje tem alguma coisa diferente... Ah vou fazê alguma coisa diferente pras criança. E é assim, às vezes eu faço um bolo, não sô muito de fazê doce, faço um bolo, faço uma gelatina. Porque eu sinto que eles vai ficá feliz, porque a gente não tem muito prá oferecê. Então, a gente faz uma comida melhorzinha, ou chegava domingo na semana, faz aquela comidinha no domingo. *Ai, agora domingo eu tô trabalhando, então eu não sei como eles passa o dia. Mas comigo eu não costumo levantá tarde Amanda. Cedo eu acordo, às vezes eu fico na cama até um pouco mais tarde, mas eu acordo cedo, cedo, costume de acordá cedo, então...(...* Então, eu acho isso minha obrigação, o meu dever, eu tenho que fazê, sabe! Eu acho isso uma obrigação e eu não sei chegá e dá meio-dia e não tê almoço. Ah, come qualquer coisa. Não, aqui tem que tê almoço e janta, pode não tê merenda, mas tem o almoço e a janta. E, eu gosto que eles vai prá escola e almoça, chega e tem a janta. Tem. A hora que eles chega da escola não qué comê porque come, né, na escola. Então eu sinto minha obrigação. (Clarice)

No dia anterior ao encontro com Clarice, ela não havia ido trabalhar, desenvolvendo, pois, o trabalho doméstico no dia de sua "folga". O que ela vive possui semelhanças com o que Isabel vive; ela teve contato com um agente comunitário de saúde e cuidou de sua casa e de seus filhos, dentre outras coisas. Assim como se passa com Isabel, essas atividades se repetem na sua vida, o que não significa que elas ocorram todos os dias, por exemplo, os grupos dos quais Isabel participa e a folga no trabalho de Clarice⁵⁸. Daí o caráter repetitivo,

⁵⁸ Grifamos isso na medida exata em que os relatos transcritos foram obtidos a partir da pergunta sobre como havia sido o dia anterior delas. Não há, pois uma relação entre repetibilidade e dia a dia.

assim como as outras características da vida cotidiana e ela mesma serem apreendidos pela função, pela significação, e pelo conteúdo que possuem.

Assim, se, o que atribui significado à repetição de uma determinada atividade, ou ainda, objeto; gesto; ação é a função que ela exerce numa relação, num uso, num modo de comportar-se, de expressar-se, explicando a própria repetição, qual o significado do caráter repetitivo das atividades desempenhadas por Clarice e Isabel? Ainda que já posto ou mesmo óbvio, tais atividades concentradas no trabalho, no trabalho doméstico e na maternidade constituem a (re) produção de sua particularidade. Os grupos que Isabel frequenta buscam de alguma maneira responder às suas necessidades, e os conteúdos trabalhados neles correspondem às funções maternas desenvolvidas por ela. É por isso que essas atividades se objetivam num “ambiente imediato” que as requisitam. Isabel e Clarice necessitam que tais atividades sejam objetivadas repetidamente e da forma como são pelas próprias condições sociais nas quais vivem e naquele “ambiente imediato”: fazer almoço, jantar, levar e buscar os filhos na escola, etc.

Essas atividades objetivadas repetidamente formam uma característica do “ambiente imediato” onde vivem, tornando-se parte da vida cotidiana delas. Ao nos falar dessas atividades, pela interpretação apurada, tal como tentamos fazer nesse lugar, Clarice e Isabel permitem a descoberta de como as vivem e o que quer dizer os conteúdos concretos dessas práticas⁵⁹. Na segunda parte dessa investigação, veremos, por exemplo, quais os conteúdos do grupo sócio-educativo desenvolvido por assistentes sociais, mencionado por Isabel, mas também por Clarice, e como isso participa da (re) produção da sua cotidianidade.

No momento em que Isabel, e, principalmente Clarice, se apresentam, elas apresentam ao mesmo tempo, por meio das suas trajetórias de vida, como se objetivaram e como se objetivam suas formas de convivência social; as *regras e as normas* presentes no “ambiente imediato” onde se formaram e onde se formam; os costumes e os hábitos que aprenderam e apreenderam, internalizando-os por meio da *repetição* nas atividades desempenhadas por elas, o que corresponde ao processo de socialização primária que viveram, cujos conteúdos apreendidos se arrastam na vida adulta na medida em que evidenciam, predominantemente, mas não exclusivamente (como nos mostra Clarice), a sua

⁵⁹ “La repetibilidad nos muestra la cuestión desde el lado del particular; el ser repetido nos la muestra desde el lado de la objetivación. Un tipo de acción se convierte en parte integrante de una objetivación genérica en-sí sólo cuando *ya ha sido repetida muchas veces*, puesto que su ser-repetido entra a formar parte de la esencia de su ser en cuanto objetivación. *En este caso el ser repetido es el fundamento de la repetibilidad*”. (1991: 253 – grifos da autora).

persistência na constituição do *sistema normativo* – que corresponde de fato ao modo mais simples de objetivação da moral – que as orientam⁶⁰.

Como não podemos transcrever nesse espaço boa parte do que elas nos contaram, salientamos alguns elementos que guiam as reflexões que se seguem. Um dos pontos enfáticos no relato de Clarice, desde o nosso primeiro encontro, é a fase de sua vida na qual ela experimenta, segundo ela, a liberdade, o que rendeu muitas conversas entre nós e a revelação de muitas coisas no interior de sua trajetória, entre elas, a moral da qual ela participa – mas aqui estamos apenas sinalizando, não fazemos ainda qualquer “passagem” ou vinculação entre um elemento e outro. Isabel, por seu turno, destaca que nunca “roubou”, nem “matou” para poder garantir a sua sobrevivência e a de seus filhos, o que Clarice também aponta. Buscaremos refletir sobre isso visando a compreensão mesma da outra característica das objetivações genéricas em si que já começamos a salientar: *as regras e o sistema normativo*.

Para tanto, tomamos primeiramente o que Clarice expõe sobre aquela determinada fase de sua vida. Precisamos entrecortar bastante os trechos de suas falas porque de fato esses conteúdos que ela apresenta perfazem todos os seus relatos.

Aí eu me separei dele, fiquei um bom tempo... Aí eu comecei zuá mesmo. Aí eu bibia, bibia, teve um tempo... Eu acho que se Deus não tivesse piedade de mim, eu acho que eu não tava mais aqui porque eu bibia, bibia, bibia mesmo! Eu chegava dentro de casa, eu caía. E (...) me pegava pela rua e me batia sem eu tá fazendo nada, eu já separada. Não me dava nada. Eu lutava prá dá comida pos meninos, sozinha, ele não dava. (...). Eu não acho, eu tenho certeza (que era irresponsável). Que naquela época eu não era mãe, sei lá, eu era uma coisa aí da rua, sabe, porque eu só queria sabê de dançá, eu ia pós forró, sabe? Eu via eles, eu chegava de manhã, eles tava aqui, nossa! Eu ia oiá um por um prá vê se tava tudo certo, mas eu às vezes deixava eles só. Aí eu conheci outro rapaz. Nesse intervalo, eu fiquei

⁶⁰ “A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais dominantes, numa determinada época histórica. (...). A moral é parte fundamental da vida cotidiana, pois a reprodução das normas depende do espontaneísmo e da repetição para que elas se tornem hábitos e se transformem em costumes que respondam às necessidades de integração social. (...)”. (Barroco, 2003: 42-44). Apenas para esclarecer, o sistema normativo composto por normas e regras é a forma mais básica de objetivação da moral.

com um rapaz, engravidei, foi quando eu tive que fazê um.... (aborto). Aí engravidei, tava com quatro mês, eu resolvi tirá o menino, não sei se era menino ou menina. (...). *Quando eu era assim (...), a minha mãe me chamava muito de safada, e eu sabia que eu não era, até hoje a minha família às vezes (...) de prostituta. Outro dia, eu briguei com a minha irmã: Ô sua prostituta. Aí eu fico me perguntando Amanda, será que eu sô prostituta?* Porque Amanda uma certa vez, quando eu me separei do (...), chegô um home aqui dentro da minha casa, não tenho vergonha de dizê isso não, com uma carteira Amanda recheada de dinheiro. Ele olhô prá mim Amanda, e falô assim ói, eu te dô o que tu quisê, eu faço uma compra prá você, se você ficá tantas horas comigo. Eu oiei prá ele, falei não, muito obrigada! Senhor pode ficá com o seu dinheiro, que eu não quero! Aí ele começô a me chamá de prostituta. Porque eu nunca, eu nunca pedi dinheiro de ninguém, todo o meu dinheiro Amanda (...), isso aqui (aponta para a casa toda) era de madeira, não tem dinheiro de home de ninguém aqui Amanda. A não sê o meu. A não sê o meu. O (...) começô a morá comigo não era mais de madeira, já já era de bloco. Aí quando o menino ia nascê, ele deu o piso. O resto foi tudo eu! (...). *E espero Amanda que... eu sei que eu não vou conseguir deixá os meus filhos igual a mãe queria, a minha mãe queria. Se ela pudesse, eu não tomava uma cerveja, é... Às vezes, ô, minha filha, não bebe não! Mãe, é divertido mãe! Eu não bebo prá cáí, que nem eu fazia antes né, Amanda! (risos). (Clarice)*

Assim, Clarice sempre retoma em nossos encontros, seja num bate-papo inicial, seja no momento propriamente dito das nossas conversas, seja no café que ela prepara para tomarmos juntas, ao menos duas coisas: o juízo que sua irmã ou sua mãe fazem do seu comportamento naquela fase que viveu e do seu gosto por sair, quando há possibilidade, com as amigas para "tomar uma cerveja" ou mesmo para cantar no Karaokê, como ela conta em outros momentos; de uma forma mais discreta também explicita tal juízo feito por ambas sobre o aborto que realizou e que, segundo ela, sua própria irmã também o fez, mas que o escamoteia; para ela, isso ocorre pelo seu "jeito de ser", que ela não pretende "mudar, pois o que faz parece estar "certo", ainda que em nosso diálogo ela se ponha perguntas para ela mesma sobre isso. Diz, também, que a "benção" que os pais lhe ensinaram a pedir a eles

mesmos e que alguns de seus irmãos o fazem é coisa de um “tempo que já passou” e não possui qualquer “sentido”.

A moral percorre tudo isso, precisamente, porque Clarice nos mostra, ao mesmo tempo, o que ela aprendeu – por meio da sua socialização primária – por exemplo, uma moral cristã (católica) que criminaliza o aborto, que coloca como exigência a aliança entre maternidade e casamento, como coisas inseparáveis; sua mãe a chama de “safada” numa fase de sua vida em que ela está separada, e se relaciona com outros parceiros, assim como, “adora” o seu atual parceiro (como ela expõe em outro momento) que a tirou “daquela vida”, reforçando suas “obrigações” como mãe. É muito interessante notar que Clarice nos apresenta o sistema normativo no qual se formou pela sua própria negação, ainda que em parte, porque ela afirma, simultaneamente à sua negação, outros conteúdos dele.

É nessa fase que Clarice viveu que ela identifica a sua experiência da liberdade, com todos os prejuízos e consequências nela implicados como ela aponta, refletindo sobre isso a partir do desenvolvimento da nossa conversa quando perguntamos a ela como havia sido o seu dia anterior; o filme que ela assistiu desencadeia um diálogo inesperado.

Tem umas comédia muito engraçada Amanda. Uma vez mesmo, eu não tinha televisão, aí eu fui assisti aquele Pânico, Todo Mundo em Pânico. Amanda, eu me arrependi! Fui assisti lá na casa da minha mãe. Eu saí daqui e fui lá do outro lado assisti. Ô Amanda me arrependi de tê assistido porque eu ria, eu ria, eu ria. Amanda eu vim de lá rindo, eu cheguei aqui rindo e não parava Amanda. Porque tinha um negro né, aí ele chegô assim num navio, eu não sei se era bem um navio... Aí Amanda, ele: Ai eu sô livre, eu tô livre! Aí eu fiquei assim pingando água do olho, né. Aí pensa que não? Veio alguém deu uma chicotada nele tão grande (risos), e ele ficô assim, sabe, fazendo gesto de dor Amanda, aquilo eu achei... (muitos risos). Ele chegô assim na beira do navio, no tem o Titanic Amanda? A mulher abre os braços. Então, e o nego ele ficô lá abrindo os braços e gritando eu tô livre, eu tô livre! Aí eu achei emocionante. *Aí, pobre não tem alegria, nem no filme, sempre tem alguém prá tirá a alegria (...). (...).* Não, eu nunca fui (ao cinema). Eu fui quando eu era pequena no Cinema da Coca-Cola, aqui ni São Paulo, num passeio de escola, nossa, ó (faz tempo)! Mas eu lembro que a gente foi no passeio da Coca-Cola e assistiu desenho. Eu tinha vontade de ir no cinema

Amanda. Às vezes passa uns filme bom, aí eu falo, nossa esse filme é bom, queria! Outro dia inté chamei minha cunhada pá ir, ela, depois a gente vai, só que nunca que foi não, nunca fui não. Eu nunca fui Amanda! *Eu não sei nem como que é um cinema, se eu falá prá você ah eu sei como que é... Eu tenho (vontade de ir), eu tenho!* Eu tenho de... Às vezes eu falo, ah eu queria assisti uma comédia no cinema, aí depois eu volto atrás e falo ah não, do jeito que eu começo ri, dá risada, todo mundo vai mandá eu calá a boca. Mas, mas não tem alguns filme que a gente assisti, aí as pessoa tá lá ou tá dando risada ou tá conversando? Aí todo mundo fica psiu, psiu, psiu! Eu penso que é a mesma coisa! (risos). (...). *Tô livre! Tô livre! Ah, eu acho assim, porque ele era preto ele só trabalhava Manda, só trabalhava, só trabalhava!* Ele era bem preto no filme. Então acho que ele tava num navio e ele tava sozinho, e ele abriu os braço e *gritô eu tô livre, eu tô livre. Mas só que de repente veio alguém lá e deu uma chicotada nele. Então, já tirô a liberdade dele Amanda. (...). Eu acho que as pessoa tem que tê liberdade. Tem, direito de ir e vim a hora que quisé, porque a gente se senti livre é muito bom! Já, já (me senti livre). Era muito bom, era muito bom sê livre!* Pois prá mim sê livre Amanda, você saí de..., vai lá numa praça verdinha, você tem o ar, verde, puro. Se bem que esse não é o meu caso porque eu tenho medo de lagarta. (Risos). Não é o meu caso Amanda. Eu até sento, não vou te dizê que eu não sento, mas ali eu não tenho liberdade porque eu fico ó, oiando prá vê se não tem uma bichinha ali perto de mim. *Mas mesmo assim, é você ir prá um lugar que você gosta, você não tá preocupada, ai eu tô aqui mas eu tenho contas à dá, eu tenho marido, eu tenho filho. Prá gente sê livre, sozinho, você é livre Amanda. Quando a gente passa a tê filho e marido você não é totalmente livre, porque você sai, você fica... Hoje em dia às vezes eu até saio um pouco, mas eu fico preocupada, ai, fulano deve tá triste, chateado, você nem consegue se diverti. Às vezes eu saio, chego cedo, fico oiando, eu dô muita risada. Porque qualquer besteira eu tô rindo, mas eu fico preocupada. Ai eu vou chegá em casa ou o (...) vai achá ruim ou o menino vai tê chorado muito. (...). Isso prá mim é liberdade! Isso prá mim é liberdade! Você não tê preocupação, se bem que você tem, é difícil Amanda. Eu me sentia muito presa*

quando eu morava mais o (...). Foi tanto que quando ele... eu separei dele, não foi ele que separô de mim Amanda, foi eu que separei dele. Nossa, eu me senti tão livre, tão livre que aí eu quase quebrei minha cara! Que essa liberdade... se eu continuasse na vida que eu tava eu ia morrerê. E agradeço (...) também, que depois do (...) eu mudei muito. É tanto que a minha mãe adora o (...). Nossa, isso era liberdade prá mim Amanda, eu não me preocupava com nada, nada, nada, só comigo. Nossa, aí eu tava feliz, eu tava satisfeita, eu ria, e eu cantava e eu pulava, não tinha hora prá chegá.(...). Só que aquilo era uma liberdade que era prazerosa, mas ao mesmo tempo tava me consumindo, sabe. Eu não conseguia sê uma boa mãe, eu não conseguia sê uma boa dona de casa. (...). Hoje não Amanda. Hoje eu sei me diverti. Não, não, não (não se sente livre), por mais que às vezes eu chego, saio um pouco, mas não, não me sinto livre não, e nem com liberdade. Porque liberdade prá mim é você sai e não se preocupá com o que você tem pá trás. E prá mim isso (...) a liberdade. (Clarice)

Explicitamos esse trecho, tanto para tentar indicar como Clarice percebe aquela fase da sua vida, bem como algumas de suas ações, diante – ao que nos pareceu – da avaliação moralista feita pela sua mãe e irmã; quanto para expressar a vinculação existente entre a moral e a liberdade, manifestada espontaneamente por Clarice em nosso diálogo e desenvolvida a partir do que vamos propondo e estimulando com perguntas. No entanto, compete salientar que não podemos trabalhar nesse espaço o conjunto dos complexos conteúdos que envolvem essas questões, ainda que sejam visceralmente ligadas ao tema em discussão – a vida cotidiana. Nosso foco é somente apontar alguns poucos aspectos que conformam o sistema normativo e as regras apreendidas por Clarice e Isabel e que se manifestam nas atividades, ações, atitudes objetivadas por elas, conformando assim a (re) produção da sua vida cotidiana.

Sabemos que as regras e as normas, que formam o sistema normativo, são produtos das ações dos sujeitos, e das *escolhas entre alternativas*, cuja função é responder à necessidade de preservação da convivência e de sociabilidade de um grupo, de uma sociedade, e de modo geral às exigências sociais postas por eles. Como expressão das escolhas realizadas pelos sujeitos em face das alternativas existentes, a moral está vinculada à liberdade, uma vez que a construção de um determinado sistema normativo se faz no próprio processo prático em que os sujeitos buscam atender as suas necessidades – pelo

trabalho –, construindo-o, também e ao mesmo tempo, visando a satisfação de um tipo de necessidade que já grifamos acima, as formas de convivência social; é a própria sociabilidade como uma das capacidades humanas desenvolvidas pelo trabalho que põe a possibilidade do desenvolvimento da moral. Por isso, a moral como guia das ações e comportamentos dos homens, é manifestação de determinadas escolhas feitas pelos homens num determinado tempo com vistas à preservação da convivência social tal como julgaram ser necessária que assim o fosse – são nesses termos que vinculamos a moral à liberdade.

Assim como a vida cotidiana não é necessariamente alienada, a moral também não o é, o que acontece, por exemplo, na sociedade burguesa estruturada sob a alienação, onde a moral se desenvolve plenamente no seu caráter normativo. Os conteúdos que ela porta, ou ainda, as exigências sociais que os sujeitos devem atender correspondem a um *ethos* alinhado à (re) produção das relações sociais reificadas; os sujeitos internalizam um modo de ser, em geral, contraposto ao seu. Assim, as exigências sociais que sintetizam uma dada moral, em geral, não expressam as reais necessidades dos sujeitos, os quais, afinal, não a escolheram livremente – daí o caráter livre da moral ser negado nessa formação social, prevalecendo o seu caráter normativo – mas a incorporaram e aceitaram como algo natural. Interessante notar que a incorporação dos costumes, dos hábitos, etc., se dá pela repetição, facilitando a dita internalização. A aceitação, por seu turno, também revela outras mediações que perpassam esse processo, como, por exemplo, a ideologia dominante⁶¹.

Se essa é a base na qual se constrói uma dada moral, configurando a moral dominante – porquanto produto da escolha de alguns – de um determinado tempo e espaço, ela não é apreendida por meio da socialização dos sujeitos de modo homogêneo em todos os cantos, sendo mediada por uma série de determinantes que a perpassa, como a cultura, a religião, etc. Nesse sentido, a exigência de não cometer aborto; a exigência da realização da maternidade pela mulher – ensinada, aliás, desde a sua infância –; a exigência da

⁶¹ Nossas anotações estão iluminadas no que escreve Barroco sobre tal processo: “O desenvolvimento da sociabilidade instituiu novas necessidades, dentre elas, a moral. Em razão de instaurar uma série de mediações que dizem respeito à consciência moral, isto é, à capacidade humana de escolher valores, de agir com base nestas escolhas e se responsabilizar por elas, em face das conseqüências de sua ação, ela (a moral) vincula-se à liberdade. No entanto, sua inserção necessária na vida cotidiana faz com que ela negue esse caráter livre que está na sua gênese ontológica. Isso é facilitado pelo seu caráter normativo e pela sua peculiaridade de ser estruturada por um dado nível coerção: sua função é fazer com que os indivíduos aceitem e reproduzam as normas vigentes. Mas, (...), isso ocorre em situações históricas determinadas, pois a vida cotidiana não é necessariamente alienada, nem a moral. Nas condições da sociedade burguesa, ela é alienada porque contribui para a reprodução de um determinado *ethos* funcional à ordem social reificada; atende, através de suas mediações particulares, a necessidades sócio-econômicas e ídeo-políticas de (re) produção das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, ela (a moral) expressa um dos antagonismos da sociedade moderna: o antagonismo entre a liberdade (seu fundamento objetivo) e o campo das necessidades, fundado nas determinações socioeconômicas e objetivado através de suas normas”. (2003: 57-58).

maternidade aliada ao casamento participa de um sistema normativo que é apreendido de maneira diferenciada em diferentes “ambientes imediatos”, justamente pela existência daquelas mediações. Assim, nessas expressões há uma acentuada presença da moral cristã impregnada no Ocidente e na “América Católica”, cujos conteúdos são incorporados de maneiras distintas.

Clarice aprendeu desde criança a ser mãe através do desenvolvimento da responsabilidade pelos cuidados diretos com os seus irmãos, como ela nos revela numa determinada altura das nossas conversas. Quando sua mãe e irmã a criticam por ter cometido um aborto, o fazem porque julgam tal ato errado, possivelmente estando referenciadas numa moral cristã apreendida no “ambiente imediato” em que construíram sua particularidade e a alimentaram por aquela moral. Quando, também, sua mãe a chama de “safada”, ou ainda, de prostituta, como quer a irmã, no momento em que se afasta do cumprimento de suas responsabilidades como mãe, denunciam aqui a mesma moral, manifestando os *preconceitos* embutidos num *moralismo* – aquela avaliação moralista que mencionamos acima.

Sim, porque o moralismo tem como base os preconceitos construídos na vida cotidiana através de um *juízo provisório de valor*, uma vez que a moral internalizada de maneira rígida se dá num espaço que não permite a reflexão crítica sobre ela – precisamente o cotidiano. O preconceito se faz assim, por meio de um *pensamento ultrageneralizador* que tem como referência determinados “modelos” de comportamento (estereótipos). Já citamos de modo bastante breve em nota de rodapé, que uma das características da vida cotidiana é a ultrageneralização. Isso significa que o pensamento que se faz na cotidianidade está imediatamente ligado à ação cotidiana (ou, o *pragmatismo*) – por isso esse pensamento não se aproxima da teoria, porque a cotidiano não é o espaço da reflexão teórica, crítica, etc. Quando temos marcados alguns estereótipos, a tendência – o que de fato ocorre – do pensamento cotidiano é captar os comportamentos neles implicados e por meio de uma *analogia* “empregá-los” em qualquer situação e para qualquer, ou melhor, para todos os sujeitos, ultrageneralizando as ações e comportamentos contidos naqueles estereótipos. Ademais e para esclarecer, compete destacar que os juízos provisórios de valor a partir dos quais se produzem os preconceitos, são provisórios na medida exata da observação empírica que faz o pensamento ultrageneralizador na aparência imediata da experiência, da ação e do comportamento. Quando, porém, se ultrapassa essa provisoriedade, coloca-se a possibilidade da própria ultrapassagem dos preconceitos, quando, mesmo diante das possibilidades de se efetuar tal ultrapassagem – por uma experiência que refuta os próprios juízos provisórios, por exemplo – ela não se faz, os preconceitos se confirmam. Por essas

razões que o preconceito é privilegiadamente produzido na estrutura da vida cotidiana e é por isso que ele é colocado em termos da imposição que fazemos ao outro de ser como somos, isto é, o preconceito que temos em relação ao que ou a quem é diferente de nós⁶².

Nesse sentido, aquelas situações destacadas acima, detonadas exatamente pela vida cotidiana de Clarice, expressam não só os preconceitos, mas ainda, os preconceitos morais, tanto porque os preconceitos morais têm a moral como "objeto de modo direto" (Heller, 2000: 56), quanto porque os preconceitos implicam numa posição moral, uma vez que são produzidos a partir de juízos provisórios de valor.

A liberdade, por seu turno, sobre a qual fala Clarice, expressa os limites e as possibilidades de sua efetivação na sociedade burguesa, onde os sujeitos a experimentam diferentemente em face das condições objetivas de suas vidas, ou seja, a liberdade não é experimentada igualmente por todos. Assim, Clarice experimenta a liberdade quando adquire condições objetivas para romper com a situação de violência em que vivia. A escolha pela separação de seu parceiro é possibilitada, dentre outras condições, quando ela vislumbra sair de sua casa e trabalhar; se, a liberdade pode ser posta em termos da escolha que os sujeitos fazem, ela somente se efetiva pelo conjunto das condições objetivas que a permitem. Não procede a afirmativa de que a liberdade não exista, senão que ela se faz de maneira diferente para os sujeitos.

No entanto, Clarice tenta "corrigir" o que ela identifica como liberdade vivida sem limites com uma nova parceria amorosa, atendendo a uma exigência moral que se manifesta no que ela nos conta sobre as expectativas de sua mãe sobre sua própria vida, pois, pelo casamento ela pode ser uma "boa mãe" e uma "boa dona de casa", o que aprendeu no seu processo de socialização primária ocorrido na sua família. Assim, em uma das nossas conversas ela volta a destacar que seu "jeito" alegre e seu "gosto" pela música e por sair são interpretados pela mãe como comportamentos de "prostituta", o que ela recusa e não aceita, mas o que, ao mesmo tempo, foi "corrigido" por aquela nova parceria.

Eu não vou mudá prá agradá ninguém não Amanda! As única pessoa... pelo (...) eu mudei muito. Nossa, como eu mudei, porque todo final de semana eu tava na farrá, todo final de semana eu tava ni forró, eu não escondo Amanda. Se é dos outro falá eu mesmo falo. Quando (...) começô a namorá comigo que ele não me levava no forró eu chorava, eu chorava! Ele falava, vai sozinha! Só pensa em forró. (...) Eu

⁶² A referência para tal discussão continua sendo Heller em seu belo ensaio "Sobre os Preconceitos". (Cf. 2000)

virei uma verdadeira dona de casa, que antes, eu só queria sabê de... Podia fazê tudo, cuidá da casa, cuidá dos menino... Queria ir pro forró! Eu tinha que ir pro forró! Aí foi indo, eu fui deixando, eu engravidei do menino também. (...) E aí, nós tá aí até hoje. (Clarice)

Pelo exposto, depreendemos que é na dimensão da particularidade dos sujeitos que as exigências sociais (morais) são atendidas e incorporadas, assim como, pelo que já vimos, as atividades desenvolvidas por eles, isto é, o trabalho, como forma de manutenção da vida, de luta pela sobrevivência⁶³. É, pois, nessa dimensão que a (re) produção da vida cotidiana acontece, daí um determinado “ambiente imediato” onde vivem determinados sujeitos, oferecer uma imagem da respectiva vida cotidiana.

Contudo, antes de avançar, compete apontar nos relatos de Isabel como o preconceito aparece – e isso é apenas para afirmar que tal fenômeno é mesmo típico da vida cotidiana. Se nem todos os preconceitos são morais, já que nem todos têm como objeto central a própria moral, eles implicam nela, uma vez que a tomada de posição embutida neles implica na moral. Isso aparece claramente, quando, ao final de uma de nossas conversas com Isabel, ela menciona que uma de suas vontades é ir ainda nesse ano ao Parque Ibirapuera, contando como e porque o lazer se viabiliza ou não em sua vida.

Não sei andá aqui (na cidade). Eu sei até a Santo Amaro. Eu pego o ônibus, a perua ali até o terminal, e um pouquinho mais só. Eu não sei ir na Vinte e Cinco (de Março). (...). Eu fico aqui (de final de semana). É televisão o dia inteiro, ou às vezes, quando tá o tempo bom e eu tô animada, pego e eles vão andá um pouquinho aí prá baixo, na pracinha ali embaixo, do outro lado. Sabe onde os policiais tava ficando ali? Então, prá li é caminho, dá prá ficá brincando. Eu levo a motoquinha dela, eles levam uma bola e a gente fica lá um pouquinho. Mas é só ali onde eu vou. Porque prá mim saí com eles tem que tê o quê, o dinheiro da passagem e o lanche prá levá, né, porque prá comprá na rua (...). Então não dá prá saí sempre, sempre. Porque, às vezes a gente consegue passá tudo por baixo (da roleta do ônibus), só

⁶³ “(...) o nível e a dinâmica das respostas do homem são determinados, entre outros aspectos, pela relação entre as exigências sociais e suas necessidades, cujo atendimento é equacionado em diferentes dimensões da vida social. As *necessidades imediatas* de manutenção da vida, como o trabalho, assim como as *exigências sociais de integração social*, como as de *reprodução dos costumes e normas sociais*, são respondidas pelo *indivíduo singular no âmbito da vida cotidiana*”. (Barroco, 2008: 66 – grifos da autora)

eu pago, mas a gente pega um cobrador meio enjuadinho que faz pagá tudo. Então eu fico com esse medo, vai que cobra e a gente tem que voltá prá trás? Aí tanto acaba com a alegria deles, quanto a gente passa vergonha. *Que às vezes o pessoal na rua fica falando dentro do ônibus, fica comentando, né. Que muitas vezes, agora nem tanto, mas quando eu saía com todo mundo (todos os filhos), entrava no ônibus, a gente tava descendo, a turma contando quantos (filhos) tinha. (...). Fica olhando assim ó, um, dois... ainda lá fora escutando o pessoal de fora contando, lá fora do ônibus lá, e o pessoal lá dentro contando.* Não que eu tenha vergonha de saí com eles, mas deles passá vergonha e não gostá, de chegá no ônibus e o motorista mandá descê e ir embora porque não tem dinheiro prá passagem, e também acabá com a alegria deles... Que nem, eu tenho vontade de ir no... Eu já fui duas vezes com eles no Ibirapuera, lá tem parque prá caramba, ali tem lugar prá brincá, parquinho... (Isabel)

Isabel descreve as situações que já viveu ao tomar ônibus na cidade – cuja apropriação do que ela pode oferecer em termos de lazer não tem se convertido numa possibilidade, dadas as condições sociais que conformam sua vida – e sentir que outros a “reparam”, como ela diz em outros momentos, por ter sete ou cinco filhos. Embora ela não consiga dizer o que sente ou pensa sobre isso, ela mesma explicita mais à frente onde está o preconceito nessas situações, quando se refere inúmeras vezes que ter muitos filhos é para outras pessoas que não os têm, algo “estranho” ou um “bicho de sete cabeças”; o “estranho” é o diferente de mim que destacamos em linhas acima; os que contam quantos filhos ela tem dentro do ônibus expressam a unidade imediata existente entre o pensamento e ação, o pensamento que não reflete sobre a ação, mas ultrageneraliza a ação ou o comportamento estereotipado “aplicando-o” a outras situações e para outros sujeitos.

(Os outros pensam) Será que tudo é filho mesmo? Contava um, dois, três... Geralmente... antigamente era só cinco. Não sei, não sei falá que quê eu acho... *Sei que muita gente repara mesmo.* Que nem, quando alguém fala que tem sete, *eu não me estranho tanto.* Eu também tenho! Mas tem muita gente aí, que nem (...) a gente tá no (grupo) sócio-educativo, a maioria das mulher lá tem cinco, sete... Tem duas, eu e mais duas, tem sete, as outras tem cinco, acho que umas três tem

cinco. Tem uma até que ficô com vergonha de falá, quando ela foi a segunda a falá quantos filhos tinha, a idade, tudo, né. Ela falô até de cabeça baixa prá ninguém escutá. A hora que ela viu que tinha mais alguém que tinha a mesma quantidade ou tinha perto, foi que ela se animô um pouco mais. (...). *Do jeito que o pessoal fala fica estranho, não sei explicá, mas do jeito que eles fala parece que é bicho de sete cabeças, fica tão estranho, não tem nada de mais. Não tem televisão em casa, não tinha televisão, não tinha o que fazê...* (Isabel)

Isabel continua a relatar como isso se dá em outros espaços, por exemplo, quando ela é atendida pela enfermeira ao fazer o pré-natal. Vê-se que essa dimensão que (re) produz a sua cotidianidade, qual seja, a maternidade, é enlaçada por mediações – o preconceito, a moral – que dão o tom à forma como ela é vivida. Isabel diz que por “sorte” é sempre atendida pela mesma enfermeira, não precisando assim dizer quantos filhos possui, pois ela já o sabe. De outra forma, a possibilidade do lazer mediada pelas condições que o viabiliza também é enlaçada por tais mediações e mais, quando ela possui algum dinheiro, fruto de um trabalho esporádico, ela não precisa passar por aquela “vergonha” mencionada.

Tanto Clarice quanto Isabel revelam outro traço característico de sua socialização primária aprendido como partícipe do sistema normativo e das regras que a compuseram, servindo de orientação para suas ações. Desse modo, não matar e não roubar (ou ainda, não prostituir) são normas concretas que elas aprenderam nesse quadro e que guiam as atividades que (re) produzem a sua vida cotidiana. Como salientamos no início das reflexões feitas nessa seção, o caráter genérico das objetivações está justamente nas escolhas feitas historicamente pelo humano-genérico e que se convertem praticamente em referências para aquelas ações. É preciso considerar que os valores e princípios que participam do humano-genérico não se perdem na história, ao contrário, eles permanecem como parte de seu desenvolvimento, objetivando-se de maneiras diferentes em cada fase histórica, para as distintas classes sociais e de diferentes maneiras na dimensão particular dos sujeitos.

Não roubar e não matar são, assim, princípios que persistem ao longo da história – estando ainda referenciados em valores religiosos, haja vista os sete mandamentos postos pela Igreja Católica – e que se viabilizam na prática dos sujeitos através de normas e regras objetivadas em face daquelas diferenças assinaladas acima⁶⁴. Para Clarice e Isabel, eles são

⁶⁴ Sobre isso, Barroco destaca: “A moral se estrutura através de *princípios* e *valores universais abstratos* apropriados pelos indivíduos em cada formação social concreta e situação determinada de forma a ser materializados, de modo particular, em suas ações práticas. São princípios e valores

postos em termos de suas condutas quando explicitam a luta que realizam para garantir a sobrevivência, mas que, para tal, nunca roubaram ou mataram.

Não roubei, não matei, o menino tá aí ó, tem de tudo. Tudo assim... não tem do que ele queria assim a mais, mas o básico não falta. (...). *Eu não matei, não roubei, me virei muito bem, o menino tá aí, teve de tudo, teve roupa que não servia, que não tinha onde colocá. Assim eu ia atrás, não tinha medo, não.* (Isabel)

Então, mas eu nunca, já passei fome, já veio home com carteira cheia de dinheiro. (...). Mas eu nunca aceitei Amanda dinheiro de ninguém. *Sempre foi suado, eu já catei lata, eu já vendi lata, eu já pedi, mas eu nunca nem roubei nem prostituí, sabe.* (Clarice)

Num de nossos encontros com Clarice, tivemos a oportunidade de conhecer sua mãe e sua própria filha explica a ela o motivo de nossa presença contínua em sua casa. A apresentação que acontece entre nós é feita de forma muito espontânea, se fazemos isso brevemente, ela, ao contrário, e sem perguntáramos absolutamente nada, nos conta alguns momentos de sua vida, a qual não parece ser diferente da vida de Clarice nem da de Isabel. Destacamos alguns trechos da conversa – e não entrevista – que tivemos com ela, pois é quem mais enfatiza esses aspectos sobre os quais estamos falando.

Ah, Amanda, mas eu já cortei até de machado. Sabe que é machado? A ferramenta de derrubá madeira? Já cortei até de machado prá podê dá de comê aos meu filho. Se eu contá a minha vida não tem quem... nem eu mesma quando eu começo a pensá... as lágrima cai. *Mas nunca matei, nunca roubei, nunca criei meus filho pegá nada de ninguém.*(...). Amanda, eu levava assim, uma vida de mindingo,

ontologicamente objetivos, pois referem-se a valores genéricos que são produtos históricos de conquistas teórico-práticas do ser social, ao longo de seu desenvolvimento. Portanto, sua *objetividade* decorre do fato de pertencerem à história dos homens; eles *só se tornaram abstratos em determinadas circunstâncias sociais*. (...). Vários princípios morais, como o de ser honesto ou de não matar, por exemplo, funcionam como normas universais ao longo da história. A maioria tem origem em princípios religiosos e são conservados pela tradição, objetivando-se de diversas formas, em diferentes culturas e tempos históricos. Os princípios abstratos são inerentes à moral, na medida em que fornecem orientações gerais para as normas concretas. Por exemplo, se num contexto determinado a honestidade é um princípio positivo, ser honesto passa a se constituir num princípio abstrato que é concretizado através de normas concretas em situações cotidianas". (2008: 69-70 – grifos da autora)

sabe? De mindingo! Ficava três dia sem vê um prato de comida. *Mas nunca pegamo de ninguém. Porque coisa dos outro não enche barriga. Cê chega na casa e vê, vou pegá prá mim, não enche barriga. E eu sentia feliz.* E falo prá eles, falo pra (Clarice): *minha fia, você pede com Deus que um dia você vence. Essas menina dá de trabaíá e você vai vê como a sua vida vai miorá. E graças a Deus, tá miorando, né (Clarice)?* (...). E Amanda, pegava uma sandália pé de um, pé de outro, no lixo, lavava, ariava bem ariado com cascão. Pegava e lavava tudo bem limpinho. Pé de um, pé de outro. (...). *Ah! Eu tinha medo dos meu fio roubá porque passava necessidade, né, tinha medo de roubá, tinha medo de coisa errada, sabe? Tem um monte de coisa errada nesse tipo de vida. Eu tinha medo.* (Mãe da Clarice⁶⁵)

Não roubar e não matar são princípios que se objetivam como regras para as três mulheres, aparecendo de forma vinculada aos mecanismos que movimentam para garantir a manutenção da vida, e somente aparecem assim, porque elas lutam para sobreviver e, no aspecto que destacamos, essa luta manifesta o cumprimento daquelas regras aprendidas na sua socialização. É o trabalho e a luta implicada nele que configuram aquelas condições de vida que destacamos acima, ou seja, para essas mulheres tais princípios se objetivam em face de sua condição de classe, circunscrevendo-se no âmbito dessa; para outros sujeitos isso pode, pois, se objetivar de outra maneira, por exemplo, somente como princípios religiosos a serem obedecidos.

Mais uma vez, esse ponto explicita igualmente a vinculação existente entre a maternidade e o trabalho como conteúdos da (re) produção da vida cotidiana de tais mulheres, afirmando ainda, as mediações pelas quais ela é perpassada, sobre o que vimos tentando refletir nesses últimos pontos.

Finalmente, podemos assinalar que a repetição e a regra e o sistema normativo, (o economismo, o sistema de signos e o vínculo com a situação), ao constituírem a base das atividades da vida cotidiana, dando a forma e interferindo no conteúdo delas, constituem simultaneamente o próprio fundamento da vida cotidiana, daí ser essa o âmbito por excelência das objetivações genéricas em si. Na interpretação que temos feito das análises de Heller, tais objetivações, encobrem o processo em que se fazem – na medida em que se efetivam nos marcos da vida cotidiana alienada, mais precisamente, reificada –, podendo, pelo exame e reflexão criteriosos, revelar os elementos básicos que os sujeitos particulares

⁶⁵ Ela autorizou o uso de seu depoimento.

(re) produzem no processo de (re) produção da vida social. A apreensão da vida cotidiana é, assim, feita pelas especificidades que adquirem no desenvolvimento histórico e na complexidade em que as sociedades contemporâneas vêm se mostrando.

Aquelas características comuns formam, como denomina Heller (1991), uma estrutura unitária – estão todas elas articuladas umas às outras. No entanto – e aqui cabe mais adequadamente o termo interpretação – vimos refletindo e acreditamos que *elas são mesmo um modo de apropriação da vida cotidiana*, o que pode ou não ser óbvio, ou ainda um equívoco, já que a autora não explicita isso dessa maneira. É evidente que aqui problematizamos e indagamos acerca de um campo, que longe de se mostrar claro e totalmente inteligível – como nunca é realmente –, é carregado de muitas dúvidas.

Se assim o for, o modo pelo qual ocorre a apropriação da vida cotidiana, e assim, do “ambiente imediato”, é orientado pela repetição, pela regra e normatividade que aparecem e se fazem concretamente através de atividades que caracterizam aquele ambiente formando determinados sujeitos, cuja particularidade possui traços e especificidades construídos e desenhados igualmente pelos traços e especificidades do “ambiente imediato” em questão. São, portanto, guias da objetivação das atividades e simultaneamente as próprias objetivações (genéricas em si), enquanto constructos dos sujeitos.

Cumprir destacar nesse momento que, de fato, não refletimos acerca da vida cotidiana de Clarice e Isabel a partir de uma dada envergadura, ou seja, poderíamos fazê-lo apenas do ponto de vista do trabalho, por exemplo. Todavia, ainda que não tivéssemos posto uma dada envergadura a ser analisada, de maneira apriorística em nossos estudos, apenas nessa altura da investigação é que enxergamos lucidamente que de fato essa delimitação não se fazia necessária, pois a descoberta dos conteúdos da (re) produção da vida cotidiana de tais mulheres desvelou a dinâmica do complexo processo em que ela se faz, e não só, desvelou, simultaneamente, que os acontecimentos vão mesmo sempre juntos. Pudemos reconhecer pelos dois eixos fundamentais que marcam tal (re) produção – o trabalho e a maternidade – que a vida cotidiana é mesmo insuprimível e eterna, seja para aqueles que experimentam a individualidade e a relação consciente com o humano-genérico, quanto para aqueles que somente e tão somente experimentam e vivenciam a “pura existência”, ou, a particularidade encaminhada ao extremo, como Clarice e Isabel. Ter encontrado com tais mulheres desvelou ainda e o tempo todo, o profundo abismo existente entre a particularidade e a genericidade, o que não é sem consequências, pois:

“Para la mayoría de los hombres la vida cotidiana es la vida”. (Heller, 1991: 26 – grifos nossos)

3.2. AS (IM) POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM AS EXIGÊNCIAS DA VIDA COTIDIANA

Temos visto até agora que a vida cotidiana é, por excelência, o campo das objetivações genéricas em si, pois, por meio delas, os sujeitos respondem às necessidades de manutenção da vida, do que participa fundamentalmente o trabalho, mas ainda às outras formas de objetivações que os constituem como tais. Assim, a vida cotidiana se refere ao conjunto das atividades através das quais eles constroem a sua particularidade, como dimensão ontológica insuprível da sua existência, reproduzindo-a permanentemente. Como esse estudo está centrado nesse campo das objetivações, não destacamos as formas que remetem à transcendência da cotidianidade, fazendo tão somente algumas rápidas referências que esse processo circunscreve-se no campo das objetivações genéricas para si. Nossa discussão tem permanecido e assim permanecerá naquele primeiro campo, que configura o "reino da necessidade"; é preciso lembrar agora que na vida cotidiana as necessidades humanas, do "nós" apenas se tornam conscientes para os sujeitos através do seu "eu", por isso eles devem se mover para responder a tais exigências.

Essas observações fazem-se necessárias como um esclarecimento para as reflexões seguintes, ou seja, elas *apenas* manifestam alguma coisa que tentamos realizar numa dada altura da nossa investigação, precisamente no "final" dos nossos contatos com Clarice e Isabel, nos quais, paulatinamente, a identificação da particularidade alienada encaminhada para aquele extremo, conforme já escrevemos, se agudizava – ao nível da nossa percepção. Nesse sentido, "voltando" ao que nos ensina nosso próprio referencial teórico, retomamos que algumas atividades propiciam um "corte" com as exigências da vida cotidiana colocadas ao "eu" – a política, a arte, a ciência, a filosofia, a ética. Na altura do adiantado da pesquisa, propomos uma atividade para Clarice e Isabel, na tentativa de termos um diálogo que ultrapassasse o universo do seu "eu", extrapolando suas vidas, extrapolando Paraisópolis, uma vez que não identificamos absolutamente qualquer prática em suas vidas que pudesse permitir uma conversa para além de suas vidas privadas, como por exemplo, a inserção em alguma atividade ou trabalho comunitário na União de Moradores de Paraisópolis ou ainda fora dela.

Assim, as convidamos para uma "sessão de cinema", escolhendo um filme, *Linha de Passe*, que apresenta um contexto bastante semelhante ao que elas vivem, buscando dessa maneira aquela dita ultrapassagem. Cabem algumas considerações. A primeira delas foi a enorme receptividade de Clarice e Isabel ao nosso convite, ambas destacaram que se tivessem algum compromisso ou alguma "faxina" para o dia marcado os desmarcariam, dada assim a excepcionalidade disso na vida delas, o que é um dado muito significativo, tornando-

se inclusive objeto de nossa reflexão no âmbito profissional. A segunda delas refere-se às condições objetivas que tivemos para poder refletir com elas o filme. Ao viabilizar a “sessão de cinema” num grupo pequeno, com outras mulheres, apenas Clarice se manifestou e quando voltamos pela última vez em suas casas, novamente tivemos condições de apenas conversar com Clarice, pois todos os filhos de Isabel estavam em sua casa, as demandas em relação a ela eram muitas. É indescritível a situação com a qual nos deparamos e não nos sentimos à vontade para propor a ela uma conversa que certamente seria mais exigente que as outras. Numa determinada altura, chegamos inclusive a perguntar a ela se ela gostou do filme, mas foi impossível travar uma conversa num pequeníssimo espaço com muitas crianças brincando, conversando, etc. Ademais, foi a primeira vez que conhecemos todos eles, os quais manifestaram muitas curiosidades em relação à nossa presença, demandando, conseqüentemente um diálogo com eles.

É por isso que nessa seção contamos somente com os depoimentos de Clarice, os quais, se estão referidos ao filme, também o extrapola, pois nesse último encontro conversamos com ela sobre seu gosto pela música. De outro modo, não identificamos nos contatos com Isabel esse último aspecto que aparece nos contatos com Clarice, não porque não o tenhamos explorado, antes, sua ausência ou presença nos contatos se explica pela ausência ou pela presença na vida delas.

Dessa forma, as (im) possibilidades de ruptura com as exigências da vida cotidiana, isto é, com as exigências de satisfação das necessidades do “eu” remetem à ausência ou à presença de alguma atividade que permita “esquecer”, como nos diz Clarice, a tais exigências. No entanto, ainda que não possamos, infelizmente, contar com as falas de Isabel nesse espaço, ela manifesta aqui as impossibilidades vividas por muitos de não poder escutar uma música e “esquecer do resto”, ou de poder ler um livro e conhecer o que o gênero humano produziu no âmbito da literatura. Isabel não possui rádio, ela não possui momentos só para ela, também porque o espaço físico de sua casa, diferentemente do de Clarice, não propicia isso⁶⁶. Ao manifestar essas impossibilidades, ela manifesta, pois, a brutal alienação da vida cotidiana.

ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

⁶⁶ Interessante observar que numa de nossas conversas Isabel menciona um filme que assistiu diversas vezes, pois, uma vez que era legendado, não conseguia interpretá-lo de imediato, expressando sua vontade pela existência de um recurso que pudesse “parar” em cada cena e em cada trecho traduzido do filme.

É marca constante nos relatos de Clarice o seu gosto pela música, precisamente a de tipo internacional, mas, sobretudo, pelo forró, o que revela a cultura nordestina na qual está inserido e da qual ela participou, uma vez que viveu parte de sua vida na Bahia. Ela mesma destaca as diferenças existentes entre o “nosso forró”, paulista, e o forró nordestino, autêntico – o forró de Luiz Gonzaga. Isso aparece da primeira conversa até a última, uma vez que percorre o que já discutimos anteriormente quando tratamos das regras e do sistema normativo na qual sua vida cotidiana se inscreve. Clarice começa a falar das tradições da Bahia, quando manifesta seu desejo de viajar para lá em algum período de férias, abrindo a via para localizar o forró nordestino como parte dessas tradições.

Na Bahia Amanda... porque as tradições, as tradições de lá é diferente das daqui, né. Lá tem quentão... aqui não tem São João Amanda e no Norte tem São João, tem fogueira. Lá é muito bom! Tem fogueira, tem as comida da..., até as comida daqui da ocasião parece que não é tão gostosa quanto as de lá. Tem uns quentão maravilhoso, (...) delicioso que cê bebe assim, nossa! E tem os forró tradicional né, que não é esses forró que nem você vê aqui. Que fosse o forró daqui... Às vezes você vai cantá o forró daqui é mais putaria Amanda, é as mulher mostrando os corpo. Eu acho que tem banda Amanda, que não faz sucesso pelo cantor, pela música, faz forró, faz sucesso por aquelas dona que vai lá e fica nua. (...). Mas antes não, era aqueles forró de sanfona, de triângulo, não tinha esses negócio de teclado, né. Música mesmo! De sanfona! Cê via o pessoal tocando, puxando aquelas sanfona, aqueles zabumba, né, que eles fala. Hoje em dia cê não vê esses forró. Tem um forró que é quase parecido, é bem parecido, é o forró do Fala Mansa, é bem parecido com o forró tradicional. E isso prá mim é forró. É forró legítimo mesmo! Forró do Luiz Gonzaga! (Clarice)

Clarice não apenas é apreciadora do forró como o canta quando tem possibilidade de sair. Os momentos em que ela se refere a isso são os momentos que ela manifesta grande alegria, descrevendo inclusive algumas situações que ela viveu no palco, mas não só, ela descreve as emoções, as sensações, destaca que no passado um de seus sonhos foi o de ser cantora. Certamente, o momento do contato com a música, seja ouvindo em sua casa, seja cantando publicamente, é o momento em que ela se apropria de uma das formas através das quais o gênero humano se desenvolveu; certamente quando Luiz Gonzaga produziu seu

forró num determinado contexto sociocultural ele foi inspirado e se apropriou do que o mesmo gênero já havia acumulado no campo da produção musical – uma das formas de manifestação artística. A música de Luiz Gonzaga condensa, assim, a música feita por outros que o antecederam, participando do desenvolvimento do humano-genérico nesse campo; de outro modo, o triângulo e a sanfona, por exemplo, são produtos do trabalho humano produzidos com a finalidade (que é o seu valor de uso) de ser um meio para o desenvolvimento da música, portanto, condensam as capacidades humanas ali empregadas que propiciam, por seu turno, capacidades outras. Por isso, quando Clarice o escuta ou o canta, da forma como ela nos descreve, ela se apropria desse desenvolvimento, experimentando o que foi produzido. Não podemos transcrever nesse espaço algumas das situações vividas por ela, destacamos, porém, uma, justamente a que melhor expressa seu sentimento e suas sensações quando ela está numa outra “dimensão”, adiantando aqui o que nos contará mais adiante.

Eu sinto felicidade, principalmente quando eu canto, que eu vejo alguém... Nossa, você canta bem! É claro que não é verdade, né (risos). Quando todo mundo tá bêbado escuta bem. Mas, eu lembro, agora não. É assim, tem fases, né, de música que o pessoal pede mais, tem música que o pessoal não quer que a gente canta ou tem música que o pessoal pede demais que outros já enjoa. Teve um tempo aí que eu cantava Calipso. Nossa, quando chegava a hora de cantar Calipso era a hora mais feliz da minha vida! Porque vinha todo mundo prá frente, todo mundo, vinha assim, sabe?! Cantava junto comigo, tinha gente que ficava, vamo vê se ela canta mesmo! E a gente não canta igual, mas a gente tem que chegar quase o nível, sabe. Você não erra, ou então se você erra você tem que enrolá lá, botá lá alguma... Eu mesmo às vezes eu erro, boto logo outra coisa em cima e pronto. Ou então, outro dia mesmo eu cheguei ali, né, tô lá em pé, próximo do palco onde o home tava cantando, aí, chegô um cara, ele se exibia, e eu olhando e ele cantando. Só que ele cantava e eu não entendia o que ele cantava. Aí eu subi no palco e perguntei ao tecladista, o quê que ele tá cantando? Posso cantá? Ele falô, se ele lhe dá o microfone... Aí eu peguei. Nossa! Comecei cantá, todo mundo gostô, sabe. Eu falei, nossa! Aí o cara olhô prá mim, nossa, parabéns, hein! Você canta! Você é profissional? Falei, não. Mas a gente fica feliz. A gente se sente. É claro que

depois que passa... será que... acho que tavam até rindo de mim. (risos). *Nossa, no momento, eu... pareço que eu tô... Acho que no momento eu tô no salto tão alto que se eu pudesse eu não descia mais.* (Clarice)

Na tentativa de apreendermos o significado disso na sua vida, perguntamos a ela que coisas ela sente e o que ela pensa nesses momentos. Sua resposta é reveladora de que a vida cotidiana é mesmo o universo das exigências postas ao "eu" e que a música como uma atividade momentânea de experimentação do que o gênero humano produziu é, de fato – ainda que nos quadros da luta pela sobrevivência e da dureza em que se converte a vida – uma possibilidade concreta.

Ah, eu sinto uma alegria, uma paz. Eu me sinto grande! É assim, dentro de casa às vezes mesmo eu compro um CD. Semana passada queria muito um DVD só por causa de uma música. Nossa, eu botava, eu cantava que parecia que eu tava cantando prá multidões, nem parece que é eu que tô ali, aquele amor, aquela alegria e muita paz. Naquele momento é só isso: alegria e paz. (...). *Eu esqueço de tudo, tudo, tudo.* (...). Sensação muito boa, muito! É que nem eu falei, eu gosto de música internacional e de forró. É o que eu mais curto assim, é forró mesmo e internacional. Quando eu tô ouvindo uma música que é muito boa, me sinto muito bem, eu fecho meu olho *parece que eu tô em outra dimensão*, nem parece que eu tô aqui na Terra, parece que eu tô em outro lugar. É uma paz, eu *não lembro de nada, eu esqueço quem me maltrata, quem me pisa, quem não presta, se eu presto, se eu não presto. Ali é só eu, eu me sinto uma rainha em cima de um palco e parece que dali eu vou sai mais é nunca.* É isso que eu sinto. Eu gosto de música, sabe, mas *Aí quando você pára, você desliga os rádio cê vê a realidade, né...* (Clarice)

O "salto" do qual Clarice não quer descer mais é o próprio momento da experiência concreta do humano-genérico, porque essa experiência não é uma abstração, sendo viabilizada por formas e atividades específicas que permitem essa experiência, no caso, a música. O que há de mais importante em seu relato é, sem dúvida alguma, o significado que ela explicita acerca do que o momento em que vive através da música lhe possibilita: ela

“esquece de tudo”, isto é, esquece das exigências postas pela vida cotidiana e que a (re) produzem como tal, as exigências de satisfação das necessidades do seu “eu”.

Todavia, quando ela “desliga” o rádio ou quando “desce” do palco a realidade logo lhe apresenta novamente aquelas exigências; a realidade nada mais é senão o lugar onde se move e os meios que movimenta para (re) produzir sua particularidade. Por isso mesmo, Clarice experimenta, de fato, uma outra dimensão, precisamente aquela que a põe em contato com o humano-genérico, ainda que inconscientemente, pois ter ou não consciência não é uma condição para tal. Nesse sentido, numa conversa rápida e com simples palavras, ela explicita, como poucos, parte do que vimos tentando dizer nesse espaço. Não esperamos, com isso, mais do que reafirmar a possibilidade e a concretude dessa experiência.

Nessa mesma conversa, propomos a Clarice uma reflexão sobre o filme, na qual o destaque permanentemente feito por ela é a semelhança que identifica entre ela, precisamente suas condições de vida, e a personagem central do filme – Cleusa.

Eu trabalhava lá com aquele barrigão, eu me senti ela assim... não tem tanta diferença, né, Amanda. Porque meu filho ainda vai crescê, pode ser que eu ainda viva a vida dela. (...). Aqui dentro de casa eles sabe que eu sou o pai e a mãe. (...). Você agüenta desaforo de patrão, cê chega, pega ônibus lotado, aguenta sacolada na cara, cê chega em casa... se cê tivesse no meu lugar cê ia olhá.. Tem dia que chego em casa que eu digo (conversa com os filhos), ai parabéns, gostei! Mas tem dia que chego e não tá... Então, eu me sinto... eu pareço um pouco com ela... (...). Ah, eu me sinto a Cleusa lá, sabe? Aquele jeito dela, aquele jeitão duro. Assim, ela tinha um jeito duro de não dá carinho, às vezes o menino tava dormindo, às vezes eu canso de fazê isso. (...). Vai chegar uma hora que meus fio vai tê que escolhê o caminho dele quem garante que eles vai escolhê o bom? Por mim ele seguiria o bom, né? Porque o bom é sempre bom, mas uma hora ele vai querê experimenta coisa na rua. (...). Eu achei um filme bonito porque eu me pareço com ela, eu me pareço com ela. Tem diferenças, mas pouca diferença. (...). Eu gostei daquele filme, eu me acho parecida com o filme, eu me acho parecida com o neguinho, eu me acho parecida com o crente, eu me acho parecida com ela. Cada um, um pouquinho. (Clarice)

Clarice identifica as semelhanças existentes entre a personagem central, assim como as outras personagens do filme, a partir de sua própria vida, ou seja, raramente ela escapa do universo da sua dimensão particular. Ao apontar tais semelhanças ela expõe, ao mesmo tempo, aspectos da sua vida, especialmente, quando fala que é “parecida” com os filhos de Cleusa, seja pelos sonhos que possui, remetendo-se assim ao personagem que deseja ser jogador de futebol; seja pelos preconceitos que viveu e vive por ser negra, remetendo-se ao filho caçula de Cleusa; seja ao “crente”, que foi acusado injustamente por algo que não fez, o que ela também já viveu. Todavia, em alguns momentos, ela “escapa” de sua particularidade – mesmo porque tentamos estimular esse escape –, vinculando o contexto apresentado no filme à sua vida e à vida de tantos outros. Cabe a ressalva de que isso talvez possa ser explicado, pelas manifestações predominantes das mulheres que participaram da “sessão de cinema”, as quais afirmaram constantemente certo moralismo, avaliando moralmente situações em que a moral não cabia⁶⁷. Assim, como Clarice se identifica com as personagens do filme, e, diante das posições profundamente preconceituosas manifestadas no grupo, ela tenta, em nosso diálogo “responder” a ele, visualizando as condições de sua vida como comuns de tantos outros.

Eu acho que depois no fim eles foram prá um caminho bom. (...). Porque aí cada um chega (do grupo) e fala, ela não prestô, ela não foi uma boa mãe, aquele lá não tinha amor... Qué dizê, ela não tinha uma vida boa, ela ia trabalhá, ela chegava em casa, ela tinha que fazê serviço, tinha problema com uns filho dela, tinha aquela barriga que ela carregava, né? Alguém (do grupo) viu aquilo? Não! Ninguém viu o sofrimento dela. Alguém viu: Nossa, essa mulher, ela trabalha, ela deve chegá cansada! Alguém falou assim? Alguém? Eu não vi ninguém falá: Essa mulher foi trabalhá, ó, a patroa dela dispensô ela e ela precisa trabalhá, sabe? Ó lá colocô outra no lugar, ó lá aquela mulher lá em cima da janela arriscando a vida. Era prá quê? Será que ela tava pegando dinheiro e gastando à toa? Não. Porque os filho dela comiam, não comia? Vestia. Não sei se era ela que dava, mas e aquele

⁶⁷ Talvez esteja aqui a razão do silenciamento de Isabel no grupo, ainda que tenhamos nos esforçado para estimular a sua participação, explicitando outros aspectos do filme (a nossa posição) que pudessem redirecionar os rumos da conversa realizada no grupo. Cumpre o destaque de que uma das participantes solicitou que explicitássemos nossa opinião sobre o filme, o que fizemos pelos realces que pudessem fazer a contraposição ao forte conservadorismo e moralismo impregnado no grupo. Quando da nossa última estada na casa de Isabel, procuramos novamente recuperar isso, ainda que naquelas condições desfavoráveis a esse diálogo. Mas isso se converteu para nós, num dever.

pequeno? Se vestia. E a casa quem mantinha? Era ela. É o que eu falo: julgá é muito fácil. (...). Você não presta, você não vale nada. Ela tá ali, cadê a consciência minha (daquilo que o filme mostra)? *Ela (o grupo) não tem consciência, Amanda. Ela não põe no lugar da pessoa. Eu acho assim: se as pessoa se colocá... (...).* Dificuldade que a gente passa, passa o fato de chegá de noite, cê botá um bolinho de fio ali porque não tem cama prá todo mundo. Já aconteceu comigo. Botá um ali Ono chão, dois na cama. Aí um dia troca, reveza. Aí um dia cê levanta de manhã, ta lá o quarto dos seu filho tomado de água, eles lá no meio. Já aconteceu comigo. Mas alguém veio olhá? Não! Mas prá criticá, vem sempre. Vem! Sabe, então é isso... Eu me sinto aquela mulher por isso. (Clarice)

O que Clarice salienta acerca das condições de vida da personagem central alia-se à suas próprias condições de vida: precisamente o que temos discutido nesse estudo como as formas que configuram a (re) produção da sua particularidade, ou seja, o trabalho e a maternidade. Ao enxergar a sua vida na vida de Cleusa, está aberta a possibilidade de enxergar a sua humanidade (mas também a sua (des) humanidade) na vida de tantas outras mulheres que vivem sob as mesmas condições de vida – Clarice e Isabel trocaram rapidamente algumas palavras ao final do filme, exatamente palavras que afirmavam aquelas semelhanças.

Quando fala das outras personagens, Clarice também aponta em poucas palavras como o preconceito se manifesta, mas não só, sem o saber, ela aponta como aquele pensamento ultrageneralizador – como a base que sustenta os preconceitos e do qual já falamos – se dá na vida cotidiana. Novamente, parece que ela, ao se referir às manifestações predominantes do grupo, as extrapola, ilustrando muito bem aquele tipo de pensamento que identifica um determinado “modelo” ou “forma” de ser e o “aplica” a outros.

Porque o irmão dele (do crente) roubava... Se um rouba, todos rouba. Não é assim que as pessoa pensa? Se um se prostitui todos tem que se prostitui. (...). Eu acho errado (pensar assim). Sabe porque eu acho errado? *No dia a dia às vezes é assim que as pessoa trata a gente. As pessoas trata assim. (...).* Então Amanda, *a gente é julgado no dia a dia. As pessoa critica, não qué sabe do modo que a gente vive,*

não que sabe se a gente passa fome, se a gente é branco, é preto, principalmente se for preto. Ah, se for preto, minha fia, aí nego já começa, sabe... Por isso me sinto desse jeito, no dia a dia às vezes é muito complicado. É certo Amanda, que eu lembro quando era pequena eu me esfregava que eu achava que passando a bucha eu ia ficar branca, foi quando Michael Jackson morreu que isso me veio à cabeça. Eu não queria ser negra. Eu me acho preconceituosa, porque às vezes eu vou na rua eu vejo uma criança preta, às vezes eu fico assim olhando pra ela... Eu não falo nada, mas às vezes eu chego para pra olha e fico assim olhando... Quando eu engraidei dos meus menino eu achei que eles ia ser negro, negro, negro e acordava apavorada. (...). Poxa, nego também é gente! Branco também é gente, mas tem hora que eu me pego parada na rua olhando. (Clarice)

A ilustração a qual nos referimos está exatamente quando ela diz que “se um rouba, todos roubam” ou “se um prostitui todos prostitui”, porque isso expressa a ultrageneralização de um determinado fenômeno que se espalha e serve de orientação para o pensamento que ultrageneraliza avaliar praticamente as ações, atitudes, comportamentos de outros. Clarice, também, explicita os momentos em que ela mesma se flagra “achando-se” preconceituosa, remetendo, inúmeras vezes, a situações vividas em sua infância nas quais se sentiu discriminada por ser negra; ao mesmo tempo em que “nego” e “branco” é gente, Clarice se pega na rua olhando para as crianças negras. Isso é típico da vida cotidiana, porque é parte de sua estrutura não apenas a ultrageneralização, mas ainda, a analogia, o pragmatismo, o imediatismo, etc., tal como já vimos anteriormente – mas isso não quer dizer uma naturalização dos preconceitos e nem que eles não possam ser superados.

Indubitavelmente, a “sessão de cinema” abriu possibilidades incríveis para reflexões diversificadas, revelando que assistir a um filme – algo extraordinário, nesses moldes, na vida de Isabel e Clarice – é se apropriar do que o gênero humano produziu, assim como cantar ou ouvir uma música, como mostrou Clarice, na medida exata em que expressa, simultaneamente, a história de um tempo, de um espaço e dos condicionantes ali contidos – a cultura, o trabalho, os costumes, as condições de vida e de classe, etc. – e a possibilidade momentânea de romper com as exigências da vida cotidiana. Ainda que aquele filme expresse justamente os conteúdos da (re) produção da vida cotidiana de Clarice e Isabel, assisti-lo pode abrir brechas para reflexões que a extrapolem – tal como Clarice nos

demonstra e como se configurou o momento em que sentadas no sofá de sua casa conversávamos sobre coisas que, se diziam respeito àquela (re) produção, também a ultrapassavam.

Com isso e a essa altura parece que as reflexões feitas até aqui confluem para aquela perspectiva ontológica sobre a qual começamos as primeiras linhas desse texto, afirmando-a, sobretudo, conforme realçamos, na possibilidade do encontro com um humanismo no interior do marxismo descoberto ao longo dessas investigações – ainda que sob o risco de equívocos em tal afirmação. A tarefa continua, pois, em colocar os sujeitos entendidos nas diferentes dimensões ontológicas que os constituem – atentando para os quadros históricos alienantes que lhes rouba a possibilidade do desenvolvimento da rica individualidade e da vivência consciente do humano-genérico – no centro de nossos estudos, salientando que o eixo para tratar da questão é, especialmente, os conteúdos fundamentais que (re) produzem a vida cotidiana dos sujeitos – Clarice e Isabel.

II. A QUESTÃO: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

1. SERVIÇO SOCIAL: O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NO PROCESSO DE (RE) PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A premissa que orienta a concepção de Serviço Social desse estudo é a de que a profissão, como qualquer outra, só se faz compreender a partir de sua inserção no processo de produção e (re) produção da vida social, ou seja, das relações sociais que a sustentam e conformam nos seus fundamentos e na sua apresentação. Nesse sentido, ela está em sintonia com a tese defendida no início dos anos 1980, elaborada por Yamamoto (2001a), sendo fruto de um processo de amadurecimento teórico, possível enquanto impregnado da reflexão sobre a prática de seus agentes profissionais no âmbito da sociedade brasileira e também latino-americana. Tal concepção já foi largamente difundida no seio da profissão – inclusive enquanto diretriz predominante na formação profissional –, o que não significa que tenha sido apropriada nos seus fundamentos e conteúdos teórico-metodológicos e ético-políticos, como vem alertando a mesma autora em sua produção mais recente (2007).

O fio primeiro que a guia é aquele mesmo que já temos anotado no início das nossas reflexões: o homem é criador de si mesmo no processo em que se apropria da natureza – para responder às suas necessidades mais elementares –, transformando-a e transformando a si mesmo, travando, para tanto, relações com outros homens, ou seja, produzindo a vida social. Tal produção se faz, pois, em condições históricas determinadas que lhe conferem significados precisos a partir das próprias particularidades nas quais se conformam as diferentes formações sociais em que se dá, ou, de outra forma, a produção da vida social compreendida nessa perspectiva, somente ganha significado se apreendida e preenchida de história.

Se, o significado social da profissão de Serviço Social, nessa ótica, é tomado a partir de sua inserção e participação no processo de (re) produção da vida social, portanto, das relações sociais engendradas num dado espaço sócio-histórico, cabe assim privilegiar e concentrar a análise nas particularidades da sociedade burguesa enquanto aquele espaço que permite a fundação e o desenvolvimento da profissão, agarrando o conjunto das amplas determinações que a demarcam.

Vê-se, então, que a linha diretriz é aquela mesma que direcionou os exames feitos até aqui. Daqui pra frente as análises procuram se sustentar nas condições objetivas que emprestam o dito significado à profissão, condições essas compostas por diferentes dimensões e determinações construídas no solo histórico: a estrutura e organização da

economia; a política e suas variações por meios das quais se objetiva e ganha significado na (re) produção social; a cultura e, igualmente, as suas diferentes variações e manifestações na vida cotidiana.

No entanto, considerando que a própria história explica o que se passa nela – os acontecimentos, os fenômenos e, para o que queremos discutir, uma dada profissão – justamente porque é nela que estão os seus fundamentos, não basta apenas levar em conta as particularidades e a estrutura do espaço sócio-histórico onde se ergue a sociedade burguesa. Ainda e ao mesmo tempo, é necessário levar em conta os movimentos históricos e conjunturais mais precisos por onde se efetiva o processo de (re) produção da vida social na sociedade burguesa contemporânea arranjada nacional e internacionalmente, uma vez que os acontecimentos, os fenômenos e assim, a profissão, sintetiza, condensa e se objetiva por meio de determinações aí postas. Mas isso é apenas um alerta feito na medida exata em que, o que será examinado nesse espaço expressa tais determinações⁶⁸. No mais, o que fazemos aqui são algumas considerações gerais à apreensão do significado social da profissão, como partícipe no processo de (re) produção das relações sociais.

A partir disso, a pergunta primeira sobre a qual refletimos pode assim ser enunciada: qual o significado da produção das relações sociais e o suposto – imediato e mediato – de sua (re) produção? Como já vimos, o processo através do qual o homem se faz a si mesmo atendendo as suas necessidades e desencadeando capacidades (mediações movimentadas no próprio processo) é o processo mesmo da sua práxis fundamental, isto é, o próprio trabalho, ou, o processo da produção da vida material. Nesse processo os homens travam relações, relações sociais de produção que determinam e são determinadas socialmente na base objetiva da respectiva sociedade na qual se efetivam. Para Marx:

“Na produção social da sua existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral.”
(1971: 57 – grifos nossos).

⁶⁸ Uma análise desse tipo é mesmo uma tarefa de fôlego que exige domínio no campo teórico no qual se pretende construir e, ainda, competências em diversas direções. A recente produção de Iamamoto (2007) expressa tal tarefa.

Se a noção que desenvolvemos na seção anterior, sobretudo nas notas iniciais, “pareceu” abstrata, agora ela confirma e escancara exatamente sua concretude, negando aquela equivocada aparência. As relações sociais sempre dizem respeito às relações entre os homens através das quais – por meio de sua sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade, que são carregadas de limites e possibilidades correspondentes às circunstâncias históricas em que se dão – produzem sua existência, respondendo às necessidades objetivas e subjetivas. Tais relações são produzidas materialmente de acordo com um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas, as quais, como já anotamos, são conformadas pelos meios de trabalho, pelos objetos de trabalho e pela força de trabalho, num movimento em que elas constituem ao mesmo tempo as próprias relações de produção. No entanto, até aqui, esses são elementos gerais construídos e despendidos no *processo de trabalho*⁶⁹ de modo geral; a partir disso estão relacionados – se entendidos restrita e estreitamente, o que de fato não o são – à chamada “esfera da produção”, podendo ainda, se isolados, nada dizer sobre o complexo conjunto das relações sociais que abarca a totalidade da vida social.

Como já assinalamos, na sociedade burguesa fundada na propriedade privada dos meios e modo de produção, na exploração da força de trabalho e na divisão social do trabalho, as relações sociais de produção aí estabelecidas são caracterizadas, conseqüentemente, pela emergência das classes sociais com interesses distintos e antagônicos – postas pela propriedade privada, que supõe a propriedade somente por alguns, instaurando as bases para a emergência das classes sociais, no caso, burguesa e trabalhadora – e a venda da força de trabalho – como a única mercadoria a ser vendida em troca de um salário para a sobrevivência – pelos trabalhadores “livres”. Nesse sentido, na sociedade burguesa:

“(...) a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas (...). Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social. Sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho

⁶⁹ “No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.” (Marx, s/d: 203).

assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Capital e trabalho são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte de si mesmo o trabalho assalariado". (Iamamoto, 2001a: 30-31).

Se as relações sociais são engendradas, portanto, na base do processo de produção da vida social, emergindo no tipo da sociedade referida pelas relações entre capital e trabalho, ou, entre aqueles que dominam e direcionam todo o processo de produção – apropriando-se privadamente inclusive de seus resultados na contramão sempre coletiva da produção –, elas aparecem sob a forma de produtos, de *mercadorias*. Elas podem entrar no processo de trabalho duplamente: como meios de trabalho e como sínteses da produção, enquanto produtos socialmente úteis e destinados à satisfação das necessidades dos homens – respondendo assim à própria (re) produção da força de trabalho. Vale, também, lembrar agora o que já escrevemos antes: tal aparência obscurece e escamoteia os reais fundamentos da produção das relações sociais, onde se constitui a alienação.

Relações sociais são privilegiadamente relações sociais de produção, relações sociais entre classes sociais, cuja produção produz simultaneamente sua própria reprodução. Para que a produção continue é preciso que as condições que formam sua própria base sejam reproduzidas, ou seja, meios, objetos e força de trabalho são elementos constantemente reproduzidos e atualizados no processo de (re) produção da produção e, junto, das relações sociais. Essa atualização denota uma não interrupção do processo, no qual são reproduzidas todas as condições necessárias à reprodução das relações de produção, que não se restringe ao processo de trabalho, à produção, restritamente considerada; abarca a reprodução dos elementos que compõem o processo, os quais, abrigados em seu seio, localizam-se também no seu exterior, pois a (re) produção depende de inúmeros fatores que saltam a essa "esfera". Assim, por exemplo, a força de trabalho, como um dos elementos de tal processo é reproduzida no âmbito da família, em condições habitacionais e alimentares determinadas, pelas possibilidades mais estreitas ou mais largas de experimento do lazer que interferem profundamente no seu dispêndio, etc.; transborda assim para outras esferas da vida, em que a marca do tipo de trabalho desempenhado não deixa de operar.

Nesses termos, a exigência para a compreensão da produção e reprodução das relações sociais na reprodução dos meios necessários à produção (ao trabalho) é a mesma que busca acompanhar todo o trânsito porque percorre a construção da vida social, englobando sua totalidade. Relações sociais são mais que relações de produção; se aquelas são compreendidas por meio dessas, elas a extrapolam. O modo de produção, considerado

pelo conjunto das forças produtivas, determina um modo de trabalhar que invade, interfere e implica num modo de viver, de se relacionar, de pensar, de sentir, de tramar o lazer, a cultura, de programar e viver o cotidiano – partes e expressões das relações sociais.

O modo de produção capitalista como o objeto de investigação de toda a obra de Marx, oferece a chave para o entendimento das relações sociais, as quais, se o ultrapassam, não são passíveis de lúcida inteligibilidade sem o complexo conjunto das determinações que esse modo de produção cria. Vale destacar que:

“Quanto ao *modo de produção* (capitalista), este conceito designa em Marx o resultado global das relações de antagonismo: salário/ capital, proletariado/ burguesia. Estas relações de antagonismo não entram na prática social, a da sociedade burguesa, a não ser através de formas que as sustentam e mascaram; por exemplo, a forma contratual (a do contrato de trabalho, ficticiamente livre, que liga os membros da classe trabalhadora e os da burguesia, e que pretensamente os associa). Este resultado global compreende, portanto, as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade codificadas – as ideologias que exprimem também, dissimulando-as, as relações de antagonismo – as instituições políticas e culturais, a ciência, etc.” (Lefebvre, 1973: 48 – grifos do autor).

O modo de produção capitalista, enquanto determinante e determinado pelas relações de produção (capitalista) contraídas em seu âmbito, dá as bases para a conformação das relações sociais, explicando outras dimensões da vida social: as ideologias, a prática política, a superestrutura jurídica, as elaborações religiosas, as formas de manifestações da cultura, os traços de uma dada moral que guia as condutas e os comportamentos em tais dimensões, a vida cotidiana. Essas são componentes e expressões das relações sociais, cujos fundamentos combinam-se aos fundamentos daquele modo de produção particular – donde a caracterização da vida social. Por isso, a (re) produção das relações sociais é a (re) produção mesma da totalidade da vida social. Estão, portanto, na base do modo de produção capitalista tanto os fundamentos das relações sociais quanto a explicação de sua aparência que não os revela de maneira imediata, antes, os dissimulam, colocando às avessas as medidas em que são estabelecidas as relações de produção.

Com efeito, a produção das relações sociais e sua imediata e mediata reprodução são efetivadas num solo material, objetivo e também subjetivo. O elemento imediato é aquele que põe ininterruptamente a reprodução das próprias condições da produção das relações sociais; o mediato está referido nas amplas *contradições* implicadas na (re) produção de tais

relações, contradições essas apreendidas ao nível do conhecimento cada vez mais pelas mediações que as determinam. As contradições são inerentes às relações sociais na sociedade burguesa, cujo caráter pode ser atribuído ao seu próprio modo de fundação, como já destacado. Uma das contradições mais fundamentais dessa formação social está na relação social capital e trabalho, determinada eminentemente por uma reciprocidade insuprimível – já que um demanda o outro, num movimento de afirmação e negação recíproco –, mas também, por interesses radicalmente opostos e antagônicos, os quais se confrontam por meio da luta pela sua defesa (Lefebvre, 1973). Capital e trabalho formam uma unidade contraditória e não coesa. A afirmação de uma coesão negaria aquela contradição fundamental, desempenhando um papel – sobretudo teórico e político – de negação e derrubada da contradição, que enfeixada nos interesses antagônicos de classes sociais distintas, contribui para a ocultação dos fundamentos da desigualdade como elemento inerente à sociedade burguesa, já que as classes seriam compostas coesamente – numa suposta igualdade social –, cancelando qualquer contradição. Conforme Lefebvre:

“As *relações de produção* encerram contradições, nomeadamente as contradições de classe (capital/salário) que se amplificam em contradições sociais (burguesia/proletariado) e políticas (governantes/governados). Mostrar como se reproduzem as relações de produção não significa que se sublinhe uma coesão interna ao capitalismo; isso quer dizer, também e sobretudo, que se mostra como se amplificam e aprofundam, à escala mundial, as suas contradições. Sobrepor o modo de produção às relações de produção como a coerência à contradição, essa atitude de uma prática teórica tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos.” (1973: 72 – grifos do autor).

Nesse sentido, e acrescentando outro fator, a (re) produção das relações de produção capitalista é, por excelência, da (re) produção de contradições, sobretudo, localizadas nas relações entre as classes sociais que já entram no processo de produção de forma desigual. Lembremos que a burguesia entra com a propriedade dos meios de produção, determinando assim, o modo de produção; os trabalhadores entram, por sua vez, somente com sua força de trabalho a ser vendida em troca de um salário; durante o processo de produção, ao despenderem sua força de trabalho, os trabalhadores criam *valor*,

e, além disso, são capazes de criar um valor a mais, a *mais-valia*⁷⁰. Assim, os trabalhadores saem do processo tal como entraram, recebendo um salário contratualmente combinado entre ambas as partes e a riqueza que criaram coletivamente é apropriada de modo privado, já que os custos que a burguesia tem com o pagamento de seu salário visam a garantia da (re) produção da sua força de trabalho – com vistas à (re) produção do processo de produção –, buscando a garantia das condições e necessidades à *acumulação do capital*.

Essa relação desigual entre capital e trabalho põe e repõe constantemente a desigualdade e a contradição imanentes à sociedade burguesa, mais precisamente, ao modo de produção capitalista, cuja síntese pode ser assim colocada: a produção da riqueza é sempre coletiva, sendo realizada pelo conjunto dos trabalhadores, mas sua apropriação é cada vez mais privada e restrita àqueles mesmos que possuem a propriedade dos meios de produção. Aqui se assenta o fundamento da *questão social*, enfrentada diferentemente nos distintos períodos e conjunturas históricas e ainda particularizadas em face das sociedades nas quais se (re) produz, ganhando expressões diversificadas; o que reclama ser anotado e compreendido como o elo contraditório entre as classes e sobre o qual ganha exato significado a profissão de Serviço Social que atua nas suas mais múltiplas expressões.

Concebida como constitutiva e constituinte da vida social, a (re) produção das relações sociais abarca, assim, todo o processo social que empresta significado aos conteúdos, dimensões e esferas da vida em sociedade. Ora, como parte dela, a profissão de Serviço Social somente pode ser compreendida se situada no bojo de tais relações, também como partícipe de sua produção e reprodução.

Dessa forma, cabe outra pergunta: como o Serviço Social se insere nesse processo? Alertamos de imediato que a interrogação é apenas alusiva aos seus conteúdos, já que o objetivo não é um tratamento particular, nem tampouco uma polemização específica acerca de sua inserção nesse processo. A profissão se insere no processo de (re) produção das relações sociais como um tipo de especialização do trabalho coletivo na divisão social do trabalho, na medida em que se torna uma necessidade social, sendo requisitada

⁷⁰ Não podemos desenvolver nesse espaço as noções tão necessárias à apreensão desse processo, mas sinalizamos com isso que elas são indispensáveis se quisermos uma compreensão clara e fundamentada. "Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia)." (Marx, s/d: 211).

especialmente pelo Estado para integrar seus quadros profissionais no atendimento das expressões da questão social.

Há aqui dois ângulos – que podem ser distintamente tratados –, intimamente unidos: o processo de profissionalização da própria profissão e as bases objetivas que lhe conferem o estatuto de ser trabalho. Considerando o alerta inicial, coloquemos muito brevemente. Ao responder às necessidades dos trabalhadores, o Estado, – por eles pressionado, sob a forma de reivindicações, numa instauração evidente dos conflitos entre as classes sociais – por meio de serviços sociais, as institucionaliza, passando a requisitar a incorporação de profissionais especializados que possam operar em tais serviços, o que abre as bases a um mercado de trabalho para os assistentes sociais. Assim, os projetos e ações nas quais se inserem não são por eles organizados, nem direcionados segundo suas vontades e intencionalidades próprias; estando subjugados aos quadros do mercado de trabalho instaurado, os assistentes sociais buscam atender aos requisitos desse, revendo-se e transformando-se consoante às exigências aí postas. Colocam-se no mercado de trabalho sob a forma duma relação contratual, como trabalhadores assalariados – que vendem sua força de trabalho em troca de um salário –, os quais não detêm os meios para realizar seu trabalho, não organizando e nem dispendo das condições objetivas nas quais ele se efetiva.

Indubitavelmente o elemento histórico imputa esse caráter à profissão, remetendo tal processo ao início do século XX na sociedade brasileira, que demarca tanto as origens do Serviço Social, ainda nos quadros da Igreja Católica, quanto à sua incursão no mercado de trabalho como profissão socialmente reconhecida e legitimada – sobretudo por seu principal empregador, o Estado –, o que remete ao seu processo de profissionalização⁷¹ e institucionalização. Somente para localizar:

⁷¹ Interessante observar a questão, profundamente tratada por Netto. Referindo-se ao processo em que os assistentes sociais transitam das ações de cunho caritativo desempenhadas pela Igreja Católica para as intervenções efetivadas pelo Estado na sociedade, o autor trata ao mesmo tempo dos elementos de continuidade e ruptura que marca tal processo, extraindo daí – do mercado de trabalho – as bases objetivas para a localização da profissionalização. Vale registrar: “*Substantivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade.* O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (...). Esta inserção – em poucas palavras, a localização dos agentes num *topus* particular da estrutura sócio-ocupacional –, quase sempre escamoteada pela auto-representação dos assistentes sociais (...), marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam.” (2005: 71-72 – grifos do autor).

“O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (...).” (Netto, 2005: 74).

Dessa maneira, ao se inserir como um tipo de trabalho especializado na divisão social e técnica do trabalho, participando do processo de (re) produção das relações sociais, é que o Serviço Social adquire um significado social na totalidade da vida social, da qual derivam algumas conseqüências. E assim chegamos ao ponto da questão, tratada aqui privilegiadamente sob dois ângulos que não se apartam: a inserção da profissão nas relações entre as classes sociais fundamentais e as condições de assalariamento – com conflitos e dilemas daí derivados – sob as quais os profissionais são submetidos ao venderem sua força de trabalho. Compete assinalar que o Serviço Social como partícipe do processo de (re) produção das relações sociais e, portanto, da totalidade da vida social que envolve aquelas componentes que assinalamos acima a partir de Lefebvre, não foge a tais componentes e suas determinações, ou seja, a ideologia, a cultura, a política e as formas pelas quais elas se expressam, dentre outros, são partes da vida social que invadem a profissão, de modo a significá-la. Sem dúvida alguma, isso supõe a apreensão do significado social da profissão a partir dessas componentes, e, por conseguinte, a apreensão mesma do modo como são vividas pelos assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais distintos. Vê-se, o tratamento dessa única questão, ou melhor, de uma questão composta por múltiplas dimensões porquanto contidas na totalidade da vida social, mas que forma uma unidade, guarda, assim, uma abrangência significativa, sobre a qual não nos debruçamos aqui. Isso porque aqueles dois elementos privilegiados nessas reflexões comparecem desde já. Queremos apenas destacar que uma visão totalizadora como essa não enxerga a participação da profissão única e exclusivamente na (re) produção da força de trabalho.

Nesse sentido, chegando a tal ponto, devemos desde já justificar o assento do privilégio posto em destaque: *a questão desse estudo está na busca pela apreensão da vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalha o assistente social, bem como na busca pelo significado das implicações desse trabalho.* Entendemos e tratamos tais implicações num duplo sentido: como manifestações do significado social da profissão mais amplamente considerado, somente compreendidas pelas inúmeras mediações e determinações pelas quais são processadas e flagradas no modo como se apresentam concreta e efetivamente; e como parte objetiva e subjetiva fundamental na elaboração de respostas profissionais.

Nesses termos, tomamos as classes sociais, notadamente, os sujeitos trabalhadores como uma das condições de trabalho dos assistentes sociais, na medida em que constituem, como sujeitos vivos, o canal pelo qual aparecem e são transformadas as suas necessidades e demandas, em demandas profissionais – daí o destaque aqui feito ao conhecimento da vida cotidiana dos sujeitos como um dos elementos que compõem aquelas condições⁷².

Por essas razões e, especialmente, pelo objetivo de apreender o significado social da profissão sob os ângulos postos – o que não significa perder de vista uma análise totalizante – não podemos fugir da consideração de alguns elementos que conformam, de modo geral, as condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais, sob o risco de cair numa interpretação de suas implicações como sínteses das meras vontades dos agentes profissionais, descoladas e esvaziadas das determinações históricas e objetivas que também as explicam⁷³.

Como vimos, referidas à globalidade da vida social, a (re) produção das relações sociais é integrada pela (re) produção das condições da própria (re) produção do modo de produção capitalista, com todos os seus ingredientes, não apenas com a força de trabalho, meios e objetos de trabalho, mas aqueles que extrapolam a “esfera” da produção, transbordando para todos os campos da vida social. Estão referidas assim à (re) produção da própria vida cotidiana, que inclui, fundamentalmente, as condições necessárias à (re) produção dos responsáveis diretos pela produção – os trabalhadores e suas famílias; as possibilidades do lazer e sua funcionalidade rebatida como melhoria na condição da

⁷² Ao defender o Serviço Social como trabalho, Iamamoto destaca as expressões da questão social como sua matéria-prima. Vejamos: “A *matéria-prima* do trabalho do assistente social (ou da equipe interprofissional em que se insere) encontra-se no âmbito da *questão social em suas múltiplas manifestações* – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação popular, (...), etc. – *tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais quotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos*. Tais questões são abordadas pelo assistente social por meio de inúmeros recortes, que contribuem para delimitar o “campo” ou objeto do trabalho profissional no âmbito da “questão social.” (2001b: 100 – grifos da autora). Ora, as expressões da questão social vividas e experimentadas – por meio da resistência ou do conformismo – não são escancaradas aos assistentes sociais por meio dos sujeitos trabalhadores que as apresentam não só a eles mas, antes e ainda, ao Estado e às classes dominantes que a esse se somam? Tais expressões colocadas em termos da matéria-prima do trabalho profissional não formam parte constitutiva de suas condições de trabalho? Aqueles que a portam não são inclusive os sujeitos (de classe) que podem contribuir para a potencialização e ampliação da autonomia profissional (sempre relativa), como partes vivas no processo de efetivação do projeto ético-político e suas conseqüentes implicações de natureza ética e política consoantes a esse projeto? A “matéria-prima” do trabalho é a sua “matéria-viva”. Essas são indagações que vimos formulando na perspectiva da clarificação, definição e qualificação do que queremos dizer com *implicações* do trabalho profissional, o que, tentativamente, será aqui e a partir dos *Achados da Investigação*, esboçado.

⁷³ Fazemos essa consideração na medida em que apontaremos alguns aspectos relacionados ao trabalho assalariado, tendo como referência o denso e difícil texto de Iamamoto (2007, Cap. IV), no qual trata rigorosamente de algumas categorias extraídas do pensamento de Marx – reconstruindo a autora, analiticamente, os nexos complexos do processo capitalista de trabalho –, sobre as quais faremos aqui breves aproximações.

produção; a alimentação; a moradia; o vestuário; a boa saúde, em síntese, o que constitui as condições sociais de suas vidas, caracterizando ainda parte de sua cotidianidade. Aqui está a manutenção da existência da qual falamos anteriormente, ela não desapareceu da análise, antes, ela é constitutiva, concomitantemente, da (re) produção dos trabalhadores e de sua vida cotidiana.

Em face de tais condições serem garantidas somente e tão somente na perspectiva da garantia mesma da (re) produção da força de trabalho – sem a qual o modo de produção capitalista não se reproduz –, por meio do salário, correspondente à medida exata das necessidades do capital, ou melhor, às necessidades à sua (re) produção e mais especificamente à sua acumulação, elas passam a ser desenhadas no intuito de responderem exclusivamente a tais necessidades. Ou ainda e em síntese: a exploração da força de trabalho é elemento sempre presente, o que não significa que ela não possa ser reduzida e o que o salário a ser pago aos trabalhadores aumente; mas se os capitalistas perseguem não somente a (re) produção das condições à (re) produção do modo de produção, mas também e especialmente a acumulação do capital, a tendência (o que de fato ocorre) é a redução dos salários, para garantir aquelas necessidades que se referem à acumulação. Daí ser umas das lutas históricas mais expressivas dos trabalhadores o aumento do salário sem ampliação da jornada de trabalho, ou, como está posto no debate atual, a redução da jornada de trabalho sem a conseqüente redução do salário.

Para uma aproximação mais precisa da questão, o que resta disso é o que sustenta a sobrevivência dos trabalhadores para alimentarem a (re) produção ampliada e a acumulação do capital, sobrando-lhes péssimas condições sociais de vida, das quais o pauperismo é aqui uma das maiores expressões. Esse é o fundamento geral de um processo particularizado em diferentes conjunturas. Num dado momento histórico, aqui já aludido – o início do século XX, quando da expansão do capitalismo e sua entrada na era dos monopólios, assim como da industrialização e urbanização –, tais condições foram profundamente acirradas, impulsionando o conjunto dos trabalhadores na luta por sua melhoria, passando a exigir uma intervenção do Estado brasileiro, o qual compõe forças com os capitalistas visando a garantia da (re) produção do processo de produção, e também como agente que busca interferir nos processos e mecanismos das lutas sociais empreendidas por aqueles.

Considerando o fundamento da questão social já brevemente exposto, extrai-se dele e desse cenário que acabamos de aludir, o seu significado mais explícito: os conflitos estabelecidos entre as classes sociais na disputa entre seus distintos e antagônicos interesses, fundados assim, na contradição fundamental da sociedade burguesa. Posto isso, retomamos o que já colocamos: o que significa a inserção dos assistentes sociais na

organização, efetivação e prestação de serviços sociais, como formas de enfrentamento das expressões da questão social (naquele período, explicitadas, por exemplo, através das condições de vida mencionadas)? Significa nada mais que sua inserção mesma no seio das contradições entre as classes sociais, que se manifestam concretamente por meio das lutas sociais e políticas pela defesa daqueles interesses.

Certamente isso não é sem conseqüências – e nem pretendemos tratar da extensão dos problemas aí envolvidos –, no mínimo o que não podemos deixar de sublinhar é tanto o *caráter contraditório* que passa a assumir a profissão – porque situada e entendida no bojo das relações sociais, que encerram uma gama de contradições e porque envolvida num embate direto entre as contradições das classes que perpassam todas as suas ações –, quanto e simultaneamente seu *caráter político*.

Uma das mediações fundamentais do trabalho profissional é o solo onde é efetivado: as instituições que contratam os assistentes sociais com vistas à realização dos serviços sociais públicos ou privados – historicamente a profissão é requisitada majoritariamente pelo Estado para a elaboração, execução e implementação das políticas sociais públicas, mas sendo ainda incorporada nos quadros das organizações privadas. Esse é um traço importantíssimo a ser destacado na análise do Serviço Social, uma vez que condensa e concretiza mais especificamente, considerando o exercício profissional efetivo, alguns elementos referentes às suas condições e implicações: a conformação das contradições de classe em espaços sócio-ocupacionais distintos; o estabelecimento de limites e possibilidades à efetivação do trabalho profissional, sinalizando que as ações e suas implicações não se fecham no seio de seus próprios agentes como derivações de suas vontades e projetos; a organização e disposição de todo o aparato material (os meios de trabalho) para a execução de seu trabalho; a demarcação e o recorte, considerando as necessidades sociais a serem atendidas, de suas próprias funções e atribuições, dentre outras.

Se o caráter contraditório da profissão é a ela atribuído pelas próprias contradições da sociedade burguesa em que é conformada, sobretudo aquela na qual se assenta a questão social, ele é vivido no trabalho efetivo dos assistentes sociais por meio de todas as ações e atividades que desempenham no interior dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem; ao atenderem ao mesmo tempo e contraditoriamente, os interesses das classes sociais que se encontram em disputa, podem imprimir uma direção social e política a elas no reforço de um ou de outro lado daqueles que compõem a relação social. Aqui se evidencia um movimento: a profissão só pode ser assim apreendida na ótica de sua participação na totalidade da vida social e, portanto, da (re) produção das relações sociais; seu caráter contraditório daí deriva e o espaço em que podem se mover seus agentes e a qualidade –

ética, política, teórica – do movimento depende especialmente de sua clareza e lucidez acerca dessa própria ótica e das implicações e significados dessas três dimensões que perpassam o trabalho profissional.

Ao condensarem as reivindicações dos trabalhadores e intervenções do Estado e das classes dominantes no processo de (re) produção das relações sociais, os serviços sociais sintetizam, por um ângulo, interesses antagônicos, dominantes, convertendo e invertendo o processo das lutas sociais travadas nos rumos da defesa de direitos sociais, dos quais os serviços sociais são uma de suas expressões – a forma mais concreta das políticas sociais. Vislumbramos ser essa uma perspectiva de análise que se mantém e se afirma extremamente válida no interior da profissão desde sua inauguração, exigindo ser captada pelos conteúdos em que é posta e repostada constantemente na atualidade colada à conjuntura nacional e internacional. As análises recentes de Iamamoto (2007) nos conduzem para alertas como esse, dentre os quais, retiramos um que vem chamando a atenção, por nele se inscrever, as expressões concretas dos interesses contraditórios com os quais se defrontam os assistentes sociais: o do atendimento de necessidades sociais.

Tais necessidades despontadas e reivindicadas pelos trabalhadores a partir de suas precárias condições de vida são atendidas pelas classes dominantes de forma fragmentada e setorializada, segundo seus próprios interesses, parecendo travestir cada vez mais o real significado de tais serviços. Dentre tantos elementos que possam explicar essa questão, uma delas pode estar no arranjo que assumem os serviços sociais que as materializam, bem como na direção política que exprimem, no reforço daqueles interesses. Os assistentes sociais se movem nesse espaço, trabalhando, privilegiadamente, com as necessidades fragmentadas e setorializadas, nem sempre vistas no conjunto do “homem inteiro”; certamente aqui está o desafio profissional de recompor a totalidade despedaçada e estilhaçada institucionalmente, totalidade essa expressa especialmente no defronte com os sujeitos trabalhadores que atende – a parte da relação social, cujos interesses podem se situar e reforçar suas ações. Para Iamamoto:

“(...) as atividades desenvolvidas sofrem outro decisivo vetor de demandas: as *necessidades sociais dos sujeitos*, que *condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder*, se transformam em *demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores* no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais.” (2007: 219 – grifos nossos).

A breve citação dá conta de explicitar as principais mediações presentes no trabalho profissional e que conformam o elo entre o caráter contraditório e político do Serviço Social – aqui separados apenas para efeito da exposição, pois formam uma unidade. Sendo os espaços sócio-ocupacionais conformadores das condições objetivas do trabalho dos assistentes sociais, isso não significa que suas ações estejam necessariamente sintonizadas com a defesa dos interesses neles dominantes – e que expressam os interesses predominantes das classes dominantes –, nem tampouco a afirmação da inexistência de alternativas (tal como ao modo do fatalismo), diante da qual resta apenas uma adequação e combinação às diretrizes postas e impostas. Vale grifar: o que já significa a tomada de uma posição.

A dimensão política da profissão, a ela imanente, porque presente no processo em que surge como necessidade social na sociedade brasileira⁷⁴ e, portanto, nos seus fundamentos, é aqui atribuída, sobretudo, à sua inserção no conjunto das relações sociais, cujas contradições de classe se materializam nos serviços sociais nos quais os assistentes sociais se inserem, mediando fundamentalmente interesses igualmente contraditórios e podendo reforçar aqueles dominantes – alinhado-se intimamente aos propósitos institucionais – ou aqueles dos trabalhadores. Sugerimos que para esse último, um dos meios possíveis é a referida recomposição da totalidade que portam os sujeitos, assim como a apreensão da questão social como totalidade, rompendo com sua tradução como problemas sociais, e, por conseguinte, o reconhecimento da totalidade e universalidade de suas necessidades; uma via que pode iluminar, quer a ampliação da luta política dos sujeitos, quer a viabilização do atendimento das necessidades que as orienta no interior das instituições, propostas e respostas coletivas que considere o “homem inteiro”.

O caráter contraditório e político da profissão formam mesmo uma unidade, a qual foi posta tão lucidamente por Yamamoto e, embora com larga apropriação, não podemos deixar de transcrever sua clássica citação:

⁷⁴ Sustentando que o Serviço Social, ao se afirmar como um tipo de trabalho especializado é lançado como uma estratégia do bloco do poder em seu movimento de defesa do capital e como uma necessidade social posta pela questão social, Yamamoto argumenta: “(...) a prática profissional tem um caráter essencialmente político: *surge das próprias relações de poder presentes na sociedade*. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. *Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e hegemonia que sofrem o rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais.*” (2002: 122 – grifos nossos).

“As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela *mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.*” (2001a: 75 – grifos da autora).

As atividades desempenhadas pelos assistentes sociais não apresentam imediatamente o significado delas – estritamente político e contraditório –, muito embora, os profissionais vivam permanentemente tais dimensões que perpassam a totalidade de suas ações, elas não escancaram as bases sob as quais se assentam, sendo, pois, interpretadas, geralmente, pela sua forma e aparência imediata – “dispersas, descontínuas”, abrindo vias para “falsos dilemas” (Iamamoto, 2002), tais como o messianismo e o fatalismo; ao contrário, quando desveladas aquelas bases, saltam-se, aí sim, conflitos e dilemas reais. No entanto, considerado de forma geral, isso não é uma peculiaridade do Serviço Social, ou seja, como um tipo de trabalho especializado, ele se insere num conjunto de determinações e condições que vivem os trabalhadores coletivos assalariados – donde a localização dos reais dilemas e conflitos profissionais –, cuja marca predominante é a alienação contida no trabalho realizado na sociedade burguesa.

Embora já tenhamos explicitado anteriormente, cabe retomar nesse espaço, algumas noções que formam as medições desse processo, agora com vistas para o Serviço Social. A exigência é a captura e elucidação dos rebatimentos daquelas determinações gerais no âmbito do Serviço Social, que como um tipo de trabalho especializado atende a fins determinados, ou, a necessidades sociais específicas que o colocam e o delimitam como trabalho especializado na divisão social do trabalho – possuindo assim uma qualidade específica, isto é, guardando a característica de *trabalho concreto*, que produz valor de uso – ainda que ele não produza produtos ou mercadorias, ele participa desse processo exatamente porque atende àquelas necessidades sociais dos trabalhadores envolvidos na

produção de tais produtos e mercadorias. O Serviço Social se situa, também, no conjunto do trabalho geral, como *trabalho abstrato*, que implica no dispêndio da força de trabalho, ou seja, abstraídas as qualidades específicas do trabalho concreto, o que unifica o trabalho é o desgaste da força de trabalho dos trabalhadores. E aqui se instaura a unidade contraditória entre ambos, uma vez que o primeiro expressa a finalidade e a intencionalidade do trabalho efetivado por seus agentes em condições objetivas determinadas e instaladas independentemente de suas vontades e projetos.

As reflexões que fizemos anteriormente sobre a alienação foram introduzidas com uma citação de Marx extraída de seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que situa o trabalho como produtor de mercadorias, mas ainda, como produtor de si mesmo como uma mercadoria e do próprio trabalhador como mercadoria. Vimos que esse processo é determinado pela própria estrutura da sociedade burguesa; destacamos apenas, nesse momento, que isso está referido ao modo determinado de inserção dos trabalhadores no processo de produção como *trabalhadores livres* e ao modo como são determinadas, objetivamente, as classes sociais fundamentais, ou seja, pela propriedade privada dos meios e modo de produção.

O assistente social ao vender a sua força de trabalho, o faz em troca de um salário; seu trabalho se efetiva em condições precisas de assalariamento que expressam o modo como é vendida e desgastada a força de trabalho (o trabalho abstrato), contendo ainda uma qualidade e finalidade específica (o trabalho concreto). Ele não possui os meios através dos quais se viabiliza o seu trabalho; esses são organizados e dispostos a ele por seus empregadores que compram a sua força de trabalho por um tempo determinado. Esses são alguns elementos que exprimem as contradições encerradas na mercadoria, porque produzida na própria base contraditória da sociedade burguesa e das quais não escapa o assistente social como trabalhador assalariado. Essas determinações postas pelo trabalho alienado refletem e passam a ter uma significação particular no âmbito dessa especialização do trabalho coletivo⁷⁵.

Não dispondo dos meios de seu trabalho, as condições nas quais ele se efetiva não são pelos assistentes sociais determinadas – ainda que possam a elas imprimir a marca de suas ações por meio das escolhas teórico-metodológicas e ético-políticas que fazem –; os espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem delimitam suas funções e atribuições e

⁷⁵ A essa altura, esclarecemos que não podemos discutir aqui a relação processo de trabalho e Serviço Social. Indicamos que as análises sobre a questão, sobretudo as de Yamamoto (2007), indicam que a profissão não forma um processo de trabalho, mas participa de processos de trabalho, assim como não cria diretamente valor, mas participa de sua (re) distribuição, uma vez que se insere, privilegiadamente, no campo dos serviços sociais públicos, viabilizados e sustentados por parcela de valor produzido pelos trabalhadores e por eles não apropriados.

ainda a base sobre a qual incide seu trabalho, donde sua *autonomia relativa* para neles se mover. Todavia, não situamos a autonomia relativa dos assistentes sociais apenas em face da sua indisposição do aparato material – detido, organizado e disponibilizado pelos seus empregadores – que viabiliza o trabalho profissional; esse é um aspecto dessa autonomia, não o único. Há ainda outro, que guarda enorme essencialidade, que está expresso nas lutas sociais e políticas travadas entre as classes sociais, concretizado em ações que respondem à defesa de seus interesses antagônicos, ou seja, as respostas dadas pelo Estado e pelas classes dominantes aos reclamos dos trabalhadores por melhores condições de vida. Numa atenção cuidadosa: a autonomia relativa se inscreve nas tensões entre as classes sociais, seus interesses contraditórios e suas ações políticas, donde a possibilidade da escolha entre projetos sociais distintos, sintonizados com interesses antagônicos das classes sociais fundamentais. Antes, porém, de avançar na discussão sobre a autonomia profissional, sempre relativa, compete salientar a bela síntese de Yamamoto que localiza o espaço contraditório no qual se move o assistente social, agarrando de fato, as contradições e as tensões reais vividas por esse profissional.

“Transitar da análise da profissão para o seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e trabalho abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado*. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os *constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõe na forma assalariada do exercício profissional*. Em síntese, (...), a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões entre *projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe*’ (2007: 214 – grifos da autora)

Portanto, o significado social da profissão não é algo estático e imóvel, mas sim, dinâmico enquanto apreendido no movimento dinâmico da vida social em que a própria profissão se objetiva; o que permanece é o fio condutor à sua análise, precisamente os seus fundamentos teórico-metodológicos, que exprimem uma dada concepção acerca dela. Mas não só, se isso é verdade, é verdade também, que o significado do trabalho do assistente social somente pode ser pego na dinâmica histórica e objetiva entendida a partir da

estrutura que funda a sociedade burguesa e que repõe e atualiza constantemente os elementos que a forma. O que está em jogo aqui é, ao mesmo tempo, apreender as bases nas quais se processa a alienação e as formas contemporâneas que ela assume, retomando-as no âmbito do trabalho profissional em distintos espaços sócio-ocupacionais – o que poderia ser colocado ainda em termos de como os profissionais tem vivido os dilemas e as contradições contidas nesse processo. Mas também não só. Trata-se de ter em conta as condições objetivas vividas pelo assistente social como trabalhador assalariado, que manifestam, nada mais, nada menos, que o próprio trabalho alienado, e a intencionalidade que ele projeta no trabalho profissional, cuja expressão são os projetos profissionais historicamente construídos.

Compreendemos que os dilemas e tensões reais postos pela condição de trabalhador assalariado e desencadeados pelo processo da alienação impressa em tal condição, podem ser pegos de várias formas na vivência concreta do exercício efetivo do trabalho do assistente social. No entanto, o grifo ora feito, é apenas para sinalizar, que isso aparecerá mais adiante.

Certamente, a autonomia profissional, afirmada em seu caráter relativo transita nessa dupla dimensão, inseparável, do significado social da profissão: as condições objetivas nas quais se processa o trabalho e a sua intencionalidade posta no projeto profissional – ético-político – que porta.

As possibilidades da ampliação da autonomia relativa, bem como seu recrudescimento manifestam um movimento amplo do modo como as relações sociais são travadas historicamente. Em face de períodos históricos politicamente mais ricos, em que a participação dos trabalhadores nas lutas sociais e políticas se ampliou, resultando em conquistas que de alguma forma se preservam contemporaneamente – consideremos, por exemplo, as ações que culminaram na Constituição Brasileira de 1988 –, os assistentes sociais tiveram a sua autonomia ampliada, e a possibilidade de escolherem a sua inserção no seio de tais lutas. Na década de 1970, também, despontaram-se as bases que permitiram aos assistentes sociais latino-americanos se envolverem no combate à ditadura e na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e humanos, que rebateram na culminação referida. Tais escolhas feitas dentro de limites históricos e objetivos permitiram a combinação do projeto profissional ético-político a um projeto societário⁷⁶ mais amplo

⁷⁶ Não desenvolvemos uma reflexão acerca dos projetos profissionais e de projetos societários. Destacamos apenas, que, no âmbito da profissão, considerando principalmente seu caráter político, suas ações são sempre carregadas de uma direção social, política e ética (e ainda a teoria que as enformam), condizentes com um dado projeto. De modo geral: "A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto,

consoante aos interesses dos trabalhadores. Ao contrário, a autonomia profissional pode ser profundamente restringida, pelo recrudescimento das lutas sociais, pelo acirramento das formas de alienação, pois os assistentes sociais não escapam a esse movimento, que interfere profundamente nos espaços onde se encontram.

Vê-se uma noção ampliada da autonomia relativa – que não se restringe aos ditames institucionais, embora por eles mediada –, intimamente entrosada com o processo de (re) produção das relações sociais, que atribuem significado à profissão. Assim, tal autonomia:

“(...) é condicionada pelas *lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício*, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.” (Iamamoto, 2007: 415 – grifos nossos).

Rebatidas, então, no campo institucional que empregam os assistentes sociais, de forma a moldá-lo, as lutas travadas entre as classes sociais conformam a autonomia relativa, situada no seio das condições de trabalho e nas possibilidades da efetivação de um dado projeto profissional. Em outras palavras: o caráter relativo da autonomia profissional exprime os limites institucionais postos e delimitados por aqueles que empregam os assistentes sociais e para os quais esses trabalhadores vendem a sua força de trabalho. Consequentemente, como trabalhadores assalariados, também têm o seu trabalho concreto, com qualidade específica, que é abstraída e subjugada ao trabalho abstrato – donde a medida para o estabelecimento do valor de troca, havendo uma tensão entre a condição de assalariamento da profissão e as possibilidades da realização de sua autonomia, por meio da efetivação do projeto profissional. A alusão feita aos dilemas e conflitos profissionais se põe nessa tensão estabelecida entre ambos: do estatuto assalariado da profissão saltam-se determinações que são insolúveis no âmbito da profissão, como de qualquer outra – daí os

que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la.” (Netto, 1999: 93). Particularizando o projeto profissional despontado nas últimas décadas, ressalta o mesmo autor: “Esquemáticamente, este projeto ético-político tem em seu núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, *o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero*. A partir das escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.” (104-105 – grifos do autor).

dilemas reais e objetivos, não sendo, geralmente, assim interpretados; por seu turno, do projeto ético-político profissional, saltam-se conflitos – de natureza ética e política – que impregnam o trabalho profissional, contornando e caracterizando a autonomia relativa nos seus quadros mais amplos e específicos se considerada na sua experiência nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

E agora, parece que se evidenciam os dois ângulos postos em destaque no início dessa seção: a inserção da profissão nas relações entre as classes sociais se fez para demarcar, especialmente, a sua relação com a própria matéria viva do trabalho do assistente social, ainda que não entremos analiticamente na discussão das classes sociais e suas configurações contemporâneas; a condição de assalariamento e assim, do trabalho alienado, nos permite apanhar os limites objetivos postos ao trabalho profissional, mas não só, sobre o que tentaremos refletir.

Como já dissemos, essa breve referência objetivou apenas marcar a diretriz na qual se situa nossa interpretação acerca das implicações do trabalho do assistente social, bem como e especialmente da própria concepção de Serviço Social que orienta esse estudo – uma concepção ampliada, que o apreende fora de si mesmo para voltar a ele, captando-o nas suas particularidades. Apreender seu significado é apreender, pois, as múltiplas determinações envolvidas no jogo do processo de (re) produção da vida social, numa análise que não considera somente sua participação na (re) produção da força de trabalho, mas na totalidade da objetividade e subjetividade que constituem as relações sociais, das quais ele é produto e expressão – donde a possibilidade de sua explicação. De outra forma, as componentes da totalidade das relações sociais e do processo que as (re) produz é a mesma totalidade onde se encontra a profissão, componentes essas que atravessam, por muitas mediações, o campo do “tempo miúdo da ação profissional” (Yazbek, 2001: 38).

2. OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E O COTIDIANO: UM TRÂNSITO NECESSÁRIO

Ao longo da trajetória do Serviço Social brasileiro, considerando especialmente os referenciais que o alimentaram na sua emergência pela interferência e invasão das orientações franco-belga e norte-americana, é possível uma observação dos traços que particularizam suas origens e conseqüentes ações concretas dos assistentes sociais, perpassadas por conteúdos moralizadores, disciplinadores, buscando uma adaptação e um enquadramento dos trabalhadores e suas famílias à ordem socialmente estabelecida, assim

como à sua funcionalidade ao trabalho. Há uma marca que o caracteriza – historicamente datada, no movimento que ocorre na profissão na década de 1960, como expressão de um movimento mais amplo, repressivo e autoritário, em resposta às contestações que já despontavam nos quadros dessa conjuntura – pela prevalência das técnicas, dos procedimentos, dos métodos de intervenção, etc. Nesse sentido, tais abordagens manifestam tanto os fundamentos que as guiam, quanto o modo como concretamente se efetivam, num trânsito que ocorre sob a superfície das aparências, o que pode ser explicado pelo entendimento do Serviço Social a partir dele mesmo, encontrando o significado das suas ações nelas mesmas – portanto na sua imediaticidade, daí a busca pelo aprimoramento das chamadas metodologias de intervenção.

O significado atribuído e encontrado na aparência e na forma imediata da ação – respondendo imediatamente às exigências das intervenções – é orientado por uma concepção positivista, de cunho conservador, que já no último período aludido expressava uma resposta conservadora travestida, porém, de uma dada modernização, expressa nas metodologias. De outro modo, há uma tendência que busca o reforço de um psicologismo da intervenção caracterizada pelo suporte psicossocial, conformando uma via de explicação da profissão – também acenando um conservadorismo – e valorizando o desempenho dos profissionais, na orientação de seu exercício efetivo⁷⁷.

Estando ambas sintonizadas com uma visão microscópica do real, elas manifestam imediatamente o modo como o trabalho dos assistentes sociais se realiza, ao mesmo tempo, em que respondem mais facilmente aos apelos daí despontados, pela exigência de múltiplas respostas às necessidades combinadas muitas vezes aos limites da vida; tais vertentes, embora historicamente situadas, parecem (re) surgir constantemente, inclusive na contemporaneidade, reatualizando-se a partir de diferentes matrizes teóricas, mas que não se descolam de um conservadorismo⁷⁸. Isso é posto na medida em que uma concepção ampla e de totalidade da profissão – como vimos efetuando – é, por vezes, apontada como

⁷⁷ A referência está voltada às vertentes analisadas por Netto (2001): a modernização conservadora e a reatualização do conservadorismo, respectivamente.

⁷⁸ “Dentre as características do pensamento conservador (...), destaca-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. *A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade.* (...) O conservador pensa à base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais.” (Iamamoto, 2002: 24 – grifos nossos). Observando a tendência contemporânea que tem orientado, por exemplo, o trabalho (sistêmico) com famílias, bem como a sua extrema valorização – como se fosse algo novo no Serviço Social – parece que se passa aqui aquela mencionada reatualização.

distante do real, da efetivação do trabalho profissional perpassada por uma gama de limites e conflitos, e em que, em conjunturas determinadas, se acirram as possibilidades de alargamento da autonomia profissional, restringindo e agudizando os limites, por exemplo, à efetivação dos conteúdos éticos e políticos postos pelo projeto profissional.

No entanto, essa posição interpreta de modo invertido o significado que porta essa análise da profissão; ao contrário de estar descolada do real, ela se vincula intimamente a ele, buscando nas relações sociais o seu próprio fundamento; pela apreensão do real ela faz as mediações necessárias para captar seus condicionantes externos, voltando novamente para o seu próprio seio. A questão então não é aquela geralmente posta em termos da defasagem entre teoria e prática, que num eco mais forte ou mais fraco, sempre teima em marcar presença entre os assistentes sociais. A questão é o desafio que demanda um olhar atento à teoria e lúcido para o real, não como entidades autônomas e apartadas, mas como, cuja existência de uma, só pode ser atribuída à existência do outro, que a ilumina e a qual passa a nele intervir de forma modificada. Ou ainda, a questão é o desafio de persistir na afirmação do significado social do Serviço Social pela sua inserção no processo de (re) produção das relações sociais, e, portanto da totalidade da vida social, transitando dessa análise para a apreensão do seu exercício efetivo, conforme vem alertando Iamamoto (2007).

Indubitavelmente, isso não significa perder de vista a captura de suas múltiplas determinações, muito contrariamente, significa que aquele exercício só pode ser desvelado por meio delas, pois o mais concreto é precisamente a sua síntese⁷⁹ – leia-se o concreto referido ao processamento do trabalho profissional, composto pela rotina; pela jornada; pelos atendimentos individuais e coletivos e as ações empreendidas a partir daí; pelos embates institucionais; pela busca da “pura existência” que os sujeitos trabalhadores escancaram, alienados da cultura, da arte, da riqueza humana; o sofrimento que o trabalho profissional passa a portar por essa experiência diária, sob condições que não favorecem a formação profissional continuada, a construção de mecanismos de supervisão, de organização e mobilização, etc. O que é então esse trabalho profissional, concreto e efetivo, senão síntese de várias determinações – de classe, políticas, econômicas, jurídicas, religiosas, culturais – da sociedade burguesa? Portanto, o trânsito está na contramão de qualquer retrocesso que sinalize uma tentativa de atribuir um significado ao trabalho

⁷⁹ A referência é clareada pela clássica citação: “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo (...).” (Marx, 1999: 39-40).

profissional meramente circunscrito à pontualidade e imediaticidade de suas ações naquela dita visão microscópica.

Pelo exposto, essas reflexões expressam a tentativa de particularizar o significado social da profissão, em face da sua participação no processo de (re) produção da vida social, intimamente vinculada e constituída na base da (re) produção da vida cotidiana. Embora esse estudo se localize nos circuitos da cotidianidade dos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais, buscamos evidenciar a relação visceral estabelecida entre o Serviço Social e a (re) produção da vida cotidiana de tais sujeitos. Assim, a hipótese que orienta as análises dos achados da investigação realizada é a seguinte: *a participação do Serviço Social no processo de (re) produção das relações sociais objetiva-se, especialmente, na sua participação mesma no processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalham seus agentes.* Aqui, pode estar o óbvio. Todavia, os elos que buscamos reconstituir, analiticamente, entre a questão e o eixo desse estudo evidenciam aquela relação visceral existente entre o Serviço Social – o exercício profissional efetivo – e a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos. Assim, a obviedade se afasta, sobretudo, porque tal relação somente pode ser apreendida a partir de uma gama de elementos que refletem as próprias determinações contidas nas relações sociais, não aparecendo, portanto, na imediaticidade do exercício profissional. Por isso, a proposta do que vem a seguir nesse texto é apenas tomar os elementos fundamentais que descobrimos na investigação – num universo rico de descobertas outras –, buscando construir as bases que sustentam a referida hipótese, para, posteriormente, com os olhos cravados no exercício profissional e sua relação visceral com a vida cotidiana, tentar refletir sobre o significado das implicações do trabalho profissional. É claro que na hipótese se expressam tais implicações e ambas são pensadas como parte do significado social da profissão.

No entanto, antes de prosseguir é imprescindível um alerta. As reflexões que realizamos a partir dos depoimentos de Clarice e Isabel, ao apontarem para dois elementos basilares da (re) produção de sua vida cotidiana – o trabalho e a maternidade –, poderiam conduzir a uma análise unívoca do trabalho profissional. Dessa forma, considerando, pois, o trabalho como parte fundamental de tal (re) produção poderia haver o risco da análise da profissão feita exclusivamente sobre o ponto de vista de sua participação na (re) produção da força de trabalho. Ora, se ela se insere na totalidade da (re) produção das relações sociais, ainda que ela tenha como base de sua intervenção a formulação de respostas às necessidades da (re) produção da força de trabalho, essa formulação é preenchida de conteúdos outros: ideológicos, culturais, etc. Quando falamos em totalidade falamos do conjunto de elementos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc. determinantes e

determinados no processo da (re) produção das relações sociais. Um estudo focado num determinado aspecto, por exemplo, no controle ideológico do qual participa o assistente social por meio dos espaços institucionais onde trabalha ou ainda numa de suas dimensões, como a ética e a política, permitiria uma adequada apreensão desse processo. Mas, o fato de não se ter no horizonte desse estudo uma apreensão como essa, por exemplo, não significa que não apanhemos a participação da profissão no processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais como partícipe da dita totalidade, senão que não há aqui uma curvatura para uma investigação e análise específica de cada uma das dimensões envolvidas na (re) produção da vida cotidiana. Ademais, tais conteúdos aparecem no que captamos – embora não tenhamos postos indagações às entrevistadas visando constituir eixos específicos das análises – porquanto presentes no exercício profissional e na própria vida cotidiana dos sujeitos, afinal participar da (re) produção daquela totalidade não é, jamais, alguma coisa posta somente aos assistentes sociais. Isso é apenas para indicar que a hipótese se ancora naquela relação visceral e queremos pensar como o assistente social participa da (re) produção da vida cotidiana de tais sujeitos.

Nesse sentido, a pergunta que agora nos orienta pode assim ser formulada: Por que Serviço Social e vida cotidiana? Compete ponderar que a ela não se põe respostas conclusivas, no mais, o que cabe é um conjunto de argumentos que nos serve como guia para um esboço geral com vistas aos exames subsequentes das descobertas feitas no processo da pesquisa.

Para tanto, tomamos a dimensão *interventiva* da profissão como o eixo inicial. Num olhar, panorâmico mesmo, mas atentando para as particularidades históricas e conjunturais que lhe atribuem um significado mais preciso à trajetória da profissão, é traço a ela embutido a intervenção que lhe foi imputada como uma de suas atribuições desde a sua institucionalização, considerando o marco da mencionada profissionalização. Sendo requisitado pelos dirigentes institucionais já naquele momento para integrar os quadros profissionais, sobretudo do Estado, nas ações por ele elaboradas às reivindicações postas pela classe trabalhadora por melhores condições de vida, o Serviço Social se insere na organização, operacionalização, implementação de tais respostas, mediadas e materializadas pelos serviços sociais públicos; particulariza-se, assim, como uma profissão que se põe frente a frente aos sujeitos trabalhadores que procuram pelo atendimento de suas necessidades por meio desses serviços – donde a clara tensão entre os interesses de classe que atende simultaneamente nas suas atividades mais miúdas. O contato travado face a face com tais sujeitos passa a requerer que transpareçam aos assistentes sociais essas necessidades, as quais são evidenciadas por aqueles que as encarnam da maneira imediata

como as vivem e reclamam seu atendimento. Isso abre a possibilidade para o conhecimento que os profissionais adquirem da intimidade das suas vidas quanto os elos que procuram reconstituir na organização interna dos serviços nos quais se inserem para mediar o atendimento reclamado.

Desse modo, é feita uma dupla intervenção. Aquela que se refere aos processos objetivos do funcionamento dos serviços sociais, incluindo o estabelecimento de relações com outros profissionais e a consequente qualidade nele contraída com vistas à viabilização do atendimento das necessidades dos sujeitos, as exigências de melhor aparato para tal viabilização ou uma conformação a ele, as possíveis organizações travadas entre os profissionais a partir de tais exigências que podem ou não transbordar os muros institucionais, etc. E aquela que diz respeito ao acesso à vida cotidiana desses sujeitos, que se faz, primeiramente, pelas evidências postas por eles mesmos acerca dela, especialmente, das características de seu "ambiente imediato". Essa dupla intervenção, como um feixe concreto que conforma a efetivação do trabalho dos assistentes sociais, sintetiza objetivamente o modo como se opera a sua participação no processo de (re) produção das relações sociais, desnudando o caráter político e contraditório da profissão, precisamente porque lança as ações profissionais no bojo das respostas elaboradas pelas classes dominantes às necessidades despontadas e exigidas pela classe trabalhadora, cuja marca é sua simultaneidade nesse movimento, bem como a dimensão (e direção) política que assume. E aqui já podemos incluir outra: a dimensão ética, que aparece inicialmente pela moralização (o que não significa que tenha sido superada), o que já corresponde a uma direção.

Se, "não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): *é todo o espaço*" (Lefebvre, 1973: 95 – grifos do autor), o destaque é para a vida cotidiana como parte e expressão da (re) produção de tais relações, privilegiando a sua ocorrência e processamento na (re) produção da própria cotidianidade dos sujeitos que as contraem, constroem e direcionam, experimentado-as enquanto se formam como homens particulares.

O referido feixe que sustenta o trabalho dos assistentes sociais – ao mesmo tempo em que lhe imprime seu significado – é não apenas a manifestação mais concreta das relações sociais através das quais é contornado, e, donde experimentam tensamente os conflitos e dilemas profissionais, mas ainda e ao mesmo tempo, é a manifestação de uma determinada cotidianidade, por elas alimentadas e nelas constituídas.

Portanto, considerar a dimensão interventiva do Serviço Social numa análise que põe no seu centro a vida cotidiana, é considerar os *processos* através dos quais os assistentes

sociais têm acesso e intervêm no cotidiano dos trabalhadores. Não se trata de um conhecimento de tal cotidiano saltado à primeira vista para mediar e viabilizar as respostas por eles reclamadas, fazendo o caminho de volta para nele intervir, o que pode ocorrer pela via do conhecimento de um dado "ambiente imediato" e pela oferta de um conjunto de informações que buscam orientar um modo de nele se mover os trabalhadores. Trata-se de considerar uma base alargada em que se movimentam os assistentes sociais, tomando o "ambiente imediato" como a apropriação mesma de um determinado modo como as relações sociais são produzidas e reproduzidas, sendo perpassadas pelas contradições de classe. Um "ambiente imediato" ou um "pequeno mundo" não é um mundo isolado e disperso. Apreendê-lo é "sair" dele, entendendo como nele se exprimem as culturas; as ideologias; as manifestações políticas; as religiões; o lazer; a educação; a moral e o sistema normativo, etc., "voltando" para ele de modo a compreender como os sujeitos que o construíram e foram por ele construídos (re) produzem a sua particularidade na vida cotidiana.

Dessa forma, a efetivação do trabalho dos assistentes sociais está referida e mergulhada no cotidiano da vida social, considerado extensamente e como manifestação das relações sociais (re) produzidas na sociedade. A inserção profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais específica e qualifica tal caráter da cotidianidade, tanto do ponto de vista de suas estruturas e arranjos próprios – que são expressões de um movimento maior, como, por exemplo, a natureza distinta das instituições; seus propósitos; objetivos; o mercado de trabalho –, quanto daquele que (re) vela os traços do "ambiente imediato" em que vivem e se (re) produzem os sujeitos atendidos.

As exigências postas institucionalmente aos assistentes sociais, não raras vezes, são carregadas de conteúdos e apelos que buscam emoldurar os sujeitos em concepções e visões de mundo díspares com seu modo de vida – e aqui a ideologia, sobretudo a ideologia dominante⁸⁰, desempenha função fundamental, muitas vezes incorporada e difundida pelos assistentes sociais. Cabe aqui não somente a busca pela adesão dos sujeitos aos ditames institucionais e às propostas formuladas – sendo essa uma das exigências –, bem como e junto com isso a efetivação de intervenções profissionais conformadas no "ambiente imediato" ou no "pequeno mundo" em que se inscrevem.

⁸⁰ "A ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade (...). As diferentes classes sociais representam para si mesmas o seu modo de existência tal como é vivido diretamente por elas, de sorte que as representações ou idéias (todas elas invertidas) diferem segundo as classes e segundo as experiências que cada uma delas tem de sua existência nas relações de produção. No entanto, as idéias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são *todas* as idéias existentes nessa sociedade, mas serão *apenas* as idéias da classe dominante dessa sociedade nessa época. (...). *A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam idéias dominantes.*" (Chauí, 1981: 92 – grifos da autora e nossos).

Faz-se necessário demarcar que não há um deslocamento do significado do termo “ambiente imediato”, na medida precisa em que nos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais, se (re) produzem todas as contradições, conteúdos, ideias, etc. Lembremos muito brevemente a noção de “ambiente imediato” como o ambiente que forma e é formado pelos homens particulares, mas que também e exatamente por isso, é o espaço diretamente (re) produzido por eles e onde se (re) produzem. Isso significa que as instituições empregadoras dos assistentes sociais encarnam, também, um determinado modo de relações sociais, uma cotidianidade que, sendo socialmente determinada, se acomoda em face dos sujeitos que a vivem, particularizando e atribuindo qualidades a ela. A vida cotidiana como o conjunto de atividades que caracterizam a (re) produção dos homens particulares, é o nível pelo qual a (re) produção da vida social se sustenta, ocorrendo em todos os espaços onde se situam os homens, dentre os quais, os espaços institucionais. A vivência do trabalho implica, portanto, na (re) produção do próprio espaço no qual ele se opera.

De outra maneira, o grifo é o seguinte: a análise da profissão centrada na vida cotidiana reclama ultrapassar a tendência primeira de tomá-la exclusivamente como referida ao cotidiano do trabalho profissional, assim como ao cotidiano dos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais. Tal análise, ao flagrar as especificidades do “pequeno mundo”, pode descolar e desconhecer as como determinadas pelo “grande mundo” – ambos constituintes da vida cotidiana. Além disso, uma análise assim feita pode resvalar num recorte unilateral, o qual, ainda que numa abordagem mais totalizante, menospreze a cotidianidade instaurada institucionalmente, cujos conteúdos (por exemplo, as exigências institucionais) podem ser inculcados (entre outros, pelos mecanismos ideológicos) aos sujeitos trabalhadores por meio da intervenção dos assistentes sociais.

Esses poucos apontamentos permitem a reafirmação do caráter histórico da vida cotidiana, ou seja, ela é membro vital do histórico, que por sua vez não é unívoco. A história como condição constitutiva das relações sociais e que atribui significado a elas pela prática dos homens é dinâmica e, portanto, movimento. Como condição determinante dos processos gerais que ocorrem na base da vida social – tais como, na política, na economia, na cultura, no saber – ela se particulariza nos terrenos concretos onde se dá, por conseguinte, ela se particulariza na vida cotidiana. A (re) produção da vida social como um acontecer da história se faz na e pela (re) produção dos homens particulares em seu “ambiente imediato”, onde a história se faz presente, sendo (re) produzida; esses reproduzem esse ambiente de maneira direta, ao mesmo tempo em que reproduzem indiretamente a própria sociedade da qual fazem parte (Heller, 1991).

Assim, embora a vida cotidiana guarde uma estrutura comum – em termos de suas características –, ela não é a mesma em todas as épocas, em todas as sociedades, em todas as conjunturas, para todas as classes. No entanto, ela é sempre expressão do espaço maior em que se efetiva – o “grande mundo” –, porquanto a (re) produção dos homens particulares no seu “ambiente imediato” como um momento da (re) produção da totalidade da vida social.

Com isso, esperemos agora ter melhor localizado a inserção da profissão no cotidiano da vida social e na teia embaraçosa na qual se move por meio das contradições e antagonismos de classe, os quais se manifestam no ínfimo da vida cotidiana organizada e vivida institucionalmente, a via pela qual se mostra o cotidiano dos sujeitos que o assistente social atende.

Esperando igualmente não perder de vista essa perspectiva da análise, olhamos agora mais atentamente para a segunda dimensão interventiva da profissão aqui destacada: aquela que, ao estar referida ao acesso privilegiado à vida cotidiana dos trabalhadores, passa a nela intervir. É inegável que, para tanto, a mediação institucional é fundamental, já que é por meio dela que se trava o contato imediato entre os sujeitos usuários dos serviços sociais e os assistentes sociais, espaço onde acontece o atendimento de demandas e necessidades, construindo-se a partir daí, inclusive, o campo e a matéria sobre a qual se fazem as ações profissionais. É assim que situamos a já dita peculiaridade posta na relação entre a profissão e a vida cotidiana, não sendo aleatória, portanto, a centralidade do ponto preciso que dela é destacado no interior desse estudo.

Sendo a matéria do trabalho profissional as mais variadas expressões que a questão social adquire na (re) produção da vida cotidiana dos trabalhadores, o acesso e o conhecimento que daí deriva por parte dos profissionais é condição imprescindível para a própria efetivação desse trabalho, tendo ou não seus agentes tal consciência disso, ou, independentemente do significado a isso imputado por eles. As necessidades dos trabalhadores apresentadas aos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais orienta o eixo de suas intervenções. Tais necessidades compõem a cotidianidade dos trabalhadores, que passa a guiar as atividades e propostas profissionais em que se articula a interpretação que dela fazem os assistentes sociais. Tal interpretação não escapa aos conteúdos teóricos e éticos que a enformam, abrindo-se aqui duas dimensões fundamentais que penetram no direcionamento da intervenção profissional tendo como referência e suporte o “ambiente imediato” dos sujeitos primordialmente envolvidos nas ações profissionais.

No processo da efetivação do trabalho profissional, não só aqueles elementos são expostos como também são extraídos pelos próprios assistentes sociais, os quais, como guias da elaboração das respostas profissionais, voltam-se para aquela vida cotidiana mesma, agora interpretados teórica e éticamente na perspectiva de uma intervenção.

A essa altura já podemos marcar que a aceção acerca dessa última não se sintoniza, ao menos *necessariamente*, com a produção de mudanças no cotidiano dos sujeitos, porquanto não é essa uma tarefa posta exclusivamente para uma profissão, dependendo assim de outros canais – mais amplos e condicionados pelas possibilidades criadas na prática social dos homens – que fogem aos limites de qualquer profissão; a intervenção significa o acesso à vida cotidiana dos sujeitos com vistas ao atendimento de suas demandas e necessidades de sobrevivência. No entanto, não há aqui uma compreensão rígida que, ao buscar colocar as coisas no lugar, mormente os limites e as possibilidades das tarefas de uma profissão, não possa tomar a intervenção do Serviço Social como parte que possibilita mudanças num modo de viver, de pensar, de agir, de resistir ou mesmo de se conformar. Voltemos àquelas dimensões destacadas: não há qualquer acesso à vida cotidiana e qualquer proposta profissional “vazios” nos seus conteúdos teóricos, éticos, e também políticos, esses já destacadamente postos. Por isso, tais conteúdos aparecem objetivamente na intervenção profissional como *implicações* dela.

Enquanto dimensões compósitas da intervenção profissional, a teoria, a ética e a política não se apartam, tanto porque se fazem através de uma unidade nas ações dos assistentes sociais, quanto porque referenciadas numa mesma concepção de homem e de mundo que formam a matriz sob a qual se concretizam, embora guardem natureza e conteúdos específicos. No quadro teórico que orienta a concepção da profissão aqui adotada – a partir de Marx –, a ética se inscreve igualmente nesse quadro – sendo ainda particularizada em termos da ontologia social de Marx –, guiando a efetivação do trabalho profissional. O relevo aqui feito acerca dessas dimensões se justifica porque enquanto constitutivas da intervenção profissional convertem-se em implicações dela mesma; não é objeto desse estudo o tratamento de uma ou outra, e as breves referências respondem na medida exata de um esclarecimento, sendo mesmo alusões. Sobre a dimensão ética:

“O Serviço Social é um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista; portanto, o desvelamento da natureza de sua ética só adquire objetividade se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritas em tais relações sociais. Em face das demandas e respostas éticas construídas nesse

marco é que a ética se objetiva, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional." (Barroco, 2003: 68 – grifos nossos).

As relações sociais, como o fio que conduz ao desvelo do significado social da profissão, instauram as próprias determinações da vida social no âmbito da profissão, tal como destacamos pelas reflexões acerca de seu caráter contraditório e político. A ética profissional não decorre de outro processo, ela acompanha a trajetória da profissão; emergindo da objetividade na qual se conforma o Serviço Social historicamente, ela é também e ao mesmo tempo, fruto das escolhas feitas pelos assistentes sociais, portanto, ela é condicionada tanto por elementos externos à profissão quanto internos – pela ética mais largamente objetivada na sociedade e no modo como rebate na profissão e é por ela construída em face de limites, possibilidades e necessidades.

Esse relevo, também se justifica no intuito de precisar melhor o modo como os conteúdos teóricos, éticos e políticos impregnam a intervenção dos assistentes sociais na vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha, concretizando-se por aquelas implicações. Antes, porém, cabe sublinhar: a atenção para a direção que portam esses próprios conteúdos, sempre situada numa base contraditória que (re) produz interesses antagônicos, podendo reforçar e potencializar a defesa dos interesses daqueles que compõem a relação social.

Na construção de argumentos que permitam captar a unidade das funções exercidas pelos assistentes sociais, sobressaem das análises de Iamamoto (2002), três aspectos: o "educativo", o "moralizador" e o "disciplinador". Inegavelmente, ao tratar dos conteúdos que emprestam o título à obra mencionada, ou seja, do conservadorismo e da renovação no Serviço Social e a passagem (e continuidade) aí feita⁸¹, faz-se necessário levar em conta a direção teórica, ética e política que assumem os três. O acesso e a intervenção na vida cotidiana dos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais são mediados pelas dimensões já postas em destaque e concretizados por meio desses três fatores, agora especificando e colocando numa posição privilegiada a relação do Serviço Social e a cotidianidade de tais sujeitos. A (re) produção dos trabalhadores está referida a um "ambiente imediato" em que se formam e são formados, cujas atividades que a traçam fundam um *ethos* tipificado na estrutura modelar das vivências das expressões da questão social, sobre a qual agem os assistentes sociais. As ações por esses desempenhadas podem tanto permanecer na superfície da vida cotidiana, sem apanhar os conteúdos efetivos de sua (re) produção,

⁸¹ Na seção dessa obra citada, a discussão central é sobre o assistente social como o profissional (não o único) da coerção e do consenso.

resvalando, tendencialmente, numa instantaneidade de tais ações; quanto pode buscar os fundamentos de tal (re) produção, visando uma propositura que condiga legitimamente com a cotidianidade dos trabalhadores. Num ou noutro caso, as dimensões da intervenção profissional adquirem um direcionamento que não é fruto das escolhas – teóricas, éticas e políticas – individuais de seus agentes.

Nesse sentido, em dadas conjunturas históricas nas quais se desenvolveu a profissão, a ética, por exemplo, assumiu um cunho moralizador que buscava integrar os trabalhadores e suas famílias – por meio da educação e da disciplina – nos parâmetros da ordem social vigente, invadindo sua vida cotidiana e neles inculcando valores, ideias e um modo de vida contrapostos aos seus interesses e ao seu *ethos*, na tentativa de uma conformação e adaptação na experimentação das expressões da questão social. Na contramão disso, também as escolhas profissionais e as possibilidades objetivas de fazê-las, possibilitaram redirecionar o cunho dessas ações, situando-as nos rumos da resistência a essas expressões – porque questão social é também lutas e conflitos sociais entre as classes sociais, podendo então ser vivida como resistência. Mas aqui também não há um limite rígido, ou seja, não significa que o primeiro modelo tenha sido superado, nem tampouco que as respostas profissionais não mesclam conteúdos de conformação e resistência, exprimindo seus limites e possibilidades.

No entanto, o que vale grifar e pôr como desafio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, é o reconhecimento da totalidade e os fundamentos da vida cotidiana dos trabalhadores, captando-os, fundamentalmente, nos elementos que marcam a sua (re) produção, a partir dos distintos espaços sócio-ocupacionais nos quais se inscrevem os assistentes sociais. A interpretação de informações e dados – por si só vazios, porque referenciados num empirismo cujo objetivo é responder às demandas burocráticas das instituições – é que pode abrir a via para tal reconhecimento, uma interpretação que ao se voltar para a elaboração de propostas e respostas profissionais, não se faça ancorada nesse vazio, mas naqueles fundamentos.

Quando dissemos que ao escancararem suas necessidades de sobrevivência os trabalhadores escancaram a sua própria vida cotidiana, podendo ser convertida em conhecimento para os assistentes sociais, é preciso identificar a qualidade e os limites de tal conhecimento, que, numa primeira vista, é tão somente uma possibilidade, pelo menos na ótica em que vimos defendendo. Em outros termos: a questão é o modo como se processa o conhecimento dos assistentes sociais acerca do “ambiente imediato” dos sujeitos com os quais trabalha e o modo como é incorporado em suas respostas. Ainda que seja uma longa

citação, vale colocá-la a título de síntese e de inspiração para o que foi até aqui assinalado acerca das relações entre vida cotidiana e trabalho do assistente social:

“Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos; incide tanto sobre questões imediatas como sobre a visão do mundo dos clientes. O direcionamento dessa ação não é unívoco, embora, em sua trajetória histórica, a profissão tenha se orientado predominantemente na perspectiva de integração à sociedade. *O Assistente Social realiza esta ação a partir das manifestações imediatas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos. É no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais: ele é expressão de um modo de vida* em que não só se reproduzem suas bases, mas em que também são gestadas as bases de uma prática inovadora. (...). A prática profissional do conjunto da categoria dispõe de condições potencialmente privilegiadas para apreender o conjunto do cotidiano das classes populares, por estar presente nas mais variadas expressões de suas esferas da vida (...). *Esta proximidade da vida cotidiana, pelo contato estreito e direto com a população, poderá permitir – se aliada a uma bagagem teórica que permita superar o caráter pragmático e empiricista que marca, não raras vezes, a atuação profissional – uma visão totalizadora desse cotidiano e da maneira como é vivenciado pelos agentes sociais.*” (Iamamoto, 2002: 101-102 – grifos nossos).

Finalmente, com o esboço geral feito até aqui, é possível passar agora aos achados da investigação realizada.

2.1. OS CONTEÚDOS DO TRABALHO CONCRETO DO ASSISTENTE SOCIAL

ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em vista a hipótese lançada anteriormente, procuraremos agora, refletir sobre as bases dos conteúdos do trabalho concreto do assistente social com vistas à posterior apreensão dessa hipótese. Cabe já anotar que o trabalho concreto supõe seu outro lado, o trabalho abstrato, sobre o qual faremos referências ao longo das reflexões seguintes, pois é somente nessa unidade contraditória que o exercício profissional pode ser apreendido. Ademais, tais conteúdos são postos primeiramente apenas a título da organização da

exposição, porque eles já contêm os elementos que participam do processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais. Assim, essa seção não se dissocia da seguinte.

Embora já tenhamos introdutoriamente assinalado, não é demais destacar que os depoimentos feitos por Clarice e Isabel sobre o trabalho dos assistentes sociais dizem respeito a diferentes assistentes sociais, institucionalmente inseridos em Paraisópolis ou não, o que se deu igualmente com as assistentes sociais entrevistadas. Elas falam sobre suas inserções atuais em espaços sócio-ocupacionais localizados em Paraisópolis, mas falam também sobre as inserções passadas, sobre os estágios realizados durante a formação profissional, as percepções gerais acerca da profissão, dos sujeitos atendidos para além de Paraisópolis. Estando as assistentes sociais situadas em espaços sócio-ocupacionais de natureza e áreas distintas, não buscamos estabelecer uma relação entre o trabalho desenvolvido num dado espaço e sua percepção por parte de Clarice e Isabel. Assim como essas podem expressar as condições da (re) produção da cotidianidade de um determinado espaço, acreditamos que o trabalho das assistentes sociais entrevistadas possa expressar as tendências contemporâneas do trabalho profissional.

O ponto comum procurado a todo o momento foi precisamente a relação existente entre o que buscávamos nas conversas sucessivas com ambos os sujeitos da pesquisa, ou seja, o conhecimento da vida cotidiana de sujeitos como Clarice e Isabel e o conhecimento do trabalho do assistente social pelo que nos contam Carmem, Ana e Nice⁸². Cabe ainda lembrar que as entrevistas com Ana e Nice foram feitas ao mesmo tempo; elas trabalham num mesmo espaço sócio-ocupacional e guardam muitas semelhanças em suas trajetórias.

Assim como Clarice e Isabel se apresentaram, agora o fazem Carmem, Ana e Nice. Ainda que não compareça aqui o conjunto dos conteúdos das entrevistas e ainda que não tratemos de todos os conteúdos postos nos depoimentos transcritos aqui, optamos mais uma vez por não entrecortar as falas. Desse modo, embora o estágio não constitua parte das questões da investigação, ele marca presença significativa nos relatos de Carmem, Ana e Nice; por diferentes formas elas nos solicitaram, enfaticamente, que destacássemos enfatizássemos os aspectos referentes ao estágio. Por isso, na apresentação que fazem de si mesmas, não cortamos o que falam sobre esse momento vivido durante a formação profissional, uma vez que tais relatos – por vias distintas – já manifestam o que elas pensam sobre a própria profissão. Não entrecortar as falas permite acompanhar as trajetórias de Carmem, Ana e Nice e a forma como as preencheram de significados. Assim, Carmem começa.

⁸² Os nomes são fictícios.

Eu me formei na PUC (São Paulo) em Serviço Social no ano de 81, 1981. É, eu cheguei a fazê estágio inclusive lá no... Esqueci como chamava, não sei o quê Piloto, Campo Piloto (risos), no Campo Piloto da PUC. Eu vou falá dessa época primeiro pra você porque é uma coisa que eu acho assim... Nossa! (...). Eu me achei totalmente perdida na época que eu fiz o Campo Piloto lá, o estágio (...). Muito acolhida pelas professoras, mas ao mesmo tempo sem sabê o quê eu tava fazendo ali. Eu tenho muito essa lembrança de... profissionalmente eu me sentia completamente solta, sem interligação nenhuma. Eu nem sentia que o que eu tava fazendo tinha relação com a minha profissão. (...). Eu trabalhava com grupo de jovens, eu meio que ficava inventando coisas pra fazê com eles, mas eu não via também o quê que aquele tinha a vê com o Campo Piloto mesmo, sabe. (...) O meu estágio (...) tinha relação com um grupo de jovens. E eu realmente, como estágio eu achei tudo aquilo tão sem ligação com nada, assim, entendeu?! (...). Eu dei isso como exemplo, mas eu fiz estágio também na Prefeitura, na Secretaria do Bem-Estar Social. Um ano eu fiz na Secretaria, saí correndo, (...) porque o mau exemplo que eu tinha da atuação profissional dos colegas ali era tão grande que eu falei eu tenho que saí daqui antes que eu me contamine. (...). Eu fiquei meio que envolvida com moradia, (...). É uma observação que eu quero fazê porque eu acho muito importante um olhar melhor ao estagiário, sabe? Eu acho que é o momento da gente fazê a famosa ponte entre a teoria e a prática que a gente tanto questiona durante a faculdade. Não só a nossa, mas praticamente todas as faculdades, questionam muito, né, que na prática é tudo muito diferente e tal. Eu acho que o estágio é um bom momento de se mostrá que não, sabe. Que as coisas tem ligação sim! (...). É, bom, a minha experiência profissional foi assim. Seis meses eu trabalhei num orfanato, uma coisa bem ruizinha, né. (...). E aí fui convidada pra trabalhá no Mosteiro (...) onde a (...) que já tinha se formado comigo e estava trabalhando. E o Mosteiro (...) estava nesse momento criando uma equipe, tava ampliando sua obra social. (...). E foi uma experiência muito rica porque eu pude atuá na área de cursos profissionalizantes, eu pude trabalhá com gestante, eu pude trabalhá com creche. Isso durante dois anos eu fiquei

trabalhando no outro núcleo deles lá do lado do Colégio (...) e depois eu já vim pra Paraisópolis. Em 84 eu já comecei em Paraisópolis. E aí eu pude atuá com muitos programas diferentes. Então eu trabalhei com mães, com gestantes, com seleção de famílias pra vagas de creche, com adolescentes, trabalhei bastante no programa que hoje acho que se chama Núcleo Sócio-Educativo, eu fui coordenadora durante muito tempo. (...). E então foi uma experiência muito eclética, ao mesmo tempo, eu fui uma das pessoas que ajudô a criá o Fórum Multientidades de Paraisópolis que funciona até hoje. Isso foi criado em 94.(...). Depois eu me afastei, fui dirigir uma OSCIP e depois de alguns anos... Eu fiquei acho que uns quatro anos afastada de Paraisópolis, mas com muito da história de Paraisópolis dentro da minha carreira profissional, né. (Carmem)

Como o primeiro contato que fizemos com Carmem se converteu praticamente numa entrevista, ela não fala de seu trabalho atual na primeira entrevista, referindo-se a ele em outros momentos e introduzindo aspectos sobre os quais não podemos refletir nesse momento. Demarcamos, porém, que ela é dirigente de uma Organização Não Governamental situada em Paraisópolis e fundada por um grupo de pessoas, dentre as quais ela mesma. Carmem fez mestrado em Ciência Ambiental na Universidade de São Paulo (USP), tendo conciliado, durante um tempo, seu trabalho como educadora ambiental com a sua inserção como assistente social em uma organização situada em Paraisópolis. Atualmente ela coordena um projeto na área ambiental e dirige a ONG, portanto, ela não possui uma contratação como assistente social e sua inserção nessa organização equivale a uma iniciativa, ou melhor, uma "aposta", como ela mesma nos diz, naquilo que ela "acredita". Desse modo, e considerando a sua trajetória profissional dentre as assistentes sociais entrevistadas, Carmem é aqui, segundo ela mesma nos diz quem "trabalha com comunidade".

Como Ana e Nice se formaram na mesma universidade e no mesmo ano, elas falam inicialmente em "nós".

Nós nos formamos em 2006 na Federal de Juiz de Fora. (Ana)

Eu e a Ana a gente fez estágio no INSS, mas em departamentos diferentes. Eu fiz no Serviço Social durante um ano e trabalhava com o Serviço Social lá, nas (...)

atendimento individual, não tinha atendimento em grupo. Pra informá os direitos das pessoas que procuravam o INSS. (...). A gente tinha um vínculo até o momento que você resolvesse a situação, mas assim, às vezes a pessoa foi lá uma, duas, três vezes no máximo. E, a gente tinha projetos (...) com trabalhador rural e aí nesses projetos quem atuava era a assistente social, elaborava e organizava pra elas poderem, é... executarem, era de trabalhador rural. (...). Eu fiquei um ano INSS e fiz estágio por seis meses numa cooperativa, numa incubadora de cooperativa popular dentro da universidade. (...). O estágio, assim, pra mim foi a base mesmo, assim. (...). A minha única crise na faculdade foi durante o estágio na incubadora porque, era um questionamento particular porque a gente não tinha é, contato com assim, o quê o assistente social trabalha. (...). A gente é, incubava as cooperativas e dava toda a assistência, assistência jurídica, assistência na contabilidade, é, formação, capacitação. A Ana fez na... (Nice)

Reabilitação profissional (no INSS). (...). A gente trabalhava com eles, com as famílias. A gente tinha contato com as empresas da região também, que a gente encaminhava esses trabalhadores pra lá, tentava recolocá-los no mercado de trabalho, assim. (...). Eu só queria resgatá um pouquinho do estágio que eu acho que foi assim pra minha formação foi assim essencial. (...). A gente tinha uma relação muito conflituosa porque nós atendíamos os segurados, né, que a gente chama de segurados, eram os trabalhadores afastados do trabalho e a gente tinha que tê uma relação... Era uma equipe multi, né, e a gente trabalhava em conjunto lá, né. (...). Eu acho que na minha formação isso teve um peso muito grande assim porque a gente tinha uma visão e via o assistente social não como um profissional a mais assim que somava lá. Um profissional que tava ali só pra marcá presença, sabe? (Ana)

Assim como fez Carmem, Ana e Nice não começam a se apresentar a partir de suas inserções profissionais atuais. Tendo somente deixado em aberto para elas uma eventual e espontânea referência aos estágios – não lançando perguntas sobre essa parte fundamental que integra o processo de formação profissional –, as três decidem começar por eles e o que

explicitamos aqui é apenas a incursão inicial que fazem a respeito de um aspecto que ocupa boa parte da primeira entrevista, ainda que tenhamos nos esforçado para situar os rumos da conversa noutra direção. Se, optamos por explicitar aqui essa referência inicial feita por Carmem, Nice e Ana, não é somente porque tenham insistido em que registrássemos o que nos contavam sobre o estágio, mas, sobretudo, porque nos três relatos, sob formas diferentes, aparece uma suposta imprecisão acerca do que faz o assistente social. Isso, seja pela ausência de “ligação”, como quer Carmem, seja pela ausência do “contato” como o “que trabalha” o assistente social, como quer Nice, ou pelo “profissional que somente marca a presença”, como quer Ana.

É interessante notar que ao mesmo tempo em que tal imprecisão pareça estar presente nos relatos de Ana e Nice, elas apontam ao menos dois aspectos do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais: a capacitação e formação oferecida aos participantes das cooperativas populares e a “recolocação no mercado de trabalho” parecem formar ações que respondam às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores incluídos nesses projetos; o “trabalho com as famílias” que possivelmente se faz na perspectiva de tais respostas, incluindo, porém, o espaço doméstico e privado dos trabalhadores. Carmem, por seu turno, não descreve as atividades desenvolvidas durante os estágios que fez; ela reflete sobre o significado daquele momento, dizendo sobre a ausência da “ligação” entre o que fazia e o próprio trabalho profissional, não conseguindo expressar ao que se pode atribuir tal fato.

No entanto, o que cabe ser destacado a esse respeito é que o trabalho profissional é mediado pela natureza (institucional) das ações e propostas desenhadas pelo espaço no qual ele se realiza. As atividades desenvolvidas por Nice e Ana certamente se localizam no âmbito de ações e propostas maiores, expressando-as em tais atividades que são, na verdade, mediadas por essas propostas, trazendo, portanto, as suas marcas e determinações. Ao contrário, quando podemos localizar aquela imprecisão a partir do que nos conta Carmem sobre seu primeiro estágio, ela não pode ser posta nesses termos, uma vez que não aparece a natureza institucional como base objetiva que organiza e ordena as atividades desenvolvidas. No entanto, isso não justifica a dita imprecisão, pois, como ela mesma nos mostrará posteriormente nas suas reflexões explícitas sobre a própria profissão, o “patrimônio” do Serviço Social são os sujeitos com os quais trabalha o assistente social, independentemente da natureza institucional por meio da qual o trabalho profissional é viabilizado e mediado.

Contudo, esses conteúdos rapidamente lançados nesse momento vão aparecendo sucessivamente em nossas reflexões, sendo devidamente refletidos a partir dos próprios acúmulos que podemos fazer nos diálogos com as três assistentes sociais.

Se Carmem começa a falar de seu trabalho atual a partir das motivações que a encaminharam a participar da fundação e direção de uma ONG, Ana e Nice o fazem pelo destaque das condições objetivas nas quais o exercício profissional se realiza, o que talvez não pudesse ser diferente, dado o peso e a dimensão que isso ocupa em todas as atividades que realizam – o que poderemos notar em quase todo o conjunto de seus relatos. Sendo uma advertência inicial, é preciso tê-la sempre em conta na interpretação que fazemos de seus relatos, uma vez que eles são permanentemente perpassados, explicitamente, por tais condições objetivas.

Ana e Nice trabalham numa empresa privada da área de construção civil que presta serviços a órgão público no âmbito da política da habitação, participando, dessa maneira, do Projeto de Urbanização de Paraisópolis. Destacamos, contudo, que a vinda delas para a cidade de São Paulo se justifica exatamente pela possibilidade maior de inserção no mercado de trabalho, uma vez que referem não absorver, tanto Juiz de Fora, quanto às cidades circunvizinhas a ela, os profissionais que se formam nessas regiões. Nice trabalhou na área da educação numa dessas cidades. Ana, por sua vez, trabalhou num outro Projeto de Urbanização contratada pela mesma empresa onde trabalha atualmente. Assim, Ana apresenta como ocorre a sua inserção e a de Nice no Projeto de Urbanização de Paraisópolis.

A (...) é uma empresa que tá crescendo agora, é uma empresa que é relativamente nova no mercado. Ela tem sete anos de social, né, de trabalho social. Ela tem acho que mais de vinte, mas na área de engenharia, né. E na área social acho que tem sete anos, então assim, é uma empresa relativamente nova no mercado e que ganhô uma licitação grande, né. (...). No social é atendimento de famílias, acompanhamento de obras, né, com prestadores de serviços sociais, seja ele qual for. Igual eu falei, né, como técnico social, que a gente é contratado como *técnico social*. Nós somos uma empresa que prestamos serviços. *O trabalho de campo que é o trabalho de área, que é o trabalho direto ali com a comunidade, de conversa, de... Trabalho de forma geral somos nós que fazemos. É pura terceirização! O profissional que a gente fala, o contratante, né, o profissional seja ele de (...), né, que são os concursados, né, eles trabalham como coordenadores, né. A gente tem*

que seguir uma orientação que vem deles, né, que vem, no caso vinha da (...), hoje vem da (...), né. A gente segue a orientação de trabalho deles, né. A gente presta serviço pra eles. Então, é... Quê que a gente tem que fazê, a gente tem um plano de trabalho que foi construído nessa licitação, tá. Foi feito um plano e que precisa passá meio que por autorização desse, da... do contratante. Eles tem que meio que aceitá e autorizá aquilo, que aconteça. *Então assim, tudo, tudo, tudo que nós fizemos em área tem que passá por eles!* Então assim, a nossa atuação como empresa terceirizada é assim... é bem, é assim... É limitada. Acho que a gente pode falá que é bem limitada sim! Porque assim, a gente... ao mesmo tempo que a gente tem a autonomia, nós estamos a frente do trabalho, que somos nós que estamos ali... a (...) como (...) do projeto de Paraisópolis ela orienta, ela vai em área, tá, ela tem os contatos, ela conhece, ela anda. Mas assim, o trabalho dia-a-dia mesmo somos nós da (...) que é a empresa terceirizada para prestar serviço. Então, assim, tudo que a gente faz em área a gente tem que passá por eles, né. Então assim, a gente fica meio que o recheio do sanduíche, sabe? (Ana)

Os destaques que fizemos nessa fala de Ana e que se referem às condições objetivas nas quais se processam o seu trabalho profissional se justificam na medida em que o conteúdo dele é determinado (relativamente) por elas, ou seja, as ações propostas pelo Projeto de Urbanização, cujas determinações se convertem em mediações ao exercício profissional, tais como a forma de contratação como técnico social que serve para profissionais de qualquer área, como o engenheiro, o arquiteto, o geógrafo, definindo suas funções e atribuições no interior daquelas ações; o papel de supervisão, orientação e controle exercido pelo órgão público sob um trabalho efetivado inteiramente por terceiros, etc. Aqui estão os conteúdos gerais que caracterizam o trabalho abstrato enquanto determinantes da forma como vendem a sua força de trabalho e, na sequência, poderemos verificar como isso entra em contradição com a intencionalidade posta no trabalho concreto. Em outros termos, tais condições de trabalho enquanto constituintes do trabalho abstrato se expressam nos limites institucionais postos ao desenvolvimento do exercício profissional em termos das suas possibilidades (mas também limites) de efetivação que portam uma dada intencionalidade, qual seja, a sua qualidade específica, o próprio trabalho concreto.

É bastante significativo o peso que essa determinação imprime ao trabalho do assistente social – ineliminável, em matizes e graus distintos – adquire, especialmente nos

depoimentos de Ana, que possui um cargo diferenciado do de Nice; nos termos das nomenclaturas empresariais, a primeira é técnica social “pleno” e a segunda é técnica social “júnior”.

Assim, Ana fala da relação estabelecida com os sujeitos envolvidos no Projeto de Urbanização de Paraisópolis, dando as pistas de como se objetiva e processa a unidade contraditória existente entre o trabalho abstrato que se expressa naquelas referidas condições de trabalho e o trabalho concreto efetivado. Quando Ana fala em “recheio do sanduíche” ela se refere à inscrição do trabalho nas condições da terceirização que o conforma, composta por um conjunto variado de empresas privadas, órgão público e instituições financeiras e bancárias, inclusive. A terceirização, fruto da reestruturação produtiva em curso, é um processo que vem marcando, também, a organização e efetivação de diferentes políticas públicas, impactando o campo objetivo no qual os assistentes sociais se movimentam em face de sua autonomia relativa profissional. Contudo, os conteúdos evidenciados nos depoimentos de Ana e Nice sobre o exercício profissional incidem nos limites postos pelo conjunto que forma o “recheio do sanduíche”. Por isso, quando propomos algum diálogo que escape às determinações institucionais, ele é geralmente difícil, o que não poderia ser diferente, uma vez que o exercício da autonomia relativa se efetiva ou não nessas bases, ainda que não só. Se, a compreensão das condições objetivas nas quais se processam o trabalho é fundamental para seu próprio exame, isso não pode significar, entretanto, um determinismo no sentido de que nada pode ser feito, antes, é preciso ter em conta as possibilidades daquele exercício que ultrapassa as determinações institucionais.

Mas a gente como profissional ali, terceirizado, né, a gente não tem poder nenhum de decisão e então assim, a gente tá ali no meio daquilo que a gente tem que fazê, a gente fala, olha, a gente tenta negociá e tenta fazê da melhor forma possível, né. Mas, assim, a gente não tem poder nenhum de decisão e os moradores sabem disso, né. Eles sabem que existem hierarquias, que brigá com a gente que tá ali na frente, né, nós profissionais de área que somos de uma outra empresa. Assim, eles identificam (que não são da Prefeitura, funcionárias públicas), grande parte identifica isso sim porque a gente fala. Aquelas pessoas que estão envolvidas no projeto, lideranças, moradores que vão às reuniões, né... Porque quando vai entrá uma obra quê que a gente faz, a gente chama aqueles moradores, vai pra uma reunião, explica todo o projeto, fala o nosso papel ali.

Então aquelas pessoas que estão envolvidas no projeto eles tem claro isso pra eles. Um exemplo disso foi quando aconteceu um problema, (...), há pouco tempo atrás que foi na moradia provisória que nós, é... tivemos um problema que uma mulher morreu, ela morreu e aí o quê que aconteceu? Os moradores vieram pra gente assim, cobrando assim (...). (...) E eles fizeram uma manifestação e assim, nesse momento eles falaram, nós sabemos que vocês não têm nenhum poder de decisão aqui. Eles queriam que tomassem alguma providência, né. Mas, nós estamos vindo aqui reivindicando que vocês levem isso para quem é de competência resolvê. Então assim, esse grupo eles tinham claro isso pra eles, né, que nós que estamos ali no dia a dia, nós estamos prestando um serviço, mas nós não temos poder de decisão, né. Esse grupo tinha porque ele tem todo um envolvimento ali com o projeto e pessoas de uma outra organização também que tem claro isso. Mas nós estamos na frente de tudo e nós que temos que fazê essa intermediação, né, esse leve e trás assim, e a gente acaba que sofre com isso, né, sofre dos dois lados, né, do lado dos moradores e do lado da contratante. (Ana)

Certamente há vários ângulos possíveis de serem analisados a respeito do que nos conta Ana, mas, o que interessa para nós é tanto reafirmar as condições nas quais ela e Nice trabalham como a base que conduz as análises sobre o trabalho profissional a partir de seus depoimentos, quanto e no interior desse ângulo identificar que a relação travada entre elas e os sujeitos que atendem é controlada (quando não vigiada) e ordenada, definindo a forma de suas ações, quer numa situação como essa, quer num atendimento realizado no Plantão Social, numa ação demandada por alguma remoção de moradia com vistas à realização de alguma obra no local, etc. Ou seja, aqui se apresentam claramente o que já pontuamos em linhas anteriores acerca da conversão das determinações institucionais, postas objetivamente em suas ações e propostas, em mediações ao exercício profissional.

Tendo exposto em linhas gerais quem são as assistentes sociais entrevistadas, por onde passaram, onde estão atualmente e suas condições de trabalho, a tarefa agora é apanhar o conteúdo de seu trabalho concreto, o que significa apanhar as bases que permitem esboçar a hipótese sobre a relação visceral existente entre a vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha o assistente social e o seu próprio trabalho – donde a objetivação de sua participação no processo de (re) produção das relações sociais pela (re) produção da vida cotidiana mesma.

Para tanto, seguindo o percurso que fizemos quando refletimos acerca da vida cotidiana de Clarice e Isabel, comecemos pelo “ambiente imediato”, isto é, como é para Carmem, Ana e Nice trabalhar em Paraisópolis.

Então, existem muitas formas de você trabalhá com uma comunidade. Existe uma forma bem... eu sei, eu vim trazer o conhecimento pra vocês, aproveitem que eu sou boazinha (...). E existe, existem as limitações da instituição em que você está, quando você está numa escola você tem limitação, se você tá numa instituição de saúde como o (...), se você tá numa creche, se você é funcionária pública ou se você não é, né. (...). Por isso que eu te falei que uma ONG de uma certa forma te dá um pouco a liberdade de estabelecê a relação com a comunidade mais de acordo com o que você realmente acredita, né. Eu acho que isso talvez seja o maior ganho de você dirigir uma organização independente, né, uma Organização Social que não tá atrelada a um político, que não tá atrelada a uma instituição maior, que já tem um nome, enfim. (Carmem)

Carmem põe logo de início que trabalhar em Paraisópolis é trabalhar numa comunidade, e esse trecho transcrito de sua fala é um dos poucos nos quais ela fala dos limites institucionais como limites à realização do trabalho com a comunidade, já oferecendo as pistas para compreendermos uma de suas motivações para apostar na fundação de uma ONG. Mas, o pouco destaque que faz aos limites pode ser interpretado pelas inserções que teve em sua trajetória profissional que possivelmente favoreceram a ampliação de ações das quais ela participou e desenvolveu, se bem que, como ainda veremos, o que se “esperava” dela era mais o movimento no interior de tais limites do que o salto para as possibilidades. Assim, ao falar dos limites aqui e em outros poucos momentos, ela frequentemente destaca as possibilidades e mesmo os êxitos, conforme a sua própria avaliação, do trabalho desenvolvido.

A partir disso, podemos acenar prematuramente – porque colocaremos isso mais à frente – a saliência que Carmem faz acerca de que dirigir uma ONG e imprimir a marca do que ela “acredita” em suas propostas, permite o estabelecimento de uma relação com aquilo que ela igualmente “acredita”, o que pode manifestar tais possibilidades e êxitos – se trata, pois, da relação com a comunidade. Esse é mesmo um elemento que percorre boa parte de

seus relatos, seja a partir do que nos conta sobre o presente ou sobre o passado, embora ponha em relevo que ele esteja potencialmente marcado em seu trabalho presente.

Continuando essa sua reflexão, ela fala sobre o significado das possibilidades de tal relação com a comunidade a partir de uma ONG formatada nos moldes que vem trabalhando. Todavia, antes de lançarmos esses conteúdos, que parecem ser os conteúdos mesmos de seu trabalho, avancemos nos aspectos que ela aponta sobre Paraisópolis, atentando para o que já nos contaram Clarice e Isabel.

Então assim, o que tem de específico em Paraisópolis... Ai, eu não vejo nada de tão diferente! Você tem uma comunidade que trabalha, assim, que convive, né, com a situação de exclusão durante muito tempo. Mas que ao mesmo tempo já atingiu patamares bem diferenciados. (...). Hoje você encontra muito mais uma comunidade que se arraigou, que se enraizou, que se consolidô, que cresceu, sabe, que melhorô sua condição de moradia, foi melhorando aos poucos. Tem muita gente aqui que poderia não estar mais vivendo aqui, que continua vivendo. Muitos moradores! Eu conheço vários! Gente que tem casa fora daqui, que não se desliga daqui. Gente que não sairia daqui, gente que se tivé, que ganhá um dinheiro melhor vai investi aqui! (...). E aqui ainda por cima tem um sotaque nordestino muito forte e eu já te falei, aquela coisa da cultura nordestina é muito forte. E aqui é um consulado do nordeste, entendeu. Então, tem muita coisa muito bem marcada, assim, pela cultura nordestina. A gente vê que as pessoas se identificam mesmo, que convivem numa boa com isso. (...). Fora isso, acho que, não vejo grande diferença! Não vejo, por exemplo, a coisa da violência... Paraisópolis é muito grande, então, eu acho que ela não é uma coisa que é tão facilmente identificável aqui, entendeu. Eu já trabalhei em outros bairros onde isso é mais forte, mais visível, mais palpável, mais escancarado, né, você vê o tráfico atuando, você vê mesmo a coisa sendo feita de dia e de noite. Aqui isso é mais difícil. (...). Tinha mais uma coisa de coronelismo, tipo, eu protejo a minha comunidade, aqui dentro nada pode acontecê e tal. Era... durante muito tempo Paraisópolis tinha sempre uma figura de um protetor, né. Uma pessoa que resolvia desde problemas conjugais, entendeu, o marido que bateu na mulher, o cara mandava chamá, ia lá e

dava uma dura, uma surra, até coisas mais sérias, até expulsá uma família inteira da comunidade, coisas assim, né. Enfim. (...). Hoje a gente sabe que a realidade maior do Brasil até é diferente. Então existem grupos que não atuam só naquela comunidade, já é uma organização complexa, maior, né. (Carmem)

Como vimos, a violência se expressa em seus relatos de forma bastante parecida com as percepções que têm sobre ela Clarice e Isabel, ou seja, ela existe, mas parece ser velada, portanto, se ela aparece para elas assim é porque pode manifestar um fenômeno real. Nice e Ana, por seu turno, colocarão a questão de forma bastante diferenciada, mas notaremos adiante o que essas nos revelam sobre a questão. Carmem evidencia a cultura nordestina como marca de um "ambiente imediato" onde vivem sujeitos como Clarice, sugerindo a vinculação desse traço com um espaço que, como já visto, Clarice e muitos sujeitos "amam" porque o impregnaram e o significaram com a sua história e cultura. Outro aspecto que comparece aqui e é importante ser grifado é a leitura que ela faz sobre as condições de vida dos sujeitos que vivem em Paraisópolis, tais condições coincidem com as próprias condições de vida, identificadas por ela, dos sujeitos que participam das ações desenvolvidas na ONG onde trabalha.

Compete, agora, uma pequena digressão. É interessante a observação de como se faz e se organizam, diferentemente, as reflexões das três assistentes sociais, porque elas podem exprimir uma exigência posta ao assistente social tornada objetivamente numa competência profissional. Com isso queremos sugerir que ao termos um roteiro de entrevistas que nos serviu somente como guia, procuramos o tempo todo, compor as perguntas lançadas a elas e, ao fazê-lo, buscamos apanhar o ínfimo do trabalho profissional, solicitando que pudessem oferecer exemplos a partir do que é nele vivido, ao mesmo tempo em que estimulamos uma reflexão a partir do significado do vivido.

Assim, para Carmem esse exercício quase não precisa ser feito, pois, ela "escapa" aos limites nos quais se circunscrevem as perguntas, compondo suas respostas e oferecendo elementos para além das próprias perguntas. Entretanto, Ana e Nice parecem permanecer nos quadros das perguntas tomadas estritamente, o que não significa que não elaborem momentaneamente o significado de suas respostas, tal como pudemos perceber a interpretação que faz Ana sobre as condições do trabalho assalariado. Isto talvez não pudesse ser diferente, dado o significado visível dessa determinação em seu trabalho, que interfere fortemente na intencionalidade dele.

A sugestão de que o modo de refletir sobre o real é uma exigência a se converter em competência se justifica na medida exata da apreensão objetiva do significado social da profissão a partir de sua participação no conjunto da vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalha. Veja-se, aqui nem falamos em termos de possuir a noção da participação na (re) produção de um determinado cotidiano, antes, falamos na possibilidade de que a visualização daquele conjunto – que equivale à visualização mesma de como se processa objetivamente as manifestações da questão social – é uma das competências profissionais, uma vez que a partir de uma leitura de *conjunto* pode-se vislumbrar ações coletivas. Tais ações, conseqüentemente, poderão ter implicações éticas e políticas; a história da profissão já mostrou que em conjunturas históricas favoráveis tais ações foram possíveis. Se, contemporaneamente, a conjuntura é adversa, isso não significa a impossibilidade de enxergar que o “ambiente imediato” onde trabalhamos e, por conseguinte, os sujeitos que os formam, sejam vistos na aparência de um “perfil”, ainda que aquelas ações não tomem a mesma dimensão que tomaram no passado.

Novamente, o desafio é transitar do significado social da profissão na sua inserção e participação no processo de (re) produção das relações sociais para o exercício profissional objetivado e vinculado à vida cotidiana dos sujeitos sociais. Mas, se as interpretações sobre o real são feitas de modo amplo e/ou cerrado, isto é, se o “ambiente imediato” é tomado como expressão de determinações sociais mais amplas ou, se é tomado nele mesmo, elas possuem algumas justificativas. Pode ser pelas condições do trabalho assalariado em que vivem os profissionais em determinados espaços sócio-ocupacionais, tal como parece denunciar Ana e Nice ou pela formação profissional realizada num determinado tempo histórico no qual ela aconteceu e, ainda, pelo tempo de formadas e pelas inserções em espaços e tempos diferenciados⁸³. Esses são elementos que vão caracterizando a trajetória profissional.

Nesse sentido, as reflexões realizadas quando da possibilidade da participação numa pesquisa refletem os limites e as possibilidades dessa competência, encarada por nós como necessária. No âmbito desse estudo, esse aspecto merece relevo precisamente porque pode apontar também o entendimento da vida cotidiana de modo fragmentado, a qual assim se apresenta aparentemente, ou, ao contrário, apresentar pistas da tentativa da recomposição da totalidade do real que se expressa no exercício profissional por meio da vida cotidiana mesma.

⁸³ Carmem formou-se há vinte e oito anos, Ana e Nice há três anos.

Esses elementos permitem o esboço daquela hipótese a qual nos referimos, pois, oferecem as margens para construir, analiticamente, o significado daquela relação visceral que é, em verdade, uma relação dialética. Se já apresentamos aquelas justificativas, é preciso, acrescentar ainda que esse trânsito é feito, privilegiadamente, pelas *mediações* existentes entre o dito significado social da profissão e o exercício profissional mesmo. Do contrário, a vida cotidiana será apanhada ao seu nível aparente, que não significa falso, pois, as características de sua estrutura – o imediatismo, o pragmatismo, a espontaneidade, a ultrageneralização, etc. – são a ela imanentes. Aqui está outro trânsito, da aparência à essência, ou, aos fundamentos, tal como temos assinalado.

No entanto, isso não quer dizer que os depoimentos de Carmem, Nice e Ana estejam, rigidamente, em polos distintos, tanto porque consideramos aquelas justificativas, quanto porque e, sobretudo, não pode existir uma barreira rígida entre os modos diferentes de como se processa reflexivamente o real, ou, de como se pensa o concreto, preenchendo-o de significado. A inexistência de uma barreira rígida talvez possa ser explicada precisamente em face do outro trânsito que acabamos de referir, porque os assistentes sociais, assim como todos os sujeitos e em qualquer espaço, vivem na estrutura da vida cotidiana. Isso não significa ainda uma relativização, significa apenas que a conversão da exigência à competência se dá em bases objetivas da vida social e, portanto, circunscritas em limites, mas também possibilidades.

Mas, a breve digressão feita foi apenas para introduzir outro elemento marcado nos depoimentos de Carmem sobre o “ambiente imediato” onde ela trabalha, o qual comparece em vários momentos de seu depoimento.

Eu fui uma das pessoas que ajudô a criá o Fórum Multientidades de Paraisópolis que funciona até hoje. Isso foi criado em 94. Nós começamos a sentir a necessidade de sabê o que cada entidade social, o que cada organização fazia e, ao mesmo tempo, de ajudá a fortalecê a União de Moradores, a Associação de Moradores que era muito fraca, muito perneta né, completamente. Então, a ideia surgiu da gente começá se reunir uma vez por mês, convidá os representantes dessas organizações, tal, e começá a conversá, pelo menos pra se conhecê. *Quê que você faz? Que público você atende? Que problemas você tem? E você? E aí começamos também a nos juntarmos para lutas comuns que seriam de interesse da comunidade.* Então ficamos um tempão brigando pela abertura de um Posto de

Saúde, depois por mais escolas. Aconteceram momentos de pico assim, de lutas maiores, né, por moradia... Teve um dois prefeitos, o Maluf e o Jânio tentaram tirá a favela, né, removê e tal e nesse momento a gente brigô e ajudô um pouco a comunidade a se organizar e ver de maneira crítica as propostas que eles estavam trazendo. Então, é... Isso foi muito interessante. Eu acho que hoje ainda existir esse Fórum... que na época não se chamava Fórum que ninguém usava esse termo, depois virô moda. Mas na época era Grupo Multientidades de Paraisópolis.
(Carmem)

Carmem parece associar, naquele momento histórico, as respostas às necessidades apresentadas pelos sujeitos atendidos em diferentes serviços sociais à tarefa a ser cumprida quer pelo Fórum Multientidades, quer pela Associação dos Moradores, denotando um vínculo existente entre esses espaços. Quando ela diz que o objetivo do Fórum era a reunião de representantes de distintas organizações para conhecer o “público atendido” por cada uma delas e, em seguida, remete às lutas comuns “que seriam de interesse da comunidade”, ela fala de sujeitos comuns que habitam o mesmo “ambiente imediato”. As lutas por moradia, por posto de saúde, por creches expressam as respostas por necessidades e direitos que correspondem à habitação, saúde e à educação; certamente são necessidades que os sujeitos buscam satisfazê-las e tê-las atendidas pela mediação dos serviços e organizações aos quais ela se refere. Quando isso se inviabiliza ou é abalado, as lutas comuns que são comuns porque são necessidades e direitos comuns de sujeitos que possuem condições sociais de vida comuns, são organizadas, evidenciando-se assim o caráter político da profissão, porquanto alinhado às lutas sociais travadas entre o Estado e os trabalhadores.

A remissão ao Fórum e mesmo à Associação de Moradores é feita por Carmem ora na sua apresentação, ora para vinculá-los ao trabalho profissional (ou não), ora para falar das lideranças presentes em Paraisópolis e sua correspondência com a cultura nordestina. Assim, ela mostra tanto a relação que possui com Paraisópolis, quanto e ao mesmo tempo em que ambos os espaços parecem ser uma importante mediação para o que ela realiza, ainda que por vezes, ela não reconheça e vincule o significado de tais espaços com o significado e os conteúdos de suas próprias ações.

Passemos ao que nos contam Ana e Nice sobre o “ambiente imediato” onde trabalham.

Nossa! Hoje? É um desafio grande! (...). É. Não é assim igual se você fosse pra uma ONG pra cuidá de infância e juventude. Lá você trabalharia com infância, juventude, família deles e... Paraisópolis proporciona a gente tê contato com a criança, infância, juventude, com o idoso, com a questão do trabalho, assistência, até saúde a gente consegue fazê interface nesse trabalho de urbanização. (Nice)

É aquilo que a gente sempre fala, assim, é um aprendizado, vai ser pra gente uma escola assim, né, porque a gente como profissional a gente trabalha em tudo ao mesmo tempo, né. Cê consegue tê essa visão geral. (...). Acho também que tem uma particularidade por ser Paraisópolis uma área grande, né, porque se você trabalha com urbanização em áreas menores você tem um trabalho mais restrito, né. Lá é um mundo, né, são... Quantas famílias? (Ana)

Vinte e duas mil. Estimada em oitenta mil habitantes. (Nice)

Inicialmente, Ana e Nice parecem destacar que a habitação proporciona, segundo elas, uma suposta ampliação das possibilidades de intervenção (veremos depois como elas negam isso), mas, essa ampliação parece possível também pela extensão geográfica de Paraisópolis. Tais possibilidades podem ser identificadas quando Nice fala da "interface" possível de ser feita por meio do Projeto de Urbanização e Ana emenda que um projeto como esse efetivado num espaço com a extensão de Paraisópolis pode permitir uma "visão mais geral".

A pergunta lançada – como é trabalhar em Paraisópolis – abre a via para adentrarmos nos conteúdos do trabalho concreto que elas desenvolvem, por isso, a partir de agora eles aparecerão e na sequência retomaremos como ele se evidencia nos relatos de Carmem.

Ao relatarem como é trabalhar em Paraisópolis, Nice e também Ana tendem a fazê-lo por meio do foco de suas inserções institucionais e menos pelo foco do próprio "ambiente imediato" que constitui o solo de suas intervenções ou ainda pela integração (negativa ou positiva) de ambos. Os trechos destacados formam basicamente as poucas referências que fazem a ele, prosseguindo pelas diretrizes e orientações institucionais que organizam o trabalho profissional na área em que atuam. Desse modo, elas mencionam alguns eixos que

compõem tais diretrizes e orientações, dentre os quais procuramos indagar sobre o que se refere à “mobilização e organização da comunidade”.

E o Projeto de Urbanização ele tem assim algo que é... eu considero positivo, que não é só urbanizá, aí colocá a pessoa na moradia nova, ele procura, assim... também não com muita ênfase, de acordo com o que a gente consegue fazê, né, dá sustentabilidade pra aquela comunidade no sentido, assim, de trabalhá educação sanitária e ambiental, geração de emprego e renda, a mobilização e a organização da comunidade. Então assim, eu acredito que um trabalho bem feito quando a gente sai é..., vai deixá frutos lá. (...). Ele (o eixo mobilização e organização da comunidade) trabalha principalmente na questão do Conselho Gestor de Urbanização, né, que é uma forma da comunidade tá sabendo o que tá acontecendo lá. (Nice)

É a famosa participação popular, né.(Ana)

Participação popular é um pouco forte! (Nice)

Elas seguem pela descrição de como funciona praticamente a “mobilização e organização da comunidade”, ou seja, a composição do Conselho Gestor, as representações, a forma por meio da qual participam (sem direito a voto), a organização da pauta das reuniões envolvendo o poder público e os representantes locais, etc. Em vista do formato dos relatos e mesmo a partir dele procuramos indagar sobre o significado desse eixo na relação com Paraisópolis.

Mas o que você percebe assim também é que a população em Paraisópolis é... As lideranças lá não têm uma organização e não pensam assim no coletivo. Então o que se viu lá, assim, o projeto vai andando, andando, andando. Quando chega num certo ponto que vai atingir uma liderança aí tem um impacto maior. Como o que a gente tá vivendo agora nada mais, nada menos que vai pegá a casa do sr. (...) que é uma liderança lá. Aí eles se organizaram pra ir contra tudo. Aí tudo que a gente fez tá errado e num certo momento não, não estava. Mas quando vai chegá nessa

liderança aí você... aí eles rebatem contra a (...) e nós estamos numa área onde tem mais de uma liderança, né. Tem o (...) que vai sê removido, então agora as opções não são boas, agora questionam o projeto todo que antes não era questionado. (Nice)

Eles têm umas brigas, eles têm umas discussões assim muito particulares, sabe. Então eles levam... muito individuais, assim, eles levam muito pra esse lado. E assim, eu me simpatizo com a (...), eu sou a liderança, então eu levo o caso da (...) lá. Mas eu não vejo quem tá no entorno da (...). Então assim eles não são fortes e eles não sabem se articulá pra se derrubá alguma medida que não vai sê bom pra eles. E isso acontece com as lideranças em Paraisópolis e com as ONGs também lá. Se vê uma ONG assim não pensa, pelo menos as que eu tive contato, não pensa em fazê um trabalho em prol da comunidade, mas faz um trabalho é querendo é... levá o nome, fazê a propaganda do nome e algumas lideranças uma propaganda pessoal, que eles querem fazê também. (Ana)

Os apontamentos de Ana e Nice – que coincidem e se complementam – sobre essa mesma questão parecem apresentar somente um lado, isto é, se elas iniciam seus relatos salientando os eixos integrantes do trabalho, ao refletirem especificamente sobre um, não retornam para retomá-lo no seio do próprio trabalho. A “mobilização e organização da comunidade”, como eixo e orientação de um trabalho institucional, inclusive constante em seu plano de trabalho, parece permanecer como questão exclusiva da própria comunidade, funcionando em face de uma mobilização “forte” ou fraca. Obviamente, o tom da mobilização interna dos sujeitos sociais que vivem em Paraisópolis independe de qualquer instituição e a relação travada entre tais sujeitos e as distintas instituições e organizações dependem da correlação de forças. Todavia, o que nos interessa é perceber como esse aspecto retorna ou não ao trabalho profissional, compondo suas propostas.

Novamente o que prevalece são os particularismos das reivindicações dos sujeitos, passando-se um silêncio no campo do trabalho profissional ou mesmo na possibilidade da reflexão que desponte para o significado da “coletividade”, apenas mencionada.

Eles fazem uma pauta de uns seis pontos, assim. Se chegô no segundo... (Nice)

É muito, sabe. Porque eles vêm com outros assuntos. A iluminação de alguém que tá com problema afetô sei lá... encanamento na outra casa, assim, são questões bem pontuais. Não pensam muito na coletividade, assim, é bem pontual mesmo! (Ana)

As remoções que acontecem. As obras. Ah, mas aí o projeto era esse, agora não é mais esse. Vai passá a perimetral em tal lugar, não vai passá mais. A família foi removida... A obra deixô entulho... (Nice)

O retorno para o trabalho profissional tem como pressuposto tomar as reivindicações como necessidades dos sujeitos, apresentadas e tidas como particulares, e transformá-las em respostas situadas com as necessidades da "coletividade", supondo outra relação e articulação com ela mesma. Do contrário, o trabalho profissional reafirma e toma como base aqueles particularismos sugeridos por Ana. Sendo o exercício profissional a questão primordial da análise, não podemos adentrar no universo das reflexões possíveis de serem feitas nesse âmbito, referimos, somente, que uma impressão bastante parecida com a que nos apresenta Ana e Nice sobre a organização dos sujeitos que vivem em Paraisópolis, é apresentada por Clarice que enfatiza os mesmos particularismos enfatizados por Ana.

Se, Nice inicia seu depoimento pela aparente possibilidade de ampliação das ações profissionais identificada no interior do Projeto de Urbanização, ela segue agora pondo destaque aos limites. Eles parecem ser postos em face do próprio universo que caracteriza Paraisópolis, simultaneamente ao âmbito no qual se circunscreve o trabalho profissional arranjado em determinadas condições objetivas, conforme já vimos.

É, agora assim, às vezes, qué dizê, talvez muitas vezes... Porque você perguntô como é trabalhá em Paraisópolis, né. Assim, às vezes eu me sinto muito limitada porque se tem uma coisa que qualquer estudante de Serviço Social, assistente social, não sei, qué vê na prática é a questão social, né. E quando você chega em Paraisópolis você vê assim as várias faces dela, em todas as formas, na violência, na falta de emprego, na questão do tráfico que lá é forte e às vezes assim você..., eu me sinto amarrada, assim. Não consegui andá mais do que eu gostaria de fazê, assim. Os limites profissionais eles... Eu acho que a gente consegue senti eles assim muito em Paraisópolis por essa assim... Toda essa... tudo isso que é lá,

sabe... Esse monte de gente lá e todo esse reflexo da marginalidade lá, assim, marginalidade não só em questão de bandidos, mas eles tão totalmente à margem da população. (...). Os limites assim, em relação ao seu fazer. Você, assim, chega uma pessoa lá com muito mais de uma demanda além da habitação, eles não querem só habitação, e você não tem muitos, assim, muitos recursos pra tá é... encaminhando essas pessoas. E assim, também tem outras questões, como... Teve uma área que a gente foi removê e a violência era muito presente, principalmente a violência infantil, e o tráfico também era muito presente nesse local. Então assim, o que fazê, sabe? (Nice)

Nice já introduz aqui, timidamente, a concepção que possui acerca dos sujeitos com os quais trabalha. Quando ela fala em "marginalidade", o que aparece em outros momentos de sua fala, ela se refere ao contraste existente entre Paraisópolis e Morumbi, ou seja, a "marginalidade" são o que estão "à margem de", denotando as distintas e desiguais condições de vida dos que habitam a ambos os espaços. Mas, essa concepção será paulatinamente revelada.

Falamos, algumas vezes, em "homem inteiro", atribuindo a ele não apenas o significado do homem da vida cotidiana que põe em movimento todas as suas capacidades e habilidades, mas, junto com isso, ao homem que possui um conjunto de necessidades distintas, respondendo a elas distintamente de acordo com suas condições e possibilidades objetivas. Temos, demarcado, igualmente, que no âmbito do Serviço Social os sujeitos escancaram suas necessidades sociais, que formam, na verdade, expressões da questão social – tal como põe Nice –, revelando, pois, o conjunto delas, ainda que demandem num primeiro momento uma dada intervenção.

Quando afirmamos no início desses exames que as condições objetivas de trabalho, como expressões das próprias condições institucionais que configuram a inserção profissional, deveriam ser o seu fio condutor, afirmamos ao mesmo tempo, que tal configuração circunscreve o trabalho profissional nos marcos das propostas das políticas sociais que possuem um modo próprio de organização. Em outros termos, as políticas sociais tipificadas de acordo com determinadas necessidades sociais tendem a fragmentá-las. No entanto, se tais políticas tentam responder às necessidades sociais de sujeitos sociais que as

reclamam, esses não as fragmentam no modo como as vivem e as apresentam institucionalmente⁸⁴.

Nesse sentido, estando o trabalho do assistente social condicionado àquela circunscrição e, portanto, sofrendo os moldes da organização e condições nas quais se conformam as políticas sociais – dentre os quais a fragmentação das necessidades sociais –, ele não escapa às suas determinações. Se o exercício profissional se efetiva em face de propostas consoantes a tais determinações, do ponto de vista da apreensão das necessidades sociais dos sujeitos com os quais trabalha o assistente social, a tarefa é a ruptura com aquela fragmentação, despontando para uma compreensão totalizadora das condições e necessidades desses sujeitos, ainda que elas não possam ser atendidas no campo específico de sua inserção profissional.

Os olhos que não mutilam os sujeitos sociais abrem a via para o exercício da relativa autonomia profissional situada, inclusive, com espaços que saltam a dita circunscrição. Pudemos ver isso pelos relatos de Carmem acerca das conquistas alcançadas pelos sujeitos por meio de sua organização em torno de “necessidades comuns”, o que será apreendido em breve sob o ângulo do trabalho profissional; também a “mobilização e organização da comunidade” mencionadas por Ana e Nice poderia despontar para isso.

De outro modo, o que está em jogo aqui é a apreensão da vida cotidiana dos sujeitos sociais como matéria viva da intervenção profissional. O tráfico e a violência infantil, para utilizar as referências feitas por Nice, constituem alguns dos traços do “ambiente imediato” onde ela trabalha, e, portanto, configuram também parte das condições de trabalho do qual ela participa e desenvolve na medida exata em que repercute nele. Ainda que a violência infantil não componha parte específica do trabalho, ela é ingrediente para compreender a vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha o assistente social, de maneira a não fragmentá-los na aparente fragmentação de sua vida cotidiana.

Sob esse ângulo, não se trata, pois, de possuir “muitos recursos” para encaminhar as “pessoas” – o que independe do assistente social –, antes, trata-se de tomá-los pela totalidade da qual participam e expressam, recompondo a totalidade na fragmentação posta imediatamente. Do contrário, um dos riscos é permanecer nos particularismos da vida privada e doméstica dos sujeitos, como nos revela Isabel mais à frente. Portanto, “o que fazer” é transitar da “questão social” objetivada na vida social, e assim, na (re) produção da

⁸⁴ Sobre as necessidades sociais transformadas em demandas profissionais, Iamamoto chama a atenção: “(...) as necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços sociais”. (2007: 219).

vida cotidiana, pelas suas diferentes expressões, para apreendê-las concretamente como participantes do “homem inteiro”, voltando para a base ampla que permitiu o trânsito inicial. Objetivamente, algumas ações nos mostram como isso é possível, localizadas em determinados espaços e conjunturas históricas, como nos conta e ainda contará Carmem.

Se, a pergunta sobre o dia anterior à nossa visita para Clarice e Isabel permitiu a incursão em elementos fundamentais que participam da (re) produção de sua vida cotidiana, parece ter acontecido algo similar pelas conversas que estabelecemos, especialmente com Ana e Nice. Quando elas falam sobre como foi o trabalho no dia anterior, procuramos destacar alguns aspectos presentes em seu conteúdo, tendo-os como guias da nossa interlocução e não como uma descrição, ainda que a tendência das narrativas possa ser essa. Mais uma vez temos que dia a dia e cotidiano não são as mesmas coisas, pois, se antes tentamos apreender os elementos que marcam a (re) produção da particularidade de Clarice e Isabel e, portanto, de sua vida cotidiana, agora, a tentativa é a apreensão dos conteúdos que marcam o trabalho concreto do assistente social, podendo estar sintonizados com aqueles elementos fundamentais. Mas, antes, a tarefa é apreendê-los. Começamos por Ana e Nice, retomando-os depois nos depoimentos de Carmem.

Embora Ana e Nice não tenham explicitado inicialmente a diferença entre os cargos que ocupam – até porque não perguntamos sobre os cargos – no espaço sócio-ocupacional onde trabalham, percebemos desde o início tal diferença, o que se evidencia na sucessão das entrevistas e nas descobertas que fazemos. Desse modo, numa dada altura de suas reflexões sobre o exercício profissional, elas explicitam essa diferença, pois elas mesmas percebem as diferenças existentes em seus depoimentos que manifestam as funções e atribuições, por vezes distintas, que caracterizam seus cargos. Os relatos de Nice são perpassados por uma atividade que ela realiza com grupo de catadores de materiais recicláveis – compondo alguns eixos constantes no plano de trabalho institucional –, os de Ana, por seu turno, refletem o trabalho institucional burocratizado, daí o alerta que fizemos acerca dos cargos, porquanto exprimem a hierarquia presente nas funções.

Contudo, o que salta interessante a partir da conversa a três é a interpretação que Ana faz sobre o significado do trabalho do qual participa Nice, recorrendo inclusive a outras atividades das quais já participou, afirmando a potencialidade que identifica no trabalho desenvolvido com grupos. Nice começa.

Ontem... Ah, ontem pra mim é um dia gostoso! A quarta-feira é o dia que eu tenho é... reunião com os catadores de material reciclável lá, que a gente trabalha há um ano com eles e aí assim pra mim é muito... É um pouco saí de toda essa loucura lá

de Paraisópolis, apesar de sê um grupo de Paraisópolis, mas assim é um outro diálogo... São pessoas assim que tã em grupo, são pessoas muito simples que trabalham catando material reciclável... (...). E aí há um ano a gente organiza esse grupo. A gente... Algumas lideranças procuraram o Projeto de Urbanização e falaram que tavam vendo os catadores nas caçambas e aí que eles tavam numa situação muito ruim, muito difícil (...) e pediu pra se fazê um trabalho com eles. Aí a equipe procurô, identificô os catadores e a gente começô a convidá-los pra... (...). O trabalho da equipe nunca foi visando montá cooperativa ou assim, é... entrá, intervir na forma de venda deles. A gente nunca, nunca trabalhô por esse... pensando nisso. A gente trabalhô pensando na organização deles, pra que eles saíssem da caçamba, pra que eles comessem a trabalhá com o mínimo de instrumentos e se organizassem, se fortalecê enquanto uma categoria, categoria de trabalho. (...). O objetivo era (...) mostrá a eles todas as alternativas que eles poderiam tê e eles... que vão escolhê porque a gente acredita que eles têm capacidade total pra fazê todas as escolhas. (Nice)

Quando Nice incursiona seus depoimentos acerca do trabalho desenvolvido com os catadores de materiais recicláveis, ela revela e mesmo reafirma o que antes já havia posto em termos da concepção que possui dos sujeitos com os quais trabalha; ao mesmo tempo, ela revela o significado que o trabalho profissional adquire, segundo ela, no âmbito de espaços como esses, se pensado no conjunto das funções e atividades que realiza. As referências iniciais que ela faz sobre o conteúdo de seu trabalho anterior, por exemplo, na área da educação com jovens e adultos coincidem, de alguma maneira, com o que ela agora nos apresenta no trabalho com os catadores de materiais recicláveis. Embora não tenhamos feito qualquer menção àquela área, ali, Nice já destaca e se aproxima daquilo que diz ser a "marginalidade" dos sujeitos, ou seja, os que estão "à margem", e que possuem "capacidade total pra fazer todas as escolhas", o que a seguir ela explicitará.

No entanto e, além disso, o que compete salientar no universo dessa atividade é a base que unifica a reunião dos catadores, qual seja: são trabalhadores que realizam uma determinada atividade com vistas a garantir a sua sobrevivência. Se bem que o objetivo do grupo do qual faz parte Nice não seja a formação de uma cooperativa e a interferência no modo de venda dos materiais recicláveis – como ela tanto e em diferentes momentos quer destacar – esse elemento não comparece com força em seus depoimentos, senão por aquela

forma da "categoria profissional" que não ganha significado e visibilidade no que nos conta. Antes, o que parece se passar é o movimento contrário, isto é, da boa "auto-estima" depende aquela atividade, o que seus depoimentos refletem, por isso, eles estão centrados nas características e no tão recorrente "perfil" dos catadores. O trabalho como mediação fundamental, porquanto constitutivo da (re) produção da vida cotidiana dos catadores, aparece nos depoimentos de Nice como um meio para se realizar atividades conexas ao universo da "auto-estima".

Assim, Nice emenda falando das alternativas que cabem aos catadores escolher.

(...) se eles quisessem formá uma cooperativa formariam, uma associação formariam, se eles quisessem continuá trabalhando individualmente é... poderia continuá... da forma que eles achavam que eles deveriam se organizá. Mas que eles olhassem um pelo... um ao outro lá, pelo menos que se enxergassem enquanto pessoas de uma mesma categoria profissional e como profissionais, não só assim como lixeiros. E tem depoimento, assim, de uns três anos atrás de uma catadora que falô que ela antes catava só nas caçambas, depois que ela foi pro grupo ela consegue batê de porta em porta e pedi pras pessoas separarem material reciclável. E isso pra gente é muito satisfatório porque realmente é o que a gente queria, dá uma contribuição pra esse trabalho deles e mostrá que eles não tá lá pra... não são assim o lixo da sociedade, são pessoas que tão trabalhando como qualquer outro trabalhador e assim num trabalho que é pros tempos atuais um trabalho essencial porque a questão ambiental e a questão do lixo em Paraisópolis se a gente não procurá amenizá nós temos um mal que vai se torná insustentável futuramente. Então assim a gente sempre trabalhô com eles nessa questão da... sem querê, né, e, ao mesmo tempo, querendo na questão da auto-estima deles porque eram pessoas que traziam depoimentos muito assim, de gente que passava perto e tampava o nariz, é... chamava de lixeiros, tinha preconceito com os filhos na escola. (...). E aí a gente sempre trabalhando a questão de que não, que eles não têm que trabalhá de cabeça baixa, eles têm que é... multiplicá as informações que eles têm de como separa o material, o quê que a questão do lixo pode trazê, prejudicá, o quê que você... (...) porque separá o material reciclável, né. A

importância desse trabalho e tentá assim, tirá-los desses ambientes que não são saudáveis, como por exemplo, um trabalho mexendo numa caçamba não é nada saudável pra ninguém, e tentá-los fazê enxergá isso também... quais são as melhores alternativas, né, pra eles e pra comunidade. (Nice)

Nice denuncia o que é conecto ao universo da "auto-estima" quando ela mesma analisa o trabalho desenvolvido com os catadores de materiais recicláveis face ao conjunto das outras atividades desenvolvidas por ela, tais como no Plantão Social e nas remoções, por exemplo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ela, mas também Ana identifica as potencialidades e as possibilidades existentes no trabalho desenvolvido num espaço coletivo, o relevo mora nas ações que "valorizam" a "individualidade" ou a "subjetividade".

Eu acho que agora principalmente nessa parte que a gente tá vivendo que é só assim "apanhando" de todas as partes, né, eles... Esse grupo ele é diferente no trabalho. (...). Assim, é diferente porque é algo assim que você consegue enxergá resultado, sabê que você não tá lá toda semana em vão. Sabê que você faz a diferença, assim, o seu trabalho, faz a diferença na vida dessas pessoas. (...). Assim, é... nessa questão deles se sentirem é... mais valorizados, isso é uma questão que a gente nota, é assim... Você consegue vê de cara, você consegue identificá. *Você vê que você consegue dá possibilidades pra eles desenvolverem alguns potenciais que eles têm, entendeu.* Assim, hoje você vê no grupo pessoas que são lideranças, que no começo eram mais tímidas, mas hoje você... pelos relatos você vê que eles fazem um trabalho no entorno deles nessa questão ambiental que é um trabalho de uma liderança mesmo e que isso foi parte... E de, assim, abraçá, de vesti a camisa do trabalho deles, de hoje eles se sentirem trabalhadores e não mais os lixeiros da comunidade. (...). E aí assim o que eu penso é que a maior parte dos moradores lá, *qué dizê a favela ela tá é... à margem da sociedade, ela tá jogada. Então quando você vai, você apresenta, você consegue fazê um trabalho que valorize a pessoa ou até mesmo o individual, você é... pra eles isso é importante.* Por mais assim que a gente ah não queira trabalhá com o

subjetivo e não sei o quê..., mas assim, é, é importante pra eles. Eles, assim...
Deles agradecerem. (Nice)

Aqui se mostra claramente como a condição de trabalhadores, que é a condição de classe, se torna simplesmente um meio para a realização de atividades que “valorizem a pessoa” tomada pelos potenciais que ela já possui, restando a criação de espaços, canais e “instrumentos” para desenvolvê-los. A partir disso, é nessa medida que os conteúdos do trabalho concreto do assistente social, embora intimamente sintonizados com uma (não a única) dimensão da (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos com os quais trabalha – a luta pela garantia da sobrevivência, ou, a (re) produção da força de trabalho – e dela participando, aparecem predominante e tendencialmente alinhados ao campo do universo que compõe a “auto-estima”, a “valorização da pessoa”, o “subjetivo”, o “individual”, os “potenciais”, etc. A anotação é importante porque ela também marcará presença nos depoimentos de Carmem, e sob outras formas nos de Clarice e Isabel acerca do trabalho do assistente social. Mas não só. Ela é importante e sinalizamos desde já que é por esse caminho que podemos reconstruir o significado contemporâneo das implicações do trabalho profissional.

Com isso queremos assinalar que a condição de classe empresta significado ao conjunto dos elementos que constituem as condições sociais de vida dos sujeitos sociais, como pudemos refletir a partir da vida cotidiana de Isabel e Clarice e das atividades fundamentais que a (re) produzem e perpassam. A reflexão que fizemos sobre a cultura, os preconceitos, a moral, etc., tiveram como eixo as suas próprias condições sociais de vida e, portanto, de classe. Por isso, quando a classe social parece subsumida àquele universo ela permanece como um meio para o desenvolvimento do trabalho profissional, não reconhecida como uma condição social da qual pode derivar o conhecimento acerca dos sujeitos sociais. Assim, Nice diz que os catadores de materiais recicláveis são trabalhadores, mas precisam ter “auto-estima” para se reconhecerem como tais e não como os “lixeiros da comunidade”. O trabalho profissional participa desse processo pelos mecanismos que dispõe para contribuir na educação ambiental, como já ilustrou Nice, ao mesmo tempo em contribui para a realização daquela passagem, ou seja, dos “lixeiros da comunidade” aos trabalhadores com “auto-estima”.

Os relatos de Nice tendem a continuar, pelas diferenças que aponta entre o trabalho realizado com o grupo dos catadores de materiais recicláveis e as outras atividades que realiza, atribuindo tais diferenças ao próprio “perfil” dos catadores. Mas isso só pode ser entendido no interior dos relatos de Nice e Ana pela evidência que fazem ao tráfico presente

em Paraisópolis, como dado que interfere sobremaneira na execução do Projeto de Urbanização, como ainda veremos nos depoimentos de Ana. Assim, Nice atribui tal diferença na medida exata em que os catadores não participam do tráfico, não obstaculizando dessa maneira a realização de seu trabalho, o que ocorre em outras atividades, como por exemplo, nas remoções. Muito mais do que elemento para nossas análises esse fenômeno exprime a outra face que compõe as condições nas quais trabalham Ana e Nice, ou seja, o próprio tráfico.

No entanto, o “perfil” dos catadores parece, quando posto em termos da inexistência de sua “ligação” com o tráfico, sinalizar tais condições ora favoráveis, ora desfavoráveis à efetivação do trabalho profissional, demarcando que as condições sociais que formam um dado “ambiente imediato”, e, portanto, os próprios sujeitos, participam daquelas condições do trabalho profissional. Assim, por exemplo, os relatos seguintes de Ana dão conta de mostrar como o tráfico instalado em Paraisópolis não apenas interfere, como direciona os rumos das ações do projeto do qual ela participa. Nice continua.

Eles vêm assim de... com outra... eles vêm menos armados, entendeu? Não é como alguns moradores que a gente tem que ouvir, ah então tá, você não resolveu o meu problema então eu vou falá com fulano, sabe. Com eles não têm isso em momento nenhum porque eles não têm essa ligação (com o tráfico). (...). Ao perfil deles (sobre a citada diferença existente nessa atividade) e assim a vontade também faz parte desse perfil, né. A vontade que eles têm de melhorá honestamente pelo trabalho deles, eles têm uma vontade de crescê. (...). Mas é um grupo que tá assim, que fala que vai na reunião porque sai com uma informação a mais, que antes assim eles não tinham, que ninguém se preocupava em passá pra eles porque eles eram simplesmente catadores. E também assim esse trabalho com esse grupo, né, ele tem um enfoque também diferente que não é só aquele de você removê, tirá pessoas de lá, explicá o porquê do Projeto de Urbanização, né. Ele traz essa possibilidade de fazê algo diferente da rotina do trabalho, que você..., que geralmente a gente tá preocupado em entrá na área, em planejá reunião pra explicá o projeto, em aprendê o projeto pra passá pros moradores e aí esse trabalho ele dá possibilidade de você, assim, fazê coisas diferentes. (Nice)

Há, pelo menos, dois aspectos a serem grifados a partir desses relatos para que possamos fazer a passagem e a interlocução com os depoimentos de Ana. Como dissemos, o “ambiente imediato” onde trabalha o assistente social faz parte de suas condições de trabalho, podendo inclusive, emprestar significado às suas ações na medida em que elas o têm através da matéria viva dos sujeitos que nele habitam, ou seja, aqueles que são a sua própria matéria viva de trabalho. Assim, o tráfico é um fenômeno real que compõe e mesmo determina esse “ambiente imediato”, do qual não escapam aqueles que deles participam, ainda que tenham percepções diversificadas sobre ele. No âmbito da execução de uma política social que ocorre num dado espaço e no âmbito do exercício profissional, conforme nos contará Ana, é inegável a sua interferência, por ela avaliada, negativamente. Nesse sentido, faz-se necessária a compressão do universo constituinte do “ambiente imediato” como uma das condições nas quais se efetiva o exercício profissional o que ainda possibilita vislumbrar a sua participação na (re) produção de uma dada cotidianidade, enxergando o que formam limites (e mesmo obstáculos) e possibilidades reais.

Quando Nice reflete sobre o trabalho que faz com o grupo de catadores em face de outras atividades, ela salienta três aspectos: a inexistência da ligação deles com o tráfico, a “vontade” que eles apresentam em “crescer” e “melhorar honestamente” e, por fim, as próprias diferenças das atividades que realiza. O que vimos brevemente pontuando é exatamente para apreender os dois primeiros aspectos, isto é, ao mesmo tempo em que Nice destaca o tráfico como fenômeno que obstaculiza seu trabalho – o que aparece melhor em outros momentos –, o que é de fato real, ela parece imputar aos próprios sujeitos a qualidade que seu trabalho pode assumir, como se ele tivesse mais chances de ser realizado motivado pela “vontade” dos catadores. Sem dúvida alguma, há algumas coisas que podem ser analisadas a partir disso, contudo, o que cabe grifar é que as condições que configuram um determinado “ambiente imediato” fazem parte igualmente das configurações das condições do trabalho profissional, cujas ações se efetivam em espaços, como quer Nice, repletos da “vontade” dos sujeitos ou ausentes dela – sem polemizar aqui o significado disso.

O último aspecto posto em destaque por Nice refere-se às atividades que ela e Ana realizam, diante das quais o trabalho com o grupo de catadores parece apresentar possibilidades mais interessantes de intervenção. Não é nossa tarefa discutir a intervenção profissional do ponto de vista das especificidades de cada atividade, senão captar, nesse momento, os conteúdos concretos que comparecem no exercício profissional a partir dos próprios relatos das entrevistadas. Desse modo, Ana complementa a fala de Nice.

Você consegue enxergá um retorno assim do morador pra gente. Porque quando você faz uma remoção, por exemplo, a maioria, a gente não pode generalizá, mas a maioria, a gente vê como que aquela pessoa que tá me tirando da minha casa, sabe. Então por mais assim que você apresente, que tenha uma relação boa e tal, mas é aquela figura que fica. Agora, quando você faz esse tipo de trabalho com grupo, que você cria um vínculo com ele ou um trabalho de pós-urbanização também que quando você vai, né, formar um grupo você vai trabalhá com questões novas pra eles, assim, você vai acrescentando alguma coisa pra eles (...). A remoção é (...) ruim, ali você já é uma pessoa boa e aí você tem uma gratificação, você vê um retorno, as pessoas elas meio que te agradecem. Ai, nossa, como você fez isso, como que isso foi bom pra mim, como que você tivesse ali fazendo, ajudando ou fazendo um favor, assim, né, elas te veem como uma... Mas assim cê vê um retorno delas, um carinho que muitas delas criam quando você tem um grupo formado cê cria um vínculo, né, tem uma história ali. Então acho que você consegue enxergá o retorno delas, né, no nosso trabalho. (Ana)

A essa altura talvez possamos arriscar dizer que Ana e Nice identificam as potencialidades e as possibilidades presentes nos trabalhos que desenvolvem com grupos na medida em que nesses espaços e por tais atividades parece ser possível um "retorno" ou um "resultado" das ações, postos por Ana pelas "gratificações" e por Nice por alguns exemplos que ela nos ofereceu. Mas isso não pode ser considerado de modo isolado do conjunto das atividades que fazem e nos quadros gerais das orientações e condições nas quais se insere, tal como apresentamos logo no início desses exames, o que poderá ser novamente notado agora a partir dos depoimentos de Ana. Nice refere outras atividades que realizou no dia anterior, como "atendimento de demandas de última hora", sua participação na seleção para contratação de agentes ambientes para um Conjunto Habitacional, reuniões, etc., sobre as quais não indagamos, tendo em vista o privilégio que adquiriu em nosso diálogo uma determinada atividade que compõe o seu exercício profissional.

Ontem o meu dia foi bem estressante porque assim, nós temos que entregá um relatório de todo esse trabalho, um relatório mensal que a equipe tem que fazê. (...). Isso é (...)... a gente fala medição. A gente tem que medir todas as nossas

atividades, todas as atividades são feitas em área elas são é... contabilizadas, né. Então, assim, nesse relatório consta isso, todo o trabalho do mês da equipe. Então a gente tem que descrevê todas as atividades, a gente tem que fazê uma síntese de tudo que tá acontecendo, a gente tem que avaliá tudo o que tá acontecendo, a gente tem que, é... colocá pontos positivos e negativos, a gente tem que...(...). Registrá tudo que for feito, tem que tê... anexá ata de reunião, registro de... lista de presença. É um mundo assim! A gente tem que construí isso todo mês, né. E aí todo mês... a gente encaminha pra eles (para a chefia) e conseqüentemente é encaminhado pra (...) e encaminhado pra (...) que é de onde administra a verba do PAC, né, que vai pra urbanização. (...). É, ontem eu fiquei o dia todo. Hoje também um pouco. Fui fazê essa remoção que eu falei que foi bem complicada, assim, por conta da questão do tráfico que tá muito evidente lá e foi bem, bem estressante assim, né. Eu nunca tinha passado por essa situação, então quando você vive aquilo, né, você fica um pouca nervosa...(...). Um dos meninos (do tráfico) que invadiu (a casa) batia lá todo dia, ó, que dia que você vai mudá? Que dia que você vai mudá? Porque a gente qué entrá pra essa casa aí também. Então tava meio que pressionado. (...). E quanto à remoção, assim, da família era super tranquilo. Mais era a questão da presença deles ali, né, e... (...). Todo momento ali é um clima, né, que qualquer coisa que você fale ou faça eles podem interpretá de uma outra forma e já, vir pra cima de você. Então, aí eles falaram não fica numa boa aí, eles sabiam que a gente não era responsável pela demolição porque eles não queriam que demolisse porque eles queriam invadir, né. (...). E aí depois dessa remoção eu fiquei por conta de aluguel porque assim, a gente tem um grande número de famílias em aluguel social que a gente também tem que administrá, encaminhá. Quando tá vencendo o aluguel dessas famílias a gente encaminha pra (...), né, essa listagem e administrá essa questão, ah tá vencendo aí tem que olhá lá no banco tá vencendo, que dia, encaminha pra (...), renova aluguel, quanto tempo... Tem que administrá isso também e eu fico responsável por essa parte. (...). Eu fiz alguma coisa à tarde que eu não tô lembrando o quê que é. Mas eu não lembro. (...). A gente fez tanta coisa. Aí nesse meio tempo a gente faz relatório, tem que fazê...

atende ligação e faz tudo ao mesmo tempo... Porque acho que um dos complicadores... (...) E acho que assim um dos complicadores do nosso trabalho é esse assim, né, porque além... tem que fazê tudo ao mesmo tempo, né. Então se você não tivé um controle as coisas se perdem muito, assim, porque cê tem que... Morador liga, ai você precisa dá uma resposta que ele te pediu em relação a sei lá, qualquer... sabe, renovação de aluguel ou algum caso que cê tá acompanhando e ele tá... você foi verificá. Você tem que dá alguma resposta. Você tem que tá todo momento assim com esse certo controle, assim, porque é tanta coisa que acontece que cê tem que anotá porque senão as coisas vão se perdendo pelo meio do caminho também, né. Você começa e não... tem início, mas não tem fim, né. Então isso é um complicador. Mas aí assim, cê perguntô, né, assim o quê que eu mais gosto, né, o quê que eu gosto... Não, o quê que você perguntô? Do dia, né? (Ana)

Na fala de Ana aqui transcrita tal como ela se faz do início ao fim, com alguns poucos entrecortes, inclusive no seu diálogo com Nice, prevalece um conjunto de atividades que parecem dispersas e descontínuas, sobre as quais ela apresenta posteriormente algumas reflexões, destacando, porém, conteúdos constantes nos trabalhos com os grupos dos quais fez parte. Novamente, seu relato escancara as duras condições de trabalho nas quais o exercício profissional se efetiva; ela caminha descrevendo o que fez e, ao final, não consegue se lembrar da pergunta que lançamos a ela. Assim, para Ana não colocamos questões em torno de seu relato, antes, avançamos para complementar a própria pergunta, indagando sobre o que geralmente pensa e sente ao final de um dia de trabalho.

Não sei, talvez a gente... Todos os dias que eu saio de lá, questionando muitas coisas, sabe. (...). Questão de autonomia, questão de tanto de trabalho, questões de dar conta disso. Será que eu tô atendendo, sabe? (...). O quê que eu tô proporcionando pra essa comunidade? Que diferença que eu tô fazendo? Qual é o meu... a questão do trabalho, né, o quê que o meu trabalho tá fazendo a mais na vida dessas pessoas. Eu tô aqui apenas é... fazendo o que... meio o que tão me mandando, sabe? Não tô fazendo uma coisa que possa... que eu possa fazê a diferença pra eles. Porque assim eu acho que, igual o trabalho dos catadores é... Eu também acompanho o trabalho de pós-urbanização assim, é uma área que tem

um perfil bem diferente de Paraisópolis, né, o Jardim Colombo, acho que eu já até coloquei isso pra você, e que o trabalho lá é bem complicado, pouca participação... E eu acho que é dessa forma, nessas atividades de grupo, de vínculo, quando você cria vínculo com os moradores, quando você dá abertura pra eles, quando eles deixam você também entrá nessa história de vida deles e participá disso, de uma construção, né, de fazê a diferença mesmo, é aí que eu acho que... pra mim é a melhor parte assim, porque a gente consegue vê os resultados. Quando você tá é... meio que fazendo uma questão, sei lá se eu posso dizê burocrática assim, né. Fica uma coisa muito... (...). Você não vê aquela diferença, sabe, na vida delas. Por exemplo, numa renovação de aluguel, né. Tá renovando o aluguel, tá, mas você só liga pra pessoa e fala, tá renovando o seu aluguel, você não sabe o quê que tem atrás daquilo. Às vezes ela tá por... tá passando por uma situação que poderia vir até você ou não sei... você poderia tá fazendo a diferença ali (...). Mas quando você tem um vínculo, quando você realiza atividades, quando você leva algo a mais pra eles é assim... Eu vejo como... Últimamente os meus dias é muito de questionamentos. (...). Eu gosto, quando eu tava... Eu falei pra você da questão do grupo das mulheres, lembra? Que a gente iniciou... eu contei essa história toda da questão da moradia. E era uma coisa assim. Nossa! Aquilo me dava um gás, sabe! Eu via, a Nice participô também na questão das crianças, né. Era uma coisa assim que você via que você tava fazendo diferença na vida daquelas pessoas? Que você tava levando algo a mais pra elas? Era uma coisa assim que te dava... acordava de manhã com uma empolgação de ir (...). (...). Agora você vai pra aquela coisa de tê que removê, passa por aquela situação de ser mercê da questão do tráfico, vive aquilo. Aquilo parece que te dá um... sei lá um... (...). Tudo bem que faz parte do trabalho, né, essas questões cotidianas, mais burocráticas, cê tem que... Faz parte, tem que, tem que tê. Mas não dá prazer assim, pra eu ter prazer e achá que aí, tô realizada, é quando vai além, é quando tem essas questões de grupo, contato assim direto com a comunidade, (Ana)

A partir daqui os depoimentos de Ana adquirem similaridade com os de Nice precisamente porque ela passa a privilegiar o trabalho que trata as "questões de grupo". O

que se mostra evidente e comum no conjunto dos relatos de Ana é a particularidade de cada atividade que compõe o Projeto de Urbanização – e por que não dizer de forma mais abrangente a área da habitação? – e o modo como o assistente social integra tais atividades, caracterizando assim o seu próprio trabalho. Dessa forma, ela menciona as atividades implicadas em remoções de moradias, nas renovações de aluguéis, na pós-urbanização, no Plantão Social como espaço onde reflete as mais variadas necessidades e demandas que extrapolam a área na qual se insere, o grupo de catadores de materiais recicláveis, etc. Assim, há uma ampla gama de questões envolvidas nesse campo, que parece ser mesmo o da inserção e objetivação do trabalho profissional circunscrito no seio das políticas sociais materializadas contemporaneamente sob os mais distintos arranjos – como tão bem ilustra o espaço sócio-ocupacional onde trabalham Ana e Nice. Mas aqui, ao já assinalar o citado campo, o que nos é possível é a apreensão de como as questões que o envolvem se mostram e ganham significado no exercício profissional a partir do que nos conta Ana.

Quando dissemos que as atividades mencionadas por Ana parecem dispersas e descontínuas, ou, ainda que de fato sejam dispersas e descontínuas, elas não podem ser pegadas nelas mesmas, como se fossem autonomizadas da base objetiva que lhe confere o significado do modo (disperso e descontínuo) como são processadas. Ou seja, ainda que tenhamos claro que a política social seja uma mediação fundamental para o exercício profissional e até aqui não tenhamos nos referido a ela, não podemos prosseguir nos exames sem realizar essa “passagem”. Se, a tendência dos relatos de Ana é balizar as diferentes atividades que compõem o trabalho na área da política da habitação, ao mesmo tempo em que tenta apreendê-lo por meio dos espaços que lhe emprestariam maiores possibilidades de efetivação de acordo com uma dada intencionalidade, é somente no final que ela lança claramente um dos elementos que coincidem com aquela base objetiva. Em outros termos, se Ana fala de atividades que parecem ser fragmentadas, descontínuas, que não permitem a participação do assistente social do “início ao fim” em processos que, uma vez desencadeados os “vínculos” com os sujeitos sociais, os “retornos” possam ser identificados, ao final de seus depoimentos salta uma das respostas.

Outra questão também que envolve a terceirização do trabalho é essa questão de mudança de equipe, né, porque nem sempre a gente tá lá trabalhando... e quando for a pós-urbanização pode ser uma outra equipe. Então isso assim, a questão de você reencontrá a família pode sê que sim, pode sê que não, cê pode dá continuidade ou... É aberto uma outra licitação, depende do tempo do projeto, né,

pode sê que seja aberta uma outra licitação, aí outra empresa ganhe. (...). E aí você não consegue vê o trabalho do início ao fim. Qué dizê assim, pode sê que sim e que não. Mas assim, não tem uma garantia de você acompanhá a família desde a época que ela mudô até depois que ela vai pra uma unidade definitiva que você trabalhe com ela essas questões de pós-urbanização. É um dos problemas também da terceirização do trabalho. E quem sai prejudicado com tudo isso sempre, né, é o morador. Porque aí chega uma outra pessoa que não sabe nada do quê que aconteceu, como que foi, como era a história de vida dele antes, cai de pára-quadras lá e... E assim vai. (Ana)

Como vimos, a terceirização como tendência contemporânea marcada na execução das políticas sociais, aparece novamente nos relatos de Ana agora pela terceirização existente no próprio interior das atividades integrantes da política da habitação. A remoção das famílias é uma das atividades que mais consomem o trabalho de Ana e Nice. Ela implica nas árduas relações que travam com os traficantes; implica num tempo, geralmente curto, de “negociação” com as famílias para propor alternativas face à saída de suas moradias; implica na “negociação” que realizam com empresas construtoras objetivando, por vezes, a prorrogação da demolição de moradias, dadas as condições sociais das famílias que habitam em determinadas áreas; implica na “negociação” com o próprio poder público visando a agilidade e a facilitação para algumas daquelas alternativas, etc. Mas, é um trabalho consumido num tempo cronometrado, pois “as obras precisam acontecer”. Quando Ana identifica que na saída das famílias de um lugar altamente precário – num tempo e num espaço onde travou relações efêmeras – para outro que apresenta melhores condições habitacionais de vida, onde certamente relações precisarão ser travadas porque a “passagem” de um espaço a outro precisa ser feito, ela nem sempre pode participar do que seria a continuidade do trabalho que realizou. E não se trata de serem os mesmos sujeitos desenvolvendo as mesmas atividades, não é essa a conversa aqui, nem longe.

O que se revela nisso é tanto as condições por meio das quais acontece a execução das políticas sociais – o que não compete problematizar nesse estudo – quanto e ao mesmo tempo os dilemas que saltam da unidade tensa e contraditória que existe entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, os quais vivem os trabalhadores assalariados – portanto, os dilemas que perfazem o trabalho alienado.

Ana relata os conteúdos do trabalho concreto efetivados em termos, por exemplo, do que destacamos acima quando falamos das remoções, bem como quando fala das “questões

de grupo”, imputando a esse espaço a intencionalidade maior de suas ações, como ainda veremos. Ao mesmo tempo, tais conteúdos são explicitados por ela a partir da base objetiva em que se processam, ora encontrando maiores possibilidades de realização da dita intencionalidade, ora menos. De outra forma: os relatos de Ana sobre o exercício profissional são mediados por aquela base objetiva, isto é, pelas condições nas quais ele se processa, condições essas que, se pegadas pelas formas institucionais que adquirem o desgaste e a venda dessa força de trabalho especializada, se referem ao trabalho abstrato.

Nesse sentido, e a partir desse ponto de vista, há que se refletir sobre o próprio caráter descontínuo e fragmentado das ações e propostas executadas pela política social, nas quais se inserem o assistente social, ao invés de apreender a descontinuidade, a dispersão e a fragmentação como marcas da natureza de seu exercício profissional. Considerando o que tratamos nesse estudo, ao participar do processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, o assistente social toma como matéria de intervenção os conteúdos fundamentais de tal (re) produção e, ainda que atue por meio daquelas ações e propostas, ele responde a necessidades sociais que nada possuem de fragmentadas. Da mesma forma, os sujeitos sociais que as apresentam e reivindicam seu atendimento, as mostram na sua totalidade, ou seja, “o homem inteiro” não é um fragmento, senão a síntese clara e concreta das expressões da questão social, cujos fundamentos insistimos em apreender pela totalidade. Por que então tomar os sujeitos que encarnam as suas expressões de forma fragmentada? Quando apanhamos aqueles conteúdos fundamentais, por exemplo, o trabalho como elemento que perpassa toda a história de vida dos sujeitos sociais – como vimos por meio dos relatos de Clarice e Isabel – podemos começar a pensar como a compreensão da base das atividades que movem a (re) produção da vida cotidiana permite formular indagações outras e, com isso, encontrar os fundamentos e os significados de uma aparente fragmentação.

Por isso, o entendimento da profissão não se dissocia da dúplici relação expressa aqui, ou, a sua base objetiva mesma: a sua inserção institucional que supõe o que marcamos acima em termos da política social e os sujeitos sociais que atende.

Como dissemos, não cabendo discutir a intervenção profissional em atividades distintas, o que cumpre é registrar os conteúdos salientados por Ana, como os que dizem respeito ao trabalho que realizou com um grupo de mulheres, sobre o qual já havia nos falado em outro momento. Por isso, nossas conversas prosseguem nesse rumo.

O pouco que assim, o tempo que a gente começô, no encontro que a gente iniciô elas (as mulheres) colocaram muitas questões assim de, é... reflexões e dúvidas

e... conhecê assuntos que elas queriam aprendê e a gente tava planejando em levá pra elas é... palestras, discussões. (...). *Elas levavam pra gente os temas, os assuntos.* Ah, elas colocaram assim, questões assim de... Nós colocamos algumas coisas também, né, porque eram mulheres assim que sofriam todo tipo de violência, né, doméstica. Todo tipo de violência elas sofriam. Então a auto-estima delas era baixíssima como... (...) um nada, elas se sentiam muito, muito pra baixo. Viviam em função de marido que batia nelas e filho que não sei o que, que usava droga... Então assim, elas colocavam questões que elas queriam aprendê coisas novas, elas colocaram que elas queriam que tivesse é... igual o (...) que faz curso de beleza, maquiagem, cabelo. (...). E eram coisas assim que elas queriam que acrescentassem algo a mais assim pra elas. Eu penso é nesse sentido, é você levar oportunidades delas conhecerem e aprenderem e até mesmo quem sabe incorporarem isso no dia a dia delas, sabe, e a partir disso ir multiplicando pra outras, assim. (Ana)

O que Ana diz e continua a dizer permitiria já aqui a incorporação dos depoimentos de Clarice e Isabel de forma a compor os exames sobre o trabalho do assistente social, ou melhor, e mais exatamente, sobre a sua participação na (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais. Por isso destacamos uma frase nessa fala de Ana porque ela aparecerá da mesma maneira nos depoimentos de Isabel, isto é, as mulheres apresentam aos assistentes sociais os temas a serem discutidos nos grupos e isso possui uma importância fundamental sobre a qual refletiremos posteriormente. Dessa maneira, o trecho transcrito acima como ilustrativo dos depoimentos seguintes de Ana permite assinalarmos, por ora, que suas reflexões confluem para a reafirmação de que por meio do trabalho com grupos, ou ainda, do "contato direto com a comunidade" é possível a identificação de "resultados" e "retornos", tal como já anotamos.

Assim, em síntese, parece-nos que as reflexões de Ana e Nice – com saliências e enfoques distintos, como por exemplo, as duras condições de trabalho nas quais refletem a terceirização da política social contadas por Ana – caminham para encontrar a realização do trabalho profissional mesmo em espaços coletivos, onde despontam as "questões de grupo", havendo aí a possibilidade daquela possível identificação. Por isso, os conteúdos do trabalho concreto refletidos por elas privilegiam precisamente esse caminho, por nós recuperado a seguir, já em face dos depoimentos de Clarice e Isabel.

Voltemos, assim, aos depoimentos de Carmem. Como já assinalamos, o percurso de suas reflexões extrapola o universo demarcado pelas perguntas que fazemos a ela, pois, numa questão geralmente já se põe a elaboração de outras. Por isso, não marcamos explicitamente nesse espaço as perguntas lançadas a ela. Ademais, é preciso ainda considerar que sua trajetória profissional e as conciliações entre seu trabalho como educadora ambiental e como assistente social, possivelmente lhe permitiram uma inserção diversificada na própria profissão, o que parece se mostrar no modo como são feitas as suas reflexões. Assim, por exemplo, ela possui a tendência de se referir a outras profissões, afirmando que o que se passa no Serviço Social também se passa no seio de outras profissões. Mas não só. A participação de Carmem na fundação de uma ONG se deu a partir de uma iniciativa própria, obviamente acompanhada por um grupo. Dessa forma, ela não tem um contrato de trabalho, e por vezes deixa escapar que “no seu trabalho”, referindo à sua função de coordenadora de um projeto na área ambiental numa empresa fora da cidade de São Paulo, como se a direção da ONG não compusesse um trabalho, mas ela mesma “corrige” o próprio lapso. Após vinte e sete anos de formada fundar e dirigir uma ONG movida por “acreditar realizar tudo que sempre quis” também parece algo atípico. Essas observações precisam ser consideradas para qualquer interpretação que se faça de seus depoimentos e somente as explicitamos agora, porque é agora que tentaremos apanhar os próprios conteúdos concretos do trabalho profissional antes e hoje realizado por ela.

Há dois elementos que compõem o eixo dos conteúdos das entrevistas que fizemos com Carmem: a insistente afirmação na possibilidade da ampliação do exercício profissional e o caráter educativo do Serviço Social. É isso que, sinteticamente vamos expor nesse momento, priorizando poucos trechos das entrevistas, que por sinal, são rápidas e concisas.

Não por acaso, o que permite que ela comece a falar das possibilidades de ampliação do exercício profissional é a sua participação na criação do Fórum Multientidades de Paraisópolis com vistas ao fortalecimento da União de Moradores.

O objetivo que eu digo que o Fórum tem de fortalecê a União de Moradores foi traçado na época (década de 1990). A gente sentia a necessidade, nós como profissionais de uma organização, nós éramos contratados pra desenvolvê programas dentro da organização, certo? Então, era meio complicado esse negócio de você ficá participando de coisas que a comunidade é que tinha que se mobilizá e fazê, e quem deveria na verdade puxá o cordão era a Associação de Moradores, né. Mas a gente naquele momento, a gente teve uma certa abertura

pra ajudá a organizá um grupo e participar disso. Então, abertura que eu digo de quem nos contratava porque isso é muito importante, né. *O assistente social vive ele essa angústia, assim, de muitas vezes querê ampliá o seu foco de atuação e não lhe ser permitido, né.* Então ele fica entre quem lhe paga o salário e o que aquele grupo social espera dele, que às vezes... A comunidade onde ele atua espera muito mais dele e ele tem que ficá limitado àquilo que o patrão determina pra ele, até onde ele pode ir, até onde ele não pode. (Carmem)

Carmem situa os dois polos que constituem a relação social personificados em seu depoimento pelos sujeitos que integram a comunidade e o patronato que “paga o salário do assistente social”. As organizações mencionadas por ela expressam os serviços sociais que atendem as necessidades sociais de tais sujeitos, exprimindo assim as relações de luta travadas entre eles e o Estado, o qual constitui, ao lado de outros, o patronato. Já em outros momentos, como visto, ela conta como os profissionais contratados por tais organizações se envolveram com a Associação de Moradores, através da criação do Fórum Multientidades, organizando lutas comuns com vistas ao atendimento reivindicado das necessidades pelos sujeitos sociais, o que manifesta o que acabamos de dizer.

Para destacar o que se mostra no conjunto de seus depoimentos, ou seja, a ampliação das possibilidades do exercício profissional, ela destaca a própria base objetiva – tal como vimos nos depoimentos de Ana – na qual ele se conforma, especialmente, pela referência à “abertura” que teve naquele momento para tal ampliação. O que é importante sublinhar é tanto o momento, isto é, a conjuntura precisa que, no início da década de 1990, ainda se fazia favorável à composição das “lutas comuns”, quanto à “abertura”, segundo ela, facilitada pelas organizações onde trabalhou. Vê-se, aqui se põe exatamente o contrário do cenário em que se concretiza o trabalho de Ana e Nice. No fim dos anos 2000, a conjuntura é adversa àquela composição (o que não significa impossível, como a história às vezes mostra), bem como os quadros institucionais onde se inserem manifestam exatamente o que salta da própria conjuntura, como por exemplo, os rumos das políticas sociais, se pondo também aqui a mesma composição das “lutas comuns”. Interessante já anotar que os relatos de Carmem sobre o que ela faz em 2009 estão sintonizados nos quadros dessa conjuntura.

Se, antes expusemos como ela nos apresenta a participação dos profissionais nas reivindicações dos sujeitos sociais, também como dissemos em linhas acima, agora podemos verificar de modo mais claro como Carmem sintoniza as possibilidades do trabalho

profissional, extrapoladas do âmbito institucional, às necessidades expressas nas reivindicações. Todavia, tais possibilidades conexas e concretizadas nas relações estabelecidas com espaços exteriores às instituições, regressam a elas, rebatendo concretamente no trabalho do assistente social. Assim, ela continua.

A ideia era, vamos nos juntar e vamos inclusive facilitar a nossa vida, né, na medida em que eu sei que você na sua entidade atende mães que precisam de vaga pra crianças de sete a dez anos que ficam na rua e que eu tenho esse trabalho e tenho vagas, eu te ofereço, você me manda as crianças dessas mães, né. Enfim, o mínimo que se podia fazer até pra facilitar o trabalho de todo mundo era conhecer o que cada um fazia e cruzar necessidades e possibilidades, né. Então, não existia assim um interesse, não, vamos erguer uma bandeira de tal causa, não era assim. Foi criado (o Fórum Multientidades) mesmo numa troca de informações e tal, e conforme foram sendo discutidas as necessidades muito básicas, tipo, um Posto de Saúde pra cá, que já era pra lá de necessário, a gente começou a botar isso na pauta e decidi. Vamos fazer alguma coisa dentro do nosso âmbito de atuação? Então eu tô na creche, você tá na escola, você tá não sei o quê, vamos cada um combinar uma ação conjunta, uma ação orquestrada pra gente conseguir um negócio que vai favorecer todo público de todos nós? Aí a gente fazia. Então nessa hora o quê que acontecia? O profissional formado com uma visão melhorada, vamos dizer, das forças sociais e políticas e tal, ajudava muito o líder que era muito despreparado, que mal sabia falar, mal sabia reivindicar, mal sabia fazer uma carta reivindicatória, mal sabia ir a um gabinete, enfim. Então, nessa hora eu acho que os assistentes sociais, sabe, que estavam aí presentes, médico, tinha médico do Posto, tinha um médico muito legal que estava no início, que era também muito... veio de uma experiência muito boa. Então, nós dávamos um suporte muito grande ao líder do momento, entendeu? Então, quantas vezes eu fui em reuniões da Secretaria de Educação, na Secretaria de Saúde, ia junto. Não ia falar em nome, mas eu ia junto, né, dava aquele apoio, combinava antes qual a reivindicação que seria feita. Essas coisas. (Carmem)

O que se põe aqui nada mais é senão as necessidades sociais apresentadas pelos sujeitos sociais com os quais trabalha o assistente social (mas não só) e a sua interpretação na visão dos próprios profissionais, com vistas à realização de lutas sociais, cujas reivindicações concretas retornam às instituições onde eles se localizam – aqui estão as possibilidades e a intencionalidade efetivas do trabalho concreto do assistente social. Assim, quando perguntamos a Carmem o que ela pensa dessas ações nas possíveis relações com o trabalho do assistente social, num primeiro momento ela titubeia, dizendo que “não sabe” dizer sobre o significado dessas ações no âmbito das atividades profissionais, ainda que ela mesma já tenha apresentado pistas para construir a resposta. No entanto, sua elaboração seguinte revela justamente o que se torna corrente em seus depoimentos, isto é, se o assistente social tende a ficar “limitado àquilo que o patrão determina pra ele”, ou à sua “funçãozinha”, ou ainda, à “profissão levada ao pé da letra”, ele pode “zarpar”, o que significa vislumbrar possibilidades concretas que ampliem suas próprias funções, propostas, etc.

Eu acho que ele (o assistente social) tem condição de zarpar um pouco, de ampliar a sua atuação. (...). Às vezes um profissional, é, usa também como justificativa, ai, eu não posso sair dessa função que eu tenho aqui, desse trabalho, eu não posso largar. (...). Não só o assistente social, o pedagogo, o professor, entendeu? Qualquer outra pessoa que trabalha, por exemplo, com uma realidade como essa... Eu vejo, por exemplo, nas reuniões do Fórum, elas acontecem uma vez por mês. Tem gente que acha, ai, nossa, a reunião é muito longa, a reunião é muito extensa! A pessoa não tem a noção de que nessa reunião sai uma riqueza tão grande pro próprio trabalho dela. Tudo que rola numa reunião de Multientidades é tão intrinsecamente ligado ao que qualquer profissional aqui dentro tá fazendo, seja uma questão que surgiu na escola, seja uma ação pública que tá acontecendo aqui, seja uma questão de violência, seja lá o que for. Tudo tá intrinsecamente relacionado com o que eu faço! Os profissionais têm uma dificuldade enorme de enxergá isso. É como se eles só lidassem com aquilo que tá nas quatro paredes, com aquela realidadezinha que se apresenta nas quatro paredes da salinha dele, entendeu? Na verdade, eu tô trabalhando aqui com mulheres, por exemplo, que agora estão vindo fazê o curso aqui do (...), elas trazem toda uma carga do que

elas tão vivendo aí fora. Se tá tendo uma questão de violência aí fora, elas tão me trazendo essa carga. Se elas tão com filho sem vaga na escola, elas tão me trazendo essa carga. Se elas tão apanhando do marido, elas tão me trazendo essa carga. Então tudo está muito relacionado! Poder nos encontrarmos uma vez por mês e tratarmos de assuntos que dizem respeito a toda a comunidade, tem a ver comigo, como tem a vê com a professora, como tem a vê com o diretor da escola, como tem a ver com a assistente social do (...), entendeu? Tem a vê com o nosso trabalho. (...). Então eu vejo muitos profissionais que se limitam à sua funçãozinha. Eu não tô diminuindo a função. Eu tô falando funçãozinha porque ela tá limitada àquilo que lhe disseram pra fazê. Então você vai selecionar as mães que poderão ser atendidos no Programa (...), cujos filhos poderão ser atendidos, entendeu? Então você faz aquelas entrevistas, você faz aquele estudo sócio-econômico e tá, tá, tá. Cê pode fazê só isso. Mas você pode ampliá. Você pode conversá mais com essa mãe, você pode ver outras necessidades, você pode sugeri dentro da sua instituição que se abra um programa, por exemplo, com relação à violência doméstica, né. (Carmem)

E aqui, já podemos introduzir como esse eixo, que atravessa os seus depoimentos aparece na sua trajetória profissional, introduzindo, igualmente elementos sobre o trabalho atual de Carmem. De outro modo, ela reflete como se objetivam as possibilidades vislumbradas no âmbito do exercício profissional, ainda que nesse momento, as localize nos circuitos das próprias instituições.

Eu cheguei lá (numa das instituições onde trabalhou) pra sê uma assistente social de uma escolinha de crianças, que atendia crianças da favela. Então, acompanhá probleminhas da família, chamá pai, mãe, criança rebelde na escola, criança que não tá vindo na escola, ou que vem sujinha, aquelas coisas... E aí eu fui abrindo, meu fui montando cursos, eu fui montando... montei escolinha de esportes, montei cursos de informática, inglês, dança, balé, é... Existia um Clube de Mães que a gente arejou completamente, mudô totalmente a proposta. A mulherada começô a produzir coisas maravilhosas, a gente começô a vendê, elas começaram a ganhá

dinheiro. Trouxe um pessoal que fazia um trabalho de acompanhamento psicológico com meninas adolescentes e rapazes. Enfim, eu nem sei mais... (...). Mas eu tinha tudo pra sê uma assistente socialzinha, minha filha! Daquela de fazê fichinha, entendeu? Era isso que se esperava de mim! É isso que eu sei te dizê. O que se esperava de mim era isso, era fazê visita nas casas dos alunos, os acompanhar, essa coisa, vida, família e escola, né. Era nesse nível assim. Não era nada além disso. (...). Só sei que quando... só pra fazê a ligação. Quando houve a de formar essa organização aqui, essa ONG... o quê que me motivô? O que me motivô é isso, é a possibilidade de pôr em prática aquilo que eu acredito de verdade, entendeu. Claro que você sofre as dores de tê que batalhá o dia a dia, administrativo, financeiro de um lugar deste. Mas, a possibilidade de você pôr em prática aquilo que você acreditô a vida inteira e que nem sempre você pode exercê, nem sempre você pode implantá, cê pode desenvolver a contento, eu acho que isso é muito interessante. (Carmem)

Cabe marcar que ela tenta exemplificar, por meio de sua trajetória profissional, como se transita das funções para as quais o assistente social é contratado a desempenhar – o que expressa as delimitações postas aos profissionais por quem “lhe paga o seu salário” – para aquelas entendidas necessárias a realizar. E aqui, não importa seus conteúdos e rumos, antes, importa apenas assinalar que, pelo que nos conta Carmem há uma diferença desse trânsito, realizado internamente nas instituições, para aquele que ela vem apontando situado com as “lutas comuns”, mesmo que as ações por ela realizadas sejam identificadas como necessidades dos sujeitos que ela atende. Isso é importante na medida exata em que se aproxima das propostas e ações atuais efetivadas por ela, uma vez que, o que a motiva é a possibilidade de contribuir para a “promoção das pessoas”, realizada por elas mesmas, ou ainda, para a “descoberta” de seus “talentos”.

Nesse sentido, as propostas da ONG dirigida por Carmem estão voltadas ao jovem e ao adulto (homens e mulheres), buscando atender, ao mesmo tempo, às suas necessidades de sobrevivência – o que se realiza por meio dos cursos profissionalizantes que organiza – e de lazer, arte, cuidados com a saúde, etc., o que se expressa por meio de cursos de dança, ioga, ginástica, artes marciais, xilogravura, entre outros. Esses conteúdos aparecerão no decorrer de seus relatos.

Apreendamos agora, e brevemente, como ela pensa o caráter educativo do Serviço Social.

Eu sou apaixonada pela transformação das pessoas, pela evolução das pessoas. É isso que me interessa, é isso que eu acredito que é possível. Então, pra mim, assim, ser educadora ambiental, educadora social, popular, qual nome tivé, pra mim é a mesma coisa. (...). O que é isso? Eu diria o seguinte. Eu acho que o assistente social ele não pode ter a pretensão de transformar a vida de ninguém, mas no máximo ser um agente de transformação. E todo educador é um agente de transformação. Por quê? Porque o educador ele vem trazer elementos pra uma pessoa, pra uma comunidade dos quais essa pessoa, essa comunidade vão se apropriar pra se desenvolver melhor. Essa é a minha visão. Então, *você vem trazer noções de cidadania, você vem trazer informações, você vem mostrá que um grupo pode se organizar e conquistar coisas que individualmente não conquista, você pode fomentar uma pessoa ou um grupo a descobrir talentos que nunca imaginô que tivesse.* E tudo isso se transforma em instrumento de desenvolvimento, de evolução pra essas pessoas ou essas comunidades. (...). Um assistente social, na minha opinião, trabalha muito com isso, por isso eu acho que nós somos educadores, eu acho que isso... a educação é uma ferramenta de transformação. (...). Então é sempre no sentido de melhorá, de evolui, de progredi, de se desenvolvê integralmente e tal. (...). Nós temos elementos que trazemos da nossa formação profissional, acadêmica, né, antes de profissional, que servem como ferramentas pra promover uma educação do público com o qual a gente vai trabalhá, um processo educativo. Eu digo educativo porque não é você que muda a coisa, você é só um agente, você traz elementos pra o outro mudar, o outro melhorar, o outro se transformar, o outro descobrir ferramentas que ele mesmo tenha ou que ele possa buscar onde estão essas ferramentas, entendeu? (Carmem)

Não podemos incorporar nesse estudo as discussões e as produções realizadas no âmbito do Serviço Social acerca do seu caráter educativo⁸⁵, restando sinalizar que possivelmente ele apareça nos depoimentos de Carmem, dado o período em que se formou – o “agente de transformação social” é exemplar nesse sentido.

No mais, o que precisa ser salientado são as atividades postas por Carmem que, segundo ela, objetivam tal caráter: o assistente social, como educador, pode “mostrar” que é possível a organização de um “grupo”, com vistas a conquistar “coisas” de forma coletiva, bem como pode contribuir com “noções de cidadania” e ainda “fomentar um grupo a descobrir talentos”. De fato são esses conteúdos que perpassam o seu trabalho profissional ao longo de sua trajetória; o primeiro aparece de forma mais evidente em seus relatos sobre as ações das quais participou na década de 1990 por meio do Fórum Multientidades envolvido com a Associação de Moradores de Paraisópolis e o segundo aparece claramente em suas atividades atuais, voltadas para a “descoberta de talentos”, que se fazem por meio das atividades que já mencionamos.

Desse modo, os conteúdos do trabalho concreto efetivado por Ana e Nice, pelo destaque das “questões de grupo” e ainda pelas remoções das famílias de suas moradias – e pelo que é descoberto e demandando pelos sujeitos sociais através dessas atividades – convergem para o atendimento de necessidades sociais, quer de sobrevivência, quer do que se passa no espaço doméstico. O primeiro é evidenciado por Nice em termos do trabalho com os catadores de materiais recicláveis, o segundo em termos do trabalho com mulheres que vivem as distintas faces da violência doméstica. Os conteúdos do trabalho concreto desempenhado por Carmem se conciliam a esses, os cursos profissionalizantes que organiza, buscam atender as necessidades de sobrevivência; as atividades de lazer, arte, cuidados com a saúde e o corpo, etc., ao tentarem propiciar momentos de “escape” da dura luta pela sobrevivência parecem afirmar a conciliação.

Faz-se necessário, também, considerar as atividades desenvolvidas por elas nos estágios curriculares, as quais coincidem com as que compõem o seu trabalho profissional, o que não poderia ser diferente. Dessa forma, a menção que fizemos a eles não foi aleatória, antes, ao explicitar tal coincidência, ainda que óbvia, permitem a ênfase na hipótese com a qual trabalhamos, que, por seu turno, não parece tão óbvia assim, dada aquela ausência de “ligação” com nada.

⁸⁵ Certamente, a referência para esse debate está em Abreu, M. M. “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional”. São Paulo: Cortez Editora. Em Iamamoto e Carvalho (2001a) há, também, elementos para pensar esta questão.

É com os olhos fixados nesses conteúdos que se abre a possível tentativa de apreender a participação do assistente social no processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais que atende, tais como Clarice e Isabel – estando aqui uma das vias para o conhecimento da “ligação” e do estabelecimento de nexos que esclarecem como o assistente social participa do processo de (re) produção das relações sociais, donde o significado social da profissão.

2.2. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A (RE) PRODUÇÃO DA VIDA COTIDIANA ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO

Nesse momento os depoimentos de Isabel, Clarice, Ana, Nice e Carmem serão compostos, de modo a se estabelecer uma interlocução entre eles, tendo em vista o que já foi examinado anteriormente sobre o exercício profissional e a vida cotidiana, convertendo-se agora seus principais elementos na orientação de tal composição. Em outros termos, buscamos a conexão entre o eixo e a questão desse estudo. Desse modo, se, os conteúdos do trabalho concreto do assistente social vistos antes, permitem estabelecer sua conexão com a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, agora é possível identificá-la a partir dos próprios depoimentos de Clarice e Isabel.

Antes, porém, de adentrar nas análises do que descobrimos no processo da investigação, insistimos novamente que, embora o trabalho como atividade fundamental que marca a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais – entendido como meio de responder as necessidades de sobrevivência e luta por ela – apareça, predominantemente aqui, não interpretamos a participação da profissão exclusivamente no processo de (re) produção da força de trabalho.

Nos cinco depoimentos acerca do trabalho do assistente social aparece um elemento comum, unificando-os: a “conversa”, a “escuta”, os “conselhos”, evidenciados por distintos termos e formas, mas que designam a mesma coisa, conforme veremos paulatinamente nos relatos dessas cinco mulheres.

Clarice e Isabel procuram o assistente social ou são para ele encaminhadas quando estão ameaçadas as possibilidades de garantia da sobrevivência, ou ainda, para buscarem “orientações” de como “lidar” com seus filhos, identificando ambas, o Serviço Social como o espaço da “conversa”, dos “conselhos”, da “ajuda”, das “informações”, etc. Assim, comparecem os dois conteúdos fundamentais que perfazem as atividades de sua vida cotidiana, de maneira a (re) produzi-la. Ana, Nice e Carmem, por seu turno, destacam – ainda que de modos distintos –, sem exceção, que é preciso olhar o que “está por trás” das

necessidades e demandas apresentadas imediatamente pelos sujeitos que atendem, conhecer as suas "histórias de vida" e, como dizem, nem sempre o que eles "procuram" correspondem ao que foram "buscar". Para Carmem, isso é possível por um adequado "acolhimento", para Ana e Nice pela "conversa" com sujeitos que apresentam "carências".

A compreensão das "histórias de vida" dos sujeitos sociais, interpretadas por Ana, Nice e Carmem de forma conecta às necessidades de sobrevivência poderiam sugerir o reconhecimento do "homem inteiro", isto é, que se apresenta no conjunto de suas necessidades sociais. Contudo, isso se mostra timidamente, dependendo ainda dos rumos (inclusive teóricos) das atividades concretas desempenhadas por elas, bem como de outros elementos, que serão explicitados.

O assistente social como um dos profissionais que participa da realização dos direitos sociais aparece, especialmente, nos depoimentos de Clarice, até porque a incorporação de tal noção se converteu objetivamente em sua vida.

Essas breves anotações são apenas para indicar, em linhas muito gerais, os conteúdos prevaletentes nas entrevistas, servindo tanto como guia que organiza as análises presentes como pistas para se construir, em considerações ulteriores, o significado das implicações do trabalho profissional.

A tendência das reflexões de Ana, Nice e Carmem acerca dos sujeitos que atendem é serem feitas a partir do espaço preciso onde trabalham. Apenas Carmem faz, espontaneamente, algumas rápidas e gerais considerações iniciais sobre o "ambiente imediato" onde vivem tais sujeitos. Nice e Ana, por sua vez, precisam ser estimuladas para uma reflexão que, ao menos, alcance o "ambiente imediato". Carmem começa.

Olha, eu vejo aqui em Paraisópolis que muitas pessoas que eu conheci há anos atrás num estado de vulnerabilidade muito maior socialmente falando, já adquiriram uma estabilidade, já estão morando melhor, já estão numa situação de tê uma renda um pouquinho melhorada... Eu identifico hoje várias famílias com uma condição melhorada da época que eu conheci, desde, sei lá, quinze, vinte anos atrás, né. Então, qual é o pessoal que tem nos procurado. É o pessoal que busca uma melhoria na..., busca oportunidades, é um pessoal mais antenado. Quem é que vai procurá uma aula de ioga, por exemplo, nessa população? É alguém que tá mais antenado, que já ouviu falá que a ioga é importante sabe que é alguma coisa que vai trazê benefícios. (...). Muitas vezes você oferece coisas (as organizações

sociais)..., você tem um cardápio de produtos, vamos dizer, pras pessoas, entre cursos, grupos, enfim, serviços em geral, sociais e nem sempre a população vem, nem sempre a população tá interessada(...). Então, o que eu tô vendo aqui hoje é que o curso do (...) pra mim tá sendo muito revelador. Esse curso foi assim, as pessoas vieram correndo atrás dele. Vieram mesmo disputando vaga, entendeu? *Elas têm a informação de que isso realmente abre portas no mercado de trabalho.* Elas sabem disso, pela própria experiência de vida delas. Elas sabem que um certificado de um curso no (...), um treinamento técnico do (...) é uma grife pra você consegui emprego no mercado de trabalho. (...). Então, agora quem vai fazê uma dança de salão? Quem tá com a vida mais ou menos organizada já. Quê que eu digo vida organizada, quem não tá sob a *pressão da sobrevivência*. Então eu acho que existe ainda um público que ainda vive muito na pressão da sobrevivência, entendeu? De tê que vendê o almoço pra comprá a janta, né. Isso não dá pra você pensá em fazê cursinho de pintura, não dá pra você pensá em fazê dancinha de salão, ginástica e ioga. Não há nada no mundo que te tire essa preocupação enquanto você não tivé isso resolvido, certo? Não há. (...). Por isso que eu digo, que é um público que necessita, porém, um público que já não tá nesse estágio de necessidade básica mesmo, entendeu. Então... E eu acho bom porque é com esse público que eu quero trabalhá. (...). Então quem vem aqui fazê o curso do (...) é gente que já trabalhô ou trabalha e sabe que com esse curso vai dá um salto profissional, vai dá um salto na renda, entendeu? Quem vem procurá ioga, ginástica, sabe que vai dá um salto no seu bem-estar físico e mental. (Carmem)

Esse trecho sintetiza, basicamente, como discorrem os relatos de Carmem sobre o bloco de perguntas das entrevistas que se referem aos sujeitos sociais. O que os marca é a definição precisa do "público" com o qual ela quer trabalhar, o que aparece já nas considerações gerais que faz acerca do "ambiente imediato" onde trabalha, afirmando que existem sujeitos numa "condição melhorada", justificando assim o seu próprio trabalho com ele, que apresenta necessidades, igualmente definidas. Embora ela ressalte que não é um "público" que está na "pressão da sobrevivência", algumas de suas atividades respondem às necessidades de sobrevivência satisfeitas por uma melhor inserção no "mercado de trabalho".

Conciliadas a isso, como já sinalizamos, estão as atividades que propiciam o “bem-estar físico e mental”, caracterizando uma dupla dimensão de seu trabalho, posta em relevo várias vezes em seu relatos. Algumas das atividades, porém, que estão organizadas nesse campo e que realizou em trabalhos anteriores – como as artes marciais para crianças, música, circo, teatro, etc. – são compreendidas por elas como atividades que despertam o desenvolvimento de habilidades e capacidades. Assim, Carmem fala sobre o desenvolvimento da concentração para as crianças, cujos pais trabalham nos “trabalhos mais desvalorizados e insalubres”, vivendo dessa forma, “soltas” e em condições de “vulnerabilidade”. Desse modo, a organização de tais atividades é explicada também pelas condições sociais de vida e de trabalho das famílias nas quais se inserem as crianças que delas participam. Ademais, o curso de xilogravura existente na ONG dirigida por Carmem, entendido, segundo ela, como uma expressão artística na medida em que permite a livre e criativa confecção de produtos – que visam responder as necessidades de sobrevivência –, exprime o “casamento da arte com a necessidade de sobrevivência” que ela “tenta fazer”.

Podemos visualizar, portanto, nos depoimentos de Carmem, não apenas o caráter educativo próprio da profissão e tomado nele mesmo, mas ainda, as atividades que ela organiza, como por exemplo, as artes marciais, que promovem segundo ela, a educação das crianças e uma “mudança de comportamento”. Note-se, não são atividades e conteúdos que se localizam no seio da profissão, mas movidas e acionadas por profissionais que interpretam a educação e a “mudança de comportamento” como necessidades do “público” com o qual trabalha.

Assim, se os trabalhos “mais desvalorizados” marcam presença em seu depoimento, justificando a necessidade tanto de respostas à sobrevivência, quanto de “mudança de comportamento” – não importando aqui a direção que assume –, a participação do assistente social no processo de (re) produção da força de trabalho e assim, da vida cotidiana dos sujeitos sociais, se objetiva, ao mesmo tempo, pela (re) produção de conteúdos que residem na dita “mudança de comportamento” – os valores, a moral, que se expressam na sociabilidade dos sujeitos sociais.

E daqui saltam suas motivações para participar da fundação e dirigir uma ONG, pois o modo como funciona essas atividades – por exemplo, os maridos das mulheres que fazem o curso de modelagem podem fazer aulas de artes marciais – escapam da “rigidez” e do “rigor” que caracterizam o formato dos projetos e programas do “serviço público” que “desligam” os jovens de determinadas atividades quando completam “dezessete anos e onze meses”.

Nesse sentido, as atividades que Carmem realiza buscam de alguma maneira satisfazer as necessidades de sobrevivência do “público” com o qual trabalha, ainda que não estejam na “pressão da sobrevivência”.

Clarice e Isabel exprimem, igualmente, como o trabalho do assistente social busca responder às suas necessidades de sobrevivência, inseridos em determinados espaços sócio-ocupacionais – portanto, expressando determinadas práticas institucionais.

Então, assim, tudo que elas (as assistentes sociais) manda eu procurá, até de emprego assim. Teve uma vez que eu tava muito desesperada atrás de emprego a (assistente social) mandô uma carta minha lá pra prendas domésticas. Eu fui lá. No outro dia a moça já me ligô, só que eu não podia ir que eu trabalhava no sábado. Pra trabalhá, era uma agência (de empregos)... Eu fui. (Clarice)

(Eu) Sozinha com as criança, grávida da menina, não trabalhava em lugar nenhum, nem tinha..., ninguém pegava (pra trabalhar) também, né. Aí comecei por causa da cesta (básica). De lá pra cá, qualquer coisinha que eles (assistentes sociais) fala pra gente precisá é só procurá eles pra conversá, nem que for só pra conversá. (Isabel)

Assim como Isabel, Clarice também explicita em outros momentos, que ao procurar o Serviço Social, tendo em vista a busca por respostas às suas necessidades de sobrevivência, se estabelece um espaço onde ela “conversa”, e isso é o “mais importante”. É interessante já observar que Clarice tende a escancarar a sua vida privada e, inclusive, quando perguntamos a ela como geralmente são os contatos com os assistentes sociais, ela conta brevemente o que move a busca ou o encaminhamento ao Serviço Social. Em seguida, “abre” para nós o “sofrimento” de sua vida privada – o relacionamento íntimo com a mãe e o marido, por exemplo –, revelando ao final que tudo que nos conta ela “conta para o assistente social”, e a “conversa” se faz assim. Ademais, quando ela diz que, por vezes, é atendida conjuntamente com o assistente social e o psicólogo, seus depoimentos permitem que interpretemos os rumos de uma dada intervenção profissional – a da “escuta” da intimidade⁸⁶. Contudo, é preciso considerar que tal intervenção e assim, a própria “escuta” são arranjadas na estrutura e organização de espaços sócio-ocupacionais que facilitam ou

⁸⁶ Não transcrevemos os trechos desse diálogo aqui.

talvez expliquem tal intervenção, como um dado objetivo fundamental dos rumos das respostas profissionais, ainda que não só. Voltaremos a esse ponto depois.

Mas, tomemos agora, como Ana e Nice refletem sobre os sujeitos sociais que atendem. As perguntas que compõem o bloco sobre a população atendida pelos assistentes sociais precisam, sem exceção alguma, ser explicadas para Ana e Nice. Quando lançamos as perguntas, elas nos respondem com outras perguntas e diante do “como assim” delas, explicamos melhor o que queremos saber. Por vezes, quando tentamos depurar e aprofundar mais as respostas, o mesmo se passa, se faz então necessário resgatar as próprias respostas delas e recolocar as questões novamente, apresentando inclusive possíveis respostas. Mas, mesmo diante das supostas alternativas, algumas vezes o silêncio prevalece. A última entrevista com Ana e Nice ocorreu dessa forma.

Contudo, ao final, estabelecemos uma interessante reflexão sobre o significado da participação delas na pesquisa, o que não se deu com Carmem. Ana e Nice identificam no momento das entrevistas espaços para “refletirem” sobre o exercício profissional, abrindo a possibilidade de dialogarmos sobre as condições de trabalho, as exigências institucionais, a formação profissional, etc. Nesse sentido, quando perguntamos a elas quem é a população que atendem, as duas nos perguntam se queremos saber acerca do “perfil”. Dizemos que podem começar a responder a partir do “perfil”, mas não necessariamente.

Bom, a gente atende lá, nosso público ele é bem amplo assim, né, a gente não tem um público específico, pelo menos nos atendimentos de plantão que é o que mais a gente atende. São, é... de forma geral, né. É... Geralmente são os adultos, que vão lá por n motivos, né, sejam eles devido ou a questão da habitação, ou não, nem sempre, né. Às vezes eles vão lá por carência mesmo de... Carência no sentido de querê ouvir, querê falá, querê é... demonstrá alguma coisa. Então assim, não necessariamente só pela questão da habitação. (Ana)

Às vezes é só pra conversá. A população que a gente atende é uma população muito carente que... Carente tanto de atenção quanto materialmente. Alguns, muitos têm empregos, mas não são empregos assim que tem uma grande renda, né, as famílias sempre são muito numerosas, é... muitos fazem bicos... E... Acho que é esse perfil mesmo da população que a gente atende. (Nice)

As reflexões que Ana e Nice continuam a desenvolver a partir desses apontamentos, expressam como se mostra, segundo elas, a “carência” dos sujeitos sociais com os quais trabalham, sendo a “conversa” o meio fundamental através do qual ela é descoberta. Como não podemos transcrever nesse espaço o conjunto dos conteúdos dos relatos, os incorporamos, de alguma maneira, nas análises realizadas. Assim, os depoimentos de Carmem também convergem para o destaque da “conversa”, ou segundo ela, para o bom “acolhimento”, embora ela não se refira às carências, senão que é preciso “descobrir o que está por trás da placa de frente”. Trata-se do assistente social descobrir e interpretar a “história de vida” dos sujeitos que reclamam a satisfação de determinadas necessidades sociais – a “placa de frente”. Mas, as três destacam que, às vezes, as necessidades que movem tais sujeitos a buscarem o Serviço Social nem sempre conferem com aquilo que se põe predominantemente no momento da “conversa”. E aqui está aquela tímida presença do reconhecimento das necessidades do “homem inteiro” apresentadas em seu conjunto nos momentos da “conversa” com o assistente social, nem sempre tomadas pela conexão com sua “história de vida”.

Nesse sentido, Ana e Nice destacam muitos “casos” que ilustram o significado da “carência” identificada por elas como parte do “perfil” dos sujeitos sociais que atendem. Mas, isso se evidencia quando em dada altura da entrevista perguntamos a elas qual o significado da “carência”. Por isso, tentamos caminhar da descrição dos “casos” para uma reflexão sobre o significado da marca predominante que atribuem a eles, ou seja, a própria “carência”. Não se descolando de tais descrições, Ana e Nice apontam majoritariamente que a “carência” dos sujeitos atendidos por elas, se evidencia exatamente quando mostram necessidades que ultrapassam o âmbito estreito do atendimento habitacional, quando manifestam as dimensões de seu “homem inteiro” – as necessidades que, reclamadas por eles, num primeiro momento, referidas à moradia, revelam-se aos poucos no seu conjunto, pela ausência de emprego ou trabalho precário; pela luta realizada pelas mulheres para garantirem a sobrevivência de seus filhos; os filhos que possuem problemas de saúde e dificultam a realização de qualquer tipo de trabalho, pois exigem cuidados permanentes, etc. – elementos que aparecem num dos “casos” contados por Ana.

De outro modo, o que parece se passar é o seguinte: se, o que move a busca dos sujeitos sociais à política da habitação, quando travam as “conversas” com os assistentes sociais, eles explicitam o sofrimento embutido na dura “luta pela sobrevivência que aparece no momento da “escuta”, assim, Ana e Nice interpretam tal sofrimento e a possibilidade de se falar sobre ele e de “escutá-lo” como “carência”. À “carência material” que os moveu inicialmente aos serviços sociais onde trabalham converte-se em “carência de atenção”, pois,

ainda temos, que nem sempre seus conteúdos objetivos estão conciliados ao conjunto das necessidades do “homem inteiro”.

Assim, Ana fala de um determinado “caso” para ilustrar o que perguntamos sobre o significado da “carência”, ou ainda, como ela se mostra, concluindo da seguinte maneira.

E assim, fugiu totalmente do que ela (uma mulher) foi colocá e acho que talvez aquilo não era tão importante pra ela porque aí ela começô a contá toda essa história de vida dela. Chegamos a isso. (...). Então assim, era uma demanda que não tinha assim pra gente, sabe, mas era uma coisa que ela foi lá talvez pra se colocá porque o que ela foi perguntá acabô se perdendo assim, ela nem, voltô mais no que ela foi perguntá pra gente lá. (...). Ela viu que ela queria contá aquilo (sobre sua vida), ela queria colocá aquilo pra fora, sabe. É, muitas vezes a gente se depara com isso lá, né, de... Das pessoas vão lá mesmo pra, é... colocarem a situação delas, querê ser ouvidas, né. E acho que isso é uma situação que mostra um pouco isso assim, né. (Ana)

É, o exemplo (transcrito acima) que a Ana deu... Às vezes a pessoa sai de casa assim pra... com uma finalidade, obtê alguma informação, dados da habitação, mas não é só aquilo, assim, pega o assunto e puxa o assunto pra outras... leva pra outras... outros meios, outros assuntos, né. Vai lá só pra conversá, pra passá lá... (...). Só de você chamá-los pelo nome, tê assim o mínimo de respeito por eles, eles já ficam assim, totalmente (...). (Nice)

Pensando o trabalho do assistente social face ao de outros técnicos sociais, tais como o engenheiro, o arquiteto, o geógrafo, etc., Ana destaca o foco da “escuta” como um diferencial do exercício profissional. De fato, a “escuta” parece se evidenciar no interior desse exercício, até porque ela pode permitir o conhecimento da “história de vida” dos sujeitos sociais e seu entendimento a partir de determinadas condições sociais de vida da classe social da qual participam. Assim, nos parece que o problema reside nos rumos que a escuta adquire na efetivação do trabalho profissional, os quais exprimem a própria interpretação e o conhecimento – ético-político como expressão da teoria – que os profissionais possuem acerca dos sujeitos sociais com os quais trabalham.

E nós temos um outro foco também, né, de trabalho, que é um foco de escuta, de diálogo, né, de tentá encaminhá aquilo e ir além do que eles (os moradores) tão colocando, diferente do profissional, um engenheiro ou até outro pode até ter essa escuta, mas eu acho que o foco de atuação é diferente do nosso, né.
(Ana)

Contudo, qual é o “foco da atuação” do assistente social em face da “escuta”? Aqui talvez seja preciso considerar a estrutura e a organização das políticas sociais – conforme já colocamos implicitamente em outro momento – expressas nos espaços sócio-ocupacionais onde se inserem os assistentes sociais que podem facilitar a “escuta” de “casos” tomados individualmente. Pensemos, por exemplo, no Plantão Social pelos distintos formatos que assumem, parecendo perpassar tais políticas em seus serviços, projetos e programas, concretizando-se por meio do atendimento realizado nas “quatro paredes”, como já nos disse Carmem. Entretanto, embora essa seja uma das bases objetivas nas quais se dá o exercício profissional, quando se despontam espaços outros de intervenção, tal como o trabalho com os catadores de materiais recicláveis realizado por Nice, nem sempre as possibilidades de se escapar dos “casos” se mostram. Quando perguntamos a ela se os catadores conhecem o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, articulando-se a ele, Nice nos conta que sim, mas que ela nunca fez contato com o Movimento, não avançando – inclusive em nosso diálogo – no significado dessa possibilidade objetiva do trabalho profissional.

Nesse sentido, o “foco da atuação” do assistente social diante da “escuta” parece se fazer pela “escuta” mesma da “história de vida” dos sujeitos sociais, mas que não se reverte em ações objetivas que ultrapassem as “quatro paredes”, por exemplo, da sala onde ocorre o Plantão Social.

Os conteúdos da “escuta” ou da “conversa” com o assistente social, como usa correntemente Clarice, aparecem claramente em seus depoimentos, precisamente por meio da já referida intimidade, ainda que não só. Ela nos conta que nesse momento ela mostra todo o “sofrimento” de sua vida aos assistentes sociais com os quais “conversa”. Também Isabel enfatiza a “conversa”, quando perguntamos a ela como são os assistentes sociais.

Ah, eles conversa, dão muita opinião pra certas coisa, eles dão conselho, eles dão informação que a gente..., que muita gente não tem, sobre a justiça, sobre pensão de pai, de marido, de filho, seja lá o que for, né, que eles não tão lá pra tirá a criança da casa. Eles tão lá pra tipo..., ajudá, aconselhá, dá um apoio, coisa que muita gente não..., parente mesmo não faz, né. (Isabel)

Não cabendo transcrever nesse espaço os conteúdos da intimidade de Clarice, o que resta como elementos fundamentais para nossa análise é que eles revelam a aliança do exercício profissional com a particularidade – nos termos de Heller – dos sujeitos sociais (re) produzida em sua vida cotidiana. Certamente, oferecer “informações” e a forma como elas são representadas por Isabel percorrem historicamente o trabalho do assistente social, que de fato conhece a vida privada – e, às vezes íntima – dos sujeitos sociais que atendem, pois que tem acesso privilegiado a ela, participando, excelentemente, da (re) produção de sua vida cotidiana. Novamente, o problema está – segundo nossa interpretação – nos rumos que a intervenção assume, podendo os assistentes sociais realizar o trânsito do espaço doméstico onde vivem tais sujeitos para o “ambiente imediato” onde se inserem, visualizando esse ambiente como expressão da totalidade das determinantes da vida social. De outra forma, se a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais é a (re) produção mesma de sua particularidade, ela manifesta, ao mesmo tempo, que os conteúdos fundamentais nela (re) produzidos não caracterizam o que ocorre exclusivamente no espaço doméstico das “quatro paredes” de tais sujeitos; antes, revelam, por exemplo, a inserção desses no seio da classe social. O que significa o trabalho como dado que percorre os depoimentos de Clarice e Isabel, senão isso?

Assim, do ponto de vista do que já examinamos aqui, duas possibilidades de intervenção nesse sentido objetivam isso: as “lutas comuns” travadas pelos sujeitos sociais por meio da União dos Moradores de Paraisópolis e a participação dos profissionais por meio do Fórum Multientidades e a latente possibilidade da articulação dos catadores de materiais recicláveis com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Ambas exprimem a luta pela sobrevivência realizada pelos trabalhadores por distintos modos.

O trabalho profissional visceralmente relacionado à (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, sobretudo, pela conexão do que se passa no universo privado e doméstico de tais sujeitos pode ser analiticamente apreendido nos depoimentos de Isabel. E aqui cabe observar que se, analisamos o exercício profissional, privilegiadamente, a partir dos depoimentos de Ana, Nice e Carmem, também Isabel e Clarice oferecem elementos para

a mesma análise referindo-se ao exercício profissional realizado por outros agentes em outros espaços sócio-ocupacionais. Como não fazemos análises de “casos”, o que as cinco mulheres nos oferecem são, mesmo, elementos para se pensar quer as tendências que assume o exercício profissional, quer os conteúdos da vida cotidiana de sujeitos sociais como Clarice e Isabel. Assim, Isabel nos conta os conteúdos das “conversas” de um dos grupos sócio-educativos do qual participa, revelando a estreita relação deles com as atividades referidas ao exercício da maternidade.

Esse (grupo sócio-educativo) agora támo conversando assim sobre os problema das criança mesmo. A gente é que escolhe o assunto, né. Tem gente com criança e adolescente, o trabalho que os adolescente tá dando ultimamente, que é se envolvê com droga, com bebida, com cigarro, querê ir pra balada, né. Os menorzinho que vive brigando, que nem as minha, os pequenininho que às vezes pega as coisa, só faz as coisa se você prometê alguma coisa. Isso, esses assunto, sobre como cuidá das criança, como, o que é melhor, se é conversá com a criança, pôr de castigo ou batê. Mas muitas vezes, às vezes acho que é, acho que deixá de castigo é melhor do que ficá batendo. Batê só vai machucá a criança, vai ficá com remorso depois, que às vezes, quando eu bato neles, eu fico quieta num canto pensando, eu devia tê feito assim... muito melhor do que ficá batendo. (Aprende a) Conversá, o jeito de conversá, que a gente conversa baixinho, com a criança, criança não escuta, não pode nem conversá nem baixo demais, nem alto demais, (...) tem que conversá sério, com firmeza. Que às vezes eu converso muito leve com eles, quando eu me irrita eu já vou logo pro grito. Então, essas coisa que eles (os assistentes sociais) tão falando agora. (Isabel)

Como vimos anteriormente, a maternidade compõe um dos conteúdos fundamentais da (re) produção da vida cotidiana de Isabel e também de Clarice. Quando ela participa de um grupo sócio-educativo coordenado por assistentes sociais, havendo a possibilidade de escolher os conteúdos das “conversas” realizadas nele, o que prevalece é precisamente esse conteúdo fundamental que marca a (re) produção do cotidiano das mulheres que dele participam, não só a de Isabel. As mulheres reclamam respostas à particularidade constitutiva de sua vida cotidiana, isto é, respostas que não se descolam das próprias respostas às necessidades do seu “eu”. Os assistentes sociais participam assim do cerne

desse conteúdo que constitui a (re) produção da vida cotidiana, parecendo, ao nível dessas atividades, não se descolar da particularidade alienada de tais sujeitos. E daqui salta um dos elementos que permitem a sustentação da hipótese com a qual vimos trabalhando.

Certamente, as necessidades envolvidas no âmbito da maternidade e apresentadas por Isabel e pelas outras mulheres aos assistentes sociais, as quais requisitam respostas a elas, são legítimas. Contudo, quando no exercício profissional prevalece a afirmação da dimensão particular dos sujeitos sociais, ou dos “casos” apreendidos a partir da vida privada e doméstica e quando ele tenta responder objetivamente pela educação dos sujeitos mirada para esses espaços, quais as possibilidades daquele trânsito ao qual nos referimos acima? Em outras palavras: os assistentes sociais captam o cerne do que (re) produz a vida cotidiana dos sujeitos a partir do que se passa nesses espaços, trabalha seus conteúdos e devolve-os para o mesmo espaço⁸⁷, nem sempre implicando em “retornos” ou “resultados” para o que trabalhou. Assim, Isabel continua.

(...). O que eu queria, que eu não consigo, é como começá a fazê. (...). Que o dia que eu começá, o dia que eu aprendê como fazê a primeira vez acho que é mais fácil eu continuá. Agora, assim, eu tento, tento, tento, às vezes falo, hoje eu não vou brigá com eles, eu passo metade do dia bom, chega no resto do dia começa a juntá todo mundo, dá aquela brigaiada, eu começo, eu tenho que..., eu deixo brigá um pouco, assim discuti. Só que eu vejo que um tá agarrando o outro, eu pego e venho, venho com ignorância já gritando, né. O certo não é deixá eles conversá, mas como é que eu vou fazê, onde é que eu vou colocá as criança separado, deixá de castigo assim um no canto e outro no outro? (Isabel)

O que Isabel “aprende” no grupo sócio-educativo com os assistentes sociais não se converte objetivamente em sua vida porque, dentre outros elementos, sua casa não possui espaços para “deixar de castigo” de modo isolado cada um de seus filhos, conforme parece ser a orientação profissional, representada e interpretada por ela. Isabel nos dá pistas de

⁸⁷ Essa análise se aproxima da tese defendida por Netto (2005) acerca do “sincretismo e a prática indiferenciada” do Serviço Social. Não cabe entrar aqui nas polêmicas dessa questão, mas é inegável que a investigação aqui sistematizada sugere a apreensão do coração da referida tese. Contudo, ela talvez apreenda somente uma dimensão do exercício profissional, pois, também como a investigação sugere, existem possibilidades, por vezes explícitas, por vezes, latentes que manifestam outra dimensão do próprio exercício, não estando ambas apartadas. Destacamos que Iamamoto (2007) apresenta elementos para refletir a tese de Netto.

que, assim, o espaço de grupos sócio-educativos pode se tornar o espaço da “escuta” de sujeitos sociais que “precisam falar”⁸⁸.

Ana, por seu turno, confirma que nos grupos dos quais participou, as mulheres também escolhiam os “temas” que gostariam de discutir, atestando o nexos fundamental existente entre as necessidades do “eu” e o exercício profissional mesmo.

De outro modo, também, Isabel revela como o trabalho profissional não se divorcia da vida cotidiana dos sujeitos sociais e precisamente de sua dimensão particular. E agora é preciso ter em conta a violência como parte que atravessa sua vida, da adolescência à vida adulta. No entanto, ainda que não discutamos a violência contra a mulher nesse espaço, é preciso considerar como ela é enfrentada por Clarice e o que ela significa. Como vimos antes, quando ela adquire condições objetivas – porque sai de casa para trabalhar – se põe uma das possibilidades de ruptura com a violência e a experimentação de sua liberdade. Há outro elemento, porém, que compõe tais condições objetivas, a noção que ela incorpora, por meio do trabalho do assistente social, dos direitos sociais e da mulher.

Clarice denuncia, porém, duas possibilidades e direções ético-políticas do exercício profissional.

Ah, às vezes eu ficava triste, aí eu chegava lá (no atendimento com o assistente social) chorando. Eu falava, às vezes o (...) me mal tratava, ela (a assistente social) falava que eu não ficasse daquele jeito, que tudo que eu sentia que o bebê ia senti. Às vezes eu falava pra ela que não queria a menina, aí ela falava que o menino escutava e ia se senti rejeitado. Isso ela me falava um monte de coisa.
(Clarice)

Ao falar de como acontece os contatos com os assistentes sociais, Clarice expõe como o exercício profissional pode participar não apenas da (re) produção da vida cotidiana, como da sua conformação nos conteúdos que a caracterizam. Parece que há aqui a indicação na conformação dos sujeitos sociais nas expressões da questão social, quer pelo silenciamento, ou melhor, pela mera “escuta” da violência sofrida por Clarice, a qual é orientada pela assistente social a não “ficar triste”, quer pelo silenciamento da assistente social quando Clarice diz que não deseja ter o filho que espera. Novamente, o que “importa

⁸⁸ Não analisamos aqui o grupo do qual ela participa, senão os conteúdos que ela nos oferece para refletir o exercício profissional.

é falar”, segundo a avaliação extremamente positiva de Clarice acerca do trabalho profissional.

Como já dissemos, o assistente social como um dos trabalhadores que participam da efetivação dos direitos sociais aparece, privilegiadamente, em seus depoimentos.

Eu só tinha esses direito Amanda, de lavá, cozinhá, apanhá e durmi com ele (o marido) toda machucada. Ele saía, ia pra show, sabe. E eu ficava lá dentro de casa, ou cuidando da menina ou preparando coisa pra quando ele chegá, comê. Então, ela (a assistente social) perguntô né, como que era. Aí eu comecei falá, né. Aí quando ela falô assim, Amanda. Na hora assim cê nem liga, né, porque cê já tá tão acostumada, eu mesma já tinha acostumado sofrê Amanda. Aí né, ela falô (para o marido), a sua mulher tem direito de ir no mercado, ela tem direito de passeá... Você não leva ela pá passeá? (...). E eu anotando no caderno da memória. (...). Então aí eu comecei a conhecê os meus direito que eu tinha. (O que isso quer dizer para ela) Ah, muita coisa, muita coisa, muita! Porque a gente passa Amanda a conhecê um direito que a gente não tem. Um direito que você acha que você tem que ficá ali, (...) aquele estilo de vida, sabe?! Você, só tem direito de cuidá de casa, só tem direito de cuidá de menino, tudo bem, é um dever da gente, né. Mas a gente tem direito de passeá, a gente tem direito de vivê uma vida sem apanhá, sem sê rebaixada. (...). Então, assistente social representa isso pra mim. Eu não fico mais calada! (Clarice)

Certamente, esses são alguns elementos despontados no processo da investigação e que permitem sustentar as bases da hipótese de que existe uma relação visceral entre o trabalho profissional e a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, parecendo ser essa uma das mediações possíveis para se vislumbrar a objetivação da participação mesma do assistente social no processo de (re) produção das relações sociais.

Entretanto, voltando para a observação inicial que fizemos acerca de como são os sujeitos sociais atendidos pelas entrevistadas, perguntamos para Ana e Nice – dada à restrição das respostas no universo da “carência” de tais sujeitos atendidos por elas – se desejam ressaltar algum outro aspecto sobre eles. Assim, elas nos perguntam se desejamos saber alguma coisa específica, chegamos a destacar se querem falar sobre a cultura nordestina instalada em Paraisópolis ou, ainda, sobre valores presentes na vida da população

que atendem. Destacamos a cultura nordestina porque, às vezes, elas mencionam que alguns moradores desejam regressar para o Nordeste, movendo-se elas no interior do espaço sócio-ocupacional onde trabalham para garantir a eles uma das alternativas postas institucionalmente. Mas, esse forte traço do “ambiente imediato” onde se inserem não é evidenciado por elas ao longo das entrevistas e, diante da nossa pergunta, se mostra não apenas outra pergunta, mas um silêncio e depois o “não” de ambas.

Dessas últimas considerações já pode saltar outro elemento para análise. Quando perguntamos a Ana, Nice e Carmem como elas fazem para conhecer a população com a qual trabalham é unânime que o conhecimento surge do próprio exercício profissional e exatamente do contato direto estabelecido com sujeitos sociais que atendem. A resposta pode apresentar certa obviedade. As três colocam no centro da avaliação que fazem sobre o Serviço Social, ao final dessa última entrevista, ainda que de diferentes maneiras, os próprios sujeitos que atendem. Carmem destaca o “público” que atendemos como constitutivo do “patrimônio” da profissão; Ana salienta os “retornos” do trabalho tão almejados e vislumbrados por ela junto com a “comunidade” onde trabalha. Nice, por sua vez, destaca o assistente social como o profissional que faz a “ponte” entre o Projeto de Urbanização e a população, sendo ainda o Serviço Social uma “profissão de possibilidades”, ainda que não de “todas”, uma vez que não possui “fórmulas” e pode “criar”, referindo-se ao trabalho com os catadores de materiais recicláveis.

Contudo, se no bloco de questões sobre os sujeitos sociais eles marcam centralidade porque a centralidade delas são eles mesmos e se, ainda, eles aparecem centralmente nas reflexões finais sobre a profissão na última entrevista, o exame do conhecimento que Ana, Nice e Carmem dispõem sobre eles e dos próprios conteúdos do trabalho concreto com tais sujeitos permite visualizar o afastamento da obviedade. Isso se mostra – para pegarmos o que há de mais concreto e ínfimo em seus depoimentos – quando elas dizem que o que move inicialmente a população na busca por serviços sociais – chegando assim até o Serviço Social – nem sempre corresponde àquela busca inicial. Há uma ausência no estabelecimento de mediações que permitiriam a captura das necessidades sociais como expressões de determinadas condições sociais de vida e da própria classe social, aliás, esse é termo totalmente ausente, embora os assistentes sociais trabalhem o tempo todo com a formulação de respostas à (re) produção da força de trabalho e os conteúdos político-ideológicos que a perfaz.

Assim, Carmem conta que para conhecer a população com a qual trabalha é preciso observar e estabelecer uma “aproximação” com ela, a qual realiza atualmente de forma “livre”, se comparada às suas inserções institucionais passadas. Ela chama a atenção aqui e

em outros momentos que a "aproximação" e o "acolhimento" não se fazem por meio do preenchimento de "fichas", do "questionário sócio-econômico" e por "entrevistas", mas através das "conversas" que trava com os sujeitos, conhecendo, paulatinamente suas "histórias de vida". Ademais, de tal aproximação e conhecimento podem surgir o desenvolvimento de propostas e ações formuladas profissionalmente, como veremos na sequência.

O que eu tô curtindo aqui (na ONG) é a possibilidade, é a liberdade, podê me aproximá da forma como eu quero das pessoas, que eu acho que eu preciso me aproximá mais, podê dá pra elas um certo acolhimento que vai muito além do profissional, né. Quando você percebe que algumas pessoas precisam só de um acolhimento, não um atendimento onde você preenche uma ficha... mas só um acolhimento, sabe, numa palavra, num olhar, numa coisa que você traga pra aquela pessoa, num momento que você dedica pra ela, enfim, numa coisa que você a chama pra participá porque você tá vendo que é importante pra ela. (Carmem)

Quando perguntamos para Ana e Nice como elas fazem para conhecer a população que atendem, surge de modo claro que o conhecimento deriva do exercício profissional efetivado em determinadas atividades institucionais.

É o dia a dia, né, e o que oferece mais... Eu acho que o que nos proporciona mais é o Plantão Social que é onde a gente tá com maior contato com a família, né, e quando a gente faz uma remoção talvez a gente tenha também um pouco, né, desse contato assim, direto. Você conhece um pouco da história, né, você começa a conhecê um pouco, então, acho que é, né, acho que é nessas duas atividades a gente tem esse contato maior, assim, até porque eles criam um pouco de referência, né. (Ana)

Do atendimento diário.(Nice)

O conhecimento de Ana e Nice sobre os sujeitos sociais com os quais trabalham, despontado de atividades como o Plantão Social e as remoções, por meio das "conversas" e

da “escuta” que interpretam as necessidades sociais como “carências” só pode mesmo permanecer na particularidade (re) produzida na vida cotidiana de tais sujeitos. Se, o que surge do “atendimento diário” é óbvio – porquanto tem como tarefa responder às urgências da vida, movendo-se elas no pragmatismo, na espontaneidade, no imediatismo, etc. da estrutura da vida cotidiana – a interpretação do que bate à porta do Plantão Social, isto é, as necessidades de sobrevivência e as atividades objetivadas e (re) produzidas pelos sujeitos sociais para responder a elas, não porta qualquer obviedade, mas é totalmente possível. É interessante observar como Ana, ao diferenciar a atuação do assistente social em face de outros técnicos sociais, fala sobre as mediações e a “visão de totalidade” aprendida na formação profissional, o que permitiria a referida interpretação, mas que não se mostra em seus depoimentos.

Nesse sentido, quando perguntamos para Ana e Nice se e como elas utilizam o conhecimento que dispõe acerca da população que atendem, elas nos respondem com perguntas.

Como assim? De encaminhá ou de... por exemplo, ah, meu marido é alcoólatra... A gente encaminha. Alguma coisa nesse sentido? (Ana)

Ou na hora do atendimento? (Nice)

Transcrevemos esses trechos, pois, mesmo diante da tentativa de nossa explicação a dificuldade na compreensão da pergunta continua a marcar presença e não vemos outra saída senão apresentar diferentes possibilidades de respostas. Vê-se, a essa altura já estamos no final da (difícil) entrevista e assim, recuperamos alguns elementos ditos por elas mesmas, de modo a facilitar suas reflexões. É Nice quem apresenta objetivamente a resposta, pois Ana a formula a partir das impossibilidades marcadas na instituição onde trabalham.

Ah, assim, por exemplo, a gente não usa no cotidiano do trabalho (o conhecimento que possuem sobre a população). A gente assim... Existem situações que a gente usa, por exemplo, agora existe a possibilidade de tê um (determinado serviço social público) dentro de Paraisópolis. Então aí na hora de escolhê o local a gente, ah, em tal local a situação é mais... a população é mais vulnerável, o tráfico tem

uma influência maior, tem muita criança, então é interessante tê nesse local. (...). Eu acho que talvez assim, no trabalho, por exemplo, com as mulheres na moradia provisória essas informações seriam interessantes porque..., e com as crianças lá também porque, por exemplo, eu fui fazê a remoção de uma pessoa da moradia provisória e quando eu cheguei lá eu vi que os filhos deles estavam na... (...). Crianças assim totalmente... você não conseguia controlá aquelas crianças, eram agitadas, mal educadas, agressivas com todo mundo (...). (...). Então aí, nessas situações você conhecendo a população, sabendo assim, o mínimo sobre ela, então você sabe que... Aquelas duas crianças, por exemplo, você poderia trabalhá com elas de outra forma. Então, se ela chegasse com aquela agressividade, com aquele comportamento, então sabendo ali como é a vida familiar dela, cê poderia dá mais atenção pra ela do que pra outra criança que tem uma estrutura melhor, que tem assim um comportamento diferente, pra essa mulher... (Nice)

No relato de Nice aparecem duas possibilidades. Aquela que se refere à conversão do conhecimento geral do "ambiente imediato" que os assistentes sociais possuem em propostas amplas expressas em projetos, programas e serviços sociais em face da possibilidade de explicitarem tal propositura, como destaca Nice. A outra salta exatamente a partir do que emerge no contato direto com os sujeitos atendidos, mas nesse ponto, Nice e também Ana identificam que não é possível "avançar" nas "outras coisas" emergidas nesse contato. Assim, elas interpretam que não é possível atender *todas* as demandas e necessidades dos sujeitos sociais com os quais trabalham, como se essa fosse uma tarefa objetiva posta ao assistente social. Uma coisa é o (re) conhecimento do conjunto de tais demandas e necessidades do "homem inteiro" que podem voltar para o exercício profissional, iluminando ações e propostas realizadas institucionalmente, mas que também saltem dessa esfera. Outra coisa é ter pretensão de atender a todas elas, estando os assistentes sociais inseridos nos recortes das políticas sociais.

Por isso, Ana emenda a fala de Nice, destacando as reais impossibilidades de tal atendimento.

A demanda do trabalho ele não permite que a gente consiga avançá muito em outras coisas, sabe. Então, assim, é... como o foco é a questão de habitação, moradia, então muitas vezes a gente não consegue avançá muito além disso. (Ana)

Carmem, por sua vez, salienta o primeiro aspecto posto por Nice, mormente, no próprio interior das instituições.

Olha, hoje como dirigente de uma ONG que é independente e tal, (o conhecimento) reverte em formas de projetos novos que eu penso, serviços novos que a gente possa oferecê... Quando eu identifico que tem uma demanda que é mais ou menos coletiva e tal, e que eu posso trazer um recurso pra correspondê a essa demanda eu mexo os pauzinhos. Eu faço projetos, eu vejo onde tem recurso pra aquilo. É assim. Por exemplo, eu tô organizando mulheres da comunidade que não tem o perfil de trabalhá fora, mas que precisam muito melhorá a renda de casa. (...). Então é isso Amanda. Se você tem liberdade, porque isso eu fiz em todo lugar por onde eu passei. Evidentemente, cê vai percebendo as coisas e vai propondo, né, projetos novos. Alguns lugares você consegue convencê quem tá acima de você, em outros lugares não. Aquele trabalho que eu comecei a fazê na creche que eu te falei de lazer pros pais e tal, menina aquilo foi um sururu pra consegui convencê as pessoas. As pessoas achavam absolutamente ridículo, né, o que eu propus, ridículo. A instituição, quem tava acima de mim. Por quê? Porque na cabeça delas você atende a criança, então você tem que tê condições de higiene muito boas, alimentação muito boa..., entendeu? O pedagógico, não sei o quê. Mas você não vincula aquela criança à família dela. (Carmem)

As "demandas mais ou menos coletivas" manifestam as condições sociais de vida dos sujeitos sociais e são transformadas, diante das condições e possibilidades existentes nos espaços sócio-ocupacionais, em propostas de "projetos" e "serviços novos", igualmente coletivos. Assim, Carmem atesta o possível movimento no interior dos circuitos institucionais rumo à conversão do conhecimento dos sujeitos sociais em respostas coletivas, o que é diferente de responder a todas às suas necessidades.

No entanto, chegando a essa altura, é preciso indicar um movimento, ou uma tendência mesmo, que parece prevalecer no que vimos refletindo sobre o trabalho do assistente social nesses tempos que se passam. Fazemos somente a indicação, pois ela será

retomada nas notas finais desse estudo, isto é, no âmbito do significado das implicações do trabalho profissional.

Vimos que o trabalho e a maternidade constituem os conteúdos basilares da (re) produção da vida cotidiana de Clarice e Isabel, tal como de outros sujeitos sociais. Enquanto manifestam as necessidades de sobrevivência e do que se passa no âmbito doméstico, vimos também como eles se transformam em matéria de trabalho do assistente social, sobretudo, pela mediação dos diferentes serviços sociais onde se inserem. Tais constatações descobertas no processo investigativo permitiram a reflexão sobre os elementos que rondam a relação visceral estabelecida entre o Serviço Social e a vida cotidiana dos sujeitos sociais e dentre eles, trabalhamos com a hipótese de que a participação da profissão no processo de (re) produção das relações sociais é mediada pela sua participação mesma no processo de (re) produção da vida cotidiana. Em poucas linhas foi sobre isso que tentamos refletir nesse estudo.

Assim, os conteúdos descobertos na investigação permitiram enxergar a conciliação existente, ainda que em parte, entre aqueles conteúdos basilares (o trabalho e a maternidade) e as atividades profissionais que objetivam responder às necessidades e demandas daí derivadas e expostas aos serviços sociais onde trabalham os assistentes sociais. Mas não só. Ao apreender tais conteúdos e tais atividades, pudemos apreender, embora implícita e timidamente, os rumos – teóricos, éticos e políticos – do próprio exercício profissional impressos nas atividades, não apenas refletidas por Carmem, Ana e Nice, mas também por Clarice e Isabel.

Nesse sentido, o que significa o trabalho com as “questões de grupo” que parece não se apartar da esfera privada, doméstica e íntima dos sujeitos? O que significa a “escuta” de sujeitos “carentes”? Sem dúvida alguma, a análise feita até aqui procurou ser iluminada pelas condições objetivas nas quais se conformam o trabalho profissional, postas em termos das configurações contemporâneas das políticas sociais, de sua estrutura e organização geral, como manifestações ainda da conjuntura contemporânea. Por isso, não imputamos aos profissionais uma ausência de vontade de realizar e objetivar a intencionalidade de suas ações, mas também não tratamos a realidade fadada às impossibilidades.

É somente nessa ampla perspectiva, que apreende as tendências do que se passa no âmbito da profissão como expressão do que se passa na vida social é que podemos pensar sobre o significado das implicações do trabalho profissional. Se elas não são resultados e nem necessariamente mudanças, os resultados e as mudanças – sua ausência ou presença – exprimem essas tendências. Resultados e mudanças talvez possam ser pegos com olhos focados em determinado trabalho profissional realizado em determinado lócus institucional.

Todavia, como não foi isso que se pôs aqui a tarefa derradeira é apanhar, em notas breves, o que o exercício profissional nos sinaliza contemporaneamente em termos das referidas tendências.

CONCLUSÕES: AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

As reflexões sobre as implicações do trabalho do assistente social despontaram não apenas quando da concepção do projeto dessa pesquisa, tendo sido amadurecidas no processo de desenvolvimento de estudos anteriores, como já anotamos introdutoriamente. No entanto, ainda que tivéssemos a clareza de que elas não correspondem aos resultados e, nem necessariamente, às mudanças produzidas no âmbito do exercício profissional, vislumbrávamos apanhá-las por meio da investigação em tal âmbito.

No processo investigativo foram evidenciadas, dentre outras, duas descobertas fundamentais: aquela que permitiu o esboço da hipótese com a qual trabalhamos, ou seja, a objetivação do significado social da profissão por meio da participação do assistente social no processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais; a noção apenas tornada clara e compreensível no final da pesquisa de que as implicações do trabalho profissional, no seio desse estudo, somente poderiam ser apreendidas como tendências do mesmo trabalho.

Por isso, ao longo das elaborações feitas na segunda parte da pesquisa, lançamos as premissas nas quais se situam a aceitação de tais implicações e não mais que isso, tomando como base e referência a primeira descoberta fundamental da investigação. Ademais, percebemos ainda que, para apanhar o significado de ambas, a condição é a referência mesma da totalidade expressa no significado social do Serviço Social, porquanto localizado nas relações sociais, isto é, no processo que constrói a totalidade da vida social. Em outros termos, enxergamos – pela própria investigação realizada – que se a participação do assistente social no processo de (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos que atende é visualizada, de primeira mão, pela participação na (re) produção da força de trabalho, ela se faz simultaneamente pela (re) produção de elementos (políticos, ideológicos, etc.) que constituem a totalidade da vida social. Ainda, do ponto de vista das implicações que o trabalho profissional produz, nos parece que elas reclamam ser tomadas a partir dessa mesma referência.

Nesse sentido, grifamos algumas vezes que o estudo não se fez sob um foco determinado, como por exemplo, a ideologia (re) produzida pelo trabalho do assistente social junto aos sujeitos sociais com os quais trabalha, esses sim situados como o foco do estudo a partir do conhecimento de expressões e das atividades que caracterizam a sua vida cotidiana e, por conseguinte, a sua (re) produção. Percebemos, contudo, que a apreensão do significado das implicações de tal trabalho talvez ganhe mais chances de ser realizada de modo claro com os olhos cravados em determinadas dimensões que adquirem o exercício profissional a partir daquela dita totalidade. Em outros termos, a política, a ideologia, a

moral, a cultura, como constitutivas das relações sociais, ao se expressarem no seio da profissão podem servir como guias e diretrizes particulares, mas conexas, das implicações do trabalho do assistente social. De outra forma, considerando os elementos que conformam o projeto ético-político profissional – e os fundamentos teóricos que o direcionam – construído ao longo das últimas décadas, tais implicações podem ser captadas a partir daí, sinalizando um interessante campo para a pesquisa no âmbito do Serviço Social. Assim, o trabalho do assistente social pode ser analisado em face de suas implicações políticas, éticas, ideológicas.

Por essas razões, ainda que essas dimensões não tenham sido tratadas em suas particulares implicações do trabalho profissional junto à vida cotidiana dos sujeitos com os quais o Serviço Social atua, mas considerando as reflexões feitas com o objetivo de compreendê-las, não podemos deixar de pensá-las, mesmo em notas breves e insuficientes nessas conclusões. Insuficientes e breves na medida exata em que, segundo nosso entendimento, não é possível aqui tratá-las a partir daquelas particularidades porque a pesquisa não se prestou a isso, portanto, não captou especificamente tais particularidades, senão sutil e timidamente. A própria pesquisa indicou, porém, que é uma possibilidade real apanhar o significado das implicações das quais falamos, pelo menos no plano de suas tendências como expressões que precisam ser apreendidas considerando as relações societárias mais amplas. Assim, as tendências presentes na profissão expressam as próprias tendências que estão postas no conjunto dessas relações. Embora tenhamos nos referido aos fundamentos teóricos que direcionam o projeto ético-político profissional, cabe dizer que as expressões teóricas contemporâneas presentes – e com direção oposta às que informam o dito projeto – em outras áreas do conhecimento marcam, indubitavelmente, forte presença na profissão, rebatendo no significado das implicações do trabalho profissional.

Contudo, antes de adentrarmos na discussão da (s) tendência (s) das implicações do trabalho profissional, compete salientar alguns elementos apontados pela pesquisa.

A descoberta dos conteúdos das atividades fundamentais que caracterizam a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, como Clarice e Isabel, correspondeu com a descoberta dos conteúdos do trabalho concreto dos assistentes sociais, ou seja, o trabalho e a maternidade constituem – segundo os achados dessa investigação – os elos que marcam a relação visceral do trabalho profissional e da vida cotidiana de tais sujeitos.

No entanto, do ponto de vista do exercício profissional, o trabalho como atividade constitutiva desses sujeitos pouco aparece nos diálogos que travamos com as assistentes sociais entrevistadas. Se essa dimensão pouco aparece, a classe social fundada no trabalho

como uma forma de inserção no processo de (re) produção da vida social ficou ausente. Assim, como ele aparece?

Se, o trabalho percorre as vidas de Clarice e Isabel, elas parecem somente remeter diretamente a ele quando possuíram um emprego formal. Clarice diz “aí eu comecei a trabalhar”, Isabel, por sua vez fala “foi a última vez que trabalhei”, embora as atividades implicadas no trabalho perpassem suas vidas. Atualmente, Clarice é diarista e Isabel realiza pequenos “bicos” em Paraisópolis mesmo, por exemplo, levando e buscando os filhos de suas vizinhas à escola. Desse modo, o trabalho é arranjado em atividades que garantam sua sobrevivência e, embora ele marque presença constante em suas vidas, talvez apareça, explicitamente, nas palavras delas apenas pelo emprego formal, devido aos arranjos que realizam em atividades pontuais, provisórias, momentâneas, cuja finalidade é garantir a sobrevivência do momento em que vivem.

Ora, como ele aparece para os assistentes sociais? Como vimos, as assistentes sociais, especialmente Ana e Nice, parecem remeter ao trabalho apenas do ponto de vista de seu próprio trabalho, isto é, elas falam das condições do assalariamento nas quais trabalham; da forma de contratação; da terceirização na qual se conforma o trabalho profissional e por meio da qual elas tentam se mover em face da autonomia relativa profissional; das implicações da terceirização nos conteúdos de seu trabalho concreto, dentre outros. Contudo, o trabalho pouco se evidencia em seus relatos como dimensão fundamental constitutiva dos sujeitos sociais com os quais trabalham, senão nas referências que faz Nice ao trabalho que desenvolve com os catadores de materiais recicláveis, salientando serem eles uma categoria profissional. No entanto, parece que tais referências não são incorporadas quando conversamos sobre quem é a população que atendem, por exemplo, os catadores de materiais recicláveis, segundo ela, reconhecidos como uma categoria profissional, o que poderia abrir vias para o reconhecimento deles como sujeitos da classe trabalhadora. Ainda que Nice remeta, por vezes, a eles como trabalhadores, nessa mesma conversa o que ganha evidência são os sujeitos “carentes”, não os sujeitos trabalhadores⁸⁹.

Ao contrário do que se passa com Ana e Nice, Carmem parece destacar seu próprio trabalho pela autonomia (não relativa) buscada e efetivada por meio da fundação e direção de uma ONG, ainda que ela destaque a existência de “leis” e “políticas públicas” impostas como formas de marcar que “têm coisas que independem da sua vontade”. Assim, a autonomia inscrita em seu trabalho se expressa, por exemplo, na programação de cursos

⁸⁹ É preciso fazer a ressalva de que, em seus depoimentos acerca dessa questão, aparecem as mulheres como empregadas domésticas, mas, no sentido do chamado “perfil” ou como uma característica da população com a qual trabalham.

profissionalizantes que visam à inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho, ou seja, sujeitos que precisam garantir sua sobrevivência ou, para parafraseá-la, terem suas condições de vida melhoradas.

Nesse sentido, o trabalho como atividade fundamental que marca a (re) produção da vida cotidiana dos sujeitos sociais, permanece para Isabel e Clarice como a busca pelas respostas às necessidades de sobrevivência, ou melhor, trata-se da “pura existência” que marca suas vidas. Para as assistentes sociais – do ponto de vista de suas interpretações sobre os sujeitos com os quais trabalham – ele parece permanecer pelas vias e mecanismos que acionam, institucionalmente, para responder às mesmas necessidades de sobrevivência. E, aqui, aquela dita momentaneidade talvez apareça também, pois, os mecanismos acionados, institucionalmente, para responder às necessidades de sobrevivência parecem possuir aquele mesmo caráter momentâneo. Todavia, o trabalho como elemento constitutivo dos sujeitos sociais de classe e da (re) produção de sua vida cotidiana nada possui de momentâneo, muito pelo contrário. O trabalho é a condição objetiva e subjetiva na qual vivem e por meio do qual se construíram e se constroem tais sujeitos; ele é o eixo fundamental que organiza as demais dimensões da vida cotidiana. E é, precisamente esse, o dado ausente nos depoimentos das cinco entrevistadas, ainda que ele organize os depoimentos e as memórias, por exemplo, de Clarice; ainda que as respostas por formas de sobrevivência destacadas pelas assistentes sociais organizem seus trabalhos e depoimentos.

A maternidade, por seu turno, como uma das atividades que caracteriza a (re) produção da vida cotidiana de mulheres, como Clarice e Isabel, aparece explícita e detalhadamente no conjunto dos conteúdos de seu exercício. Por isso, não falamos em família, senão na maternidade, uma vez em que nos depoimentos dessas mulheres a marca forte são seus filhos, os quais aparecem imediatamente na apresentação que fazem de si mesmas. Certamente, isso evidencia as composições familiares contemporâneas, mas também, reafirma o histórico papel dos cuidados da mãe com os filhos, os quais sempre permanecem em suas vidas. Assim, em face do trabalho profissional fica evidente o acesso que as assistentes sociais possuem nas relações travadas no espaço doméstico, seja a família entendida no seu conjunto, seja o destaque atribuído ao trabalho com as mulheres por meio das “questões de grupo”, que nada mais são senão as questões das próprias mulheres e mães⁹⁰.

⁹⁰ Fica para aprofundamento em novos estudos, a fluidez da figura paterna apontada nos depoimentos das mulheres entrevistadas que parece marcar presença apenas enquanto estabelecem uma relação conjugal com elas, indicando uma ausência de referência para os filhos.

Voltemos, porém, às nossas reflexões sobre as implicações do trabalho profissional. Uma da (s) tendência (s) que marcou presença nesse estudo foi mesmo a pós-modernidade. Esclarecemos desde já que o que se segue são apenas anotações acerca dessa tendência, a partir de alguns elementos nela contidos coincidentes com o que dela se manifestou no que vimos. Não cabendo retomar como se expressou porque dela já tratamos, resta mesmo assinalar que a manifestação pôde ser vista justamente pelas premissas que iluminaram a compreensão mesma do significado das implicações do trabalho profissional a partir do significado social da profissão e a tomada dos sujeitos sociais como partícipes da classe social como parte objetiva e subjetiva no processo da formulação de respostas profissionais – dois aspectos que constituíram o esboço da hipótese trabalhada.

O contexto sócio-histórico do qual emerge a pós-modernidade, segundo Chauí (2007), é aquele do final dos anos 1970 onde desponta o neoliberalismo como programa e projeto político-econômico, portanto, a pós-modernidade é construída e surge como uma expressão do campo do mesmo projeto e programa. Afora as considerações que carecem ser feitas nesse sentido e que não cabem nesse espaço, como por exemplo, o liberalismo como expressão do movimento moderno e seus significados, bem como as mutações que sofrem o mundo público e privado no processo da passagem da modernidade para o modernismo e o pós-modernismo⁹¹, o que resta é apontar a referência histórico-objetiva onde surge a pós-modernidade, fazendo algumas poucas alusões à primeira para entender a segunda.

Nesse sentido, quando o neoliberalismo nega os projetos políticos presentes na modernidade e no modernismo, ou seja, o liberalismo, o socialismo e o comunismo⁹², ele nega – captando o que interessa para nós –, simultaneamente, as categorias presentes em tais projetos: o homem e o indivíduo no liberalismo e as classes sociais no socialismo e no comunismo (Chauí, 2007). Assim, o que prevalece são as pessoas e não os sujeitos sociais concebidos como construtores de sua própria história ou o homem portador da

⁹¹ Chauí localiza a modernidade, o modernismo e pós-modernismo da seguinte maneira: "Simplificando extremamente o que em si é de extrema complexidade, diremos que a modernidade é um projeto que se desenvolve durante o processo de desenvolvimento e queda do Antigo Regime ou das monarquias absolutas (cuja cronologia é diversa para os vários países europeus), enquanto o modernismo poderia ser datado a partir da revolução de 1848 e, finalmente, o pós-modernismo estaria datado a partir dos anos 1970, sob os efeitos das mudanças do modo de produção capitalista (a chamada sociedade pós-industrial), do esgotamento da principal manifestação política do século (as revoluções comunistas) e do enfraquecimento de um novo sujeito político que entrou em cena nos anos 1960 (a contracultura dos movimentos sociais)". (2007: 546). Localizando ainda o liberalismo no seio da modernidade e o marxismo do modernismo, Chauí identifica nos dois "a intenção (...) de fazer surgir e consolidar um espaço público", mas, note-se, a autora fala em intenção, porque a história mostrou diferentemente, num caso e noutro, como a privatização se fez.

⁹² Talvez por isso a autora se refira ao pós-modernismo e não à pós-modernidade. Contudo, acreditamos ser sem prejuízos a referência à pós-modernidade, termo correntemente utilizado, na medida em que ocorre aquela negação, embora a referência ao pós-modernismo seja mais adequada porque capta os contextos sócio-históricos e político-econômicos de modo mais preciso.

universalidade como uma de suas conquistas históricas, pois, a realidade é tida pelos pequenos espaços que a constituem e “tecida por micropoderes capilares e disciplinadores da vida privada e sócio-política”. (Chauí, 2007: 490)

Entretanto, faz-se necessário um pequeno parêntese. Discutindo os conteúdos que emprestam o título ao seu ensaio *Público, privado e despotismo* (2007), Chauí arranca a concepção do déspota a partir da sociedade e da política grega, donde ser ele o chefe da família tomada “por três relações fundamentais: a do senhor e o escravo, a do marido e a mulher, e a do pai e os filhos” (idem: 506). Por isso, a característica fundamental do despotismo e que perpassa o denso desenvolvimento de tal noção elaborada pela autora – pelos nexos históricos, políticos, teóricos e filosóficos que realiza – é mesmo a do espaço privado e da vida privada que se reflete inclusive nas relações sócio-políticas, ou seja, no espaço e na vida pública. A relação contraída entre o senhor e o servo é exemplar nesse sentido, ou, do governante e dos governados na medida em que o espaço e a vida privada dos primeiros traçam e invadem a cena pública⁹³.

Fechemos o parêntese. Se, a pós-modernidade faz a recusa ao homem e às classes sociais, destacando a pessoa, cuja vida privada se espalha na vida pública (inclusive a dos governantes), expressando-se através de distintos e variados meios e modos, a linha que demarca o público e o privado se esvaece. O que são determinados programas televisivos, nos quais as pessoas se exibem e mostram a sua intimidade em troca de um milhão ou de uma casa reformada? O que são os sonhos das pessoas tão sonhados, contados e construídos no fetiche das relações sociais reificadas, essas negadas, pois não existe alienação e reificação para a pós-modernidade, uma vez que não existe homem e sujeito para se alienarem e nem relações para serem coisificadas, mas, apenas pessoas. Assim:

“Declara-se o fim da separação moderna entre o público e o privado, em benefício do segundo termo contra o primeiro, fazendo-se o elogio da intimidade e criticando-se os pequenos poderes na família, na escola e nas organizações burocráticas; nega-se a possibilidade de teorias científicas e sociais de caráter globalizante, pois não possuiriam objeto a ser totalizado num universo físico e histórico fragmentado, descentrado, relativo e fugaz. Prevalece a sensação do efêmero, do acidental, do volátil, num mundo onde “tudo o que é solido desmancha no ar” (...).” (Chauí, 2007: 490)

⁹³ Interessante os apontamentos da autora acerca do despotismo na sociedade brasileira em tempos do populismo (menos que nos tempos da ditadura) pela relação estabelecida entre o governante – pai ou “doutor” – com o “povo”.

Por isso, na pós-modernidade e para os que constroem o pensamento tipicamente pós-moderno fundado nas próprias expressões da sociedade fragmentada; nas relações sociais e pessoais marcadas pelo fugaz e pelo efêmero – características essas que rebatem, inclusive, nos movimentos sociais “cada vez mais “específicos”, para os quais, “duram o tempo em que dura a demanda que, uma vez satisfeita, dispersa os que estavam unidos numa ação” (2007: 552) – só pode mesmo haver lugar para as pessoas. As categorias das classes sociais, enquanto pressupõem a busca dos nexos complexos que as determinam objetivamente nos quadros da totalidade da vida social não pode ser reconhecida. Mas não só. As classes sociais são compostas por sujeitos sociais, cuja noção fundamental é sua ação constituinte da própria história. Não são reconhecidas as classes e não é reconhecido o homem, o ser mesmo, criador de si mesmo e dotado de capacidades por ele desenvolvidas e conquistadas ao longo da história.

Nesse sentido, do conjunto da densa e fértil reflexão de Chauí acerca da pós-modernidade, se ficarmos somente com a da “privacidade intimista” teremos o mínimo e talvez o suficiente para apanhar essa tendência no âmbito da questão desse estudo e seu eixo. Assim, a “privacidade intimista” é a vida privada e o espaço privado – sua expressão pode ser posta em termos, por exemplo, da vida doméstica – que se resvala para a vida pública e para o espaço público – esse, por seu turno, pode ser tomado em termos, por exemplo, da política – pois, como vimos, as linhas entre ambos se dissolvem. Nos termos que colocamos não cumpre nesse espaço refletir como se dá a privatização do público, embora as poucas indicações que fizemos acerca da pessoa colocada no centro da sociedade fragmentada movida pelo efêmero e pelo fugaz já ofereçam pistas para tal reflexão.

O que nos interessa a partir dessas anotações é perceber – e nem se trata nesse momento de examinar – como o intimismo, um dos traços fundamentais da pós-modernidade porquanto marca a dissolução do público e do privado, segundo Chauí, se evidencia no seio de uma profissão, cujo exercício se efetiva no âmbito da sociedade contemporânea arranjada na pós-modernidade. Daí, as tendências identificadas no Serviço Social não serem apanhadas endogenamente, senão como expressões da ambiência de tal sociedade.

Como dissemos, não retomamos agora o que antes fora analisado em face da tentativa da construção da hipótese dessa investigação. Dessa forma e de modo geral, o que pode orientar nossas reflexões é o significado que o acesso (histórico) do assistente social à vida doméstica, e, portanto, privada dos sujeitos sociais com os quais trabalha, ganha na cena contemporânea. Mais uma vez vale o grifo de que, se refletimos a partir de tendências, a que se põe aqui não é a única possível, senão a identificada com saliência na pesquisa.

Considerando uma tal orientação, ela carece ser tomada diante das atividades fundamentais que caracterizam a (re) produção da vida cotidiana de sujeitos sociais como Clarice e Isabel, aqui descobertas pelo trabalho e pela maternidade. Embora a maternidade permita maior explicitação ou mesmo evidências em relação à vida doméstica, o trabalho também oferece elementos para o estabelecimento dessa relação, isso porque a pesquisa possibilitou as descobertas não apenas da relação visceral travada entre o trabalho profissional e a (re) produção da vida cotidiana, mas também a conexão e os nexos existentes entre aquelas duas atividades desempenhadas por Clarice e Isabel. Em outras palavras: o trabalho realizado por elas busca atender as necessidades do “eu”, sobretudo, necessidades de sobrevivência, convertendo-se na luta pela garantia inclusive das atividades implicadas no exercício da maternidade; o trabalho do assistente social objetivado por meio de sua “matéria-viva” toma como base de intervenção a luta pela sobrevivência e as atividades implicadas no exercício da maternidade.

No entanto, quais os rumos que as atividades constitutivas do trabalho profissional assumem quando acessa a vida doméstica de tais sujeitos, segundo as descobertas da investigação? Alguns achados podem expressá-los. O primeiro pode ser a “escuta” da intimidade de Clarice – os relacionamentos com seus parceiros e sua mãe – como um meio para a intervenção profissional e seus diferentes direcionamentos ético-políticos. O segundo e sobre o qual não nos referimos em qualquer momento, pode ser a “interseção” das patroas das empregadas domésticas moradoras de Paraisópolis na “resolução do problema” habitacional ou, ainda, como facilitadoras na interpretação de “informações” não “apropriadas” pelas empregadas domésticas no contato com os técnicos sociais e, portanto, também com os assistentes sociais. Embora não tenhamos nos referido a esse elemento, ele é enfatizado por Ana e Nice em seus relatos como alguma coisa que ocorre “muito” e “frequentemente”, por isso fazemos menção a ele, o qual se torna exemplar para o que refletimos agora. O terceiro poderia ser o acesso dos assistentes sociais à vida privada e doméstica de sujeitos sociais, como Isabel, trabalhando aspectos que se relacionam ao exercício da maternidade e devolvendo-os para o mesmo espaço.

Como a análise do que é descoberto sempre corresponde ao ponto de vista de quem escreve, a crítica realizada reside nessa perspectiva, que, certamente não é a única. Assim, os três elementos que destacamos a partir dos achados da investigação, parecem expressar a tendência pós-moderna no âmbito da profissão, a qual, em face de nosso referencial teórico reclama a análise crítica. Contudo, isso não significa que não existam outros rumos

de intervenção que caminhem, inclusive, junto com o que foi descoberto a partir de depoimentos de determinados sujeitos⁹⁴.

Nesse sentido, o que parece ser comum nesses três elementos é a devolução para a vida e para o espaço privado/doméstico das necessidades, assim apresentadas, por sujeitos sociais que reclamam o seu atendimento no espaço público. Sabemos, contudo que tais necessidades ainda que apresentadas numa feição privada e doméstica, não o são. O que significa a exposição que Isabel faz para os assistentes sociais do que se passa em sua casa e, especificamente, no cuidado com os filhos, senão a própria exposição das condições sociais de vida de mulheres que vivem num mesmo “ambiente imediato” que se expressa no espaço das quatro paredes? O que significa as demandas e necessidades por moradia, senão demandas e necessidades públicas, mas tratadas, às vezes ou muitas vezes, no âmbito privado? O que significa a escuta – agora sem aspas mesmo – de mulheres como Clarice que sofrem violência doméstica, senão a escuta de um fenômeno presente na sociabilidade dos homens e que viola os Direitos Humanos, não carecendo a “escuta” a partir de um intimismo, ainda que o reconhecimento de tal fenômeno se faça presente dessa maneira?

Se essas são questões que manifestam a “passagem” do “tempo miúdo da ação profissional” (Yazbek, 2001) para algumas determinações da totalidade da vida social, certamente, o trânsito não é fácil, e, novamente a competência teórico-metodológica e ético-política carece ser transformada em exigência. O trânsito não é fácil porque, mas não só, talvez seja mais fácil “escutar” e “conversar”, do que propiciar momentos por meio dos quais mulheres como Clarice possam se reconhecer em personagens de um filme, como Cleusa. Lembremos aqui da excepcionalidade do convite para que Clarice e Isabel participassem de uma “sessão de cinema”. Talvez seja mais fácil responder às patroas ao invés de solicitar que as empregadas domésticas retornem ao espaço público que procuraram para o atendimento de uma demanda pública. De outro modo, poderíamos sugerir – sem problematizar ou mesmo tratar adequadamente da questão – que as teorias arranjadas no bojo dos “paradigmas” da pós-modernidade e destituídas da razão porque abandonam o homem, a classe e o ser que fazem objetivamente a história⁹⁵, talvez respondam mais fácil e

⁹⁴ Possivelmente, Clarice e Isabel interpretam e representam do seu ponto de vista o trabalho profissional a partir de suas experimentações, refletindo sobre determinados ângulos, obviamente, não todos. Contudo, a pesquisa reflete sobre o que elas e também as assistentes sociais atribuem destaque, o que expressa as tendências predominantes do movimento do real, ainda que não só.

⁹⁵ Coutinho destaca três categorias fundamentais herdadas pelo marxismo da filosofia clássica: o humanismo, o historicismo concreto e a Razão dialética, que formam uma unidade. Assim, ele os resume da seguinte forma: “(...) o *humanismo*, a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua própria história coletiva; o *historicismo concreto*, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a *Razão dialética*, em seu duplo aspecto, isto é, o

eficazmente ao “tempo miúdo da ação profissional”, conformado em determinadas condições de trabalho.

Assim, tentando apreender o significado das indagações postas, tendo em vista que expressam tendências pós-modernas no seio da profissão, o que resta é a constatação da conversão das demandas e necessidades públicas em demandas e necessidades privadas. Por isso, o que se passa na profissão são tendências que se passam na sociedade. Vê-se, como alerta Chauí (2007) sobre o público e o privado, que na pós-modernidade ocorre “a perda da fronteira entre ambos”. E a pergunta a ser posta para uma profissão que possui acesso privilegiado à esfera doméstica dos sujeitos sociais, possivelmente é aquela situada no trânsito que citamos, anteriormente, e que implica na transformação do que é competência em exigência. Essa última e, em face do que tratamos nesse momento, pode ser efetivada, nos quadros daquela “perda de fronteiras” ao que existe fora dos próprios espaços institucionais, embora a mesma perda aqui se faça presente, agarrando-se os profissionais aos espaços coletivos que expressam, por exemplo, a luta pela sobrevivência.

Por essas razões, as reflexões sobre as implicações do trabalho do assistente social possuem como premissas as condições sociais nas quais o próprio trabalho se efetiva, o que, num plano mais amplo, expressa os quadros contemporâneos da própria sociedade, ou seja, as condições de trabalho dos trabalhadores assalariados; as configurações e os rumos da política social; a possibilidade da participação do assistente social naqueles espaços coletivos; as expressões pós-modernas.

Finalmente, o que escrevemos parece se por, de alguma maneira, aos que querem pensar o Serviço Social. Como podemos pensá-lo afora aqueles com os quais nos defrontamos o tempo todo e sem os quais não seríamos necessários? Como pensá-lo sem pensar sua matéria-viva e, portanto, sem pensar a classe e as relações sociais aí implicadas? Como pensar a efetivação do projeto ético-político profissional sem pensar com que sujeitos sociais podemos construí-lo? Como podemos pensá-lo se não conhecemos com quem trabalhamos, ainda que reconheçamos neles “o patrimônio” da nossa profissão?

Pensar o trabalho do assistente social em face da vida cotidiana dos sujeitos sociais com os quais trabalha significou constatar e pensar sua participação na (re) produção da particularidade – nos termos de Heller – desses sujeitos nessa esfera ineliminável da vida social, ou seja, no “reino da necessidade”. Mas não só. Se, a profissão não se aparta da vida

de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico)”. (1972: 14-15 – grifos do autor). A nota é apenas para assinalar, ligeiramente, que são precisamente essas as categorias ausentes naqueles “paradigmas”, ou melhor, negadas.

cotidiana, e, portanto, do “reino da necessidade”, ela pode ainda e junto com isso participar e implicar num outro termo possível dessa relação, qual seja: a liberdade. Mas essa é outra conversa. A que fizemos termina aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- _____. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BONETTI, Dilséa Adeodata, CASSAB, Maria Aparecida Tardin e BATISTONI, Maria Rosângela. *O trabalho do assistente social na esfera pública: natureza, atribuições e particularidades*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Profissão do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUC-SP; Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social – UFF. Projeto de Pesquisa Integrado apresentado ao CNPQ, 2002.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 4ª ed. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. "Público, privado, despotismo". In: NOVAES, Adauto (org.) *Ética*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- _____. *O Cotidiano e a História*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica*. 14ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Lima, Peru: CELATS, 2001a.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001b.
- _____. "A questão social no capitalismo". Revista *Temporalis*, nº 3. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2001c.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. 7ª ed. (Coleção Vida e Obra). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. "A re-produção das relações de produção". In: *A re-produção das relações de produção*. (Coleção O homem e a sociedade). Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. *Participação social no cotidiano*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

- LUKÁCS, György. "O marxismo ortodoxo". *In: NETTO, José Paulo (org.) Lukács* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1981.
- _____. "Caracterización general del pensamiento cotidiano". *In: Estética 1 – La peculiaridad de lo estético*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1982.
- _____. "Prefácio". *In: HELLER, Agnes. Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- _____. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade". *In: COUTINHO, Carlos Nelson e NETTO, José Paulo. (orgs.) O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARX, Karl. "Processo de trabalho e processo de produzir mais valia". *In: O Capital – Crítica da Economia Política* (Parte Terceira, Livro Primeiro, Vol. 1). (Coleção Perspectivas do Homem). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, s/d.
- _____. "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política". *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Antologia Filosófica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- _____. "O método da economia política" (Introdução). *In: Para a crítica da Economia Política – Do Capital – O Rendimento e suas Fontes* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- _____. "O trabalho alienado". *In: Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Primeiro manuscrito, Cap. 4). São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MÉSZAROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. "Razão, ontologia e práxis". *In: Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 44. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- _____. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social, Módulo 1. Brasília: CEAD/ UNB – CFESS-ABEPSS, 1999.
- _____. "Para a crítica da vida cotidiana". *In: NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- _____ e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- RAICHELIS, Raquel. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

TERTULIAN, Nicolas. "O grande projeto da ética". In. *Ensaio Ad Hominem*, nº 01, tomo 1, Marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ah Hominem, 1999.

WRIGHT MILLS, Charles. "Apêndice: do artesanato intelectual". In: *A imaginação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ANEXO

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

I

– Você poderia contar: onde nasceu; a sua idade; quem são as pessoas da sua família; os seus amigos, seu estado civil; sua escolaridade; ocupação?

– Há quanto tempo está em Paraisópolis?

1. Para você como é viver em Paraisópolis?
2. Como foi o seu dia ontem? Essas coisas que aconteceram costumam acontecer sempre?
3. Quando você não está trabalhando, o que costuma fazer?
4. Como são as (os) assistentes sociais para você?
5. Como você chega até o Serviço Social?
7. A partir daí, como são, geralmente, os encontros, os contatos com os (as) assistentes sociais?
8. Você acha importante ser atendida (o) pela (o) assistente social? Por que?
9. Que coisas acontecem depois dos atendimentos com eles?

II

– Você poderia contar: quando e onde se formou; os lugares nos quais trabalhou, como e quando começou a trabalhar em Paraisópolis e como se organiza o trabalho nessa instituição na qual se encontra?

1. Como é trabalhar em Paraisópolis?
2. Como foi seu dia de trabalho ontem? Essas coisas que aconteceram, costumam acontecer sempre? Você poderia contar o que sentiu e pensou ao final do seu dia de trabalho de ontem?
3. Como é a população (homens, mulheres, crianças, idosos) que você atende?
4. Como você faz para conhecê-la?
5. O que você faz com esse conhecimento, essas informações no seu trabalho? Por que? Como?
6. Como você vê a utilidade do Serviço Social?
7. Olhando para as suas experiências atuais e para aquelas que foram vividas em outros trabalhos, como você avalia, percebe o trabalho do assistente social?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)